VII SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS

"História, Sociedade e Educação no Brasil"

20 ANOS DE HISTEDBR:
Navegando pela História da Educação Brasileira

De 10 a 13 de JULHO de 2006
UNICAMP – FE
Campinas - SP- Brasil

GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISAS "HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL" HISTEDBR

VII SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS e PESQUISAS "História, Sociedade e Educação no Brasil"

20 ANOS DE HISTEDBR: Navegando pela História da Educação Brasileira

10 a 13 de julho de 2006

Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP
Faculdade de Educação
Campinas – SP

VII SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS e PESQUISAS
"História, Sociedade e Educação no Brasil"

PROGRAMA E RESUMOS

Grupo de Estudos e Pesquisas
"História, Sociedade e Educação no Brasil"
HISTEDBR

© by organizadores, 2006

Organizadores
HISTEDBR - Faculdade de Educação - UNICAMP

Tiragem
400 exemplares

Catalogação na Publicação (CIP) elaborada por
Gildenir Carolino Santos – CRB-8ª/5447

J769c

Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas: "História, Sociedade e Educação no Brasil" - HISTEDBR (7: 2006: Campinas, SP).
Caderno de Resumos do VII Seminário Nacional do HISTEDBR ; realizado de 10 a 13 de julho de 2006/ Maria Isabel M. Nascimento, José Claudinei Lombardi, Dermeval Saviani (organizadores). -- Campinas, SP: Graf. FE : HISTEDBR, 2006.

1. Tema central: 20 ANOS DE HISTEDBR: Navegando pela História da Educação Brasileira
ISBN: 85-7713-021-5

1. Educação – Brasil - História. 2. Escolas públicas – Brasil - História. 3. Sociedade e educação – Brasil - História. 4. Educação - Historiografia. 5. Fontes documentais. I. Nascimento, Maria Isabel Moura; II. Lombardi, José Claudinei ; III. Saviani, Dermeval. IV. Título.

05-0162-BFE

20ª CDD - 370.981

1. Educação : Brasil : História	370.981
2. Escolas públicas : Brasil : História	371.01
3. Sociedade e educação : Brasil : História	370.1930981
4. Educação : Historiografia	370.9
4. Documentos : Fontes de informação	025.54

Impresso no Brasil
2006
ISBN 85-7713-021-5

© Nenhuma parte desta obra poderá ser reproduzida por meios impressos ou eletrônicos, sem a devida permissão escrita da autora. Todos direitos reservados e protegidos por lei.

COMISSÃO ORGANIZADORA

Coordenação Geral

Dermeval Saviani
José Claudinei Lombardi
Maria Isabel Moura Nascimento

Comissão Executiva

Aracely Mehl Gonçalves
Azilde Lina Andreotti
Claudia Maria Petchak Zanborenzi
Isabel Cristina de Jesus Brandão
Jorge Uilson Clark
José Claudinei Lombardi
Jussara Gallindo Mariano de Carvalho
Lalo Watanabe Minto
Manoel Nelito Mateus Nascimento
Mara Regina Martins Jacomeli
Maria Isabel M Nascimento (Secretária)
Marta Beatriz dos Santos Dall Igna
Renata Algarte
Romeu Adriano da Silva
Solange Aparecida de Oliveira Collares
Sonia Maria Fonseca
Sônia Valdete Aparecida Lima Cordeiro
Vera Lucia Martiniak
Claiton José Martiniak (Informática)

Comitê Científico

Ademir Gebara – UNIMEP
Ana Maria de Moura Lins – UFAL
Ana Palmira B. Casimiro - UESB
Analete Regina Schelbauer -UEM
Angela Maria Souza - UNIRIO
Antonio Carlos Ferreira Pinheiro - UFPB
Carlos Henrique de Carvalho - UFU
Dayse Martins Hora -UNIRIO
Dermeval Saviani - UNICAMP
Dilma Maria Andrade de Oliveira - UFS
Edgar Ávila Gandra - UNICENTRO
Elias Boaventura - UNIMEP
Geraldo Inácio Filho - UFU
Gilberto Luís Alves - UnC
Jorge Luis C González - UNISO
Jorge Uilson Clark - UNIMARCO
José Carlos de Araújo - UFU
José Claudinei Lombardi - UNICAMP
José Luis Sanfelice - UNICAMP/UNISO
José Maria de Paiva - UNIMEP
Leide Mara Schmidt - UNICS
Lívia Diana Rocha Magalhães - UESB
Manoel Isaú - UNISAL
Mara Regina Martins Jacomeli - UNISAL/UNICAMP
Maria Cristina Gomes Machado - UEM
Maria de Fátima Felix Rosar - UFMA
Maria Elisabeth Blanck Miguel – PUC/PR
Maria Isabel Moura Nascimento - UEPG
Marisa Bittar - UFSCar
Nicanor Palhares - UFMT
Olinda Maria Noronha - UNISAL
Paulino José Orso - OESTE
Paulo de Tarso Gomes - UNISAL
Rita Filomena Andrade J. Bettini – UNESP
Sauloéber T de Souza - UFT
Sérgio E. M. Castanho – UNICAMP
Silvia Helena Andrade de Brito - UFMS
Teresa Jussara Luporini - UNICS
Wilson Sandano – UNISO

Apoio Técnico - Faculdade de Educação - UNICAMP
Cármen Lúcia Rodrigues Arruda - Relações Públicas
Fernando César Leme da Silva - Multimeios
Gilberto Oliani – Videoconferência
Gildenir Carolino Santos - Biblioteca
Jórgias Alves Ferreira – Publicações
Luciana Rodrigues - Eventos
Roberta Pozzuto - Comunicação Eletrônica

INSTITUIÇÃO PROMOTORA

Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP - Faculdade de Educação

INSTITUIÇÕES DE APOIO

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq
Fundo de Apoio ao Ensino, à Pesquisa e à Extensão – FAEPEX/UNICAMP
Centro Universitário Diocesano do Sudoeste do Paraná - UNICS
Pontifícia Universidade Católica do Paraná - PUCPR
Universidade Estadual de Maringá - UEM
Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG
Universidade Estadual do Centro-Oeste – UNICENTRO
Universidade para o Desenvolvimento do Estado e Região do Pantanal - UNIDERP
Universidade São Marcos – UNIMARCO – Campus Paulínia

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 9

ESTRUTURA do SEMINÁRIO 13

PROGRAMA 14

PROGRAMAÇÃO DAS COMUNICAÇÕES CIENTÍFICAS 16

RESUMOS 36

Linha: 1 38

Linha: 2 100

Linha: 3 210

AUTORES 274

APRESENTAÇÃO

O Grupo de Estudos e Pesquisas "História, Sociedade e Educação no Brasil" (HISTEDBR) chega, neste ano de 2006, ao seu vigésimo aniversário. Para marcar a data decidiu-se pelo desenvolvimento do "projeto 20 anos": uma espécie de balanço do percurso do grupo, cuja referência é a produção acumulada no decorrer de todo esse período. Com o projeto objetivou-se reunir, sistematizar e disseminar a produção intelectual do coletivo de pesquisadores que o compõe. Dessa forma, o Grupo comemora duas décadas, socializando a própria razão de sua existência: a pesquisa, o que ocorre no interior do **VII Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas "História, Sociedade e Educação no Brasil**" que realiza-se entre 10 e 13 de julho de 2006, na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

Criado em 1986 o Grupo foi sediado na Faculdade de Educação da UNICAMP, contando com a participação de professores e respectivos orientandos de mestrado e doutorado, com o objetivo de propiciar o intercâmbio das pesquisas em desenvolvimento no programa de pós-graduação em educação da UNICAMP. Entre 1986 e 1990 ocorreram encontros periódicos do grupo, geralmente semestrais, com a preocupação maior de acompanhar o processo de desenvolvimento dos trabalhos e a socialização das informações entre os pesquisadores do Grupo.

Em 1991, como vários participantes do grupo tinham concluído seus trabalhos pós-graduados, decidiu-se pela constituição de um grupo de pesquisa de âmbito nacional, na medida em que os participantes voltavam para as suas instituições de origem, nas diferentes regiões do país. A organização do coletivo nacional, para além das relações entre orientandos e orientadores, exigia a formalização do Grupo junto à Faculdade de Educação da UNICAMP, bem como a institucionalização dos Grupos de Trabalho (GTs) em suas respectivas instituições. Com isso, nesse ano formou-se o núcleo permanente de pesquisa, centralizado na Faculdade de Educação da UNICAMP, articulado a 15 (quinze) Grupos de Trabalho (GTs) regionais em 14 (quatorze) estados brasileiros. Também nesse ano foi realizado o **I Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas "História, Sociedade e Educação no Brasil**", na UNICAMP, uma primeira etapa entre os dias 06 e 10 de maio e, a segunda, entre os dias 09 e 13 de setembro de 1991, tendo por tema "Perspectivas Metodológicas da Investigação em História da Educação.

A partir de então os seminários nacionais têm ocorrido com regularidade, e já no ano seguinte, entre os dias 06 e 10 de abril de 1992, foi realizado o **II Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas "História, Sociedade e Educação no Brasil**", na UNICAMP, com o tema "Fontes primárias e secundárias em História da Educação Brasileira". Esses dois primeiros eventos foram direcionados para o debate teórico-metodológicos e para os encaminhamentos do projeto "Levantamento, Organização e Catalogação das Fontes Primárias e Secundárias da História da Educação Brasileira". Com a implementação desse projeto, as equipes de pesquisa

foram centrando suas investigações em fontes primárias locais e regionais da educação, levantadas e catalogadas, iniciando uma ampla produção acadêmica no campo da história da educação brasileira, inaugurando no HISTEDBR uma demanda crescente por espaço para a socialização dessa produção, através de sessões de comunicação científica nos eventos vindouros.

Entre os dias 15 e 17 de novembro de 1995, na UNICAMP, ocorreu o **III Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas "História, Sociedade e Educação no Brasil",** marcado pela socialização das pesquisas, realizadas ou em processo de produção, pelos pesquisadores dos GTs. Participaram do evento 107 (cento e sete) pesquisadores, com 86 (oitenta e seis) comunicações científicas. Em 1997, entre os dias 14 e 19 de dezembro, foi realizado o **IV Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas "História, Sociedade e Educação no Brasil,** na UNICAMP, tendo como tema central "O debate teórico-metodológico no campo da História e sua importância para a pesquisa educacional", com a presença de 153 pesquisadores com 120 comunicações científicas. O **V Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas "História, Sociedade e Educação no Brasil"** realizou-se entre os dias 20 e 24 de agosto de 2001 na UNICAMP, com o tema central "Transformações do Capitalismo, do Mundo do Trabalho e da Educação", com um total de 172 inscrições de trabalhos, sendo 118 comunicações cientificas. O **VI Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas "História, Sociedade e Educação no Brasil"** foi realizado entre os dias 10 e 14 de novembro de 2003, em Aracajú, na Universidade Federal de Sergipe (UFS), com o tema "A História da Educação Pública no Brasil", com 148 trabalhos inscritos para apresentação nas sessões de comunicações científicas.

Juntamente com os Seminários Nacionais, em vista da experiência bem sucedida de eventos regionais do HISTEDBR, iniciados na Região Nordeste pelo Grupo de Trabalho sediado na Universidade Federal de Sergipe, no V Seminário Nacional (2001) decidiu-se pela realização de jornadas regionais e/ou temáticas. Assim, de 13 a 15 de março de 2002, na Universidade Federal de Sergipe, foi realizado o Colóquio "Sociedade, História e Memória". A importância da iniciativa levou à aprovação da realização de jornadas regionais periódicas, a ocorrer entre os Seminários Nacionais. A **I Jornada do HISTEDBR** - Região Nordeste, ocorreu na UNEB (Universidade do Estado da Bahia), co-promovida com a UESB (Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia) e UEFS (Universidade Estadual de Feira de Santana), em Salvador-BA, nos dias 9 a 12 de julho de 2002, tendo como tema de discussão a "História da Escola Pública no Brasil", com 36 comunicações científicas. A **II JORNADA DO HISTEDBR** - Região Sul, foi realizada entre os dias 8 a 11 de outubro de 2002, tendo como tema central: "A Produção em História da Educação na Região Sul do Brasil", evento comemorativo de uma década dos GTs. do HISTEDBR no Sul do Brasil, e que contou com 130 comunicações científicas. A **III JORNADA DO HISTEDBR** - Região Sudeste, foi realizada entre os dias 22 a 25 de

abril de 2003, em Americana-SP, no Centro Universitário Salesiano de São Paulo/UNISAL, e teve por tema central: "O Público e o Privado na História da Educação Brasileira: concepções e práticas educativas", com um total de 67 comunicações científicas. A **IV Jornada do HISTEDBR**, ocorreu em Maringá - PR, no período de 05 a 07 de julho de 2004, na Universidade Estadual de Maringá (UEM), com o tema geral "História e Historiografia da Educação: Abordagens e Práticas educativas", com 219 trabalhos inscritos para apresentação em 41 sessões de Comunicação Científica. A **V Jornada do HISTEDBR** foi realizada no período de 9 a 12 de maio de 2005, na Universidade de Sorocaba – UNISO, com o tema geral: "Instituições Escolares Brasileiras: História, Historiografia e Práticas", com 196 (cento e noventa e seis) comunicações científicas, com 220 (duzentos e vinte) autores, oriundos de 18 (dezoito) estados brasileiros. A **VI JORNADA DO HISTEDBR** foi realizada entre os dias 07 e 09 de novembro de 2005, em Ponta Grossa/PR, no campus da Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG, com o tema central: "Reconstrução Histórica das Instituições Escolares no Brasil", com 225 trabalhos apresentados nas Sessões de Comunicação Científica.

Nesses 20 anos de existência, portanto, foram realizados 6 (seis) Seminários Nacionais e 6 (seis) Jornadas que acabaram se constiuindo em espaços importantes para o debate teórico-metodológico da investigação em história da educação no Brasil, bem como para o exame crítico dessa produção histórico-educacional.

Este **VII Seminário**, com o tema geral **"20 ANOS DE HISTEDBR: Navegando pela História da Educação Brasileira"**, tem como principal objetivo a realização de um balanço da produção acumulada pelo grupo e, ao tempo, espera propiciar a todos os participantes o debate sobre a história educacional brasileira a partir de um recorte temático e temporal. Para a abertura e encerramento do evento, foram previstas duas conferências internacionais com dois conhecidos intelectuais italianos que dispensam maiores apresentações: Mario Alighiero Manacorda e Dario Ragazzini. Essas duas conferencias internacionais serão realizadas através de vídeoconferências, inaugurando o uso de comunicação à distância, em tempo real, nos eventos do grupo. A conferência de Mario Alighiero Manacorda, tendo como mediador Paolo Nosella (UFSCar), será realizada no dia 10 de julho, às 11h00; a conferência de Dario Ragazzini (Università di Firenze), tendo como mediador Dermeval Saviani, ocorrerá no dia 13 de julho, também às 11h00. Durante o evento serão realizadas três mesas redondas:

- A primeira mesa redonda ocorrerá no dia 11/07/2006 e terá por tema "Navegando pela História da Educação Brasileira - abordagem por períodos históricos", com a participação de Gilberto Luiz Alves (UnC) – Colônia ; Sérgio E. M. Castanho (UNICAMP) - Império; Olinda Maria Noronha (UNISAL) – República; e, como mediadora, Maria Cristina Gomes Machado (UEM).
- A segunda mesa redonda será no dia 12/07/2006, com o tema: "Navegando pela História da Educação Brasileira - abordagem

temática", tendo como expositores José Carlos S. Araújo (UFU) – sobre Concepção Pedagógica; Maria Elisabeth Blanck Miguel (PUCPR) – sobre Legislação e Organização Escolar; e Décio Gatti Júnior (UFU) – sobre Instituições Escolares; com Angela Maria Souza Martins (UNIRIO) como mediadora.

- A terceira mesa ocorrerá no dia 13/07/2006, tendo por tema "HISTEDBR e a historiografia da Educação Brasileira" e contará com Dermeval Saviani, José Claudinei Lombardi, José Luís Sanfelice, com a mediação de Maria Isabel Moura Nascimento (UEPG).

Para este VII Seminário Nacional foram inscritos 354 participantes com 261 (duzentos e sessenta e um) trabalhos para serem apresentados nas comunicações científicas, oriundos de 57 Instituições de Ensino Superior, distribuídos pelas seguintes linhas de pesquisa:

Linhas de Pesquisa	Trabalhos Inscritos	%
1. Historiografia e questões teórico-metodológicas da História da Educação	69	26,4
2. História das Políticas Educacionais no Brasil	121	46,4
3. História das Instituições Escolares no Brasil	71	27,2
Total de Trabalhos	**261**	**100,0**

Esperamos que o debate teórico-metodológico no âmbito da história da educação no Brasil e o exame crítico da produção histórico-educacional do HISTEDBR possibilite ao grupo a continuidade de sua atuação e, ao mesmo tempo, propicie um salto qualitativo em sua constituição, amadurecendo as condições necessárias para a implementação de novos projetos articuladores e mobilizadores dos esforços coletivos de todo o grupo. Não optamos, pois, por uma comemoração festiva com bolos e jantares, mas por comemorar com aquilo que é a própria razão da existência do grupo: o desenvolvimento da pesquisa.

A Coordenação Nacional do HISTEDBR agradece a todos os que colaboraram para a viabilização deste evento e a todos os colegas que, participando do "Projeto 20 anos", forneceram o conteúdo que se encontra objetivado no material produzido e disponibilizado neste VII Seminário. De modo especial, na pessoa de Manoel Nelito M. Nascimento, gostariamos de agradecer a toda a equipe que tornou prática, operacional e financeiramente possível a realização do Projeto e deste evento.

A todos os participantes desejamos BOAS VINDAS e que este evento realmente se constitua num espaço de debate acadêmico crítico e aberto.

Campinas, 10 de julho de 2006

Dermeval Saviani
José Claudinei Lombardi

ESTRUTURA do SEMINÁRIO

	10/07 – Segunda	**11/07 - Terça**	**12/07 – Quarta**	**13/07 - Quinta**
MANHÃ	8h30 – Credenciamento 9h30 – Abertura 11h00 – Videoconferência Internacional	09h00 – 1ª Mesa-Redonda	09h00 - 2ª Mesa-Redonda	08h30 – 3ª Mesa-Redonda 11h00 – Videoconferência Internacional
	12h30 - Almoço	12h00 - Almoço	12h00 - Almoço	12h30 - Almoço
TARDE	14h30 – 1ª sessão de Comunicações Científicas	14h00 - 2ª sessão de Comunicações Científicas	14h00 – 3ª sessão de Comunicações Científicas	14h30 – 4ª sessão de Comunicações Científicas
NOITE	18h00 – Atividade Cultural; Lançamento de livros; Coquetel de confraternização	LIVRE	18h00 – Assembléia Geral (Coordenadores)	18h00 – Assembléia Geral (Coordenadores)

PROGRAMA

10/07/2006 – Segunda-feira
Local: Centro de Convenções
08h30 – Credenciamento
09h30 – Cerimônia de Abertura
11h00 – Videoconferência Internacional
Conferencista: Mario Alighiero Manacorda - Itália
Mediador: Paolo Nosella - UFSCar

Local: Faculdade de Educação
14h30 - 1ª sessão de Comunicações Científicas
18h00 - Atividade Cultural, Lançamento de livros e coquetel de confraternização

11/07/2006 – Terça-feira
Local: Centro de Convenções
09h00 - 1ª MESA-REDONDA
Tema: Navegando pela História da Educação Brasileira - abordagem por períodos históricos
Gilberto Luiz Alves (Colônia) - UNC
Sérgio E. M. Castanho (Império) - UNICAMP
Olinda Maria Noronha (República) - UNISAL
Maria Cristina Gomes Machado (Mediadora) - UEM

Local: Faculdade de Educação
14h00 - 2ª sessão de Comunicações Científicas

PROGRAMA

12/07/2006 – Quarta-feira
Local: Centro de Convenções
09h00 - 2ª MESA-REDONDA
Tema: Navegando pela História da Educação Brasileira - abordagem temática

José Carlos Araújo (Concepção Pedagógica) - UFU
Maria Elisabeth Blanck Miguel (Legislação e Organização Escolar) - PUCPR
Décio Gatti Júnior (Instituições Escolares) - UFU
Angela Maria Souza Martins (Mediadora) - UNIRIO

Local: Faculdade de Educação
14h00 - 3ª sessão de Comunicações Científicas
18h00 - Assembléia Geral (Coordenadores)

13/07/2006 – Quinta-feira
Local: Centro de Convenções
08h30 - 3ª MESA-REDONDA
Tema: HISTEDBR e a historiografia da Educação Brasileira

Dermeval Saviani - UNICAMP
José Claudinei Lombardi - UNICAMP
José Luís Sanfelice - UNICAMP
Maria Isabel Moura Nascimento (Mediadora) - UEPG

11h00 – Videoconferência Internacional

Conferencista: Dario Ragazzini - Università di Firenze
Dermeval Saviani (Mediador) - UNICAMP

Local: Faculdade de Educação
14h30 - 4ª sessão de Comunicações Científicas
18h00 - Assembléia Geral (coordenadores) – Encerramento

PROGRAMAÇÃO DAS COMUNICAÇÕES CIENTÍFICAS

Data: 10-jul-06
Sala: ED01
Linha: 1. Historiografia e questões teórico-metodológicas da História da Educação

Giovanna Marafon	(DES)CAMINHOS DO FEMININO NA HISTÓRIA DE FEMINIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO
Dayane Rejane Andrade Maia, Rejane Aurora Mion	A "CURIOSIDADE EPISTEMOLÓGICA" NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM DE FÍSICA NO ENSINO MÉDIO
Lourenço Ocuni Cá	A CALVÁRIA TRAJETÓRIA DE PROFESSORAS PRIMÁRIAS EM MATO GROSSO NA ERA VARGAS
Michele Cristine da Cruz Costa	A CENTRALIDADE DO COTIDIANO NA PRÁTICA PEDAGÓGICA DE CÉLESTIN FREINET – UMA EDUCAÇÃO ALIADA A MANUTENÇÃO DO CAPITAL
Ailton Bueno Scorsoline, Marcilene Rosa Leandro Moura e Ricardo José Orsi de Sanctis	A DIDÁTICA COMO INSTRUMENTO DE REFLEXÃO E MEDIAÇÃO: ILUSÃO OU REALIDADE?
Katia Osinski Ferreira	A EDUCAÇÃO FÍSICA NO PRIMEIRO GRUPO ESCOLAR DE IRATI, DE 1924 A 1945
Vanessa Kern de Abreu e Geraldo Inácio Filho	A EDUCAÇÃO MORAL E CÍVICA – DOUTRINA, DISCIPLINA E PRÁTICA EDUCATIVA

Data: 10-jul-06
Sala: ED02
Linha: 1. Historiografia e questões teórico-metodológicas da História da Educação

Márcia Cristina Amaral da Silva	A EDUCAÇÃO NO BRASIL HOLANDÊS (1630-1654): AS INFLUÊNCIAS DA RELIGIÃO CRISTÃ REFORMADA
Rosângela Veiga Júlio Ferreira	A EDUCAÇÃO NO DISCURSO JORNALÍSTICO DE CECÍLIA MEIRELES (1930/1933)
Celina Midori Murasse	A EDUCAÇÃO NO PROCESSO DE ORGANIZAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO IMPÉRIO DO BRASIL: O PENSAMENTO DE BERNARDO PEREIRA DE VASCONCELLOS (1795-1850) E DE ZACARIAS DE GÓES E VASCONCELLOS (1815-1877)
Warley da Costa	A ESCRITA DA ESCRAVIDÃO NOS LIVROS DIDÁTICOS DE ENSINO FUNDAMENTAL NOS ANOS 1980 /90
Sônia Maria Fonseca	A FORMAÇÃO NO CAMPO DAS ARTES E OFÍCIOS NA COMPANHIA DE JESUS NO BRASIL COLÔNIA (1549-1759)
Luciane Neuvald, Paulo Guilhermeti e Solange Aparecida de Oliveira Collares	A METODOLOGIA DO ENSINO DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA NO CURSO DE PEDAGOGIA DA UNICENTRO/GUARAPUAVA
Lígia Martha Coimbra da Costa Coelho	INTEGRALISMO, ANOS 30: REVISITANDO AS CATEGORIAS PUBLICO E PRIVADO NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Data: 10-jul-06
Sala: ED04
Linha: 2. História das Políticas Educacionais no Brasil

Azilde L. Andreotti	A EDUCAÇÃO DA CRIANÇA TRABALHADORA NA PRIMEIRA REPÚBLICA: UM ESTUDO SOBRE A MODERNIDADE PEDAGÓGICA E AS PRÁTICAS ESCOLARES
Ireni Marilene Zago Figueiredo	A EDUCAÇÃO E A SAÚDE COMO VARIÁVEIS FUNDAMENTAIS PARA REDUÇÃO DA POBREZA E DO DESEMPREGO NO CONTEXTO DA IDEOLOGIA DA GLOBALIZAÇÃO
José Élio Ventura da Silva e Ana Maria Moura Lins	A BUSCA DA JUSTIÇA POR GRUPOS HIPOSSUFICIENTES DA PERIFERIA DE MACEIÓ – AL: UM ESTUDO SOBRE O ACESSO À JUSTIÇA
Julia Malanchen, Paulino José Orso e André Paulo Castanha	A EDUCAÇÃO E O DISCURSO DA ORDEM NO BRASIL
Lucelma Braga, Ana Paula Ribeiro de Sousa e Lúcia Maria Carvalho Santos	A ATUAÇÃO DO CENTRO DE ESTUDOS POLÍTICO-PEDAGÓGICOS NA DEFESA DA EDUCAÇÃO PÚBLICA NO ESTADO DO MARANHÃO
Luciana Beatriz de Oliveira Bar de Carvalho	(RE)VISITANDO O ENSINO PÚBLICO DO TRIÂNGULO MINEIRO E ALTO PARANAÍBA: AS AÇÕES DO PODER LEGISLATIVO (1888-1930)
Marcelo N. Melchior	A ALDEIA XAVANTE DE SANGRADOURO MATO GROSSO – 50 ANOS DE EDUCAÇÃO INDÍGENA

Data: 10-jul-06
Sala: ED05
Linha: 2. História das Políticas Educacionais no Brasil

Ana Palmira Bittencourt Santos Casimiro	CONSTITUIÇÕES RELIGIOSAS E EDUCAÇÃO NA BAHIA SETECENTISTA
Jane Maria de Abreu Drewinski	A INFLUÊNCIA DAS AGÊNCIAS INTERNACIONAIS NAS POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL: COMPREENDENDO A HISTÓRIA
Jefferson Carriello do Carmo	A FORMAÇÃO DA CLASSE OPERÁRIA EM SOROCABA E A LUTA PELA EDUCAÇÃO NO CONTEXTO DA INDUSTRIALIZAÇÃO NO INÍCIO DO SÉCULO XX
João Jorge Correa	A HISTÓRIA DO CPERS/SINDICATO E A CONSTRUÇÃO DA SUA PRESENÇA NO DEBATE DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS
Meire Terezinha Müller	A EDUCAÇÃO EM CAMPINAS - SUPORTE POLÍTICO NO INÍCIO DA PRIMEIRA REPÚBLICA
Silvana Aparecida Bretãs	A HEGEMONIA CIENTÍFICA NORTE-AMERICANA E A ORGANIZAÇÃO DE SEU ENSINO SUPERIOR: LEGITIMAÇÃO DE UM MODELO PARA A REFORMA UNIVERSITÁRIA DE 1968?

Data: 10-jul-06
Sala: ED06
Linha: 2. História das Políticas Educacionais no Brasil

Ana Lucia Tomaz Cardoso	A POLITICA EDUCACIONAL BRASILEIRA E A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NOS ANOS 90
Dilma Maria Andrade de Oliveira	A POLÍTICA DE SUBSTITUIÇÃO DAS ESCOLAS ISOLADAS EM GRUPOS ESCOLARES EM SERGIPE: 1889/1930
Fernanda Regina Cinque e Marcília Rosa Periotto	A LIBERDADE DE IMPRENSA, O CORREIO BRAZILIENSE E O PROCESSO DE FORMAÇÃO DO ESTADO NACIONAL BRASILEIRO
João Luiz Gasparin	A POLÍTICA DE MULTICULTURALIDADE NO PROCESSO EDUCACIONAL
Raquel de Almeida Moraes	A POLÍTICA EDUCACIONAL DE INFORMÁTICA NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA E AS INFLUÊNCIAS DO BANCO MUNDIAL. DO FORMAR AO PROINFO: 1987-2005
Vera Lúcia Gomes Jardim	A MÚSICA E O PROJETO EDUCACIONAL REPUBLICANO PAULISTA - A REFORMA DE 1890

Data: 10-jul-06
Sala: ED07
Linha: 2. História das Políticas Educacionais no Brasil

Paulo de Tarso Gomes	A QUESTÃO OPERÁRIA, A AÇÃO SOCIAL E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NAS CONSTITUIÇÕES DAS PROVÍNCIAS ECLESIÁSTICAS DO SUL DO BRASIL DE 1915
Ângela Mara de Barros Lara e Luciane Z. Maroneze	A SAÚDE DO PROFESSOR A PARTIR DA DÉCADA DE 1990: REFLEXÕES SOBRE A REFORMA DO ESTADO, O MUNDO DO TRABALHO E A REFORMA DA EDUCAÇÃO
Cristiane Regina Corbari, Jaqueline Aparecida Oliveira Santander, Jociane Martins Pedroso, Roseli dos Santos e Neiva Gallina Mazzuco	ANÁLISE CRÍTICA DAS POLÍTICAS SOCIAIS NO BRASIL À LUZ DO DESENVOLVIMENTO E SUAS IMPLICAÇÕES NA EDUCACÃO
Maria de Fátima Rodrigues Pereira	ABRINDO A CAIXA PRETA DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES: A DESONERAÇÃO E O CONTROLE DO ESTADO
Maria de Lourdes Pinto de Almeida	A RELAÇÃO UNICAMP- EMPRESA NA DÉCADA DE SETENTA: A TRAJETÓRIA DE UM PROJETO DE INTEGRAÇÃO DA UNIVERSIDADE PUBLICA AO SETOR PRODUTIVO MARCADO PELO 'MILAGRE ECONÔMICO BRASILEIRO
Roberto Antonio Deitos	A REFORMA DO ESTADO E A POLÍTICA EDUCACIONAL NO BRASIL: O (NEO)LIBERALISMO NAS REFORMAS EDUCACIONAIS NACIONAIS (1995-2002)

Data: 10-jul-06
Sala: ED09
Linha: 2. História das Políticas Educacionais no Brasil

Adair Ângelo Dalarosa	ANÁLISE DA POLÍTICA EDUCACIONAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA DURANTE A DITADURA CIVIL-MILITAR (1964-1985). UM ESTUDO DO CICLO BÁSICO
Anair Altoé	ASPECTOS HISTÓRICOS DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA O USO DO COMPUTADOR NA EDUCAÇÃO
Andréa Cristina Martelli e Elenita Conegero Pastor Manchope	AS FUNÇÕES NÃO DOCENTES DO PEDAGOGO: UM OLHAR PARA A HISTÓRIA
Bernardete Germani e Maria Elisabeth Blanck Miguel	AS EXPERIÊNCIAS DE AMPLIAÇÃO DO TEMPO ESCOLAR: O CASO DE CURITIBA
João Batista Zanardini	ASPECTOS ONTOLÓGICOS DO ATO AVALIATIVO: UM ESTUDO DA AVALIAÇÂO DO ENSINO NO BRASIL (1995-2002)
Leda Ap. Vanelli Nabuco de Gouvêa e Amélia Kimiko Noma	AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS DO PLANO NACIONAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES.

Data: 10-jul-06
Sala: ED10
Linha: 3. História das Instituições Escolares no Brasil

Maria Zélia Maia de Souza e Nailda Marinho da Costa Bonato	"CIVILIDADE" PARA OS "DESVALIDOS" – A TENSÃO ESTÁ POSTA - DO DIA-A-DIA DO ASILO ÀS PÁGINAS DOS RELATÓRIOS MINISTERIAIS
Maria José de Morais Pereira e Lúcio Aparecido Moreira	A (DES)CONSTRUÇÃO DA HISTÓRIA DE UMA UNIVERSIDADE DO INTERIOR DE MINAS GERAIS CRIADA NA DÉCADA DE 1960: A VISÃO DE ANTIGOS DOCENTES
Marisangela de Cássia Zambon	A CRECHE PRIVADA RELIGIOSA NO MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS – SP: ORIGEM, PERCURSO E ORGANIZAÇÃO
Eliete Jussara Nogueira e Sandra Lembo Fernandes Martinez	A EDUCAÇÃO INFANTIL NA CIDADE DE SOROCABA: UM RESGATE DA HISTÓRIA NO PERÍODO DE 1950 A 1990
José Tarcísio Grunennvaldt	A EDUCAÇÃO MILITAR NOS MARCOS DA PRIMEIRA REPÚBLICA EM FACE DOS REORDENAMENTOS INTERNACIONAIS: O QUE PROPUNHAM OS REGULAMENTOS?
Edison Martin e Paulino José Orso	A EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR NO CONTEXTO DO REGIME MILITAR: SEUS DESDOBRAMENTOS NO OESTE PARANAENSE

Data: 10-jul-06
Sala: ED11
Linha: 3. História das Instituições Escolares no Brasil

Tâmara Márcia de Melo Rezende e Geraldo Inácio Filho	A ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA – UFU – SUA HISTÓRIA COMO INSTITUIÇÃO EDUCATIVA.

Jorge Luís Cammarano González e Wilson Sandano	A FORMAÇÃO DA EDUCAÇÃO ESCOLAR PÚBLICA EM SOROCABA – UM BALANÇO PRELIMINAR
Fernanda Gonzaga e Angela Maria Souza Martins	A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO ANARQUISTA E SEU REFLEXO NA SOCIEDADE BRASILEIRA
Antonio Carlos Ferreira Pinheiro e Cláudia Engler Cury	A INSTRUÇÃO SECUNDÁRIA NA PROVÍNCIA DA PARAHYBA DO NORTE (1822– 1889): O LYCEU PARAHYBANO
Laura Aparecida Caracanha	A PRIMEIRA REPÚBLICA E OS GRUPOS ESCOLARES: A CONSTITUIÇÃO DO GRUPO ESCOLAR "JOSÉ GABRIEL DE OLIVEIRA" DE SANTA BÁRBARA D'OESTE, SP
Heulalia Charalo Rafante e Roseli Esquerdo Lopes	A QUESTÃO DA CRIANCA ABANDONADA NA CAPITAL MINEIRA DESDE O INÍCIO DO SÉCULO XX E A ATUAÇÃO DE HELENA ANTIPOFF NA DÉCADA DE 1930: A INFLUÊNICA DO MODELO SUÍÇO

Data: 10-jul-06
Sala: ED16
Linha: 3. História das Instituições Escolares no Brasil

Sonia V. Ap. Lima Cordeiro e Maria Isabel Moura Nascimento	A IMIGRAÇAO HOLANDESA E A EDUCAÇAO
José Damiro de Moraes	ARMANDA ÁLVARO ALBERTO: UMA INTELECTUAL EM AÇÃO NOS ANOS 1930
Liéte Oliveira Accácio	AS MATÉRIAS DE ENSINO E A PRÁTICA: UM MOMENTO DA HISTÓRIA
Analete Regina Schelbauer	CELESTIN HIPPEAU: CONTRIBUIÇÕES PARA A HISTÓRIA DA ESCOLA PRIMÁRIA E DOS MÉTODOS DE ENSINO NO BRASIL
José Luis Simões	CERIMONIAIS ESCOLARES EM PIRACICABA NA REPÚBLICA VELHA: ESPAÇO DAS ELITES, FOCO DA IMPRENSA
Vânia Regina Boschetti	O CURSO FERROVIÁRIO DA ESTRADA DE FERRO SOROCABANA

Data: 11-jul-06
Sala: ED01
Linha: 1. Historiografia e questões teórico-metodológicas da História da Educação

Ângela Mara de Barros Lara	ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO ESTADO DO PARANÁ: 1904-1940
Angela Maria Souza Martins	ANÁLISE HISTÓRICA DAS IDÉIAS QUE FUNDAMENTARAM A PROPOSTA LIBERTÁRIA DE EDUCAÇÃO NO SÉCULO XIX
Aracely Mehl Gonçalves e Maria Isabel Moura Nascimento	ANARQUISMO, TRABALHO E EDUCAÇÃO NAS FOLHAS DO JORNAL "A PLEBE"
Isabel Cristina de Jesus Brandão	HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO INFANTIL NA BAHIA NO IMPÉRIO: UMA ANÁLISE INICIAL DO JORNAL O MENTOR DA INFÂNCIA

Márcia Cristina Amaral da Silva e João Luiz Gasparin	A SEGUNDA REVOLUÇÃO INDUSTRIAL E SUAS INFLUÊNCIAS SOBRE A EDUCAÇÃO ESCOLAR BRASILEIRA
Márcia Cristina Amaral da Silva e João Luiz Gasparin	A TEORIA DA AÇÃO COMUNICATIVA DE JÜRGEN HABERMAS E SUAS INFLUÊNCIAS SOBRE A EDUCAÇÃO ESCOLAR

Data: 11-jul-06
Sala: ED02
Linha: 1. Historiografia e questões teórico-metodológicas da História da Educação

Aparecida Favoreto e Maria Inalva Galter	ANÍSIO TEIXEIRA NA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA: DA EDUCAÇÃO EUROPÉIA À NORTE-AMERICANA
Ana Elizabeth Santos Alves	APONTAMENTOS SOBRE O TRABALHO E A QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL PARA A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO
Eloísa Godoy Hultmann e Rosa Lydia Teixeira Corrêa	CONCEPÇÕES DE AVALIAÇÃO DO ENSINO/APRENDIZAGEM NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES: PRIMEIRAS APROXIMAÇÕES DE UM RESGATE HISTÓRICO
Ana Palmira Bittencourt Santos Casimiro	EDUCAÇÃO, HISTÓRIA E CULTURA NO BRASIL COLONIAL
Érica Myeko Ohara Itoda e Marcília Rosa Periotto	EDUCAÇÃO, POLÍTICA E TRABALHO NA OBRA DE ALBERTO TORRES
Maria Aparecida Crissi Knüppel	HISTÓRIA DA LEITURA: DO PRÓLOGO À INSPIRAÇÃO

Data: 11-jul-06
Sala: ED15
Linha: 1. Historiografia e questões teórico-metodológicas da História da Educação

Gilcilene de Oliveira Damasceno Barão	APONTAMENTOS SOBRE A REVOLUÇÃO BURGUESA EM FLORESTAN FERNANDES
Marcos Marques de Oliveira	ELEMENTOS PARA A CONSTITUIÇÃO DE UMA PEDAGOGIA SOCIALISTA A PARTIR DOS ESCRITOS "JORNALÍSTICOS" DE FLORESTAN FERNANDES
Lidiane Soares Rodrigues	FLORESTAN FERNANDES E DESOBEDIÊNCIA CIVIL NA ESFERA ACADÊMICA
André Teles Guedes	FLORESTAN FERNANDES E O LUGAR DE SÃO PAULO NA HISTÓRIA DA SOCIOLOGIA NO BRASIL

Data: 11-jul-06
Sala: ED04
Linha: 2. História das Políticas Educacionais no Brasil

Fernando Casadei Salles	BREVE HISTÓRICO DO PENSAMENTO ECONÔMICO NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA
Francis Mary Guimarães Nogueira e Maria Lucia Frizon Rizzotto	COMPREENDENDO O CAPITALISMO DOS PAÍSES DEPENDENTES ILUMINADO PELA TEORIA DE RUY MAURO MARINI: PRESSUPOSTO PARA A ANÁLISE DE POLÍTICAS SOCIAIS

Irene da Silva Fonseca dos Santos, Reulcinéia Isabel Prestes e Antônio Marques do Vale	BRASIL, 1930 - 1961: ESCOLA NOVA, LDB E DISPUTA ENTRE ESCOLA PÚBLICA E ESCOLA PRIVADA
Josie Agatha Parrilha da Silva e Maria Cristina Gomes Machado	CARNEIRO LEÃO E A REFORMA DO RIO DE JANEIRO: 1922-1926
Nailda Marinho da Costa Bonato	CONCEPÇÕES DE EDUCAÇÃO DOMÉSTICA: AS TESES DA I CONFERÊNCIA PELO PROGRESSO FEMININO - 1922
Paulo César de Souza Ignácio	BREVE RECONSTRUÇÃO HISTÓRICA DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS, ESPECIALMENTE DAS POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, NO ÂMBITO DAS POLÍTICAS SOCIAIS DO ESTADO BRASILEIRO: ENTRE POSSIBILIDADES E LIMITES

Data: 11-jul-06
Sala: ED05
Linha: 2. História das Políticas Educacionais no Brasil

Adélia Cristina T. Morante e João Luiz Gasparin	MULTICULTURALISMO E EDUCAÇÃO: UM DESAFIO HISTÓRICO PARA A ESCOLA
Benedito Gonçalves Eugênio	CURRÍCULO OFICIAL NO BRASIL: UMA DISCUSSÃO INICIAL
Carla A. Barreto	EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: AS AÇÕES REALIZADAS EM ARARAQUARA PODER LOCAL - UNIVERSIDADE – ONG'S
Luzia Siqueira Vasconcelos	DA PROMOÇÃO EM MASSA À PROGRESSÃO CONTINUADA: O PERCURSO DA PROMOÇÃO ESCOLAR NO BRASIL
Marcelo Ubiali Ferracioli	DESCONSTRUÇÃO DO ARGUMENTO DA TRANSFORMAÇÃO SOCIAL POR MEIO DA EDUCAÇÃO CIDADÃ: A INEXISTÊNCIA DE IDENTIDADE ENTRE EDUCAÇÃO E POLÍTICA
Marilda Bonini Vargas e Margarita Victoria Rodríguez	DAS ESCOLAS NORMAIS À CRIAÇÃO DO CURSO DE PEDAGOGIA NO BRASIL: O PAPEL DA ANFOPE NA DEFINIÇÃO DO PERFIL PROFISSIONAL DO PEDAGOGO 1980/2005

Data: 11-jul-06
Sala: ED06
Linha: 2. História das Políticas Educacionais no Brasil

Ana Paula Salvador Werri	EDUCAÇÃO PARA A TRANSFORMAÇÃO: UM ESTUDO DA CATEGORIA CONSCIENTIZAÇÃO NA OBRA DE PAULO FREIRE
Claudio Afonso Peres e João Carlos da Silva	EDUCAÇÃO E LIBERALISMO: O PÚBLICO E O PRIVADO NO ENSINO SUPERIOR EM QUESTÃO
Jane Maria dos Santos e Carlos Alberto Lucena	EDUCAÇÃO E TRABALHO: O IMPACTO DAS TEORIAS DAS CRISES SOBRE A QUALIFICAÇÃO DE TRABALHADORES NO ENSINO TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO EM UBERLÂNDIA – MG (1985-2004)
Lizia Helena Nagel	EDUCAÇÃO PÓS-MODERNA: INTERESSES E APORIAS

Magali Aparecida Leite Penteado Chaguri e Mara Regina Martins Jacomeli	EDUCAÇÃO PERMANENTE, EDUCAÇÃO AO LONGO DE TODA VIDA, EDUCAÇÃO CONTINUADA: SUPERAÇÃO OU MANUTENÇÃO DA LÓGICA DO CAPITAL
Marco Antônio de Oliveira Gomes e Sérgio Eduardo M. Castanho	EDUCAÇÃO E MOVIMENTO OPERÁRIO NA REPÚBLICA VELHA

Data: 11-jul-06
Sala: ED07
Linha: 2. História das Políticas Educacionais no Brasil

Acácio Nascimento Figuerêdo	ESCOLAS COMUNITÁRIAS, PROPOSIÇÕES PEDAGÓGICAS, FRENTE AO MODELO NEOLIBERAL DE EDUCAÇÃO: TRANSFORMAÇÃO OU ACOMODAÇÃO?
Carlos Henrique de Carvalho	ESTADO, SOCIEDADE E IGREJA CATÓLICA: A INSTRUÇÃO PÚBLICA NA REPÚBLICA VELHA (1902-1930)
Charliton José dos Santos Machado	EDUCAÇÃO, IDENTIDADE E FORMAÇÃO DA NACIONALIDADE BRASILEIRA EM MANUEL BONFIM
Edison Cardoso Lins e Mara Regina Martins Jacomeli	ENSINO MÉDIO: A DUALIDADE HISTÓRICA E A LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL BRASILEIRA DO SÉCULO XX
Eliseu Santana e André Paulo Castanha	ESCOLAS RURAIS DE CASCAVEL: ASCENSÃO E DECLÍNIO
Marcelo Soares Pereira da Silva	EDUCAÇÃO PÚBLICA NAS GERAES EM TEMPOS DE REDEMOCRATIZAÇÃO: A EXPERIÊNCIA NA PRIMEIRA METADE DOS ANOS 80 DO SÉCULO XX

Data: 11-jul-06
Sala: ED09
Linha: 2. História das Políticas Educacionais no Brasil

Ailton Bueno Scorsoline, Marcilene Rosa Leandro Moura e Ricardo José Orsi de Sanctis	GRÊMIO ESTUDANTIL: DESAFIOS E IMPASSES DA CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA
Aparecida Marcianinha Pinto	GESTÃO DA EDUCAÇÃO: O CASO DO PARANÁ
Brígida Maria Pimenta Carvalho	GRADUAÇÃO TECNOLÓGICA: POSSIBILIDADES E DESAFIOS EMERGENTES NO LIMIAR DO SÉCULO XXI
Milton Cleber Pereira Amador e Solange Aparecida Zotti	HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO ESCOLAR DE CONCÓRDIA – SC: DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E MIGRAÇÃO ITALIANA
Vanderlei Amboni	ESTUDOS SOBRE A "MEMÓRIA" QUE MARTIM FRANCISCO APRESENTOU À CONSTITUINTE DE 1823 PARA A CRIAÇÃO DO SISTEMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO BRASILEIRA
Vera Lucia Messias Fialho Capellini e Enicéia Gonçalves Mendes	HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL: EM BUSCA DE UM ESPAÇO NA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Data: 11-jul-06
Sala: ED10
Linha: 3. História das Instituições Escolares no Brasil

Olga Maria dos Reis Ferro	AS AÇÕES EDUCATIVAS ILUSTRADAS E AS AULAS RÉGIAS EM MATO GROSSO: CRÍTICA À HISTORIOGRAFIA EDUCACIONAL DA REGIÃO - 1759-1822
Marcos Roberto de Faria	AS REPRESENTAÇÕES DE ESCOLA, ENSINO E ALUNO NAS CARTAS DE JOSÉ DE ANCHIETA (1554-1584)
Maria Lucimara dos Santos Pereira	ATIVIDADES EXTENSIONISTAS A PARTIR DOS CPCs: UMA ANÁLISE DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA PARA A ATUALIDADE
Edilene Santa Rosa e Luiz Bezerra Neto	DORIVALDO DAMM: O HISTÓRICO DE UMA ESCOLA RURAL EM LIMEIRA
Ana Marilda dos Santos Boeno e Maria da Glória Martins Messias	EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: PERSPECTIVAS HISTÓRICA
Claudia Maria Petchak Zanlorenzi e Maria Isabel Moura Nascimento	EDUCAÇÃO E IDEOLOGIA NA IMPRENSA DE IRATI: 1954-1959

Data: 11-jul-06
Sala: ED11
Linha: 3. História das Instituições Escolares no Brasil

Maristela Iurk Batista	COLÉGIO JÚLIO TEODORICO, SETENTA ANOS EDUCANDO GERAÇÕES
Ricardina Reis Fernandes e Rita Maria Manso de Barros	COLÉGIO PEDRO II: UM COLÉGIO NA HISTÓRIA DO BRASIL
Jussara Gallindo	DA ASSISTÊNCIA AO ENSINO PROFISSIONALIZANTE: PRIMEIRAS APROXIMAÇÕES COM A PROPOSTA EDUCATIVA DA ESCOLA PROFISSIONAL DOM BOSCO - POÇOS DE CALDAS
Maria Lucia de Amorim Soares e Leandro Nunes da Silva	DIÁRIO DE TRABALHO: RELATOS DE UM INSPETOR DISTRITAL DE ENSINO SOROCABANO EM 1925
Bruna Maria Morais de Paiva, Rosângela Chrystina Fontes de Lima e Antonio Carlos Ferreira Pinheiro	EDUCAÇÃO SANITÁRIA: UMA PREOCUPAÇÃO CONSTANTE NOS GRUPOS ESCOLARES
Ademir Valdir dos Santos	ESCOLAS CATARINENSES APÓS O ESTADO NOVO (1945 -1960): (DES)NACIONALIZAÇÃO DO ENSINO PRIMÁRIO ESTRANGEIRO?

Data: 11-jul-06
Sala: ED16
Linha: 3. História das Instituições Escolares no Brasil

Helena Maria Girotto Dorigo e Maria Isabel Moura Nascimento	EDUCAÇÃO INDÍGENA: UM RESGATE DA CULTURA CONFORME A LDBN

Rita de Cássia Fagundes	ENSINO JURÍDICO, EXAME DE ORDEM E LUTA DE CLASSES
Maraizza Moura Chacon, José Carlos de Oliveira, Juliana Maria Alves da Silva	ESCOLA MUNICIPAL DR. VICENTE MACHADO
Cleiza Guilande Perera, Elisete Dalamaria, Franciele Benedetti Formigueiri, Lires de Fátima Rodrigues e Solange Aparecida e Oliveira Collares	ESCOLA MUNICIPAL TASSO AZEVEDO DA SILVEIRA
Norma Patrícya Lopes Soares e Maria do Amparo Borges Ferro	ESCOLA NORMAL NO PIAUÍ: VISÃO HISTÓRICA DE UMA INSTITUIÇÃO ESCOLAR

Data: 12-jul-06
Sala: ED01
Linha: 1. Historiografia e questões teórico-metodológicas da História da Educação

Adriana Salvaterra Pasquini e Marcília Rosa Periotto	FONTES PARA A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO EM MARINGÁ: A INFLUÊNCIA DA IGREJA CATÓLICA NA EDUCAÇÃO NAS DÉCADAS DE 1960 E 1970
Carla Villamaina Centeno	FRONTEIRA E EDUCAÇÃO NO PENSAMENTO DOS HISTORIADORES MATO-GROSSENSES: A SINGULARIDADE DE JOSÉ DE MELO E SILVA
Fátima Maria Neves e Liliana Men	NA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO: INVESTIGANDO O TERMO HISTORIOGRAFIA
Fernando Henrique Cavalcante de Oliveira	JOÃO AMÓS COMENIUS E O MILENARISMO HUSSITA-TABORITA NA DIDÁTICA MAGNA
João Carlos da Silva	FONTES E ARQUIVOS PARA A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO: CIRCULARES E BOLETINS DA IGREJA POSITIVISTA DO BRASIL (1881-1927)
Maria Cristina Dantas Pina	A QUESTÃO RACIAL NO ENSINO SECUNDÁRIO BAIANO: PROBLEMATIZANDO O LIVRO DIDÁTICO DE HISTÓRIA
Rita Filomena Andrade Januário Bettini	FONTES DOS ARQUIVOS PORTUGUESES PARA A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO LUSO-BRASILEIRA

Data: 12-jul-06
Sala: ED02
Linha: 1. Historiografia e questões teórico-metodológicas da História da Educação

Afonso Celso Scocuglia	JUSTIÇA FARDADA E EDUCAÇÃO SUBVERSIVA (1964-1969): IPM E REPRESENTAÇÕES DOS VENCEDORES E DOS VENCIDOS
Ana Carrilho Romero Grunennvaldt	HELVÉCIO DE ANDRADE: A PEDAGOGIA, A EDUCAÇÃO FÍSICA E SEUS HORIZONTES EM SERGIPE
Celi Zulke Taffarel e Hamilcar S. Dantas Junior	FORMAÇÃO DE PROFESSORES, PESQUISADORES E EDUCAÇÃO FÍSICA: A HISTÓRIA COMO MATRIZ CIENTÍFICA

Francisco Máuri de Carvalho Freitas	HISTORIA E EDUCAÇÃO FÍSICA: UM ENSAIO CRÍTICO
José Luiz Zanella	CONSIDERAÇÕES SOBRE A FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO DE PAULO FREIRE E O MARXISMO
Luís Antonio Groppo	AS NOVAS ESQUERDAS E O MOVIMENTO ESTUDANTIL NO BRASIL: 1961-1967
Marcos Cassin	A REORGANIZAÇÃO DO CAPITAL, TRABALHO RURAL E EDUCAÇÃO

Data: 12-jul-06
Sala: ED09
Linha: 1. Historiografia e questões teórico-metodológicas da História da Educação

Cirlei Francisca Gomes Carneiro	O ENSINO DA DISCIPLINA MATEMÁTICA SEGUNDO A PERSPECTIVA DOCENTE DE MARIA LUCRÉCIA SIGNORELLI "NO GRUPO ESCOLAR E NO GINÁSIO ESTADUAL", DE CASTRO, PARANÁ: UM ESTUDO DE CASO NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA. 1940 A 1970
José Carlos da Silva	O HISTORICISMO DE MARX E ENGELS: UMA NOVA CONCEPÇÃO MATERIALISTA E DIALÉTICA DAS RELAÇÕES ENTRE HISTÓRIA, FILOSOFIA E POLÍTICA.
Maria Madalena Sorato e Marcília Rosa Periotto	O LIBERALISMO RADICAL DE FREI CANECA: O TYPHIS PERNAMBUCANO COMO AGENTE FORMADOR DA CONSCIÊNCIA REVOLUCIONÁRIA.
Peri Mesquida	O PAPEL ATRIBUIDO À EDUCAÇÃO E Á FORMAÇÃO DE PROFESSORES NO PROCESSO DE ROMANIZAÇÃO DO APARELHO RELIGIOSO CATÓLICO, DE 1890 A 1915, Á LUZ DE FONTES DOCUMENTAIS.
Elza Margarida de Mendonça Peixoto	O SERVIÇO DE RECREAÇÃO OPERÁRIA E O PROJETO DE CONFORMAÇÃO DA CLASSE OPERÁRIA NO BRASIL - DÉCADA DE 40
André Paulo Castanha	O TRABALHO DOS PROFESSORES NO BRASIL DO SÉCULO XIX: UMA LEITURA COMPARATIVA
Enio Rodrigues da Rosa e Martinha Claret Dutra	PESSOAS CEGAS: TRABALHO, HISTÓRIA, EDUCAÇÃO E ORGANIZAÇÃO NO BRASIL

Data: 12-jul-06
Sala: ED04
Linha: 2. História das Políticas Educacionais no Brasil

Aline Barbosa de Miranda e Maria Vieira Silva	INTERFACES ENTRE AS NOVAS CONFIGURAÇÕES DO ESTADO E DA EDUCAÇÃO SOB AS INFLUÊNCIAS DO TERCEIRO SETOR NA CONTEMPORANEIDADE
Amélia Kimiko Noma e Jessica de Jesus Souza Suzuki	HISTÓRIA DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS: EVIDENCIANDO RELAÇÕES INTERNACIONAIS E REGIONAIS

Carlos Lucena	HISTÓRIA, TRABALHO E EDUCAÇÃO: UM ESTUDO SOBRE A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL DA REGIÃO DO TRIÂNGULO MINEIRO (1960 – 2004)
Eliana Marques Zanata e Enicéia G. Mendes	HISTÓRIAS LEGAIS E REAIS DA EDUCAÇÃO DO SURDO NA REDE ESTADUAL DE ENSINO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Hamilcar Silveira Dantas Junior	JOGOS DA PRIMAVERA DO ESTADO DE SERGIPE: A INICIAÇÃO DA ESPORTIVIZAÇÃO ESPETACULARIZADA (1964-1967)
Maria Salete Bruschi da Silva e Aparecida Marcianinha Pinto	HISTORICIZANDO A EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NO MATO GROSSO

Data: 12-jul-06
Sala: ED05
Linha: 2. História das Políticas Educacionais no Brasil

Ângela Mara de Barros Lara e Natalie Mitie Shimada	A FUNÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA BRASILEIRA
Elis Milena Veiga Moreira de Azevedo, Nerli Nonato Ribeiro Mori	O ATENDIMENTO EDUCACIONAL A PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: A EDUCAÇÃO ESPECIAL COMO POLÍTICA PÚBLICA NO BRASIL
Manoel Isaú	O ENSINO PROFISSIONAL NOS ESTABELECIMENTOS DE EDUCAÇÃO DOS SALESIANOS
Márcia Soares de Alvarenga	MEMÓRIA E MOVIMENTOS SOCIAIS: NAS VOZES DOS PASSADO, LEITURAS E SENTIDOS SOBRE POLÍTICAS EDUCACIONAIS EM SÃO GONÇALO
Noemi Sutil, Rejane Aurora Mion, Paulo Cezar Santos Ventura	NEGOCIAÇÕES NA ELABORAÇÃO DE PROPOSTAS EDUCACIONAIS NO ENSINO-APRENDIZAGEM DE FÍSICA
Patrícia Vieira Trópia	NEOLIBERALISMO E DOCÊNCIA UNIVERSITÁRIA

Data: 12-jul-06
Sala: ED06
Linha: 2. História das Políticas Educacionais no Brasil

Guaraciaba Aparecida Tullio	O GERAL E O PARTICULAR NA HISTORIOGRAFIA EDUCACIONAL BRASILEIRA: REVISITANDO OS CONCEITOS DE IMPERIALISMO E EDUCAÇÃO
Janaina Specht da Silva Menezes	O FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA NO BRASIL: 500 ANOS DE HISTÓRIA
Janio de Souza Alcantara e Carlos Alberto Lucena	O PROCESSO HISTÓRICO DA INDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA E A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: AS INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS E A FORMAÇÃO DO TRABALHADOR
Jefferson Garbúggio e Aparecida Marcianinha Pinto	O PROGRAMA CORREÇÃO DE FLUXO NO PARANÁ: HISTÓRIA E RESULTADOS.

Lucyelle Cristina Pasqualotto	O PROFISSIONAL DA EDUCAÇÃO INFANTIL E OS DESAFIOS POLÍTICOS DA SUA FORMAÇÃO
Sauloéber Tarsio de Souza	O OFÍCIO DE MESTRE: IDEOLOGIA E PODER NAS FALAS DOS DOCENTES DEPUTADOS (LEGISLATURAS DE 1963 E 1967)

Data: 12-jul-06
Sala: ED07
Linha: 2. História das Políticas Educacionais no Brasil

Cézar de Alencar Arnaut de Toledo, Flávio Massami Martins Ruckstadter e Vanessa Campos Mariano Ruckstadter	O TEATRO ENQUANTO INSTRUMENTO PEDAGÓGICO: ANÁLISE DOS PRINCIPAIS EXPOENTES NA EUROPA E NO BRASIL
Dorisvaldo Rodrigues da Silva e Vera Lucia Ruiz Rodrigues da Silva	O USO DA INFORMÁTICA COMO UM INSTRUMENTO DE APOIO NO PROCESSO EDUCACIONAL DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA
Lalo Watanabe Minto	O SENTIDO HISTÓRICO DAS REFORMAS PARA O ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO NOS ANOS 90
Lícia Cristina Araújo da Hora	OS NOVOS PROFESSORES? UMA ANÁLISE DA POLÍTICA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES IMPLANTADA NO PROGRAMA DE QUALIFICAÇÃO DE DOCENTES DA UEMA
Paulo Cezar Santos Ventura e Márcia da Mota Jardim Martini	OS CURSOS TÉCNICOS NO CEFET-MG E O "TREM DE MINAS"
Solange Aparecida Zotti	ORGANIZAÇÃO DO ENSINO PRIMÁRIO NO BRASIL: UMA LEITURA DA HISTÓRIA DO CURRÍCULO OFICIAL

Data: 12-jul-06
Sala: ED10
Linha: 3. História das Instituições Escolares no Brasil

Cecilia Neves Lima	FORMAÇÃO CONTINUADA E EXPERIMENTALISMO PEDAGÓGICO: A ESCOLA GUATEMALA NOS ANOS DE 1950/1960
César Augusto Castro e Samuel Luis Velazquez Castellanos	ESTRATÉGIAS DE APROPRIAÇÃO DAS FONTES DOCUMENTAIS PARA O RESGATE HISTÓRICO DAS CASAS DE EDUCANDOS ARTÍFICES NO BRASIL IMPÉRIO
Christina Camilla Antunes de Almeida e José Luiz Sanfelice	FACENS – UMA HISTÓRIA DE CONTRIBUIÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DE SOROCABA E REGIÃO – ORIGEM E FUNDAÇÃO
Dayse Martins Hora	GRUPOS ESCOLARES NO DISTRITO FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
Marta Beatriz dos Santos Dall'igna, Helena Maria Giroto Dorigo e Maria Isabel Moura Nascimento	ESCOLAS PÚBLICAS DE PATO BRANCO: PEDAGOGOS COMO ANTROPÓLOGOS NA RECONSTRUÇÃO HISTÓRICA

Valquiria Elita Renk	ESCOLAS DE IMIGRANTES: ESPAÇO DE MANUTENÇÃO DA IDENTIDADE ÉTNICA

Data: 12-jul-06
Sala: ED11
Linha: 3. História das Instituições Escolares no Brasil

Alessandra de Sousa e Mara Regina Martins Jacomeli	HISTÓRIA DO GRUPO ESCOLAR CORONEL FLAMÍNIO FERREIRA DE CAMARGO: LIMEIRA - SP (1900-1970)
Ariclê Vechia e Karl Michael Lorenz	IMPERIAL COLLEGIO DE PEDROII: PORTAL DAS IDÉIAS EDUCACIONAIS EUROPEIAS PARA O ENSINO SECUNDÁRIO BRASILEIRO:1838-1878
Celi Zülke Taffarel, Micheli Ortega Escobar, Solange Lacks, Cláudio Lira Santos Júnior, Roseane Soares de Almeida, Kátia Oliver de Sá, Márcia Chaves e Nair Casagrande	HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO FÍSICA & ESPORTE E LAZER NO NORDESTE DO BRASIL: UM ESTUDO A PARTIR DA CONSOLIDAÇÃO DE GRUPOS DE ESTUDO E PESQUISA DA REDE LEPEL/FACED/UFBA
Gislene Lössnitz Bida e Maria Isabel Moura Nascimento	INSTITUIÇÃO ESCOLAR: O JARDIM DE INFÂNCIA DE EMÍLIA ERICHSEN
Inês Olinda Botelho de Araújo, Ivanise Franco Pereira, Juliano Mota Parente, Neise Marino Cardoso, Magali Aparecida Leite Penteado Chaguri e Sueli Maria Pessagno	HISTORIOGRAFIA DAS AÇÕES SOCIAIS NAS INSTITUIÇÕES ESCOLARES DO ESTADO SÃO PAULO EM PARCERIA COM O TERCEIRO SETOR
Wagner Duduch	ESCRAVISMO, IMIGRAÇÃO, MISSÕES E PROJETO EDUCATIVO BATISTA NO BRASIL DO SÉC. XIX: UM ESTUDO DE CASO

Data: 12-jul-06
Sala: ED16
Linha: 3. História das Instituições Escolares no Brasil

Ivanor Luiz Guarnieri	IGREJA CATÓLICA EM REGIÃO CONTESTADA: O ASPECTO EDUCACIONAL, O CASO FAFI
Maria da Glória Martins Messias	REFLEXÕES SOBRE A CONSTRUÇÃO DO EDUCADOR - HISTORIADOR
Rafael Riedi, Solange Aparecida Oliveira Collares	INSTITUIÇÕES ESCOLARES DO MUNICIPIO DE CHOPINZINHO (1946-2006) LEVANTAMENTO E CATALOGAÇÃO DAS FONTES PRIMÁRIAS E SEGUNDÁRIAS
Soraya Mendes Rodrigues Adorno	SOCIALIZAÇÃO DE SABERES E URBANICIDADE NA CRIAÇÃO DE ESCOLAS NO SUDOESTE BAIANO
Vera Lúcia Balbinotti e José Kuiava	UNIOESTE: DA ESTADUALIZAÇÃO AO RECONHECIMENTO

Viviane Ribeiro e Michelle Pereira da Silva Rossi	TRABALHO RELIGIOSO E EDUCAÇÃO: A DISSEMINAÇÃO DO PRESBITERIANISMO NA REGIÃO DO ALTO PARANAÍBA-MG (1884 – 1947)

Data: 13-jul-06
Sala: ED01
Linha: 1. Historiografia e questões teórico-metodológicas da História da Educação

Ariella Lúcia Sachertt Seki e Maria Cristina Gomes Machado	RUI BARBOSA E O DEBATE EDUCACIONAL NO JORNAL A IMPRENSA (1898 – 1901)
Cristiane Silva Mélo e Maria Cristina Gomes Machado	RUI BARBOSA E A QUESTÃO DO ENSINO SECUNDÁRIO NO "DIÁRIO DE NOTÍCIAS" (1889)
Décio Gatti Júnior	SABERES E LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA: QUESTÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS E FONTES (1970-1990)
Paula Edicléia França Bacaro e Teresa Kazuko Teruya	PROJETO LIBERAL DE ESCOLA PÚBLICA: ALGUNS APONTAMENTOS
Silvana Maura Batista de Carvalho	PROFESSOR DE HISTÓRIA: TRAJETÓRIA, HISTORICIDADE NO PROCESSO DE FORMAÇÃO DE NOVOS PROFESSORES
Silvana Maura Batista de Carvalho	PROFESSORES DAS PRIMEIRAS INSTITUIÇOES ESCOLARES DE PONTA GROSSA - REGIÃO DOS CAMPOS GERAIS –PR: UMA RELAÇÃO ENTRE MEMÓRIA E HISTÓRIA DO COLÉGIO ESTADUAL REGENTE FEIJÓ

Data: 13-jul-06
Sala: ED02
Linha: 1. Historiografia e questões teórico-metodológicas da História da Educação

Ana Paula Seco	UM OLHAR SOBRE A EDUCAÇÃO NA COLÔNIA: OS VIAJANTES ESTRANGEIROS
Carla Luciane Blum Vestena, Cleide Aparecida de Oliveira Silva, Maria Lúcia Penteado Agostinhak e Nathalia Cecília Agostinhak	UMA REFLEXÃO HISTÓRICA E FILOSÓFICA SOB A FORMAÇÃO DO PROFESSOR A PARTIR DE ALGUNS RELATOS DE EXPERIENCIAS
Fábio Lopes Alves	USOS E ABUSOS DA IMPRENSA ESCRITA ENQUANTO FONTE HISTÓRICA PARA A HISTORIOGRAFIA E HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO
Jussara Cassiano Nascimento	TRAJETÓRIA DE FORMAÇÃO DOCENTE: HISTÓRIAS DE UMA EDUCADORA
Marcos Pereira Coelho e Guaraciaba Aparecida Tullio	UM TRAÇADO TEÓRICO-METODOLÓGICO NA DEFESA DA EDUCAÇÃO PÚBLICA
Samira Saad Pulchério Lancillotti	TRABALHO DOCENTE: FORMA TRANSITÓRIA DE TRABALHO

Data: 13-jul-06
Sala: ED15
Linha: 1. Historiografia e questões teórico-metodológicas da História da Educação

Renata de Almeida Vieira e Marcília Rosa Periotto	O SENTIDO EDUCATIVO DAS IDÉIAS DE SILVESTRE PINHEIRO FERREIRA NAS "CARTAS SOBRE A REVOLUÇÃO DO BRASIL"
Rosimeire Simão	A PSICOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO E A EDUCAÇÃO NA OBRA DE EDOUARD CLAPARÈDE - PRIMEIRAS APROXIMAÇÕES E QUESTIONAMENTOS
Simone B. Ivashita e Elaine Rodrigues	PRODUÇÃO DISCENTE EM HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO PARANAENSE (1983 A 2003)
Sonia Maria Vieira Negrão, Elaine Rodrigues e Magda Maria de Marchi Ferreira	TECENDO A HISTÓRIA DO CURSO DE PEDAGOGIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
Tania Mara Tavares da Silva	FORMAÇÃO DE PROFESSORES NOS ANOS DE 1990: UMA ANÁLISE A PARTIR DA PROPOSTA DO PROFESSOR PESQUISADOR E REFLEXIVO
Teresa Jussara Luporini	FONTES, INSTITUIÇÕES E HISTÓRIA LOCAL

Data: 13-jul-06
Sala: ED04
Linha: 2. História das Políticas Educacionais no Brasil

Berenice Corsetti	POLÍTICA EDUCACIONAL E IMÁGINÁRIO SOCIAL NO RIO GRANDE DO SUL DOS POSITIVISTAS (1889/1930)
Camila Maximiano Miranda e Maria Silva	POLÍTICAS DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL E REDUÇÃO DA REINCIDÊNCIA CRIMINAL: UM ESTUDO SOBRE OS SISTEMAS EDUCACIONAIS NÃO FORMAIS QUE ATUAM NA PREVENÇÃO À CRIMINALIDADE
Julia Malanchen	POLITICAS DE FORMAÇÃO DOCENTE A DISTÂNCIA E OS RISCOS DA EMERGÊNCIA DE UMA PSEUDOFORMAÇÃO
Luiz Roberto Gomes	POLÍTICAS DE SELEÇÃO DE PROFESSORES: ANÁLISE DOS CONCURSOS PÚBLICOS EM SÃO PAULO NOS ANOS 80
Maria Eunice França Volsi	POLITICAS DE FINANCIMENTO DO BANCO MUNDIAL PARA O SETOR EDUCACIONAL: UM ESTUDO DA PROPOSTA DO PROEM
Regina Lúcia Mesti	OS VALORES NA COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL DOS PARÃMETROS CURRICULARES NACIONAIS

Data: 13-jul-06
Sala: ED05
Linha: 2. História das Políticas Educacionais no Brasil

Analice Leonardi, Franciele Clara Peloso, Manuela Pires Weissböck, Solange Aparecida de Olivera Collares	PROCESSO POLÍTICO E FORMAÇÃO DE PROFESSORES NO BRASIL: UM RESGATE HISTÓRICO E CRÍTICO DE 1827 A 1889 E O REFLEXO NA CONSTRUÇÃO INTELECTUAL DOS DOCENTES NA CONTEMPORANEIDADE
Angélica Jesus de Santana	PRÁTICAS CORPORAIS E SUAS RELAÇÕES COM O CONTEXTO ESCOLAR NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XX
Irizelda M. de S. e Silva, Maria Aparecida Cecílio e Kyome Hirose	POLÍTICAS EDUCACIONAIS NO BRASIL: O(S) CAMPO(S) DE E NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES
Jani Alves Silva e Ângela Mara de Barros Lara	POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL NA DÉCADA DE 1990: UMA ANÁLISE SOBRE A QUALIDADE, DESCENTRALIZAÇÃO E FOCALIZAÇÃO
Lívia Diana Rocha Magalhães	POLÍTICAS EDUCACIONAIS NOS ANOS DE 1930 Á 1950: INCIDÊNCIA SOBRE COLETIVOS DE IDADE
Maria Auxiliadora Cavazotti e Lígia Regina Klein	POLÍTICAS EDUCACIONAIS PARA MENORES EM SITUAÇÃO DE RISCO: ENSINO- APRENDIZAGEM EM INSTITUIÇÃO DE ABRIGAMENTO NO PARANÁ

Data: 13-jul-06
Sala: ED06
Linha: 2. História das Políticas Educacionais no Brasil

Inayá Maria Sampaio, Luciene Maria de Souza, Carlos Alberto Lucena e Robson Luiz de França	REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA, TRABALHO E EDUCAÇÃO: UM ESTUDO SOBRE A FORMAÇÃO PROFISSIONAL DOS TRABALHADORES NA REGIÃO DE UBERLÂNDIA (1980 À 2005)
Ingrid Aline de Carvalho,Rejane Aurora Mion, Paulo Cezar Santos Ventura	TECENDO OS FIOS NA CONSTRUÇÃO DE PROPOSTAS EDUCACIONAIS: O PAPEL DOS INTERESSES NA CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO
Isaura Mônica Souza Zanardini	REFORMA DA EDUCAÇÃO BÁSICA IMPLEMENTADA NA DÉCADA DE 1990: A ARTICULAÇÃO COM A REFORMA DO ESTADO E COM A IDEOLOGIA DA PÓS-MODERNIDADE
Liliam Faria Porto Borges	SOBRE EDUCAÇÃO, DEMOCRACIA e MARXISMO: UMA LEITURA DE CHAUÍ E COUTINHO
Margarita Victoria Rodríguez	TRABALHO E FORMAÇÃO DOCENTE NO CONTEXTO DAS REFORMAS EDUCACIONAIS (1980-2005)
Maria Aparecida da Silva	PROPOSTAS DOS INTELECTUAIS PROGRESSISTAS PARA A EDUCAÇÃO: MINAS GERAIS - ANOS 80

Data: 13-jul-06
Sala: ED07
Linha: 2. História das Políticas Educacionais no Brasil

Armindo Quillici Neto e Sônia Aparecida Siquelli Monaco	UMA REFLEXÃO HISTÓRICA, FILOSÓFICA E POLÍTICA DAS NOVAS DIRETRIZES CURRICULARES PARA O CURSO DE PEDAGOGIA
Gabriela Pontin Novaes e Vânia de Fátima Martino	UMA REFLEXÃO SOBRE A EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA AO LONGO DA HISTÓRIA
Géssica P. Ramos	VALORIZAÇÃO DOCENTE e QUALIDADE DO ENSINO NO FUNDEF: TEXTO E CONTEXTO
Mário Luiz Neves de Azevedo e Antônio Marcos dos Santos Alves	UNIVERSIDADE E FUNDAÇÃO DE APOIO: CONFLITOS ENTRE O PÚBLICO E O TERCEIRO SETOR.
Milena Aparecida Almeida Candiá	UM ARTÍFICE DO CONSENSO: ANTÔNIO CARLOS RIBEIRO DE ANDRADA E SEU PROJETO INTELECTUAL (1897-1930)
Suzane da Rocha Vieira	UMA REFLEXÃO ACERCA DO MANIFESTO DOS PIONEIROS DA EDUCAÇÃO NOVA

Data: 13-jul-06
Sala: ED09
Linha: 2. História das Políticas Educacionais no Brasil

Luciene Ivone de Lima Iglesias e Carlos Alberto Lucena	AS PERSPECTIVAS DO MUNDO DO TRABALHO PARA A CLASSE TRABALHADORA FRENTE AO SETOR EDUCACIONAL EM UBERLÂNDIA-MG SOB A ÓTICA DO CONCEITO DE MODERNIDADE (1985-2004)
Nerli Nonato Ribeiro Mori	EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO BRASIL: PERCURSOS E PERCALÇOS
Roberto Carlos Simões Galvão e Aparecida Marcianinha Pinto	CIDADANIA, PARTICIPAÇÃO POLÍTICA E EDUCAÇÃO NA HISTÓRIA DO BRASIL
Taís Delaneze	A PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA E A PRIMEIRA REFORMA EDUCACIONAL DO NOVO REGIME: DEMOCRACIA X EDUCAÇÃO POPULAR
Vania Cristina Pauluk de Jesus	A EDUCAÇÃO NO CAMPO NA HISTÓRIA EDUCACIONAL BRASILEIRA: ALGUNS APONTAMENTOS
Vera Lucia Martiniak	A LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL PARANAENSE E A ATUAÇÃO DO DIRETOR DA ESCOLA NORMAL.

Data: 13-jul-06
Sala: ED13
Linha: 2. História das Políticas Educacionais no Brasil

Regina Maria Zanatta	JONATHAS SERRANO: PRINCÍPIOS EDUCACIONAIS E REPRESENTAÇÕES DE VIDA NO ROMANCE LUDOVICO

Rita de Cássia Ribeiro Barbosa	IDEOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO E EDUCAÇÃO: DE KUBITSCHEK A JOÃO GOULART
Roger Carlos Ferreira Alves Santos e Lúcia Aranha	TRABALHO, EDUCAÇÃO E LEGITIMIDADE DA EDUCAÇÃO FÍSICA: CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES
Sandra Salete de Camargo Silva e Áurea Maria Paes Leme Goulart	POLÍTICAS EDUCACIONAIS, FORMAÇÃO DOCENTE E INCLUSÃO NO MUNICÍPIO DE MARINGÁ: PERÍODO DE 2001 A 2004
Teise de Oliveira Guaranha Garcia e Theresa Maria Freitas Adrião	O PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NO ESTADO DE SÃO PAULO: DOIS CASOS EM ESTUDO
Teresinha de Jesus Araújo Magalhães Nogueira e Maria Amparo Borges Ferro	POLÍTICA DE INTERIORIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO PIAUÍ, NO CONTEXTO DA HISTÓRIA DAS POLÍTICAS DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Data: 13-jul-06
Sala: ED10
Linha: 3. História das Instituições Escolares no Brasil

Clarice Schineider Linhares	ANÁLISE DA UTILIZAÇÃO DO ESPAÇO ESCOLAR PARA DISCIPLINIZAÇÃO DO ENSINO UTILIZANDO PRINCIPALMENTE A MEMÓRIA REAVIVADA DE PROFESSORES E ALUNOS (1945-1964).
Lucia Mara de Lima Padilha	INSTITUIÇÕES ESCOLARES NOS CAMPOS GERAIS-PR". LEVANTAMENTO E CATALOGAÇÃO DAS FONTES.
Ednéia Regina Rossi	INVENTANDO UMA TRADIÇÃO: A INSTITUIÇÃO ESCOLAR E A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE NACIONAL (SÃO PAULO-1910-1920)
Luci Mara Bertoni, Lucy Mary Soares Valentim, Daniela Souza Baptista dos Santos, Juliana Cristina Lúcio Hernandez e Marcela Regina Câmara	MEMÓRIA VIVA: A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DE BEBEDOURO E REGIÃO QUE SE CONSTRÓI NAS ESCOLAS
Caren Victorino Regis e Nailda Marinho da Costa Bonato	MULHERES DA UNIÃO UNIVERSITÁRIA FEMININA - 1929
Lúcia Helena Moreira de Medeiros Oliveira	NORMAL SANTA TERESA: AÇÃO EDUCACIONAL SCALABRINIANA (1955-1958)

Data: 13-jul-06
Sala: ED11
Linha: 3. História das Instituições Escolares no Brasil

Maria Cristina dos Santos Bezerra	NUANCES DO ENSINO ORGANIZADO POR IMIGRANTES ALEMÃES EM SÃO PAULO
Aline Nigelski e Cleide Aparecida Faria Rodrigues	O CAIC DE PONTA GROSSA A PARTIR DE UMA ANÁLISE HISTÓRICA E SÓCIO-POLÍTICA

Antonia Roseane Favacho da Silva, Daniele Suani Santos da Rocha, Elias Santos de Brito, Evaldo Ferreira Rodrigues, Keila de Jesus Moraes Lobato, Maria Isabel Castro Amazonas e Maria do Perpétuo Socorro Gomes de Souza Avelino De França	O LICEU PARAENSE NO INÍCIO DO SÉCULO XX: BREVES APONTAMENTOS
Ana Cristina Pereira Lage	PROFESSORES POLÍTICOS E ALUNOS GREVISTAS: A ESCOLA NORMAL E O MOVIMENTO SEPARATISTA - CAMPANHA (MG), 1892
Maria Isabel Moura Nascimento e Manoel Nelito Matheus Nascimento	O ESTADO BRASILEIRO E AS INSTITUIÇÕES ESCOLARES
Michelle Pereira da Silva Rossi e Geraldo Inácio Filho	O PRESBITERIANIMO NAS TERRAS MINEIRAS: A GÊNESE PROTESTANTE DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS – UFLA (LAVRAS, 1892-1938)

Data: 13-jul-06
Sala: ED16
Linha: 3. História das Instituições Escolares no Brasil

Cristiana Moreira Lins de Medeiros	O PROGRAMA ACADÊMICO DA FACULDADE DE FILOSOFIA DE NATAL E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES NO RIO GRANDE DO NORTE (1956-1960)
Pablo Silva Machado Bispo dos Santos	OS DOCUMENTOS DA ASSOCIAÇÃO DE EX-ALUNOS, FUNCIONÁRIOS E PROFESSORES DO COLÉGIO NOVA FRIBURGO (CNF): RECONSTRUINDO O IDEÁRIO PEDAGÓGICO DE UMA INSTITUIÇÃO ESCOLAR EXPERIMENTAL
Regina Tereza Cestari de Oliveira	OS GRUPOS ESCOLARES NO SUL DO ESTADO DE MATO GROSSO COMO PARTE DA POLÍTICA EDUCACIONAL (1910-1950)
Ana Paula Gomes Mancini	UMA HISTORIA DA LEITURA PARA PROFESSORES NA ESCOLA NORMAL DA CORTE: SABERES ESPECIALIZADOS PARA FORMAÇÃO DOCENTE NO SÉCULO XIX
Neise Marino Cardoso e Mara Regina Martins Jacomeli	PROJETO EDUCATIVO DAS IRMÃS MARCELINAS NO BRASIL E O PENSAMENTO DE MONSENHOR LUIS BIRAGHI (1838 – 1912)
Ediza Aparecida Xavier de Macedo	RECONSTRUÇÃO HISTÓRICA DAS INSTITUIÇÕES ESCOLARES NO BRASIL" - CATALOGAÇÃO DAS FONTES PRIMARIAS E SECUNDARIAS HISTEDBR – GT PR - UEPG

RESUMOS

Os autores são responsáveis pela correção gramatical e conteúdo dos seus textos.

Linha: 1

Historiografia e questões teórico-metodológicas da História da Educação

FONTES PARA A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO EM MARINGÁ: A INFLUÊNCIA DA IGREJA CATÓLICA NA EDUCAÇÃO NAS DÉCADAS DE 1960 e 1970.

Adriana Salvaterra Pasquini
UEM
Marcília Rosa Periotto
UEM

Trata-se de um levantamento e catalogação de fontes para a História da Educação em Maringá com o objetivo de determinar a influência da Igreja Católica no pensamento educacional propalado em Maringá e no seu entorno nas décadas de 1960 e 1970. Como fonte primária delimitou-se O Jornal de Maringá, informativo de circulação diária na cidade e região, especificamente a coluna "Por um mundo melhor", com boa parte dos artigos assinados pelo então Bispo Diocesano Dom Jaime Luis Coelho, que perdurou nos três anos iniciais da década de 60 e outras que a substituíram, tais como: "A voz do Pastor" e o "Editorial", com o propósito de cumprir a mesma função. Nessas colunas eram abordados aspectos sociais, políticos, educacionais e filosóficos, cujo conteúdo se entendia como importantes à formação ideológica dos habitantes da cidade, tendo em vista prevenir sobre os perigos da ameaça comunista, afastar os jovens da participação nos movimentos políticos de esquerda e legitimar os interesses militares assumidos na "Revolução" de 1964. O pensamento católico, expressivo da classe socialmente dominante, aderiu de pronto ao ideário do regime militar, pelo menos na região onde agia o bispado de Maringá, e tratou de produzir ativamente um ideário negador das ações que pudessem dar sustentação ao pensamento de orientação pretensamente marxista, como a coluna "Por um mundo melhor" afirmava. Num primeiro momento o trabalho se restringiu ao levantamento dos artigos significativos para a compreensão do processo educativo sob a égide da imprensa religiosa em Maringá, bem como dos fundamentos que o alicerçaram, elaborados em meio ao período conturbado da ditadura militar. Posteriormente realizou-se uma classificação e sistematização dos artigos de acordo com as temáticas enfocadas, tendendo a apontar alguns veios teóricos que possam elucidar os fundamentos histórico-filosóficos da educação praticada no município e subsidiar futuros projetos.

JUSTIÇA FARDADA E EDUCAÇÃO SUBVERSIVA (1964-1969): IPM E REPRESENTAÇÕES DOS VENCEDORES E DOS VENCIDOS

Afonso Celso Scocuglia
Universidade Federal da Paraíba
scocuglia@terra.com.br

Após o golpe civil-militar de 1964, as forças repressivas instauraram em cada estado da federação um Inquérito Policial Militar (IPM). Tais Inquéritos guardam partes

ainda não reveladas das histórias representadas pela "justiça fardada" (no caso, o Superior Tribunal Militar) e pelos serviços de repressão da ditadura, além das memórias dos "subversivos" que foram subjugados e vencidos. A nossa pesquisa investiu na reconstrução de uma parte das histórias e das memórias da ditadura e da educação política da década de 1960, na qual dezenas de estudantes, professores, políticos, sindicalistas, jornalistas, religiosos etc foram indiciados como réus dos referidos Inquéritos. No caso específico deste trabalho, os réus selecionados foram professores/as e dirigentes da Campanha de Educação Popular do estado da Paraíba. O IPM da Paraíba (IPM-PB, Processo Nº. 70/64, Autos Findos Nº. 151/69), os depoimentos orais da maioria dos indiciados, o noticiário da imprensa local e os documentos contidos nos arquivos particulares e oficiais constituíram nossas fontes de pesquisa. O fato determinante da ditadura interferir no sistema educacional e fazê-lo um aparelho ideológico do Estado e uma prioridade da sua dominação não está mais em discussão pois tornou-se evidente. Mas, precisavamos entender como os instrumentos legais da ditadura interferiram neste caminho, vigiando, punindo e aparelhando o sistema na disseminação da sua ideologia e da sua hegemonia. Para isso, as teses de Foucault, Gramsci e Althusser, somadas às pesquisas brasileiras foram de extrema valia. Vigilância e punição, hegemonia e papéis dos intelectuais, ideologia e aparelhos do Estado, somados aos estudos da "justiça fardada", da "tutela amistosa" dos militares sobre os civis brasileiros, da montagem do "Estado de classe", da ditadura escancarada, envergonhada e derrotada, além dos estudos sobre as interferências e conseqüências educacionais (para as instituições e seus protagonistas docentes e discentes) do Estado militar foram decisivos nas análises da documentação relativa ao IPM e dos depoimentos orais dos réus. Os resultados (parciais) obtidos demonstram como as representações dos órgãos judiciários da ditadura, por meio dos IPMs, foi determinante na desmontagem de um quadro político antes marcado pelos avanços da educação politizada, nas organizações das Ligas Camponesas, no movimento político-cultural intenso, na participação decisiva da imprensa, na organização sindical, entre outros. Seria coincidência, por exemplo, o fato do arrefecimento da resistência à ditadura por parte dos vencidos coincidir com o encerramento dos IPMs (1969) e a concretização das reformas educacionais (universitária e de primeiro e segundo graus) marcadas principalmente pela vigilância e punição de docentes e discentes? Certamente, não. A inequívoca demonstração da importância que a "justiça fardada" deu aos "educadores subversivos" e às suas ações está demonstrada, entre outros, no próprio fato de que pelo menos 20% das mais de quatro mil páginas do IPM-PB focarem a "subversão educacional". Em outras palavras, o Estado militar brasileiro demonstrou cabalmente o quanto temia a educação politizada e seus agentes, intencionando julgá-los, puní-los exemplarmente e ocupar seus espaços hegemônicos.

GRÊMIO ESTUDANTIL: DESAFIOS E IMPASSES DA CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA

Ailton Bueno Scorsoline
Marcilene Rosa Leandro Moura
Ricardo José Orsi de Sanctis
Universidade de Sorocaba - UNISO

Os movimentos sociais são caracterizados por questões que invocam uma vontade coletiva de mudança da ordem social estabelecida. Dentre estes, desde a organização da educação na forma de instituição, os grêmios estudantis conquistaram grande espaço na sociedade pela forma organizacional e luta por questões e direitos inerentes à categoria, além da grande adesão de seus participantes, haja vista o perfil dos integrantes: jovens, em constante formação, na busca de ideais de mudança das estruturas sociais.

No Brasil, desde o início da organização das primeiras agremiações estudantis, houve fundamental destaque àquelas surgidas nos anos 60, quando criaram foco de resistência ao Regime Militar pós 64, até serem relegados á clandestinidade.

Com o fim do Regime Militar na segunda metade da década 80, voltam a cena os movimentos estudantis, através organização de "grêmios livres" nas escolas e associações regionais e nacionais, participando, inclusive no impeachment do então presidente Fernando Collor.

Ao final da década de 90 e início do novo século XXI, os movimentos não possuem a mesma organização da década de 60, com espírito aguerrido por mudanças sociais. Ademais, no estado de São Paulo, há interferência do próprio poder público na organização dessas agremiações nas escolas públicas, de forma a tirar-lhes a legitimidade como entidade autônoma, além de conduzir suas ações para tarefas burocráticas dentro da escola.

Nesse contexto, o artigo apresenta experiência realizada pelos mestrandos em Educação da Universidade de Sorocaba, bolsistas do Programa Bolsa Mestrado do Governo do Estado de São Paulo, cujo projeto de trabalho desenvolvido junto a Oficina Pedagógica constitui no acompanhamento e estruturação dos grêmios estudantis de uma Diretoria de Ensino, ocorrida entre o segundo semestre de 2005 até o primeiro semestre de 2006.

O trabalho desenvolvido pelos pesquisadores inicia-se pela análise histórica de formação dos grêmios e sua atuação como movimento político de reivindicação de questões sociais, bem como legislação estadual de "regulamentação" das entidades nas unidades escolares. A seguir, através do diagnóstico de quatro escolas públicas estaduais de ensino fundamental e médio, contrasta-se a forma de organização bem como os papéis desempenhados pelos grêmios nos anos de 2005/2006 e os da década de 60: sua autonomia, gestão, desejos e lutas.

Devido à falta de documentos dos grêmios, inclusive registros de reuniões, a pesquisa baseou-se no encontro realizado com estudantes gremistas das quatro instituições analisadas com os mestrandos da Oficina Pedagógica, colhendo-se dos

estudantes suas experiências no trabalho junto às escolas, as dificuldades e a forma de articulação com o ente público e os demais partícipes da comunidade escolar.
O resultado do trabalho apresentou o estado real das agremiações estudantis na atualidade, cujo papel de movimento de caráter social perdeu-se diante de um discurso de construção de cidadania alicerçada na idéia de que o cidadão deve contribuir para as ações sociais competentes ao Estado. Neste quadro se entende que para o exercício da cidadania o grêmio estudantil deve realizar atividades definidas pela direção escolar, cujo papel é determinado pela política sócio-econômica exercida pelo Estado.

HELVÉCIO DE ANDRADE: A PEDAGOGIA, A EDUCAÇÃO FÍSICA E SEUS HORIZONTES EM SERGIPE

Ana Carrilho Romero Grunennvaldt
UFS

Este trabalho é parte da pesquisa que teve como objeto de estudo a Educação Física no ensino primário em Sergipe, no período em que se deu a transição do Império para a Primeira República, estendendo-se até o inicio da era Vargas, a partir de autores que expressavam os anseios por uma modernização burguesa do país via educação. Neste sentido, trazemos as formulações de Helvécio de Andrade para analisar suas proposições em relação à Educação e à Educação Física. Pretendemos atentar para a Educação Física emergindo de uma ordem social anunciada por um projeto civilizador, associando-se ao destino do Ocidente, tendo na Europa seu nascedouro e ideal. O seu programa é orientado pelo progresso, sendo o homem senhor de seu destino e, por isso, responsável por ele, tendo a ciência como sua auxiliar para subjugar a natureza e, possibilitando essa intervenção, mecanismos que o levem a um padrão de vida mais cômodo e mais civilizado. Em Sergipe, esses novos anseios serão expressos por uma obra política, a mudança da capital da Província, São Cristóvão, para Aracaju, sendo a nova capital planejada e concebida como marco da era do progresso que se queria implantar na região. Helvécio de Andrade participou da constituição dessa dinâmica, como professor da Escola Normal e representante dos ideais educacionais afinados com os novos tempos. Para o presente estudo e análise valemo-nos de sua obra:"Curso de Pedagogia – lições práticas elementares da Psicologia, Pedologia, Metodologia e Higiene Escolar, professoradas na Escola Normal de Aracaju", publicada em 1913. Considerando-se o momento em que foi produzida e o fato de estar intimamente ligada a uma proposta educacional do início do século XX, para Sergipe, muito se destaca pelos aspectos e perspectivas que se revelam essenciais ao exame de nosso objeto de estudo: a Educação Física como um espaço específico, sua construção e as transformações por que passou no âmbito da escola, no ensino elementar. A discussão da importância de investir na criança seguia uma trilha aberta por partidários da nova pedagogia, que tinham na Psicologia Infantil e na Didática

pontos precípuos para sua intervenção. No contexto brasileiro, as implicações dessa discussão começaram a ocorrer em meados do século XIX, passando a representar um imaginário de renovação pedagógica em vários âmbitos, argumentando-se pela centralidade da criança nas relações de aprendizagem, pelo respeito às normas higiênicas, pelo disciplinamento do corpo do aluno e de seus gestos. A tais modificações se acrescentaram cientificidade da escolarização de saberes e fazeres sociais e a exaltação do ato de observar e de intuir, na construção do conhecimento do aluno.

APONTAMENTOS SOBRE O TRABALHO E A QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL PARA A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO

Ana Elizabeth Santos Alves
Museu Pedagógico
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB
Agência Financiadora: FAPESB

Este artigo tem como objetivo analisar como as relações entre a qualificação profissional e o trabalho foram constituídas historicamente no capitalismo. O problema teórico que este texto pretende apresentar é o de que só se compreende o processo de qualificação profissional, quando o analisa intimamente ligado ao projeto capitalista. A qualificação da força de trabalho, ao longo da história do capitalismo, foi definida e construída com base nas necessidades do processo de acumulação capitalista, que é realizado por meio de práticas educativas segundo a lógica do capital. Nas diversas formas que a organização do trabalho assumiu desde a manufatura, práticas educativas subjacentes sempre estiveram presentes, demarcando um caráter de subordinação e de resistência do homem ao trabalho, a exemplo das práticas que dividiram as formas artesanais de produção, evidenciadas na evolução do processo histórico de expropriação gradativa do trabalhador dos seus instrumentos de trabalho. Só é possível compreender a história da educação contemporânea se de antemão analisarmos as transformações históricas do capitalismo. Para discutir essas questões, o texto apresenta de forma sucinta uma descrição das formas de organização do processo de trabalho desde o período manufatureiro até os dias de hoje, destacando a introdução do taylorismo e do fordismo e, posteriormente, o modelo japonês e suas práticas educativas transformadoras da qualificação dos trabalhadores, em seguida, analisa as implicações desse processo no Brasil.

EDUCAÇÃO, HISTÓRIA E CULTURA NO BRASIL COLONIAL

Ana Palmira Bittencourt Santos Casimiro
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
casimiro@uesb.br

Iniciamos o presente texto com uma breve discussão sobre a importância do exercício mediado entre teoria e prática, e considerando que o conhecimento do objeto, no caso a história e a cultura colonial, com ênfase na educação, deverá ser obtido a partir da realidade concreta, com os dados fornecidos por personagens que viveram naquele ambiente. A seguir, com base em aspectos colhidos sobre a realidade colonial, apresentamos reflexões de ordem teórica segundo alguns autores que adotaram a nova história cultural, como Lynn Hunt (1992) e Roger Chartier (1988), aqui lembrados por representarem muitos outros para quem o repensar da teoria da história significa repensar a utilização do método e das categorias marxistas de análise (tradicionais), ao mesmo tempo em que fazem uso do pensamento de teóricos alternativos e de categorias de análise extraídas do campo das representações, principalmente do campo da linguagem. A seguir discorremos sobre o cotidiano colonial, e a partir de análises em documentação original, manuscrita e impressa, sobre as diversas representações, ideologias e mentalidades que reinaram no Brasil colonial. Consideramos, ainda, que foi este terreno fértil que a Igreja e o Estado Português escolheram para plantar a sua semente reformadora das relações escravistas. Para compreender e explicar esse mundo, rico, multifacetado e contraditório que historicamente nos ajuda a compreender as contradições do presente, reafirmamos a importância do exercício mediado entre teoria e prática, como método de abordagem considerando que o conhecimento do objeto, no caso a história e a cultura colonial, com ênfase na educação, deve ser obtido a partir da realidade concreta, com os dados fornecidos por personagens que viveram naquele tempo. Reafirmamos, também, a importância da história cultural, como método de procedimento capaz de analisar com detalhes o terceiro nível da experiência histórica, o nível das representações. No contexto aqui analisado, destacamos a forma como se organizou a vida material, as contradições de classes; a forma como se organizou a vida social, também com contradições abissais e, principalmente, lembramos da riqueza do mundo representado, no qual a religião e a arte tiveram função preponderante.

UM OLHAR SOBRE A EDUCAÇÃO NA COLÔNIA: OS VIAJANTES ESTRANGEIROS

Ana Paula Seco
Universidade Estadual de Campinas

O presente trabalho constitui-se de um breve estudo de como os livros de viagem, deixados por viajantes estrangeiros que estiveram no Brasil, tornaram-se

testemunho fundamental e critério de legitimidade para a construção de interpretações sobre o país. Tais obras expressaram o modo como seus autores observaram, interpretaram e registraram os diferentes aspectos da sociedade brasileira, em especial a educação, em diferentes períodos de nossa história, principalmente, entre os séculos XVI e XVII. A educação é aqui entendida tanto no seu sentido mais restrito, como meio de adquirir formação e desenvolvimento físico, intelectual e moral, de instrução e ensino, como num sentido mais abrangente, enquanto conhecimento e observação dos costumes, da vida social, civilidade, delicadeza, polidez, cortesia, cultura, socialização e sociabilidade. Consideramos como viajantes os estrangeiros que, pelos mais diferentes motivos, estiveram envolvidos numa viagem e como livros de viagens "todos os relatos que deram à Europa uma visão do 'Novo Mundo' através de uma experiência própria", informações estas proporcionadas por um deslocamento físico e por um tempo determinado, ou seja, pelas viagens. Estas promoveram inventários do espaço, dos costumes e da natureza, que nos permite vê-las como parte do processo de conquista, colonização e consolidação de paradigmas científicos. A produção literária construiu representações sobre os nativos, as riquezas naturais e as terras, construções estas que trazem no seu conteúdo um comprometimento com uma visão colonialista e etnocêntrica. A literatura de viagem dos séculos XVI e XVII constitui documentação preciosa calcada no imaginário da sociedade européia, desde o fim do período medieval até o Renascimento, na história da descoberta do Brasil e na fase inicial de sua colonização. O país foi retratado por viajantes estrangeiros que aqui aportavam com seus interesses comerciais, científicos e colonialistas, amalgamando motivações teológicas, morais e estéticas, que ficaram expressas em seus textos e imagens, umas mais outras menos coerentes com a realidade, mas todas importantes devido ao seu caráter informativo, pelas diferenças e diversidade de aspectos observados e registrados. A educação ou a falta dela também foi um fator analisado pelo olhar do estrangeiro que possuía uma cultura diferente da que ainda estava se formando no Brasil. Ao se propor uma exposição acerca da presente temática, uma discussão quanto às contribuições para a história da educação brasileira, se faz necessário uma demarcação mais precisa. Sendo assim, selecionamos alguns autores para este trabalho: Hans Staden, Pero Magalhães Gandavo, Fernão Cardim, José de Anchieta, Jean Lery e Calude d'Abbeville. A fim de ilustrar o que se pode encontrar em tais fontes, expomos apenas alguns dos muitos fragmentos encontrados nos livros de viagens que tratam da situação da educação no Brasil. O que é válido nessa obras são as idéias nelas contidas, que refletem a educação e/ou instrução numa determinada época, em diferentes regiões do Brasil. Ademais, consideramos que os trechos apresentados possibilitam uma mostra de como tais fontes podem ser úteis para pesquisas na área da História da Educação.

O TRABALHO DOS PROFESSORES NO BRASIL DO SÉCULO XIX: UMA LEITURA COMPARATIVA

André Paulo Castanha
UNIOESTE / UFSCAR

O trabalho resulta das pesquisas que desenvolvo sobre as políticas de instrução pública elementar no Brasil imperial a partir do Ato Adicional de 1834. O objetivo é compreender as ações do Estado no que se refere aos professores. Quais as iniciativas em relação à formação? Quais os incentivos salariais? Como se dava a processo de seleção nos concursos públicos? E qual o papel reservado ao professor em relação à organização da sociedade? Grande parte dos historiadores do período, afirmam que o Ato Adicional de 1834 desorganizou completamente a instrução elementar no Império, pois cada província procurou organizar o seu sistema de ensino. Isso levou a uma pluralidade de ações desconexas tornando a instrução elementar praticamente nula. A pesquisa desenvolvida, até então tem demonstrado que esta tese da historiografia está equivocada, pois é plenamente possível perceber que havia um conjunto de leis bem articuladas, que transitavam entre as províncias colocando em prática, várias medidas que visavam à organização da instrução elementar e principalmente o controle do trabalho dos professores. Ao estudar a categoria dos professores, nos tempos de hoje, ou no século XIX, é fácil concluir que a sua desvalorização foi historicamente construída, principalmente no que se refere à questão salarial. No entanto, esta análise não visa discutir com a historiografia sobre a questão do trabalho do professor, enquanto categoria profissional inserida no sistema capitalista. A análise aqui está centrada, tão somente, no trabalho do professor enquanto um agente do Estado, responsável pela difusão da instrução elementar e de uma moral civilizadora. O objetivo é perceber as condições e contribuições de seu trabalho na constituição da sociedade e Estado imperial. Para demonstrar as políticas do Estado, em relação a professor, faço uma comparação entre as Províncias do Paraná, Mato Grosso, Rio de Janeiro e a Corte, tendo como parâmetros de analise os regulamentos de instrução pública produzidos até 1880, além de leis e decretos diversos. O estudo demonstra que o Estado utilizou-se da legislação educacional para controlar de perto o trabalho dos professores. Mapas de freqüência, atestados, inspeções, métodos de ensino, regulamentos, tornaram-se freqüentes na vida dos professores. A preocupação com o trabalho do professor estava muito mais voltada, ao potencial que este desempenhava, como agente da administração responsável pela difusão de um modelo de sociedade, do que pelos conhecimentos básicos dos conteúdos aplicados. Criticava-se a falta de habilitação dos professores, mas essa carência sempre era suprida pela falada moralidade. Não era fundamental ter um quadro de professores qualificados, mas era indispensável que os professores fossem engajados no projeto, portanto, defensores e difusores da ordem e civilização. Eles deveriam servir de modelo aos seus alunos tanto sua vida pública como na vida privada. Essa forte vigilância visava impedir que os professores semeassem em seus alunos valores e princípios diferenciados dos defendidos pela classe hegemônica.

FLORESTAN FERNANDES E O LUGAR DE SÃO PAULO NA HISTÓRIA DA SOCIOLOGIA NO BRASIL

André Teles Guedes
Mestrando, bolsista pelo CNPq
Pós-Graduação do Departamento de Sociologia da
Universidade de Brasília – UnB
telesguedes@gmail.com

No presente texto abordo a versão mais explícita que Florestan Fernandes deu ao processo de conformação da Sociologia no Brasil como saber e campo disciplinar. Em seguida, busco confronta-la com uma série de observações mais e menos divergentes, produzidas por autores que também se dedicaram ao estudo das tradições do pensamento social brasileiro e suas linhagens intelectuais. Em jogo, está a definição da experiência de uma das primeiras gerações de sociólogos formados pela Universidade de São Paulo, grupo ao qual se costuma atribuir um papel chave na consolidação e desenvolvimento da Disciplina no país, e cuja atuação teria supostamente se objetivado como uma Escola de pensamento sociológico. É bastante conhecido o papel desempenhado por Florestan no treinamento dado aos jovens cientistas sociais uspianos ao longo dos anos 50 e 60. A memória e os balanços produzidos pelo autor formam também uma espécie de trunfo, capital simbólico e parte integrante da auto-imagem da sociologia paulista. Tendo isso em conta, o objetivo principal do texto é permitir que o leitor conheça uma parte dos discursos que alimentam este aspecto das disputas pela legitimidade dentro do campo.

ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO ESTADO DO PARANÁ: 1904-1940

Profª. Dra. Ângela Mara de Barros Lara
UEM/PPE/DFE
angelabarroslara@yahoo.com.br

A busca dos aspectos contextuais do período estudado possibilita a compreensão de que a questão da assistência foi uma preocupação da família Moncorvo: pai e filho, médicos sanitaristas, assim como profissionais de outras áreas, ao se preocuparem com esta questão. Este texto procura discutir os aspectos que deram origem à educação infantil no Estado do Paraná, bem como a relação do contexto econômico-político-social brasileiro no período e suas implicações. O objeto de investigação é a origem da educação infantil no Estado do Paraná. Os pressupostos teórico-metodológicos do Materialismo Histórico-Dialético fundamentam as análises propostas. Procurou-se discutir os percursos que efetivaram a educação infantil no Paraná de 1904 a 1940. Num primeiro momento, foi discutida a relação entre o Estado do Paraná e o Brasil procurando entender os condicionantes econômicos,

políticos e sociais; o processo de viabilização da instrução pública no estado no período, bem como os métodos propostos para os jardins de infância. No segundo momento do texto apresentou-se as propostas educacionais e as instalações provenientes desta segunda década; a Reforma P+.edagógica como uma mudança na legislação; a proposta de instituir uma educação da infância que as preparasse para o ensino primário; a importância da I Conferência Nacional de Educação, sediada em Curitiba, bem como a estratégia disciplinar, suave e sutil de educar as crianças. Os aspectos fundamentais discutidos nos anos 30 foram: crise do sistema educacional, educação do povo, Escola Nova, a Conferência Internacional de Instrução Pública, Projeto do Serviço Social e nos anos 40: processo de imigração, expansão do ensino no Estado, proposta disciplinadora dos programas de educação, administração centralizada da educação, crítica a educação infantil do período, a contribuição de Erasmo Pilloto na educação infantil do Paraná, nestes termos acreditamos poder partilhar com outros teóricos e profissionais da educação infantil algumas questões que merecem ser discutidas no tempo presente para entender melhor o tempo passado. As questões tratadas, neste texto, buscaram mostrar as repercussões que a proposta jurídico-assistencialista causou ao procurar atender as crianças no país. A ação concebida, naquele momento, tinha como intuito priorizar a reeducação, a regeneração e a reabilitação dos menores, tendo como meta civilizar o Brasil. Na ordem liberal capitalista, a criança é entendida como elemento servil posicionada sob dois pontos de vista: o da esperança e o da salvação como chave para o futuro. Baseados na proposição da construção nacional, a partir das idéias dos médicos, dos juristas, entre outros, entendiam que ao dar assistência e proteção, por meio da cruzada pela infância, poderiam ao mesmo tempo atender o povo-criança para sanear, civilizar e moralizar o país.

ANÁLISE HISTÓRICA DAS IDÉIAS QUE FUNDAMENTARAM A PROPOSTA LIBERTÁRIA DE EDUCAÇÃO NO SÉCULO XIX

Angela Maria Souza Martins
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO

Ao pesquisar a história da educação anarquista no Rio de Janeiro, nas primeiras décadas do século XX, o nosso grupo de pesquisa deparou com uma necessidade: compreender a origem das principais idéias que embasaram as propostas de educação libertária no Brasil. Assim, percebemos que precisávamos entender, com maior profundidade, como foram construídas as categorias teóricas que fundamentaram o pensamento libertário de educação. Começamos um trabalho de recuperação de textos escritos no século XIX, que discutiam vários aspectos importantes à formação do pensamento pedagógico libertário. O movimento anarquista, no século XIX, elegeu a educação como um importante instrumento para realizar a revolução social com a intenção de formar uma nova ordem social. Ao escolher a educação como instrumento de luta, vários aspectos pedagógicos

foram discutidos como: o papel da razão no processo educativo; o princípio da liberdade; a relação entre trabalho manual e intelectual na formação educacional; o ensino integral, entre outros aspectos. Estas questões são consideradas fundamentais, até os dias de hoje, na construção de uma proposta pedagógica. Apresentaremos neste trabalho as concepções pedagógicas de Bakunin, Kropotkin e Paul Robin, porque estes três pensadores foram responsáveis por grande parte da construção do pensamento pedagógico libertário, inclusive Kropotkin e Paul Robin influenciaram o pensamento de Ferrer y Guardia, cuja proposta pedagógica deu origem as Escolas Modernas no Brasil, escolas que, no início do século XX, defendiam a proposta pedagógica racional libertária. A maioria desses autores parte do pressuposto que o homem tem condições de organizar racionalmente a sua vida, livre de qualquer dogmatismo, agregando a racionalidade o princípio de liberdade, desse modo construir-se-ia uma consciência libertária que estimularia e impulsionaria o processo de mudança social. A educação seria um dos caminhos de construção dessa consciência libertária. Criaram uma vinculação entre a educação e o processo de mudança social. Por meio de nossa pesquisa, concluímos que Bakunin, Kropotkin e Paul Robin confiavam na capacidade da razão para transformar a sociedade, a razão era vista como uma luz que guiava os homens no processo de libertação da opressão, da exploração e das injustiças, assim a instrução, por meio de processos racionais, possibilitaria a libertação do homem. Propunham que os homens fossem educados desde pequenos para que construíssem o senso crítico e a autonomia de pensamento, cultivando os valores: liberdade e solidariedade.

ANÍSIO TEIXEIRA NA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA: DA EDUCAÇÃO EUROPÉIA À NORTE-AMERICANA

Aparecida Favoreto
Universidade Federal do Paraná (doutoranda)
Maria Inalva Galter
Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Este trabalho tem como principal objetivo fazer uma reflexão histórica do entusiasmo de Anísio Teixeira para com o modelo de educação dos Estados Unidos da América na década de 1930. Com base em algumas de suas obras que narram o modelo norte-americano de educação, pode-se afirmar que o entusiasmo deste autor baseia-se na idéia de que a educação era a grande causa do progresso da América do Norte e a rapidez com que ela vinha tornando-se uma nação rica e democrática. Para este autor, o progresso daquele povo só poderia ser explicado, se levasse em conta o seu espírito inovador, que conseguiu romper com as velhas tradições. Para ele, o progresso material dos EUA era resultado da forma de ser do povo americano, que, em meio à vibração de sua vida nacional e espírito democrático, conseguiu atingir o progresso humano. Em sua perspectiva, o Brasil

poderia também alcançar tal progresso se construísse um sistema de ensino semelhante. Entretanto, no que se refere a historiografia brasileira, esta leitura de Anísio Teixeira, muitas vezes é repassada para a história da educação como expressão de um pensamento progressista e democrático, mas por outro lado, também é vista como uma tradução do pensamento burguês conservador, que não atendia as necessidades da classe trabalhadora, mas estava inteiramente comprometido com a burguesia nacional. Diante desta diversidade de análises sobre este autor, neste trabalho apenas objetiva-se refletir sobre o lugar de Anísio Teixeira na história do Brasil. Perseguindo os argumentos produzidos por Anísio Teixeira, em comparação com o contexto histórico, busca-se refletir sobre a relação de sua defesa educacional com as questões postas para serem resolvidas pela educação. Anísio Teixeira, ao apontar o espírito e o modelo de educação norte-americano como elementos essenciais na condução do progresso brasileiro, revela, não apenas um suposto caráter ideológico partidário, mas trata-se de um registro histórico de uma época que o Brasil apenas iniciava a construção de um sistema nacional de ensino público. Sendo assim, conclui-se que, no contexto histórico dos anos 30, o significado das formulações acerca das preocupações com a construção do sistema de ensino nacional era, na verdade, um recurso que ele considerava o mais avançado até então produzido pelo homem.

ANARQUISMO, TRABALHO E EDUCAÇÃO NAS FOLHAS DO JORNAL "A PLEBE"

Aracely Mehl Gonçalves
aracelymehl@hotmail.com
Maria Isabel Moura Nascimento
UEPG

A presente pesquisa tem como tema ANARQUISMO, TRABALHO E EDUCAÇÃO NAS FOLHAS DO JORNAL "A PLEBE" . Esta pesquisa parte de uma concepção de história onde se busca expor o processo real de produção, partindo da produção material da vida dos anarquistas, também conhecidos como libertários ou acrátas, e busca compreender a forma de intercâmbio trazido por eles ao modo de produção engendrado nesta sociedade no período histórico analisado Ao se eleger o "A Plebe" como fonte histórica para esta pesquisa, apresenta-se a necessidade do estudo do processo histórico de sua formação bem como da constituição do movimento social em que ele está inserido. Para os anarquistas o futuro da humanidade exclui todo principio de autoridade, de domínio e de exploração do homem pelo homem, para tal, é preciso que o ideal anarquista seja profundamente conhecido e, para que isto ocorra são organizados grupos, publicados folhetins e jornais, panfletos e livros, bem como realizadas conferencias e comícios, para espalhar os seus ideais.A imprensa anarquista e operária,contribuiu sobremaneira á divulgação dos ideais do movimento e suas ações políticas, trazendo também um caráter didático e

doutrinário.O jornal propicia a interpretação do cotidiano de determinada sociedade. Para o historiador é importante que o jornal esteja contextualizado em um período histórico definido e a produção do jornal deve ser considerada pelas suas relações com a cultura, a ideologia e o modo de produção da sociedade em que se insere.A temática a ser examinada neste estudo, pauta-se no trabalho (operário) como principio organizador das idéias anarquistas e vê nesta relação, que é a de produção e portanto social, o objeto da história, e, na dialética, o método de produção de conhecimento. A análise do presente estudo terá como enfoque a dialética materialista histórica. O historiador que escolhe ter o materialismo histórico dialético como elemento norteador de sua pesquisa necessita analisar as diferentes formas de desenvolvimento das relações de produção materiais, procurando o movimento real dos acontecimentos.O procedimento metodológico adotado na pesquisa é o de coleta e classificação de reportagens do jornal "A Plebe". As fontes primárias para a pesquisa foram coletadas no Arquivo Edgard Leuenroth, na Universidade Estadual de Campinas.Estão sendo feitas cópias na íntegra das reportagens que versam sobre educação, as quais serão,digitalizadas e organizadas em um banco de dados específico para a pesquisa para então serem analisadas á luz do referencial teórico. Neste sentido , foram selecionadas algumas categorias de análise do jornal que são: trabalho, educação, ideologia e Estado. Sendo assim, pretende-se, como ponto de partida, e para não cair no historicismo de contar a história tal qual ela se apresenta nos textos dos jornais, situar a relação das idéias expostas através dos artigos pelo jornal "A Plebe", situando-os ao contexto histórico vivido, seja pelo interesse do jornalista, seja pelo período pesquisado.

RUI BARBOSA E O DEBATE EDUCACIONAL NO JORNAL A IMPRENSA (1898 – 1901)

Ariella Lúcia Sachertt Seki
PIC/UEM
Orientadora: Maria Cristina Gomes Machado

Este artigo resulta dos estudos realizados para a execução do Projeto de Iniciação Científica, sob o título "O papel do Estado e da educação para Rui Barbosa, expresso no jornal 'A Imprensa' de 1898 – 1901". Esta pesquisa é de caráter bibliográfico e baseia-se nas leituras dos livros "A Imprensa", publicados nas "Obras Completas de Rui Barbosa", totalizando 13 volumes, estes apresentam os artigos do autor publicados no período de 1898 a 1901, no supracitado jornal da cidade do Rio de Janeiro. Rui Barbosa escreveu diversos artigos tratando de assuntos relacionados à sociedade brasileira, nos quais descrevia a situação política e econômica do país, bem como discutia o papel do Estado, enfatizando que este tinha como dever assumir responsabilidades sociais, principalmente no que se refere às questões educacionais. Para compreender as questões tratadas por Rui Barbosa, fez-se necessário estudos sobre os acontecimentos sociais, políticos e econômicos do

Brasil, no final do século XIX e início do século XX, pois neste período o país vivenciava intensas transformações deflagradas com a Abolição dos Escravos, em 1888, e com a Proclamação da República, em 1889, de maneira a provocar inúmeros debates sobre as medidas necessárias para a modernização da sociedade brasileira. Para fundamentar a metodologia adotada buscou-se entender as possibilidades do uso da imprensa periódica como fonte para a história da educação.

UMA REFLEXÃO HISTÓRICA E FILOSÓFICA SOB A FORMAÇÃO DO PROFESSOR A PARTIR DE ALGUNS RELATOS DE EXPERIENCIAS

Msc. Carla Luciane Blum Vestena
UNICENTRO
Cleide aparecida de Oliveira Silva
UNICENTRO
Maria Lúcia Penteado Agostinhak
UNICENTRO
Nathalia Cecília Agostinhak
UNICENTRO

A proposta desse estudo é refletir a "construção" dos saberes sobre a formação de profissionais resgatando as diferentes sociedades construídas ao longo da história, bem como contrapor as análises dos depoimentos de alguns professores da rede municipal de ensino, do Município de Guarapuava. Com o intuito de pontuar quando e quais os avanços aconteceram na direção da formação de um professor reflexivo. Podendo-se assim traçar o perfil do professor atual diante dos desafios de uma educação voltada para a ontologia do presente – "uma ontologia de nós mesmos" e "uma analítica da verdade" Foucault (1984). Isto é assumindo a posição crítica em relação ao presente e refletindo sobre como educar na atualidade. Para tal é utilizado Foucault (1980), Deleuze (1990); ALVES (2001), BOLLE (1986); KOHAN (2003); e ROGERS (1961). A abordagem textual é elaborada em três fases: as diferentes sociedades e suas implicações na formação de professores; a idéia de formação na atual sociedade de controle; e o que pensam os professores sobre a aprendizagem significativa. Portanto, os cursos de formação, em geral têm sido "estreito e rudimentar", centrado no como ensinar, cedendo lugar ao domínio do conhecimento. Isso não basta! É preciso que os cursos de formação de professores repensem conceitos e posturas, no sentido de rever idéias e postulações um tanto quanto ranços do passado educacional. Neste entendimento, a concepção de a idéia de que se o aprender é algo concreto que se torna e se assimila como um fruto de uma planta, onde aprender é uma virtualidade que se verifica no encontro com outros iguais, não é diferente de repetir, imitar, traduzir, decompor, recompor, experimentar o prazer e a dor e comunicar esse prazer e essa dor aos seus semelhantes. Dessa forma, aprender não é trazer para si algo de quem ensina. Não é levar para outro algo de si, ensinar é oferecer, colocar um exemplo do aprender e

aprender é seguir essas "instruções" por si mesmo. (KOHAN, 2003, p. 253) Convém salientar a necessidade de se repensar no sentido das palavras de Rogers (1961, p. 250) "que a única coisa que se aprende de modo a influenciar significativamente o comportamento é um resultado da descoberta de si, de algo que é captado pelo indivíduo." Sendo assim, "o conhecimento desse tipo, descoberto pelo individuo, essa verdade que foi captada e assinalada na experiência de um modo pessoal, não se pode comunicar diretamente a outra pessoa." Enfim, há muito que refletir nesta complexa realidade do presente.

FRONTEIRA E EDUCAÇÃO NO PENSAMENTO DOS HISTORIADORES MATO-GROSSENSES: a singularidade de José de Melo e Silva

Carla Villamaina Centeno
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS
Universidade para o Desenvolvimento do Estado e da Região do Pantanal-UNIDERP
carla.centeno@uol.com.br

Este trabalho tem por objetivo apresentar uma pesquisa em andamento sobre a fronteira e a educação no pensamento dos historiadores mato-grossenses, com destaque para o pensamento de José de Melo e Silva, autor de duas obras sobre a fronteira de Mato Grosso com o Paraguai: Fronteiras Guaranis (1939) e Canaã do Oeste (1948). Para tanto, foi realizada uma análise dos historiadores mato-grossenses que produziram estudos nas quatro primeiras décadas do século XX, a fim de verificar as concepções de fronteira e de educação. Do material levantado e descrito foram analisadas as idéias educacionais que estão contidas nestes estudos. Verificou-se que José de Melo e Silva destacou-se da produção regional sobre a fronteira. Foi o único autor que pensou, de maneira mais acabada, numa plataforma para a fronteira na perspectiva de superação de suas singularidades. Melo e Silva tinha um projeto para a região e nele a educação ocupava um dos lugares mais importantes. Os demais historiadores que analisaram a fronteira não se preocuparam, de forma sistemática, com a educação, enquanto projeto de equalização social e em suas obras verifica-se a mera repetição de suas fontes, bem como inexistência de análise interpretativa. Melo e Silva tinha formação eclética e enveredou pelo evolucionismo e pelo positivismo, circulantes no final do século XIX e início do século XX, mesclando suas teorias com ideologias racistas e por idéias do catolicismo. É possível notar, também, que o autor foi o único historiador que usou a teoria para fundamentar sua proposta. Intelectual erudito e rigoroso, Melo e Silva cita suas fontes, algo pouco comum na historiografia regional de sua época. Seu estilo não é conciliador: faz questão de evidenciar sua opção política. Melo e Silva utiliza-se da historiografia, de fontes clássicas da psicanálise, da sociologia, da antropologia e de fontes primárias como as Cartas Jesuíticas e outros documentos consultados nos Anais da Biblioteca Nacional. Há momentos em que o autor faz

também descrições empíricas, observando aspectos em que se defrontou pessoalmente. Para esta análise, utilizou-se a Ciência da História, como referencial teórico-metodológico.

FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA: A HISTÓRIA COMO MATRIZ CIENTÍFICA

Celi Zülke Taffarel
Prof.ª Dra. Titular LEPEL/FACED/UFBA
taffarel@ufba.br
Hamilcar S. Dantas Junior
Prof. Ms. DEF/UFS
Doutorando em Educação LEPEL/FACED/UFBA
Bolsista PQI/CAPES
hamilcarj@bol.com.br

Problematizar a matriz científica dos cursos de formação de professores demarca uma tomada de posição histórica. O legado que diz respeito às bases teórico-metodológicas para a formação de professores vem se pauperizando, juntamente ao processo de esgotamento do padrão de relações estabelecidas pela humanidade baseada na exploração do trabalho humano e na exploração da natureza. Urge, por conseguinte, aos que tratam da formação de professores, reconceptualizar o currículo de formação a partir de uma matriz cientifica superadora que considere com radicalidade o ser humano e suas condições de existência, a atividade humana e seus fins. Se esta matriz é a História e o curso de formação é de professores de Educação Física, com pouca tradição nesse diálogo, implica na radicalização desta posição e o apontar de um projeto que está na contramão dos apologetas do "Fim da História". Reconhecemos que, frente ao desenvolvimento e a tendência à destruição das forças que garantem a existência humana (trabalho, trabalhador, meio ambiente, ciência & tecnologia), a história, sua compreensão e a ação humana na construção das condições da existência são fundantes na produção e reprodução da vida. Entendemos, portanto, que a cultura, enquanto produção material humana e, por seu termo, a cultura corporal não tem como ser entendida, explicada e transformada fora da referencia da História. Os estudos do Grupo LEPEL/FACED/UFBA em currículos de Cursos de Licenciatura em Educação Física demonstram que inexiste a perspectiva da História como matriz cientifica para constatar, explicar e transformar o real, o que nos leva a proclamar a necessidade vital de apontar novas possibilidades. No âmbito da cultura corporal, as "disciplinas profissionalizantes" que envolvem os jogos, os esportes, as danças, as lutas limitam-se à exposição do acervo técnico, tático e normativo, desconsiderando seus constructos históricos. Partimos do princípio que é necessário, portanto, compreender relações no tempo e no espaço, analisar formas econômicas e políticas, para entender, esclarecer, procurar o sentido que encadeia os fatos e

determina os resultados, permitindo-se a visão do todo articulado e coerente. O presente trabalho resulta de estudos desenvolvidos a partir da pesquisa matricial do Grupo LEPEL/FACED/UFBA inserida no programa de Pós-Graduação em Educação da FACED/UFBA, sobre problemáticas significativas do trabalho pedagógico, da produção do conhecimento, da formação de professores e das políticas públicas. Apresenta como tese central a necessidade vital de, na reconceptualização dos currículos, considerarmos a História como matriz científica, ou seja, a História como ponto de construção da unidade teórico-metodológica para o desenvolvimento de conhecimento, habilidades e competências na perspectiva omnilateral de formação humana, nos cursos de Educação Física & Esporte. Para argumentar e defender essa tese expomos dados concretos da realidade acerca da formação humana, apresentamos dados concretos sobre a formação de professores, considerando as necessidades humanas vitais, radicalizando, assim, o ser humano e as condições de sua existência como referencia para decisões educacionais e, por fim, exemplificar a singularidade do processo de formação de professores a partir da pesquisa matricial do LEPEL/FACED/UFBA que defende a História como matriz cientifica.

A EDUCAÇÃO NO PROCESSO DE ORGANIZAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO IMPÉRIO DO BRASIL: O PENSAMENTO DE BERNARDO PEREIRA DE VASCONCELLOS (1795-1850) E DE ZACARIAS DE GÓES E VASCONCELLOS (1815-1877)

Celina Midori Murasse
Universidade Estadual de Maringá - UEM

É um estudo sobre a educação brasileira no período imperial, realizado a partir do pensamento de dois estadistas do século XIX: Bernardo Pereira de Vasconcellos (1795-1850) e de Zacarias de Góes e Vasconcellos (1815-1877). Esta pesquisa efetuou um estudo histórico do ideário exposto por cada um deles, com o intuito de nele encontrar os elementos que permitam recompor o contexto brasileiro no século XIX, em especial no período de 1822 a 1889, permeado pelas questões que os homens tiveram que enfrentar e que estavam presentes, de algum modo, na sua produção intelectual. Supõe-se que as idéias de ambos encontram explicações na realidade da época, pois suas produções intelectuais contêm as marcas das lutas e preocupações que eles vivenciaram. O referencial de análise ora utilizado privilegia, portanto, a apreensão e a compreensão do objeto numa perspectiva histórica. Em outras palavras, procurou identificar, no contexto da época, os componentes elucidativos (fontes, idéias) que nortearam a elaboração da base societária brasileira e, conseqüentemente, da sua estrutura educacional. Diante disso, o propósito deste estudo se distancia da tentativa de reescrever a biografia de um ou de outro estadista, muito menos de julgar seus erros ou acertos. Aqui, aquelas preocupações que, inicialmente, pareciam tão peculiares ao Bernardo Pereira de Vasconcellos ou

ao Zacarias de Góes e Vasconcellos, revelaram-se, paulatinamente, comuns a muitos de seus contemporâneos e as suas realizações demonstraram estar em consonância com as circunstâncias da época. Desta maneira se Bernardo Pereira de Vasconcellos era impiedoso com os adversários em decorrência de sua oratória eficiente e do sarcasmo ou se Zacarias de Góes e Vasconcellos suscitava o debate no Senado pela presteza e vigor dos golpes com as palavras, mas também pelo sarcasmo, estas eram características que extrapolavam as suas pessoalidades. Eram as marcas do tempo em que viveram. Queremos dizer com isso que as particularidades dos indivíduos Bernardo e Zacarias sucumbiram para dar lugar às questões sociais próprias àquele momento histórico. Este estudo, de caráter bibliográfico, priorizou as fontes documentais primárias impressas, tais como discursos, relatórios, artigos de periódicos e cartas de autoria dos estadistas Bernardo Pereira de Vasconcellos e Zacarias de Góes e Vasconcellos. Utilizou, outrossim, as fontes secundárias impressas de autores dos séculos XIX e XX, os quais abordaram a temática ou o período delimitado para esta pesquisa, qual seja de 1822 a 1889. A importância desta investigação reside no fato destes autores terem participado ativamente do processo de construção e de consolidação das instituições que alicerçaram o Estado Imperial, dentre as quais as educacionais. Espera-se que esta reflexão contribua para aprofundar o conhecimento referente à história e historiografia da educação brasileira no século XIX.

O ENSINO DA DISCIPLINA MATEMÁTICA SEGUNDO A PERSPECTIVA DOCENTE DE MARIA LUCRÉCIA SIGNORELLI "NO GRUPO ESCOLAR E NO GINÁSIO ESTADUAL", DE CASTRO, PARANÁ: UM ESTUDO DE CASO NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA. 1940 A 1970

Cirlei Francisca Gomes Carneiro
Universidade Estadual de Ponta Grossa

Partindo da colocação de que "Cada época cria e usa os seus instrumentos de trabalho conforme o que a técnica lhe permite: a técnica do século XX é muito diferente da do século XVI, quando os logarítimos apareceram como necessários para efetuar certos cálculos. O ensino do Liceu que é, ou deve ser, para todos, deve ser observado no sentido de proporcionar a todos o manejo do instrumental que a técnica nova permite"(DIAS,2006, 6ª sessão) propôs-se conduzir esta questão em torno da figura docente de Maria Lucrécia Signorelli, a qual obedecia o conteúdo programático do ensino primário mas, por outro lado, questionava o ensino-aprendizagem a partir da transmissão do saber apenas pela abstração matemática, haja vista o conhecimento matemático resultar, fundamentalmente, da experiência dos sentidos (DIDEROT,1875, p.452). Para tanto, a idéia deste texto baseia-se em duas reflexões teóricas: - de um lado, as relações de "micro-poder" (FOUCAULT, 1979, p.149), as quais são exercidas ao nível do quotidiano dos diretores, professores e funcionários na escola; - de outro, as do saber "saber fazer" (CERTEAU, 1994,

p.41), que se referem a um lugar comum no quotidiano escolar: o das disciplinas ministradas no ensino primário. Do ponto de vista metodológico, o estudo refere-se a 30 (trinta) anos de experiência dessa educadora em 03 (três) escolas da Região dos Campos Gerais do Paraná, cuja análise pauta-se em 02 (duas) fontes documentais: a escrita- Diário de Classe, Atas de Exame da Escola, Materiais Didáticos: e, a oral – entrevistas com a própria professora e alunos. No dialogar com as fontes e ouvir o depoimento dos atores envolvidos na pesquisa o resultado ficou respaldado na forma concreta como era ministrado o "saber da matemática" e na legitimação do "saber fazer" ensino no "Grupo Escolar Dr. Vicente Machado", da cidade paranaense de Castro. Para Maria Lucrecia Signorelli o ensino da matemática representa uma cultura escolar, pois as reformas educacionais que surgem fora do âmbito da Escola determinaram a permanência da educação matemática nas Instituições de Ensino Primário por ser a base inicial da formação técnica de todo o cidadão brasileiro, a partir do "saber contar e entender os números" (ENTREVISTA, 2004). Ora, quanto às relações de ensino-aprendizagem "professor-aluno" e "diretor-professor" evidenciaram-se, ao longo das décadas de 40 a 70 do Século XX, as práticas de poder sistematizadas por uma educação de elite autoritária e conservadora. Assim, esta diretriz de ensino se perpetuou numa articulação do "poder com o saber" e do "saber com o poder", pois o professor no exercício do poder acumulou informações e as utilizou no preparo dos alunos em Educação Matemática.

RUI BARBOSA E A QUESTÃO DO ENSINO SECUNDÁRIO NO "DIÁRIO DE NOTÍCIAS" (1889)

Cristiane Silva Mélo
Universidade Estadual de Maringá - UEM
Maria Cristina Gomes Machado
Universidade Estadual de Maringá - UEM

Resumo: Este trabalho é parte da pesquisa de iniciação científica, em desenvolvimento, intitulada "Rui Barbosa: O Papel do Estado e da Educação na Imprensa em 1889". A pesquisa analisa os artigos de Rui Barbosa (1849-1923) publicados no ano de 1889, no jornal "Diário de Notícias", na cidade do Rio de Janeiro, na época sede do Império. Objetiva-se conhecer as discussões de Rui Barbosa acerca do papel do Estado e da educação no desenvolvimento do país, expressas em seus artigos de imprensa editados no último ano do Império, em um jornal bastante influente da sociedade carioca no final do século XIX, assim como entender a propagação das idéias do autor em um período em que o país vivenciava intensas transformações. Para tanto, busca-se por meio de um estudo histórico, conhecer os acontecimentos ocorridos na sociedade da época, a situação política, econômica e social do país que levaram o autor a discutir questões em prol da modernização e progresso do Brasil. A pesquisa visa contribuir para a elucidação do

debate em torno da organização de um sistema nacional de ensino e no levantamento de novas fontes para a história da educação ao utilizar a imprensa periódica como objeto de estudo. Rui Barbosa publicou seus artigos em diversos jornais, colaborou no "Jornal do Comércio" (RJ), "Jornal do Brasil" (RJ), "A Imprensa" (RJ), entre outros. Buscava, nos veículos de imprensa, meios de propagar suas campanhas cívicas ou políticas e defender seus ideais. No "Diário de Notícias", fez campanhas a favor da federalização das províncias e discutiu inúmeras questões almejando que melhoras ocorressem em diversos âmbitos da sociedade, de modo a possibilitar o progresso do país e o desenvolvimento da produção com base na industrialização, com vistas a alcançar a consolidação do modo de produção capitalista. Com vistas à modernização da sociedade, Rui Barbosa, no "Diário de Notícias", dentre muitos assuntos, discutiu sobre o ensino brasileiro chamando a atenção do Estado à necessidade de realização de reformas significativas no âmbito educacional, em especial no ensino secundário. A educação, segundo o autor, era importante para o desenvolvimento do país e o Estado tinha deveres para com a oferta de um ensino de qualidade à população. O presente texto aborda as discussões de Rui Barbosa acerca do "Ensino Secundário", realizadas em seus artigos de imprensa de 1889.

A "CURIOSIDADE EPISTEMOLÓGICA" NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM DE FÍSICA NO ENSINO MÉDIO

Dayane Rejane Andrade Maia
UEPG/Programa de Pós-Graduação em Educação – Mestrado em Educação
dayane@tilab.com.br
Rejane Aurora Mion
UEPG/Programa de Pós-Graduação em Educação – Mestrado em Educação
ramion@uepg.br

Neste trabalho, objetivamos apresentar e discutir algumas estratégias epistemológicas, teóricas e metodológicas de como instigar, desenvolver e incorporar a "curiosidade epistemológica" em aulas de Física e como essas podem ser identificadas como mecanismos de incorporação da cultura científica e tecnológica no Ensino de Física. O objeto de nossa pesquisa foram as nossas próprias práticas educacionais, pois estamos inseridos em um processo de investigação-ação educacional de vertente emancipatória, cuja rigorosidade metódica é construída por meio da vivência da espiral de ciclos em momentos de planejamento, ação, observação e reflexão. Como estratégia e procedimento de coleta de dados realizamos observações diretas, as quais foram registradas pela própria aprendiz de pesquisadora em um diário de campo contendo as informações da pesquisa desenvolvida com a turma. Os resultados revelam a importância do diálogo na relação professor e aluno, na organização do ambiente de aprendizagem, na construção de argumentos e nas interpretações dos dados, as atividades práticas

e as atividades teórico-experimentais instigaram a curiosidade dos alunos, a utilização dos objetos técnicos proporcionou a discussão das implicações da relação entre Ciência, Tecnologia e Sociedade. A relevância desses resultados está na determinação em romper com uma concepção ingênua do processo ensino-aprendizado da Física e em compreender o processo de produção de conhecimento como um processo de incorporação da "curiosidade epistemológica", o que permitiu que viéssemos a dar continuidade a nossas pesquisas, mas agora as direcionando para a educação superior em cursos de formação inicial de professores.

SABERES E LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA: QUESTÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS E FONTES (1970-1990)

Décio Gatti Júnior
Universidade Federal de Uberlândia
degatti@ufu.br

Trata-se da comunicação dos resultados alcançados em investigação na área da História das Disciplinas Escolares, na qual o olhar desenvolvido foi o sócio-histórico e esteve concentrado no exame dos livros didáticos escritos e publicados no Brasil desde meados da década de 1970 até o final da década de 1990. A análise deteve-se sobre duas fontes principais, as obras didáticas e os depoimentos de autores e editores de livros didáticos de História. O processo de massificação do ensino brasileiro motivou a transformação dos antigos manuais escolares nos modernos livros didáticos, significando a passagem do autor individual à equipe técnica responsável e a evolução de uma produção editorial quase que artesanal para a formação de uma poderosa e moderna indústria editorial. No contexto dessa investigação foi possível apreender elementos importantes da relação estabelecida entre editoras, governo e sociedade na disseminação do livro didático escolar, bem como a centralidade que esse objeto material representa nos processos de ensino e de aprendizagem no mundo e no Brasil. Nessa direção, pôde-se abordar a importância do livro didático na escola brasileira, a relação estreita entre os conteúdos disseminados nos livros didáticos, os currículos escolares e os programas oficiais de ensino emanados dos órgãos de Estado, bem como analisar as iniciativas de implantação do livro didático regional, a disseminação dos livros paradidáticos, a introdução de conteúdos suportados em novas mídias, sobretudo nas eletrônicas (cd-rom e internet). A invenção da escola na época moderna e sua disseminação mundial foram formatadas desde o início pela força da cultura religiosa, sendo que os currículos escolares da escola ginasial e, posteriormente, da escola primária, sofreram grande influência das práticas escolares jesuíticas (Ratio Studiorum). Por muito tempo, História Sagrada e História Profana habitaram juntas os currículos escolares, na perspectiva da formação simultaneamente do súdito, cidadão/patriota e cristão fervoroso. As mudanças provocadas pelo movimento de laicização da escola, a partir do iluminismo, desde o século XVIII, provocou o

redimensionamento curricular e a mudança de finalidade na disciplina de História nos currículos escolares, no que se pode encontrar um afastamento da questão religiosa, com ênfase concentrada na questão da cidadania, por vezes e por razões conjunturais, mais ligado ao patriotismo, mas com possibilidades que se abriram em certos momentos para a disseminação de conteúdos mais críticos. Desse modo, a presente comunicação está concentrada no exame das motivações que levaram autores e editores a dar continuidade, rever e introduzir novos conteúdos nos livros didáticos por eles produzidos.

CONCEPÇÕES DE AVALIAÇÃO DO ENSINO/APRENDIZAGEM NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES: PRIMEIRAS APROXIMAÇÕES DE UM RESGATE HISTÓRICO

Eloísa Godoy Hultmann
PUC/PR[1]
Rosa Lydia Teixeira Corrêa
PUC/PR[2]

Esse trabalho e resultante de pesquisa em andamento e que trata da avaliação do ensino/aprendizagem na formação de professores de nível médio na cidade de Curitiba nos anos de 1970. Analisa por meio de Projeto de Formação, obtido no Arquivo do Instituto de Educação Paraná, as concepções de educação e de avaliação que estiveram presentes no ideário de formação de professores para esse nível de ensino, situando-as no contexto daqueles anos. Trata-se de um Projeto de Implantação da Reforma do Ensino de 1º e 2º graus, referente à formação de professores. Nele constatamos que o ideário de formação é sobremaneira caracterizado por princípios escolanovistas que, de algum modo, procuram articular-se com princípios da pedagogia tecnicista, o que adquire maior "visibilidade" na organização e proposição curricular, cujos objetivos são definidos em termos instrucionais. Essa constatação aponta para o entendimento de que aquela escola passou, naquele momento histórico a conviver com duas racionalidades, uma pretensamente científica e outra técnica, funcional. Importa dizer que o ideal de formação da Educação Nova, ao ser mantido nesse Projeto, se configura como uma tentativa de continuidade daquilo que os educadores almejavam para a formação de professores desde os anos sessenta, como pudemos verificar em outros projetos que antecederam aquele que nos serviu como fonte para a composição deste estudo. Compreendemos que a incorporação de certos elementos do ideário tecnicista, manifesta-se como uma tentativa de adequar a formação aos imperativos da Lei 5. 692/71.

[1] Aluna do Programa de Mestrado em Educação da Pontifica Universidade Católica do Paraná.
[2] Professora do Programa de Mestrado em Educação da Pontifica Universidade Católica do Paraná.

O SERVIÇO DE RECREAÇÃO OPERÁRIA E O PROJETO DE CONFORMAÇÃO DA CLASSE OPERÁRIA NO BRASIL – DÉCADA DE 40

Elza Peixoto
epeixoto@uel.br
emmpeixoto@yahoo.com.br

Com a finalidade de reconhecer o "estado da arte" na produção do conhecimento referente aos estudos do lazer no Brasil realizei levantamento da produção do conhecimento disseminada por autores brasileiros, a partir das referências bibliográficas citadas por autores da área e a partir do levantamento da produção informada nos currículos cadastrados na Plataforma Lattes (palavras chave: tempo livre, ócio, lazer, recreação, estudos do lazer). Este levantamento permitiu a localização de 2275 trabalhos entre os anos de 1891 e 2005. Utilizando do recurso de catalogação cronológica - em Banco de Dados Eletrônico - da vasta produção que foi levantado no processo de pesquisa, tornou-se possível mapear (1) grupos de autores produzindo em um determinado período histórico; (2) a hierarquia cronológica da produção destes trabalhos, mapeando-se os estudos pioneiros. Com base neste mapeamento estamos percebendo a possibilidade de organização desta produção em quatro ciclos a serem devidamente relacionados com a conjuntura econômica que marca a história do Brasil. O primeiro ciclo, inicia-se na década de 1920, e vai até o final da década de 60, sendo impulsionado pela preocupação mundial com uma política de ocupação racionalizada do tempo livre do trabalhador, preocupação esta provocada (1) pelos embates entre dois projetos de sociedade em construção: capitalismo monopolista (o projeto da burguesia) e socialismo, (o projeto da classe trabalhadora); (2) pela reorganização da burguesia em nível internacional, a partir das demandas advindas com a Revolução Russa, o fim da primeira guerra mundial e a crise da bolsa de Nova York em 1929; e, especificamente, no Brasil, pelo projeto desenvolvimentista fundado na industrialização. Este trabalho revisa e discute os fundamentos do eixo da produção do conhecimento neste primeiro ciclo, recorrendo à análise do projeto de recreação para trabalhadores e filhos de trabalhadores implementado pelo Governo de Getúlio Vargas, através do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e do Serviço de Recreação Operária. Esta análise é efetuada com base em relatórios e na produção de Arnaldo Sussekind, reconhecido aqui como intelectual orgânico da burguesia. Conclui-se, como primeiros apontamentos, que a recreação compõe a política de conformação da classe operária implementada em todo o mundo e, especificamente, no Brasil,; e que o SRO é parte desta política de conformação.

PESSOAS CEGAS: TRABALHO, HISTÓRIA, EDUCAÇÃO E ORGANIZAÇÃO NO BRASIL

Enio Rodrigues da Rosa[3]
Martinha Claret Dutra[4]

O presente artigo objetiva analisar o movimento social da pessoa cega no Brasil, tendo como fio condutor o trabalho, a história e a educação. Partindo de uma análise social, é possível demonstrar que, desde o surgimento da primeira escola oficial para cegos das classes economicamente subalternas na França, em 1784, o trabalho e a educação nunca ficaram fora da preocupação do movimento social deste segmento. No Brasil, isso não foi diferente com o surgimento do Imperial Instituto dos Meninos Cegos, em 1854.Se na França, dado ao grau já alcançado de desenvolvimento das forças produtivas capitalistas se justificava uma certa necessidade da educação escolar, no Brasil, no contexto da sociedade escravista, a criação do Instituto significou mais um requinte cosmopolita do que a real necessidade educacional da época. No final da década de 1970, apesar das entidades representativas criadas e dirigidas pelas próprias pessoas com deficiência visual terem surgido com um caráter reivindicatório, a partir da critica feita às entidades prestadoras de serviços, hoje as suas ações não são diferentes daquelas combatidas pelos movimentos sociais organizados destas pessoas. Mesmo tendo representado um avanço em comparação com o modelo de entidade para pessoa com deficiência visual, o movimento articulado pelas próprias pessoas cegas, de modo geral, ainda acaba reproduzindo a falsa idéia da necessidade de um "mundo" à parte e da cegueira como uma desgraça irremediável.

EDUCAÇÃO, POLÍTICA E TRABALHO NA OBRA DE ALBERTO TORRES

Érica Myeko Ohara Itoda
Universidade Estadual de Maringá – UEM
Marcília Rosa Periotto
Universidade Estadual de Maringá – UEM

Trata-se de estudo sobre o pensamento de Alberto Torres (1889-1915). O objetivo é o de analisar o debate sobre a formação da identidade nacional presente nas obras e artigos publicados por esse autor na década final do século XIX e nas duas primeiras do século XX. Busca-se o sentido educativo que revestiu as palavras com as quais pretendeu enfrentar as questões de sua época, precisamente o debate sobre

[3] Docente do Curso de Pedagogia da UNIOESTE e da Rede Estadual de Educação, além de Membro do Grupo de Pesquisa História, Sociedade e Educação HISTEDOPR - subgrupo da Pessoa com Deficiência.
[4] Docente da UNOPAR, da Rede Estadual e municipal de Educação.

o nacionalismo presente naquela fase do capitalismo. Em termos locais sua intenção era a de contribuir para a elaboração de um espírito genuinamente afeito ao sentimento de nação, indissolúvel, elaborado em caracteres que confirmassem a alma e a forma de expressão do povo brasileiro. Sua luta em prol da valorização nacional está contida nos escritos políticos na qual a grande questão girava em torno do trabalho e a perda do mesmo pelos nacionais diante da qualificação trazida pela mão-de-obra estrangeira que entrava em grande quantidade no país na medida em que postos de trabalho na Europa escasseavam em função da produção automatizada. O eixo teórico-metodológico definido para este estudo está alicerçado nos fundamentos da concepção materialista da história, cuja análise considera a totalidade das relações sociais como determinantes do processo de produção da vida, e que, naquele momento já eram universais, portanto promotoras do embate travado por essa forma de vida nas antigas colônias americanas. Este trabalho utiliza-se de fontes primárias (a obra e o periódico O Povo, escritos por Alberto Torres) e secundárias, entendidas aqui por estudos que ou trataram diretamente do objeto em análise ou se aproximam de tal forma dele que permitem colaborar com a elucidação dos problemas enfrentados pelo Brasil naquele período. O pensamento de Alberto Torres põe-se como expressão de um momento histórico de maior significado para o país, qual seja, a passagem da monarquia para a república e a nova realidade do trabalho livre. Frente ao despreparo do povo brasileiro e a emulação de um pensamento calcado na elevação da superioridade estrangeira, principalmente dos Estados Unidos, lutou para que o sentimento de valorização nacional tocasse aos brasileiros e que, em virtude do movimento imigratório acelerado o povo não se descaracterizasse e nem se sujeitasse aos estrangeiros. Deve-se considerar, portanto, o caráter profundamente educativo que permeia seus escritos, principalmente porque os queria ver absorvidos pelas camadas populares mais suscetíveis ao conteúdo ideológico propalado pelas idéias estrangeiras e, ao mesmo tempo, as maiores atingidas pelo surto de estrangeiros que imigravam para o Brasil em busca de oportunidades de trabalho que não se apresentavam como possíveis aos nacionais.

USOS E ABUSOS DA IMPRENSA ESCRITA ENQUANTO FONTE HISTÓRICA PARA A HISTORIOGRAFIA E HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO

Fábio Lopes Alves[5]

No presente trabalho busca-se, entre outros objetivos, provocar a discussão em torno da identificação, do uso e da relação do historiador com suas fontes. É de grande valia para os trabalhos de historiografia e história da educação compreender

[5] Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Maringá – PR, sob orientação da Profº Dra. Hilda Pívaro Stadniky. Bolsista da Capes. fabiobidu@hotmail.com.

os diversos níveis relacionais que perpassam o processo de construção da fonte histórica. A justificativa para esta comunicação reside no fato de as discussões sobre as fontes historiográficas terem rendido valiosos debates na academia, tornando-se permanentes não apenas no campo da história e história da educação, mas, também, nas ciências humanas como um todo. Dessa forma, os elementos constituintes do caráter e da qualidade da pesquisa, no âmbito das fontes históricas, podem ser apreendidos a partir da tríade: identificação, uso e interpretação. O pesquisador, ao se deparar com suas fontes, tem consciência que elas não falam por si, haja vista, que são vestígios e testemunhos do passado, que respondem a uma variada gama de perguntas que lhe são formuladas. As fontes alimentam a elaboração do discurso e torna-se um instrumento fundamental de pesquisa, constituindo-se a base sobre o qual se edifica a pesquisa histórica. Partindo desse pressuposto, no trabalho em questão discute-se a utilização da imprensa escrita a partir da dualidade fonte e objeto de pesquisa e sua imbricação. Para tal, far-se-á uma retomada da utilização da imprensa periódica no fazer historiográfico a partir dos anos 1970, visando compreender a dinâmica e a dimensão de seu uso na produção acadêmica. Tal balanço se justifica no sentido de avaliarmos questões metodológicas postas entre/para os pesquisadores, particularmente face aos novos paradigmas historiográficos. Afinal, quais as novas demandas teórico-metodológicas da pesquisa histórica diante do recurso das fontes da imprensa periódica em uma sociedade globalizada assediada pelas agências de notícias?

NA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO: INVESTIGANDO O TERMO HISTORIOGRAFIA

Liliana Men[6]
Fátima M . Neves[7]

Observa-se que nos anos 90, do século XX, há, na imprensa pedagógica, uma profusão de artigos que tratam de questões “do” e “sobre” o campo disciplinar da História da Educação. Este recorte temático ou esta fonte de pesquisa que é a imprensa pedagógica fornece subsídios para análise de objetos que mobilizaram diferentes estudos do campo disciplinar da história educação que ora enfoca o campo disciplinar, ora enfoca a imprensa pedagógica. A imprensa pedagógica, por sua vez, tem oportunizado identificar outros tantos eixos diferenciados no desenvolvimento da pesquisa. Não obstante, dentre os diferentes eixos chama-nos atenção os significados atribuídos à noção de historiografia. Para esta apresentação, estabelecemos como objetivo entender os significados atribuídos ao termo “historiografia”. A nosso ver, a reflexão acerca do conceito de historiografia é

[6] Acadêmica do Curso de Pedagogia, da Universidade Estadual de Maringá, desenvolvendo projeto de Iniciação Científica. lilianamen@pop.com.br.
[7] Profª do Departamento de Fundamentos da Educação/UEM. fmneves@uem.br.

oportuna considerando a importância das advertências que permeiam os estudos e a produção não só da área da História da Educação, como também a da História. Esta pesquisa amparou-se em intelectuais, da área educacional, que problematizam a temática e conceituam o termo historiografia, fornecendo, portanto, o suporte teórico e metodológico pertinente ás análises do campo da História da Educação. Dentre os resultados obtidos, identificamos um, primeiro e parcial, revelando que o conceito de historiografia possui diferentes significados e, ainda, a existência de múltiplas interpretações sobre o termo. Todavia, observa-se que as imprecisões deste conceito podem advir da própria etimologia da palavra, resultando por sua vez, em uma produção historiográfica diferenciada.

JOÃO AMÓS COMENIUS E O MILENARISMO HUSSITA-TABORITA NA DIDÁTICA MAGNA

Fernando Henrique Cavalcante de Oliveira
Doutorando em Ciências da Religião
Pontifícia Universidade de São Paulo – SP

Este artigo tem como objetivo discorrer a respeito das raízes do pensamento de João Amós Comenius. Parte-se do pressuposto de que os hussitas taboritas influenciaram o pensamento social e educacional de Comenius, e que tal influência resultou nas mais de duzentas obras comenianas

HISTORIA E EDUCAÇÃO FÍSICA: UM ENSAIO CRÍTICO

Francisco Máuri de Carvalho Freitas
Centro de Educação Física e Desportos
Universidade Federal do Espírito Santo

A partir dos anos 70 a educação física tornou-se termo da moda, em primeiro lugar, ao servir aos governos civil-burocráticos-militares como aparelho ideológico e repressivo, e, em segundo lugar, porque respaldada no Decreto Lei nº 477/69 manipulava a ideologia burguesa e através das práticas desportivas procurava afastar os estudantes e os trabalhadores dos movimentos sediciosos e revolucionários. Todavia, a tarefa da crítica é retomar a discussão entendendo a educação como a aplicação de métodos próprios para assegurar a formação e o desenvolvimento físico, intelectual e moral de homens e mulheres em geral e compreender a educação física como um pleonasmo do fenômeno educativo. Esse pleonasmo reflete a divisão de competências que, por sua vez, obedece estritamente a uma determinada concepção de mundo a quem interessa fragmentar e dissociar os

fenômenos sociais. Posto isto, o objeto deste estudo é a educação física, enquanto pleonasmo da educação, como parte indissociável da instituição escolar voltada à formação do físico e do intelecto de crianças e de adolescentes, e como mecanismo de introjeção de valores morais, cívicos e patrióticos nem sempre compreendidos pelos educandos e pelos educadores. O referencial teórico-metodológico utilizado é a teoria marxista e o método dialético de análise e exposição. A teoria marxista não perde de vista a totalidade fenomênica e coloca no centro da dinâmica de investigação a contradição, enquanto categoria histórica central, sem a qual não se consegue compreender a dinâmica do processo educacional, suas causas, seus objetivos, seus métodos, suas técnicas e seu paradoxo, ou seja, a opinião consabida, a crença ordinária e compartilhada pelo senso comum da intelectualidade segundo a qual a educação é um instrumento apenas de reprodução das relações sociais. A periodização do trabalho compreende uma abordagem bibliográfica vivencial entre os anos de 1983 e 2006. Os primeiros resultados da investigação apontam evidenciam a deformação do marxismo na educação física e referendam a tese central do positivismo – imutabilidade das coisas e das relações de produção – enquanto concepção de mundo sob a qual a educação física caminha. O positivismo está travestido com uma gama significativa de teorias "novidadeiras", portanto, é preciso uma luta implacável contra as correntes pedagógicas conservadoras e antimarxistas que advogam o idealismo subjetivo crítico e suas variações como alavanca à edificação de um "projeto pedagógico" alternativo à educação burguesa no capitalismo.

APONTAMENTOS SOBRE A REVOLUÇÃO BURGUESA EM FLORESTAN FERNANDES

Gilcilene de Oliveira Damasceno Barão
UERJ/UNICAMP
gildb@superig.com.br

O trabalho tem como objetivo apresentar alguns apontamentos sobre a temática da Revolução Burguesa no Brasil nas obras de Florestan Fernandes a partir do golpe civil militar instituído no Brasil em 1964. Utilizamos com fontes de pesquisa as produções que tratam desta temática no autor, em especial Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina, Revolução Burguesa no Brasil e o que é Revolução. O artigo encontra-se organizado em duas partes. Na primeira o eixo da exposição é que A Revolução Burguesa no Brasil foi escrito como uma recapturação da teoria da revolução para explicar a concretização do capitalismo na realidade brasileira. Na segunda são realizadas reflexões sobre a noção que autor lança para caracterizar a existência da revolução burguesa no Brasil e também algumas das configurações específicas do capitalismo dependente como realidade em determinados países periféricos.

(DES)CAMINHOS DO FEMININO NA HISTÓRIA DE FEMINIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO

Giovanna Marafon
UNIRIO
Bolsista CAPES
giovannamarafon@gmail.com

Atualmente, podemos constatar pela própria experiência cotidiana, ao lançar o olhar sobre a escola, pública ou privada, que são professoras e não professores, em sua maioria, que cuidam das crianças, alfabetizam e as educam nas etapas iniciais da escolarização. Além disso, essa prática vem permeada de discursos já naturalizados quanto ao lugar ocupado por essas mulheres (chamadas popularmente de "tias") e as características de suas funções, consideradas femininas. Contudo, isso não é natural e, portanto, tem história. Assim, escrever esse texto é um desafio de olhar para o passado partindo do presente, não com a intenção de encontrar verdades estabelecidas, mas de colocar esse passado em constante movimento. Para isso, pretendemos aproximar a história da educação da história das mulheres e do feminino na cultura, utilizando como arcabouço teórico produções sobre gênero na educação e sobre a história das mulheres e da feminização do magistério, dialogando com a questão do feminino na cultura, visto pela psicanálise. Trata-se de investigação dos processos históricos de montagem das peças que formataram o magistério como profissão feminina, tomando a profissionalização da mulher no Brasil pela via da educação, início do processo que hoje denominamos "feminização do magistério" como um "caso histórico", recorte do tratamento dado ao feminino pela sociedade brasileira do período em questão. Na singularidade de nosso percurso, interessam-nos documentos relativos à educação e circunscritos ao período que vai de 1900 a 1930, aproximadamente, o que compreende a Primeira República no Brasil, tendo o Rio de Janeiro como seu Distrito Federal. Os documentos selecionados abrangem livros de Afrânio Peixoto sobre a educação e a mulher; regulamentos de ensino da Escola Normal, bem como programas de ensino daquela instituição; carta manuscrita pelo diretor de instrução pública do Distrito Federal e legislação do ensino no período estudado. Aquele foi, também, o momento em que as Escolas Normais tornaram-se centros, por excelência, de formação de professores e professoras. Buscamos as representações ideais da mulher-professora, o "script" para ela delineado. Na educação escolar, a imagem da mulher parece ter se colado àquela do "mito do amor materno", no qual a mãe foi dessexualizada e deserotizada. Essa repressão ao feminino acontece tanto em homens quanto em mulheres, sendo possível pensar, com a psicanálise, que a cultura apresenta vários meios para proteger a todos das ameaças obscuras contidas no feminino. Mas, no inconsciente a formação mal se distingue da religião e da maternidade, e na tradição ocidental moderna, o sensível se relaciona ao feminino. Assim, aquele(a) que educa se vê, inevitavelmente, contrastado com esse aspecto, o qual, no entanto, permanece seqüestrado. Educar é despertar no outro o desejo de aprender, trata-se de iniciá-lo, despertando o interesse, que satisfeito produz prazer.

Assim, por fim, concluímos que foi colocado um paradoxo ao feminino no processo histórico de feminização do magistério: identificar-se com a imagem casta e idealizada da professora primária, construída na e pela cultura, e defrontar-se com as fantasias inconscientes de mãe-eva sedutora, das quais provém o próprio impulso que leva o(a) mestre a amar seu ofício e seus alunos.

HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO INFANTIL NA BAHIA NO IMPÉRIO: UMA ANÁLISE INICIAL DO JORNAL O MENTOR DA INFÂNCIA

Isabel Cristina de Jesus Brandão
UNICAMP- HISTEDBR
PQI-UESB

Esse é um estudo preliminar de uma das fontes coletadas na primeira etapa da pesquisa que venho desenvolvendo sobre a história da educação Infantil na Bahia durante o Império. O interesse pelo tema resultou de experiências que vivenciei durante a pós-graduação Stricto Sensu em educação onde realizei pesquisa sobre Políticas Públicas em Educação Infantil. Durante o trabalho de revisão da literatura sobre educação infantil me chamou a atenção o fato de a história sobre o tema no Brasil ter como referência os registros feitos nas instituições dos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro, especialmente a partir do século XX (CAMPOS, 1995; KUHLMANN Jr, 1998; KRAMER, 1984). Os registros sobre a educação da criança na Bahia referem-se basicamente ao período colonial, especificadamente a educação jesuítica e o processo de catequização dos nativos. Esse fato me levou a questionar sobre como tem se constituído a história da educação infantil no estado da Bahia, e quais são os estudos realizados sobre o tema. Ao fazer uma pesquisa histórica devemos ter consciência de que o objetivo da história é encontrar dados que expressem informações do período estudado em diferentes aspectos: político, econômico e social. Partindo dessa premissa é que, além dos documentos escolares e legislativos, tenho buscado na coleta dos dados analisar os relatórios dos presidentes da província, relatório da segurança pública, jornais da época dentro os quais destaco: O Mentor da Infância. O conteúdo abordado no Jornal O Mentor da Infância evidencia aspectos da educação desenvolvida para as crianças no período, pelo menos para uma determinada camada da população, nesse caso da elite, uma vez que algumas pesquisas indicam que a criança da população menos favorecida encontrava-se em sua maioria trabalhando em oficinas ou abandonadas em asilos de assistência ao menor e casas dos expostos.

FONTES E ARQUIVOS PARA A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO: CIRCULARES E BOLETINS DA IGREJA POSITIVISTA DO BRASIL (1881-1927)

João Carlos da Silva
UNIOESTE, Cascavel, PR
jcsilva@unioeste.br

Estudo articulado ao Grupo de pesquisa HISTEDBR/UNICAMP–GT Cascavel, como parte dos estudos no doutorado, tendo como objeto a concepção de educação do Apostolado positivista no Brasil. O acervo da Igreja Positivista do Brasil, no Rio de Janeiro, ainda que de preservação precária, de difícil acesso e manuseio dado seu estado de conservação, abriga um vasto acervo de documentos, como registro importante sobre a plataforma política de Miguel Lemos (1854-1917) e Teixeira Mendes (1855–1927), dirigentes do Apostolado positivista. Nelas, estão registradas visão ortodoxa dos positivistas. Pretendemos compreender o ideário educacional da Igreja Positivista no Brasil. Partimos de algumas categorias históricas como história e ideologia, mas destacamos as formuladas por Marx & Engels. Delimitaremos o período entre 1881 a 1927, correspondente ao ano de fundação efetiva da Igreja Positivista do Brasil, bem como da morte de Teixeira Mendes, fase mais intensa de suas atividades. A metodologia adotada está alicerçada numa pesquisa histórica, sedimentada em fontes primárias impressas e publicadas pela Igreja Positivista do Brasil, como boletins e folhetos. Essas fontes foram também localizadas, no Rio de Janeiro, no Museu da República, Biblioteca Nacional, CPDOC/FGV e Arquivo nacional. As circulares Anuais do Apostolado Positivista do Brasil se caracterizavam como órgão informativo da Igreja Positivista, dirigidas aos cooperadores do subsídio, sendo um dos fundos na manutenção e funcionamento da Igreja. A primeira Circular data de 1881, assinada por Miguel Lemos. Era recorrente nestas circulares a divulgação dos princípios do Apostolado e das bases de organização da Igreja Positivista, acompanhadas por uma análise de conjuntura econômica e política. Os boletins, diferentemente das Circulares eram publicados sempre que algum assunto tornasse importante sua elaboração e divulgação, não havendo, portanto, uma periodicidade. Tinha entre seus objetivos principais manter os laços entre diretores da Igreja e seus seguidores, especialmente junto aos contribuintes. Foram encontrados sete exemplares do ano de 1938 e três exemplares de 1939. Sua primeira edição é de 1938.

O HISTORICISMO DE MARX E ENGELS: UMA NOVA CONCEPÇÃO MATERIALISTA E DIALÉTICA DAS RELAÇÕES ENTRE HISTÓRIA, FILOSOFIA E POLÍTICA

José Carlos da Silva
UFSCar/UFMS
CNPq
jcsilv@yahoo.com.br

Este trabalho representa um esforço no sentido de mostrar a concepção historicista, também conhecida como materialista histórica da realidade social, desenvolvida por Marx e Engels, a sua fundamentação numa dialética materialista presente na estrutura e nas relações sociais. Compreendendo a realidade como estando em constante transformação e empregando as categorias de totalidade e de contradição, desvendam a luta de classes inerentes à história humana e as interconexões dialéticas entre história, filosofia e política. O autor fundamenta sua análise e interpretação em uma pesquisa bibliográfica que toma como fontes primárias algumas das principais obras de Marx e Engels e, ainda, utiliza três livros de comentaristas. Adotando uma postura crítica, esta obra toma como referências o período e o contexto histórico-social vivido por Marx e Engels na Europa ocidental do século XIX. Como herdeiros do historicismo clássico alemão, pensam toda a realidade humana como um processo histórico impulsionado pelas contradições e lutas entre interesses antagônicos das classes sociais. Com isso, desvendam o modo de produção capitalista, as relações sociais de produção que alienam os homens, o modo como a história se faz concretamente. Demonstra a práxis econômica, histórica, filosófica, política e elaboram teoricamente a práxis política revolucionária do proletariado a partir do ponto de vista da classe operária industrial. Com isto, buscam apoiar e orientar o proletariado na luta pela sua emancipação.

CONSIDERAÇÕES SOBRE A FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO DE PAULO FREIRE E O MARXISMO

José Luiz Zanella

A finalidade do texto consiste em mostrar que a filosofia da educação de Paulo Freire tem por referência básica o método fenomenológico. A reflexão é feita com base no método do materialismo histórico, buscando explicitar os pressupostos antropológicos, ontológicos e epistemológicos da pedagogia de Paulo Freire. Ao final, apresenta-se um quadro comparativo destacando as diferenças entre a filosofia de Paulo Freire e o marxismo com suas respectivas pedagogias.

TRAJETÓRIA DE FORMAÇÃO DOCENTE: HISTÓRIAS DE UMA EDUCADORA

Jussara Cassiano Nascimento
UNIRIO
professorajussara@yahoo.com.br

Este trabalho tem como proposta convocar os/as profissionais de Educação da Escola Básica a refletirem acerca da importância das narrativas autobiográficas como parte do processo de reflexão das práticas educativas cotidianas e, por outro lado, para o fato da importância desses trabalhos no preenchimento dos espaços deixados vazios pela historiografia da História da Educação no Brasil. Inicio o texto mencionando parte de minha vida e trajetória docente, articulando autobiografia e história de vida, uma vez que a nossa forma de ser professor/a não pode ser separada das nossas histórias de vidas. É um trabalho com ênfase nas ações cotidianas e lembranças de minhas experiências docentes nas diversas séries do 1º segmento do Ensino Fundamental. Procuro desta forma relatar algumas experiências pedagógicas cotidianas que marcaram minhas aulas, num projeto consciente para torná-las mais atrativas e estimulantes tanto para mim como para meus alunos. Destaco a importância da Academia para minha formação docente, através da minha chegada ao Curso de Pedagogia da Faculdade de Educação da UERJ/Maracanã, como experiência significativa em busca de melhorar minhas ações educativas. Por último convido o leitor a refletir acerca dos sentidos da escola, uma vez que precisamos encontrar caminhos, que possam ser adequados para o mundo em que vivemos e que possam nos levar ao desenvolvimento de práticas escolares mais criativas e prazerosas.

A EDUCAÇÃO FÍSICA NO PRIMEIRO GRUPO ESCOLAR DE IRATI, DE 1924 A 1945

Katia Osinski Ferreira
Universidade Estadual de Ponta Grossa
Grupo de Pesquisa História, Sociedade e Educação dos Campos Gerais – HISTEDBR/UEPG

Este trabalho pretende investigar a Educação Física no Primeiro Grupo Escolar de Irati, de 1924 a 1945. Analisando o contexto histórico, educacional, político e econômico da época. Fazendo assim, uma relação entre a sociedade e a escola na disciplina de Educação Física. Esta pesquisa tem por pressuposto teórico o materialismo histórico, pois este proporciona uma visão de totalidade, enfatizando a dimensão histórica dos processos sociais, considerando, portanto, as influências políticas, econômicas e sociais. Contribuindo para o resgate histórico da disciplina

no município de Irati, e também para a história da educação nesse mesmo município.

FLORESTAN FERNANDES E DESOBEDIÊNCIA CIVIL NA ESFERA ACADÊMICA

Lidiane Soares Rodrigues
Departamento de História/USP

Essa apresentação coloca em tela a atividade docente de Florestan Fernandes, em fins dos anos setenta, no interior do programa de Pós Graduação em Ciências Sociais na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). A concepção de seus cursos e o modus operandi de sua produção teórica são os objetos precípuos dessa análise que procura articulá-los à noção prático-teórica de desobediência civil – com a qual o autor batiza sua atividade. A inserção na PUC-SP ganha luz em contraponto a diversas recusas institucionais que marcam a trajetória do sociólogo, especialmente no período ulterior à sua aposentadoria compulsória em 1969. Recusas que, por sua vez, são inteligíveis se tomadas em paralelo às reflexões autocríticas, que emergem de inúmeras reconstituições autobiográficas. Na esteira desse empreendimento sofrido – que busca, em última análise a razão da derrota de seu projeto acadêmico em 1964 – pululam críticas ferinas às transformações por que passa a esfera da produção dos bens simbólicos, tributárias da modernização acelerada empreendida pelo regime militar. As fontes que nos oferecem a matéria para o exame da imbricação entre a autocrítica assinalada, a reflexão sobre o meio intelectual, as recusas à participação institucional e a adesão problemática à PUC-SP consistem em cursos lecionados no período – publicados como livros: Apontamentos Sobre a "Teoria do Autoritarismo"; Da guerrilha ao socialismo: A Revolução Cubana; A Natureza Sociológica da Sociologia.

INTEGRALISMO, ANOS 30: REVISITANDO AS CATEGORIAS PUBLICO E PRIVADO NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Lígia Martha Coimbra da Costa Coelho
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO

A investigação que vimos realizando sobre as concepções e práticas de educação integral e de tempo integral evidenciadas nos diversos contextos sócio-históricos formadores da História da Educação Brasileira tem nos aberto novos caminhos, inclusive no campo teórico-metodológico. Por meio da pesquisa de campo, em fontes primárias, vimos recortando reportagens, notas, artigos e pequenas notícias

em impressos que nos possibilitam refletir acerca de outras temáticas complementares às que havíamos programado, quando da elaboração do projeto de pesquisa. O ensaio que ora apresentamos inscreve-se nesta acepção. Iniciando o estudo pela década de 30, e levando em consideração o caldo ideológico formado por várias correntes e movimentos que, à época, buscavam consolidar pensamentos e práticas que se chocavam e, ao mesmo tempo, se atraíam, criando barreiras aparentemente intransponíveis, detivemos nosso olhar sobre o movimento integralista. Este movimento, criador da Associação Integralista Brasileira (AIB), empunhava também a bandeira da educação integral, motivo pelo qual optamos por discutir os discursos sobre Educação desse grupo, tendo sempre em mente a natureza da matriz conservadora que o consubstanciava. Nessa busca investigativa, trabalhamos com dois periódicos representativos do movimento – A Offensiva e O Therezopolis –-, onde encontramos três notas de divulgação que, para além de apresentarem a concepção de educação do grupo, também nos levaram a pensar sobre a relação público e privado, tão presente na década de 30. Nesse sentido, e a partir dessas fontes primárias, vieram à tona questões como : Por que denominar de pública uma escola criada pelo movimento? Para os integralistas, o que significava público e privado? Exitiria alguma relação entre esse significado e o debate instalado, na década de 30, entre público e privado? Visando responder essas perguntas, iniciamos um estudo que se situou no âmago de uma leitura ampliada daquelas três notas que coletamos tendo, como fundamentação teórica, artigos de Lombardi(2005), Buffa (2005), Severino (2005) e Saviani (2005) sobre essa questão. Como resultados desse estudo, podemos afirmar que discutir o binômio público – privado significa entrar na discussão teórico-histórica, conceitual dessa relação, levando em consideração sua natureza complementar e, também, dicotômica. Analisando as três notas apresentadas pelo lado da complementaridade daquela relação, é possível entender a implantação de escolas denominadas públicas pelos integralistas como uma associação do interesse privado com as questões públicas. Por outro lado, se entendermos a relação pelo âmbito da falsa dicotomia, concepção afeita à visão de mundo burguesa, liberal, verificaremos que público e privado são faces de uma mesma moeda que camuflam, como coletivos, interesses individuais. Nesse sentido , o interesse particular do movimento integralista – em assumir o poder e se mostrar como uma opção para a sociedade brasileira – se consolidava, ao abrir uma escola de alfabetização em localidade do município de Teresópolis. Os adeptos do Sigma cumpriam, assim, sua tarefa de arregimentação de pessoas para seus propósitos político-ideológicos.

A CALVÁRIA TRAJETÓRIA DE PROFESSORAS PRIMÁRIAS EM MATO GROSSO NA ERA VARGAS

Lourenço Ocuni Cá
UFMT
ocuni@ufmt.br

Pesquisa que se propõe desenvolver trouxe algumas indagações acerca das práticas educativas das professoras durante o período do Estado Novo no Brasil. Qual o percurso profissional das professoras primárias em Mato Grosso no Estado Novo, tendo em vista as articulações entre suas vidas pessoais e profissionais? Qual o papel das professoras primárias nesse período, já que a construção de uma nova identidade nacional estava planejada para formar um novo cidadão, tendo como mecanismo a escola? Em suas lembranças de professoras, o que significou o período de 1930 a 1945 para sua formação profissional?

Este trabalho pretende analisar as dificuldades encontradas pelas mulheres, para ingressarem no ensino primário no Brasil, tanto na qualidade de alunas como na de professoras, na época em que o país era governado por Getúlio Vargas, entre os anos de 1930 a 1945, período que ficou conhecido como a era Vargas. O intuito é centralizar a pesquisa mais especificamente no estado de Mato Grosso, analisando valores, expressões e práticas do dia a dia que interferiram na identidade dessas profissionais, no tocante à sua formação, no desempenho de suas funções e na atuação em movimentos sociais pró-educação. A grande importância dispensada ao período de que a pesquisa trata é devido ao momento de grandes transformações ocorridas na área da educação no Brasil, e especificamente em Mato Grosso, quando a industrialização e a urbanização exigiam nesse período um moderno modelo de escolarização, bem como se notava aí o fortalecimento da mulher na prática do magistério primário. À medida que se propõe realizar um estudo acerca da formação da identidade de professoras primárias em Mato Grosso no Estado novo, através da memória, a categoria de análise é: memória e identidade. A memória parece ser a priori como um fenômeno individual, algo relativamente intrínseco, próprio das pessoas que conservam em seu espírito, o passado que aflora na consciência em forma de imagens-lembranças/esquecimento e nos sonhos e devaneios em forma pura. Entretanto, há contestação dessa interpretação. Para alguns autores, a memória não é um fenômeno estritamente individual, mas um fenômeno coletivo, que influencia as lembranças/esquecimento dos indivíduos, construída coletivamente e submetido a flutuações, transformações e mudanças permanentes. Não devendo, portanto, ser avaliada isoladamente, mas posta em relação com toda a experiência social do grupo em que o sujeito está inserido. Para outros, a memória dos indivíduos não só depende de sua subjetividade, de seu espírito, mas do seu relacionamento com a família, com a classe social, com a igreja, com a profissão; o que inclusive, o estimula, o força, o põe a lembrar. Dessa forma, há uma relativização da tese de pureza e autonomia do ato de lembrar defendida por certos teóricos do assunto e vincula numa relação direta à memória do indivíduo e a memória coletiva. Considerando-se o pressuposto, acredita-se que a formação da

identidade docente, se consolidaria a partir do modelo de educação formal, que não estava deslocado do contexto político-cultural e das estruturas de dominação, assim sendo, muitas vezes, instrumentos utilizados na legitimação de sistemas de poder, além de representativos de universos culturais bem delineados.

A METODOLOGIA DO ENSINO DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA NO CURSO DE PEDAGOGIA DA UNICENTRO/GUARAPUAVA

Luciane Neuvald
DEPED/UNICENTRO
Paulo Guilhermeti
DEPED/UNICENTRO
Solange Aparecida de Oliveira Collares
DEPED/UNICENTRO – Mestrado/UEPG

Neste trabalho discute-se alguns aspectos que permeiam a Metodologia do Ensino de História e Geografia no curso de Pedagogia da UNICENTRO/Guarapuava, no período de 1998 a 2004. Dentre os aspectos observados destaca-se: as ementas, os objetivos da disciplina, os conteúdos trabalhados e a relação entre os mesmos. O instrumental de pesquisa toma como base a análise dos planos de trabalho da referida disciplina, no período correspondente. A problemática consiste na relação entre a concepção de História e Geografia presente nos planos de trabalho e as ementas, objetivos e conteúdos propostos. O objetivo consiste em analisar se as propostas de trabalho estão afinadas com a concepção teórica do ensino de História e Geografia assumidos pelo professor(a), se há clareza e coerência quanto aos pressupostos que envolvem essas disciplinas em uma perspectiva crítica. A análise dos planos de trabalho indica a falta de clareza dos pressupostos teóricos que envolvem a História e a Geografia, implicando na contradição entre as ementas, os objetivos e os conteúdos propostos.

AS NOVAS ESQUERDAS E O MOVIMENTO ESTUDANTIL NO BRASIL: 1961-1967

Luís Antonio Groppo

As lutas dos estudantes universitários foram marcadas por idéias e práticas "populistas" no período que vai de 1961 a 1964. Mas, ao mesmo tempo em que se expressou o elitismo e o idealismo típicos do populismo, os estudantes e sua entidade principal, a UNE (União Nacional dos Estudantes), acompanharam a radicalização crescente das forças progressistas aliadas ao populismo do governo Goulart, além de serem importantes protagonistas dos momentos finais deste

período. Mas o golpe de 1964 selou o colapso da República Populista. Apesar da derrota inicial e de grandes dificuldades, a UNE e os estudantes aos poucos se reorganizaram e acabaram por abandonar o populismo inicial, adotando cada vez mais as ideologias radicais das "novas esquerdas", prestes a protagonizar um dos eventos mais importantes de contestação ao Regime Militar, o movimento estudantil de 1968. Este artigo discute principalmente a emergência das novas esquerdas estudantis, a partir de dissidências do Partido Comunista Brasileiro e de organizações maoístas, trotskistas e da esquerda católica (a Ação Popular), que foram constituindo, contra um regime político cada vez mais autoritário, uma práxis por sua vez cada vez mais radical – defendendo propostas como revolução proletária, guerra popular, luta armada etc. Em seguida, o artigo discute que esta práxis foi muito importante para a radicalização do próprio movimento estudantil brasileiro, movimento que atingiria seu auge em 1968, numa irresistível onda nacional de revoltas juvenis (parte, na verdade, de uma onda que era mundial). Baseia-se principalmente em inúmeros livros sobre os movimentos estudantis dos anos 1960 (fontes secundárias), mas também em alguns documentos estudantis produzidos na época (fontes primárias).

A EDUCAÇÃO NO BRASIL HOLANDÊS (1630-1654): AS INFLUÊNCIAS DA RELIGIÃO CRISTÃ REFORMADA

Márcia Cristina Amaral da Silva
Universidade Estadual de Maringá

O presente trabalho pretende avaliar e compreender a educação disseminada no nordeste brasileiro, no período da invasão holandesa no século XVII, mais precisamente entre os anos de 1630 – 1654, bem como as influências da Igreja Cristã Reformada nesse contexto. De cunho teórico bibliográfico a pesquisa busca abordar as relações entre os holandeses e os índios, os negros, os católicos e os judeus, inseridas numa colônia já capitalizada pelos ibéricos. As principais obras utilizadas para as análises pretendidas foram Igreja e Estado no Brasil Holandês (1630-1654), de Franz L. Schalkwijk (2004), Classicale Acta van Brasilie: A Igreja Cristã Reformada no Brasil, traduzida por Pedro Souto Maior (1914), Guia de Fontes para a História do Brasil Holandês, organizado por Galindo e Huisman (2001), Tempo dos Flamengos, de José A. G. Mello (2001) e Historiografia e Bibliografia do Domínio Holandês no Brasil, de José H. Rodrigues (1949). A categoria trabalho serviu de sustentáculo dessas leituras, assim como o entorno histórico/teológico. A relação entre o universal – as práticas mercantilistas – e o particular – as práticas pedagógicas na colônia brasileira - norteada pela doutrina calvinista, serviu de alicerce principal e de eixo condutor dessa pesquisa. Como resultado deste estudo, constata-se o fato de que as especificidades religiosas não alteraram a lógica mercantilista e as relações ocorridas em total subserviência ao capital, mas sim corroboraram para sua efetivação e manutenção.

A TEORIA DA AÇÃO COMUNICATIVA DE JÜRGEN HABERMAS E SUAS INFLUÊNCIAS SOBRE A EDUCAÇÃO ESCOLAR

Márcia Cristina Amaral da Silva
João Luiz Gasparin
Universidade Estadual de Maringá- PR

O objetivo principal deste trabalho é explorar as possíveis contribuições da Teoria da Ação Comunicativa do filósofo e sociólogo alemão Jürgen Habermas, com vistas a construir uma nova prática de educação escolar. Para isso, partimos da análise textual das principais idéias do referido autor e de um aprofundamento sobre as concepções de educação. Com base na revisão de literatura fundamentada nas obras de Habermas, propusemos a construção de um referencial para a ação pedagógica. Em primeiro lugar, analisamos o conhecimento na perspectiva de uma racionalidade comunicativa que contempla os saberes obtidos por uma racionalidade centrada na comunicação, na qual a linguagem desempenha um papel fundamental. Logo após, referimo-nos a uma prática pedagógica ancorada na filosofia habermasiana, na qual as diferentes instâncias do processo educacional exigem dos sujeitos envolvidos uma postura crítica constante frente a suas práticas, tanto no que diz respeito às relações educador-educando e o espaço da sala de aula quanto ao currículo e o processo de avaliação. Finalizando, abordamos os aspectos de uma educação voltada para a emancipação, caracterizada pela razão dialógica, crítica e reflexiva. Com base na teoria de Habermas, concluímos que a educação escolar, embasada pelos pressupostos do paradigma da comunicação, terá subsídios para construir uma consciência crítica e reflexiva nos sujeitos sobre a amplitude da educação formal e a contribuição que a mesma poderá proporcionar à sociedade. Tais reflexões são importantes para as discussões realizadas na área de História da Educação, permitindo compreender as mudanças que ocorreram na educação.

A SEGUNDA REVOLUÇÃO INDUSTRIAL E SUAS INFLUÊNCIAS SOBRE A EDUCAÇÃO ESCOLAR BRASILEIRA

Márcia Cristina Amaral da Silva
João Luiz Gasparin
Universidade Estadual de Maringá - PR

As transformações ocorridas na Segunda Revolução Industrial influenciaram o processo de ensino-aprendizagem desse período. O novo modo de produção requeria um homem apto a lidar com as novas tecnologias, conforme a sociedade capitalista. Portanto, o processo educacional e a escola foram determinantes para se educar o homem necessário e inculcar-lhe as ferramentas que serviriam de sustentáculo para a manutenção do status quo. A interdependência escola-sociedade é um processo dialético, uma forma teórico-prática de construção do

conhecimento e da sociedade. Perpassam pelo espaço escolar relações de poder subjacentes, muitas vezes, ao próprio processo de ensino-aprendizagem, mascaradas por ideologias e falácias que favorecem a manutenção da classe hegemônica sucumbindo à autonomia, liberdade e emancipação dos sujeitos ali envolvidos. Assim, o presente estudo analisou a inter-relação entre a forma de produção de bens e o sistema educacional, para compreender o processo da aprendizagem escolar e as relações de poder que permeiam o emaranhado de relações pertencentes a ele. De caráter descritivo e bibliográfico, numa perspectiva histórica, tendo como fundamento de análise a categoria trabalho, a pesquisa fundamentou-se em fontes primárias tais como O capital de K.Marx (1989); Princípios da administração científica de F. W Taylor (1980), Vigiar e Punir de Michel Foucault (1983) e A Cultura Brasileira de Fernando de Azevedo (1963). A conclusão do trabalho explicitou que a Segunda Revolução Industrial alterou profundamente o modo de produção da vida material dos homens e exigiu uma educação escolar formal, sistematizada que preparasse o cidadão e trabalhador para atender às necessidades desse período. A aprendizagem tinha uma finalidade técnico-prática, com vistas a perpetuar as relações hierárquicas entre os homens, estabelecendo uma dicotomia entre os que detinham os meios e modos de produção e os que detinham a fragmentação técnica, tida como valor de troca numa sociedade marcada pela busca da mais-valia, marcas indeléveis de uma sociedade de classes.

A REORGANIZAÇÃO DO CAPITAL, TRABALHO RURAL E EDUCAÇÃO

Prof. Dr. Marcos Cassin
Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras /USP

O tema parte da idéia de que o meio rural no Brasil é um elemento da sociedade capitalista, particularidade articulada e inserida no conjunto das relações capitalistas e de seu desenvolvimento. Portanto, pensar a educação no campo só faz sentido enquanto educação universal que se materializa na particularidade do campo e esse subordinado a cidade, a indústria, à urbanização, em suma, ao capital. Essa discussão aponta para a compreensão das relações entre o trabalho rural e a educação no contexto atual, enquanto relações determinadas pelo processo histórico. Isto significa que o tema pressupõe buscar entender o trabalho rural e a educação no final da década de 70 e início de 80 do século passado, ou seja, a partir da reorganização do capital, que segundo Marta Harnecker se sustentou pela política neoliberal, globalização dos mercados, o desenvolvimento de novas tecnologias e das dívidas externas dos países subdesenvolvidos. Outro referencial teórico é Nicos Poulantzas, particularmente as teses da determinação das relações de produção sobre as forças produtivas, como também da subordinação do processo de trabalho ao processo de produção. O tema do texto, "A reorganização do capital, trabalho rural e educação", indica a necessidade de análises dos impactos na formação, qualificação e empregabilidade dos trabalhadores rurais em decorrência

da reorganização do trabalho, introdução de novas tecnologias e dos avanços científicos aplicados na produção agrícola. O tema também nos instiga a pensar a convivência contraditória do grande latifúndio de produção de monoculturas e de pequenos proprietários de produção familiar de produção de policulturas, do surgimento da agroindústria relacionada ou grande capital nacional e/ou internacional e das cooperativas de trabalhadores rurais e a formação e escolaridade dos sujeitos dessa realidade complexa e contraditória.

ELEMENTOS PARA A CONSTITUIÇÃO DE UMA PEDAGOGIA SOCIALISTA A PARTIR DOS ESCRITOS "JORNALÍSTICOS" DE FLORESTAN FERNANDES

Marcos Marques de Oliveira
Jornalista, Cientista Social, Mestre em Ciência Política e
Doutor em Educação Brasileira pela UFF. Bolsista CAPES/MEC
marcosmoliveira@uol.com.br

Famoso por sua trajetória universitária e parlamentar, Florestan Fernandes, que viveu de 1920 a 1995, deu grande contribuição ao pensamento educacional brasileiro. Neste artigo, destacando as dimensões acadêmicas e militantes da trajetória de um dos fundadores da moderna sociologia brasileira, objetiva-se demonstrar que em seus escritos jornalísticos encontram-se elementos que podem corroborar para a constituição de uma pujante pedagogia socialista – entendendo esta a partir da perspectiva marxista-gramsciana como elemento constituído e constituinte da luta hegemônica. Para acompanhar a transformação do jornalista insciente no articulista Florestan, além de nos basear em sua obra (especialmente os artigos publicados na Folha de S. Paulo nos anos 80 e 90) e na literatura sobre a mesma, adotamos as técnicas e métodos de investigação de uma pesquisa histórico-sociológica de predominância bibliográfica. Para tanto, tomamos como parâmetro a lição do historiador Ciro Flamarion Cardoso de que as fontes não devem ser tratadas como meros informantes de dados, mas sim como "testemunhas" cuja qualidade das respostas depende das perguntas que fazemos a elas. Ou seja, importa não só a forma como se pergunta, mas também com que objetivos e de que lugar se questiona. A importância maior deste trabalho, ao restabelecer o valor de uma herança intelectual do porte da de Florestan Fernandes, está na sua potencial capacidade de tornar compreensível como as idéias, produzidas pelos intelectuais, transformam-se em conhecimento crítico e, por sua radicalidade, engendram forças sociais que questionam o *status quo*.

UM TRAÇADO TEÓRICO-METODOLÓGICO NA DEFESA DA EDUCAÇÃO PÚBLICA

Marcos Pereira Coelho
Guaraciaba Aparecida Tullio

Numa perspectiva histórica, o presente texto tem como uma das preocupações os fundamentos filosóficos da historiografia educacional brasileira considerando-a, em alguns aspectos, inspirada na proposta educacional elaborada por Condorcet (1743-1794), durante os episódios que marcaram a Revolução Francesa no final do século XVIII. Este período da história humana caracterizou-se por profundas transformações econômicas e, concomitantemente, a maneira de se pensar o homem e a organização política da sociedade. Neste período, diversos filósofos como, Rousseau e Condorcet se dedicaram à formulação teórica de idéias que ajudassem na estruturação de uma nova ordem política, legando à filosofia um papel importante nos embates que caracterizaram este século. Epistemologicamente, os autores da época procuraram redefinir a ação humana e a institucional fundamentando-se, para tanto, no homem como indivíduo e na razão natural. É neste cenário de transformação social e fecundo para a filosofia, que Condorcet elaborou suas idéias sobre a educação e a instrução. Para o autor, o ser "infinitamente perfectível" é o ponto de partida para a organização social e, nesta perspectiva, suas propostas educacionais vão além da organização metodológica do ensino ou da estruturação física das escolas. A educação, para ele, mostrou-se marcada por um forte caráter político, capaz de ordenar um conhecimento que livraria os homens da dependência e do julgo do próximo em todas as instâncias. Defendeu, aqui, o estado de direito como princípio maior da educação. É neste sentido que a filosofia francesa, e seus pressupostos, marcam presença – mais do que qualquer outra – na literatura educacional brasileira, merecendo o estudo aqui apresentado.

HISTÓRIA DA LEITURA: DO PRÓLOGO À INSPIRAÇÃO

Maria Aparecida Crissi Knüppel
UNICENTRO
Doutoranda UFPR

A prática de leitura não pode estar desvinculada da leitura de mundo do indivíduo. O homem desde o seu nascimento inicia uma descoberta, uma interpretação do real, que mais tarde será lida em diversos impressos, levando em consideração suas próprias vivências. A leitura se enfatiza pelo seu caráter dinâmico, com uma forte relação com as aspirações do leitor. A leitura vista numa perspectiva ampla e dinâmica, desacomoda o indivíduo, ele passa a questionar, criticar, aumentando sua capacidade de compreender o que ocorre a sua volta, conseqüentemente há uma ampliação no seu universo cultural.

Se há uma variedade de tipos de leitura, o ato de ler vai além da escrita, porque ele nos diz algo em particular de acordo com o contexto em que determinadas produções culturais estão inseridas, isto porque num processo de leitura não é só quem escreve que dá sentido ao texto, quem lê também precisa dar sentido ao objeto lido. Esta significação se dá de acordo com as situações sócio-históricas do cidadão, seu conhecimento e compreensão de mundo.

Sendo assim, este trabalho buscou pesquisar como a literatura educacional, utilizada neste contexto como fonte de pesquisa, caracterizou a leitura desde a Antiguidade até o século XX, para se entender a necessidade de novas pesquisas na área e também o contexto das práticas de leituras, como práticas culturais em seus usos e formas no Brasil. Assim, vale destacar que no desenvolvimento das civilizações o conhecimento foi social e historicamente acumulado; em função disso, a leitura, foco de atenção do presente trabalho, foi sofrendo modificações de acordo com as concepções emergentes em cada época.

Assim, tendo como linha de pesquisa as vertentes da História Cultural, buscou-se entender como aconteceu e acontece a divisão entre letrados e não letrados no desenvolvimento da sociedade, bem como a relação entre leitura e processo de formação do leitor. Neste sentido, acreditou-se importante refletir sobre o caráter social e de prática cultural da leitura, entendendo estas práticas como prolongação necessária da história dos livros e dos impressos, ao mesmo tempo em que se considerou importante pesquisar como a leitura passa pelo domínio político, na fronteira entre o público e o privado.

Pôde-se concluir que novas leituras sempre serão apropriações, invenções e produções de conhecimento, que se cristalizam no imaginário coletivo. Neste sentido, é a partir do imaginário que o homem infere suas leituras de mundo, do escrito, e lhe é possível visualizar-se na perspectiva de sujeito da história, afinal, o imaginário é a maneira pela qual às pessoas estruturam seu mundo, lhe dão significado, operando como um poderoso instrumento de entendimento e de análise das relações políticas e sociais presentes na educação, permeando as práticas pedagógicas, chegando ao imaginário social, a vida de uma sociedade. A partir destas observações é possível afirmar que cada grupo ou indivíduo fez uso, em diferentes momentos históricos e em espaços distintos de um tipo de leitura e de formas diferenciadas de ler.

A QUESTÃO RACIAL NO ENSINO SECUNDÁRIO BAIANO: PROBLEMATIZANDO O LIVRO DIDÁTICO DE HISTÓRIA

Maria Cristina Dantas Pina
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB/PQI-CAPES
Doutoranda em História da Educação – Unicamp/Histedbr
tinapina@uesb.br

O objetivo desse trabalho foi identificar como o negro, enquanto escravo, foi retratado nos livros didáticos de história, utilizados no Ginásio da Bahia, nas três

primeiras décadas do século XX, percebendo as relações entre os conteúdos desses livros e o contexto vivido por seus autores e leitores. O Ginásio da Bahia foi criado em 1895, substituindo o Liceu Provincial. Atendia as classes sociais privilegiadas economicamente, tendo como objetivo, como todo o ensino secundário daquele momento, formar as elites dirigentes da sociedade baiana, a partir de uma formação humanista-clássica. Por outro lado, o livro didático, no início da República, representava o principal instrumento didático, com grande repercussão no meio intelectual brasileiro, sendo um forte instrumento divulgador de concepções e ideologias. Nesse sentido, tentou-se analisar o objeto (livro didático) a partir do processo de organização e expansão das escolas e suas produções didáticas, aspecto privilegiado pelo projeto republicano, além de considerar as especificidades da questão racial na sociedade brasileira, e baiana particularmente, naquele momento histórico. Ou seja, pretendeu-se investigar como os livros didáticos de história construíram leituras e análises da escravidão brasileira, e ainda, como esses livros divulgaram essas idéias, contribuindo para consolidar uma leitura específica da experiência escrava brasileira que, de certa forma, predominou e predomina na visão de mundo dos brasileiros. A metodologia adotada passa pela análise sistemática do conteúdo do livro didático, identificando texto escrito e iconográfico, leitura de uma bibliografia referente ao contexto histórico (obras historiográficas), além da análise sobre as idéias construídas e difundidas em cada período recortado. Utilizamos as seguintes categorias: concepção de história; concepção de escravidão/negro; concepção de Brasil; organização do livro; concepção de Educação/Ensino e imagem do escravo. A intenção foi perceber os significados e implicações sócio-econômicas e política desses conteúdos, compreendendo como esse processo se origina e os seus desdobramentos no espaço escolar. Perceber o particular - o conteúdo sobre escravidão no livro didático -, dentro de um contexto mais amplo, isto é, considerando a totalidade histórica em que o objeto está inserido. Nesta perspectiva identificou-se, entre outros aspectos, o quanto à história da escravidão veiculada pelo livro didático de história foi marcada por estereótipos e preconceitos. Numa sociedade pós-abolição, o negro e o escravo foram analisados sob a perspectiva eugênica, num contexto de busca de soluções econômicas para sua substituição enquanto mão-de-obra, sustentada por discursos historiográficos com fortes marcas positivistas, produzindo intensas implicações para a visão de mundo construída através da escola e na sociedade como um todo.

O LIBERALISMO RADICAL DE FREI CANECA: O TYPHIS PERNAMBUCANO COMO AGENTE FORMADOR DA CONSCIÊNCIA REVOLUCIONÁRIA

Maria Madalena Sorato
Marcília Rosa Periotto
UEM

Trata-se de uma análise histórica sobre o jornal Typhís Pernambucano, publicado a partir de 25 de dezembro de 1823 em Pernambuco, por Frei do Amor Divino Caneca, órgão de imprensa utilizado para disseminar idéias liberais da época que visava a consolidação do governo republicano instalado em meio à luta contra o governo central, num movimento de repulsa à monarquia absolutista portuguesa que havia conseguido manter a sua dinastia no poder mesmo com a independência do Brasil. O objetivo principal do estudo centra-se na análise das idéias decididamente formativas com as quais pretendia conduzir o povo para a luta que poderia levar o Brasil a uma separação de fato e definitiva dos interesses portugueses. O ideal de liberdade fora propagado pela Revolução Francesa e as idéias de federação contidas no movimento resultava das esperanças dos revoltosos em trilharem por caminhos semelhantes ao dos Estados Unidos quando se libertaram do domínio inglês. Porém alguns segmentos da população, apesar de simpatizarem com as idéias republicanas temiam que um governo liberal levasse o país abolir a escravatura e desse maior poder as populações pobres e livres que viviam nas cidades, além do temor, também, de que negros e mulatos, por serem muito discriminados, se revoltassem caso a autoridade governamental fosse enfraquecida causando o desmoronamento de toda uma série de privilégios concedidos às classes dominantes pela legislação colonial. Em síntese o que se pretendia era a separação política de Portugal, a implantação do regime republicano de governo, mas acima de tudo garantir a manutenção dos privilégios e direitos implantados pela monarquia. É nesse contexto histórico que se analisa o jornal O Typhis Pernambucano, em cujas páginas se encontra um conteúdo político-educativo que expressava ao mesmo tempo os ideais de liberdade definitiva em relação a Portugal e de compreensão da necessidade de se formar os homens da época para a luta social em curso. Esse jornal começou a circular sob o impacto da notícia da dissolução da Assembléia Constituinte. Nele, se procurou formular respostas aos rumos centralizadores que o governo provisório impunha aos nacionais após a independência do Brasil. Entendendo esse pensamento como profundamente educativo, buscar-se-á seus determinantes a fim de apurar em que momento e com quais elementos ele assim se estabeleceu bem como o influxo de suas idéias junto ao movimento contestatório do qual Frei Caneca foi líder. Foram utilizadas fontes primárias e fontes secundárias. Na primeira, procurou-se validar as obras produzidas no calor da hora, ou seja, fontes produzidas no momento em que os fatos e acontecimentos verificados se puseram como reais, no caso, artigos do jornal citado, documentos oficiais, discursos da época elaborados por ambas partes

dos contendores, etc. Já na segunda, foram considerados os estudos, obras e ensaios realizados posteriormente ao momento histórico tratado.

A CENTRALIDADE DO COTIDIANO NA PRÁTICA PEDAGÓGICA DE CÉLESTIN FREINET – UMA EDUCAÇÃO ALIADA A MANUTENÇÃO DO CAPITAL

Michele Cristine da Cruz Costa
FFCLRP/USP
mi_usp@yahoo.com.br

O presente trabalho é fruto de pesquisa que venho realizando ao longo de minha graduação para produção de monografia de conclusão de curso, cujo título é "A Centralidade da Prática Pedagógica do Professor na atividade do aluno – Primeiras aproximações entre Célestin Freinet e a teoria Construtivista e algumas apreciações críticas" sob orientação da Profa. Dra. Alessandra Arce (Ded/UFSCAR). Assim, enquanto um recorte de tal pesquisa, o texto aqui apresentado tem por objetivo analisar a influência do cotidiano na prática pedagógica encontrada nas propostas de Célestin Freinet, estabelecendo relações, ainda preliminares, entre as concepções de cotidiano presente nas obras de Agnes Heller e de outros autores que abordam uma análise crítica em relação à centralidade do cotidiano no processo de ensino-aprendizagem, como intuito de mostrar que esse tipo de concepção acaba contribuindo para a manutenção do capital, ao invés de contribuir para sua negação e superação. Enfatizamos que é de fundamental importância resgatar o estudo dos clássicos da educação, tais como Célestin Freinet, já que há uma imensa carência de estudos a respeito dos mesmos, podendo-se assim, muitas vezes, quebrar o caráter de novidade que é apresentado nos discursos atuais na área.

PROJETO LIBERAL DE ESCOLA PÚBLICA: ALGUNS APONTAMENTOS

Paula Edicléia França Bacaro
Teresa Kazuko Teruya
tkteruya@gmail.com
Universidade Estadual de Maringá

O presente trabalho tem como objetivo refletir sobre o projeto liberal de escola pública e sua influência no processo de implantação do sistema nacional de educação no Brasil. Trata-se de um estudo bibliográfico abrangente e sem a pretensão de aprofundar nas especificidades de cada período. Para realizar esta reflexão, recorre ao pensamento sobre educação no contexto histórico de decadência do feudalismo e a gênese do capitalismo. Neste sentido, busca mostrar a

forte presença do princípio liberal de educação na luta pela criação da escola pública, laica e obrigatória de caráter universal. No Brasil, o Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova-1932, foi um marco que lançou propostas de reformas na educação, mas que de fato não ocorreram de imediato. Os pioneiros defendiam a escola única para todos, sem distinção de classes sociais e nem diferença entre os sexos. A gratuidade poderia ser garantida se o Estado assumisse a organização dos meios e da estrutura educacional para tornar a educação escolar acessível. Ao longo do século XX, houve investimentos significativos do Estado nos projetos de construção de escolas para atender a população em idade escolar, no entanto, ainda enfrentamos o desafio de erradicar o analfabetismo no Brasil.

O PAPEL ATRIBUIDO À EDUCAÇÃO E Á FORMAÇÃO DE PROFESSORES NO PROCESSO DE ROMANIZAÇÃO DO APARELHO RELIGIOSO CATÓLICO, DE 1890 A 1915, Á LUZ DE FONTES DOCUMENTAIS

Peri Mesquida
Mestrando em Educação da PUCPR

Esta pesquisa procura resgatar o período em que a Igreja Católica desenvolveu no Brasil o processo de romanização, na tentativa de resgatar a hegemonia abalada a partir da separação entre Igreja e Estado, ocorrida logo após a Proclamação da República. Alem de uma bibliografia secundária, analisamos três documentos que serviram de pontos de apoio para a Igreja na sua ação de recuperação da hegemonia, no período da República Velha: 1. A Pastoral Coletiva dos Bispos do Brasil, de 1890, redigido por Dom Antonio Costa; 2. o documento de D. Antônio de Macedo Costa, intitulado “Alguns pontos de reforma na Igreja do Brasil”, também de 1890, texto confidencial que circulou entre a hierarquia clériga da Igreja, e foi tornado público somente em 1949; 3. a “Pastoral Coletiva dos Senhores Arcebispos e Bispos das Províncias Eclesiásticas de S. Sebastião do Rio de Janeiro, Mariana, Cuiabá e Porto Alegre”, de 1915. A análise dos documentos mostrou a importância atribuída à educação escolar e à formação de professores no processo de romanização, unificação da Igreja e de resgate da hegemonia., vista a escola como aparelho da Igreja a serviço da formação de mentalidades e de representações.

O SENTIDO EDUCATIVO DAS IDÉIAS DE SILVESTRE PINHEIRO FERREIRA NAS "CARTAS SOBRE A REVOLUÇÃO DO BRASIL"

Renata de Almeida Vieira
Acadêmica de Pedagogia/UEM
Orientadora: Marcília Rosa Periotto
Pedagogia/UEM

Este estudo, fruto de pesquisa de iniciação científica, faz uma análise das "CARTAS SOBRE A REVOLUÇÃO DO BRASIL" escritas por Silvestre Pinheiro Ferreira entre 1820 e 1821, as quais somam o número de 28, publicadas pela Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil no ano de 1888, portanto se constituindo em fontes primárias. O conteúdo por elas apresentado se refere à análise de conjuntura política elaborada por seu autor quando da missão de instruir D. João VI sobre as medidas mais cabíveis a serem adotadas em função do iminente retorno da família real e da corte para Portugal. Escritas na animação dos acontecimentos que antecederam ao rompimento da relação entre Brasil e Portugal, as "Cartas..." sintetizam uma multiplicidade de circunstâncias históricas presentes na sociedade do momento, que vinham a exigir a instrução do monarca para uma nova realidade social que se avizinhava e que parecia negar as aspirações da realeza de permanecer em terras brasileiras. Tal tarefa, conforme se constatou nesta pesquisa, foi assumida por Silvestre Pinheiro Ferreira, designado conselheiro de Dom João VI. Embora não fosse um educador de profissão, mas um jurisconsulto e filósofo, empenhou-se em instruir o Soberano, por meio de seus conselhos, para que esse adotasse medidas que salvaguardassem a união entre Portugal e Brasil e mantivessem, assim, a grandeza do reino. Buscava indicar ao Soberano a necessidade de cultivar novas virtudes políticas e afastar os vícios de uma forma de governo que se apresentava inadequada diante do grau de desenvolvimento já alcançado por outras nações, bem como se empenhava em fazê-lo assimilar idéias que pareciam ser as mais acertadas para resolver o impasse posto pelas forças mais avançadas do capitalismo mundial. Esforçou-se, sobretudo, frente aos infortúnios enfrentados pela Monarquia na defesa de uma ampla reforma no centro do poder político, advogando o afastamento da aristocracia do exercício de cargos que demandassem saberes específicos da prática burguesa. Ao evidenciar nas idéias de Silvestre Pinheiro Ferreira um sentido eminentemente educativo, ainda que em uma primeira aproximação, este estudo realizado através do método materialista histórico pretende, pois, contribuir para que o processo histórico da educação no Brasil possa ser compreendido também através de fatos e acontecimentos que excedem ao formalismo educacional, observando-a no espaço mesmo onde primeiro ela se elabora, ou seja, no interior das lutas travadas em nome dos distintos interesses vigentes na sociedade.

FONTES DOS ARQUIVOS PORTUGUESES PARA A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO LUSO-BRASILEIRA

Profª Drª Rita Filomena Andrade Januário Bettini[8]

Para o século XVIII e começos do XIX, a gama de fontes para a história da Educação Portuguesa e do Brasil-Colônia é limitada, constituída por documentação escrita, impressa e manuscrita, não muito abundante, e por rara iconografia. Todavia, conforme o Prof. Albert Silbert (conhecedor profundo dos Arquivos portugueses) afirmava, há já algumas décadas, a falta de documentação ideal não significa que não exista nenhuma. Não irei referir-me exaustivamente às fontes disponíveis para a história dos Estudos menores, ou seja, das escolas de ler, escrever e contar e das aulas de ensino médias, preparatórias para os Estudos maiores, nem tão pouco aos seus conteúdos. Pretendo apenas chamar a atenção para alguns aspectos que poderão contribuir para o debate de idéias e a troca de experiências. Com base em trabalho pessoal realizado e em outros estudos acadêmicos recentes, apontarei especialmente as fontes respeitantes ao discurso educativo oficial e ao não governamental, à rede escolar pública e privada, aos conteúdos e práticas de ensino e, finalmente, aos atores do ensino e ao quotidiano escolar. Tanto para o caso português como para o brasileiro, as fontes manuscritas encontram-se dispersas no Arquivo Nacional da Torre do Tombo (com destaque para os núcleos do Ministério do Reino, da Real Mesa Censória, do Conselho Ultramarino, das Chancelarias Régias e dos Manuscritos de Livraria), no Arquivo da Universidade de Coimbra, na Biblioteca Geral na mesma Universidade, na Biblioteca Pública de Évora e, em menor dimensão, no Arquivo do Tribunal de Contas, na Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa, no núcleo de Reservados da Biblioteca Nacional de Lisboa e no Arquivo Geral da Alfândega de Lisboa. Para a história da Educação no Brasil-colonial, em finais do Antigo Regime, é de primordial importância o Arquivo Histórico Ultramarino, situado em Lisboa. As fontes impressas encontram-se, sobretudo, na Biblioteca Nacional de Lisboa, na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, na Biblioteca Pública de Évora e na Academia das Ciências de Lisboa. Para qualquer daqueles arquivos existem catálogos gerais mais ou menos minuciosos, uns já impressos, outros destinados apenas a uso interno. Para os investigadores da história da educação brasileira, a obra do Prof. Caio C. Boschi, "Roteiro sumário de arquivos portugueses de interesse para o pesquisador da História do Brasil" (1995) é de grande utilidade, como ponto de partida . Mas, no que diz respeito à Instrução Pública não existe qualquer espécie de roteiros gerais ou catálogos. Graças a trabalhos acadêmicos recentes, começamos a dispor de alguns inventários, quer referente a Portugal quer ao Brasil, imprescindíveis para futuras investigações, como sejam os estudos de Rogério Fernandes, António Nóvoa, Justino de Magalhães, António Gomes Ferreira, Áurea Adão e A. A. Banha de Andrade.

[8] Professora do Departamento de Educação da Faculdade de Ciências e Tecnologia da UNESP de Presidente Prudente. Membro do Grupo de Pesquisa "História, Sociedade e Educação no Brasil", HISTEDBR, da Faculdade de Educação, UNICAMP.

Especialmente no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, no Arquivo Histórico Ultramarino e no Arquivo da Universidade de Coimbra, é necessário proceder-se a uma pesquisa sistemática e, por vezes, prospectiva, de alguns núcleos; em outros acervos, é conveniente conhecer-se o modo de funcionamento de certos organismos da época para localizar-se documentação útil. O trabalho de investigação para o historiador da história da Educação luso-brasileira de finais do Antigo Regime é, na verdade, demorado (meses e meses ...) e com fases de desânimo, situação esta confirmada pelo experiente Prof. Borges Coelho, que, relativamente às fontes de história geral moderna, afirmou: "Com um universo de documentos sepultados, com coleções documentais esgotadas e raras, o investigador tem pois que mergulhar nas bibliotecas e arquivos". A persistência e entusiasmo são fundamentais!

A EDUCAÇÃO NO DISCURSO JORNALÍSTICO DE CECÍLIA MEIRELES (1930/1933)

Rosângela Veiga Júlio Ferreira
Mestrado em Educação - UFJF
rofer@nextwave.com.br

O texto tem como foco principal as contribuições da educadora Cecília Meireles, no que se refere às discussões sobre educação. A poeta dirigiu a Página de Educação no jornal Diário de Notícias (1930/1933), sendo que, através da coluna Comentários, organizou uma verdadeira trincheira na defesa da Escola Nova. Dialogava com os profissionais da área sobre questões fundamentais da educação brasileira, tais como a co-educação, a laicidade, o publicismo entre outros. Neste espaço combatia o obscurantismo dos opositores das idéias escolanovistas. As questões educacionais eram dissecadas pelo seu texto vigoroso, talvez utópico, mas lúcido e corajoso. Mesmo convivendo com perseguições mais ou menos veladas e com dificuldades financeiras, a jornalista buscou a renovação educacional. Em seus artigos sobre política, educação e cultura defendeu uma escola moderna, que rompia com os moldes tradicionais da época. Através das crônicas realizou entrevistas, discutiu problemas da educação brasileira, questionou as reformas implementadas por Francisco Campos, Ministro da Educação deste período e divulgou os ideais escolanovistas. A princípio, pode-se dizer que no primeiro ano de atuação como cronista do Diário de Notícias, em 1930, Cecília Meireles teve como objetivo marcar as posições ideológicas com as quais conduziria o trabalho. No segundo ano, com a ascensão da classe vitoriosa na Revolução de 1930, as discussões ganharam uma vertente altamente política. Estes debates alcançaram seu ápice com o lançamento do Manifesto dos Pioneiros, em 1932. O combate as idéias do então Ministro Francisco Campos, principalmente no que tange a obrigatoriedade do ensino religioso, permearam vários de seus comentários. Posso dizer, ainda, que no primeiro ano a frente do jornal, voltou sua atenção de forma especial à infância, tema que é o foco central desse trabalho. Ao me debruçar nas fontes jornalísticas,

associando a elas algumas correspondências trocadas entre Cecília Meireles e Fernando de Azevedo, optei pela abordagem metodológica que se firma na hermenêutica interpretativa de Paul Ricoeur, que está centrada numa visão de língua viva e dinâmica, tendo como importante marca o texto escrito. Ao apresentar os comentários na perspectiva de ação, busquei discuti-los em termos de suas estratégias, táticas, recepção e eficiência. A dialética da ação, na perspectiva ricoeuriana, não só expressa como cria, ou ajuda a criar identidades. Além desse viés investigativo, há o paradigma indiciário, de Ginzburg, objetivando analisar os indícios das crônicas sem abandonar a totalidade que as constitui. Pelo recorte inicial dos dados, percebi uma questão recorrente nos textos jornalísticos: a possibilidade de superar a visão da criança como um ser passível de homogeneização, vendo-a como um ser que se constitui na sua alteridade.

A PSICOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO E A EDUCAÇÃO NA OBRA DE EDOUARD CLAPARÈDE – PRIMEIRAS APROXIMAÇÕES E QUESTIONAMENTOS

Rosimeire Simão
USP/FFCLRP/FAPESP

O seguinte trabalho é fruto de parte da pesquisa de iniciação científica, intitulada: *A Psicologia da Criança e a Pedagogia Funcional de Edouard Claparède e a Pedagogia dos Jardins de Infância de Friedrich Froebel – Continuidades e Rupturas no Pensamento de Dois Autores Defensores de uma Escola Progressista*.
A apresentação possui como objeto de estudo as obras educacionais de Edouard Claparède, autor pertencente ao movimento escolanovista que contribuiu para a chamada "Revolução de Copérnico" na educação, retirando o centro gravitacional do processo de ensino-aprendizagem dos conteúdos e do professor direcionando-o para o aluno seus interesses e necessidades. Tem por objetivo principal: analisar as proposições educacionais e psicológicas de Claparède tomando-se, para tanto, como categorias de trabalho: concepção de desenvolvimento infantil e função da educação, procurando-se apontar continuidades e rupturas no pensamento deste importante educador mundial. Claparède foi um típico representante da psicologia influenciada pela biologia e pelo evolucionismo, e essas duas ciências foram de grande importância para o autor, pois serviram de base para sua teoria de desenvolvimento infantil e consequentemente de educação. Esta é uma pesquisa de natureza teórica, centrada na análise de material bibliográfico, e para a realização da mesma serão utilizados como fonte de análise, os livros produzidos por Claparède. Entre eles: A Educação Funcional (1954) e A Escola sob medida (1959), nos quais o autor apresenta sua concepção de educação. Já as obras: Psicologia da Criança e Pedagogia Experimental (1934) e A Escola e a Psicologia Experimental (s/d) o educador expressa de forma mais geral suas concepções de homem e desenvolvimento infantil. Além disso, será utilizada uma bibliografia que auxilie na

compreensão do período em que este autor viveu e produziu, bem como a influência desse contexto histórico nas suas obras. A pesquisa da qual esse trabalho faz parte, ainda encontra-se em andamento. Portanto, as aproximações e os questionamentos apresentados nesse trabalho ainda podem passar por alterações à medida que a pesquisa for se desenvolvendo.

TRABALHO DOCENTE: FORMA TRANSITÓRIA DE TRABALHO

Samira Saad Pulchério Lancillotti
UNICAMP/UEMS/FUNDECT

Esse trabalho pretende apresentar pesquisa de doutorado, em andamento, vinculada ao HISTEDBR/Campinas, cujo título provisório é: A Constituição Histórica do Trabalho Docente. O objetivo da pesquisa é analisar, como se constituiu o trabalho docente ao longo do processo histórico, desde a emergência da escola moderna até a contemporaneidade. Entende-se que o trabalho docente encontra-se hoje sob impacto de transformações materiais substantivas que têm potência para alterar sua natureza, organização, e as relações de trabalho nas quais se estabelece. Na persecução do objetivo, considerou-se que o ponto de partida do estudo, seria, necessariamente, a categoria trabalho. Assim, buscou-se nos textos da Economia Política o entendimento de como o trabalho foi sendo compreendido desde os intelectuais burgueses até Marx. Chegou-se ao entendimento de que, para Marx, o trabalho do mestre-escola encontra-se entre as formas transitórias de trabalho, de vez que, por sua natureza imaterial, não pode ser explorado pelo capital na forma mais avançada, não permite subsunção real. O passo subseqüente foi a recuperação histórica da emergência da escola moderna e, no seu interior, do trabalho docente. Com base em Gilberto Luiz Alves procuramos indicar que o trabalho docente, passou da organização artesanal à manufatureira, a partir da proposição de Comenius que, com a sua Didáctica Magna, concebeu a escola moderna, fundada no ensino coletivo. Impôs-se, ainda, a tarefa de discutir as transformações que se processaram no trabalho, em geral, ao longo do século XX , e o aprofundamento da análise sobre as aceleradas mudanças que se processam desde o ultimo terço do século XX aos dias de hoje, configurando a "crise do trabalho". Para a análise recorreu-se às teses de Benedito Moraes Neto, para quem o fordismo, taylorismo e toyotismo correspondem a formas desenvolvidas da manufatura e não da maquinaria. O autor indica que as mudanças nos processos de trabalho são movidas pelas leis do valor, assim, alcança-se, particularmente no último terço do século XX, um novo patamar tecnológico na produção industrial, com a aplicação da automação de base microeletrônica ao sistema produtivo, o que oferece a base para a automatização da linha de montagem e permite um ajuste abrupto ao princípio da maquinaria tal como estabelecido por Marx. Se as novas bases tecnológicas têm potência para permitir a superação da manufatura avançada no sistema produtivo, qual seu impacto sobre o trabalho docente? Marx apontava, em fins do século XIX,

que o trabalho do mestre-escola estava dentre as formas transitórias de trabalho, apontava ainda que o capital sempre se move no sentido de fazer a subsunção real do trabalho. Transcorrido mais de um século, o trabalho docente ainda está em condição transitória? Ou a sociedade contemporânea oferece elementos materiais para que o capital avance sobre o trabalho docente? Provisoriamente compreende-se que, a despeito de todas as mudanças por quais passou, o trabalho docente modificou-se pouco. Contudo, já se insinuam condições objetivas para que o capital avance na subsunção real do trabalho docente, estas se colocam a partir dos avanços tecnológicos do presente, que vêm sendo progressivamente utilizados no campo da educação.

PROFESSORES DAS PRIMEIRAS INSTITUIÇOES ESCOLARES DE PONTA GROSSA - REGIÃO DOS CAMPOS GERAIS –PR: UMA RELAÇÃO ENTRE MEMÓRIA E HISTÓRIA DO COLÉGIO ESTADUAL REGENTE FEIJÓ

Silvana Maura Batista de Carvalho
UEPG
scarvalho@uepg.br

O trabalho é parte do projeto de pesquisa sobre a História da Educação na região dos Campos Gerais-Pr. Após o levantamento e catalogação das fontes primárias e secundárias da educação brasileira nos estabelecimentos de ensino mais antigos da região, desde a fundação até a década de 1960. Relacionando-se a documentação arquivística e bibliográfica, constatou-se a escassez de registros documentais ainda disponíveis em tais estabelecimentos, e a necessidade de um despertar de consciência sobre a importância de preservação de registros, como parte do referencial histórico-educacional-cultural da região. Por isso, buscou-se outras fontes para recuperar aspectos significativos da história da educação regional, os sujeitos-fontes - professores, cujas lembranças vêm contribuir para o enriquecimento da historiografia da educação, pois a História Oral é uma possibilidade de enriquecimento e completude da história, nos aspectos expressos na riqueza das experiências relatadas pelos sujeitos históricos. Na perspectiva de que a história oral possibilita o acesso do pesquisador a atores sociais próximos e, a uma riqueza de dados pelos inúmeros objetos investigativos que essa pode oferecer, destaca-se, neste trabalho, especificamente, os antigos professores do Colégio Estadual Regente Feijó, contextualizando-se essa atuação na história da instituição. Esse colégio foi criado em 1924 como Ginásio, inaugurado, entra em funcionamento a partir de 1927, para atender à demanda da clientela escolar da cidade Ponta Grossa e do interior do estado. Em 1943, para atender essa mesma clientela, nesse colégio foi criado o primeiro curso secundário da cidade de Ponta Grossa, passando então de Ginásio a Colégio Estadual Regente Feijó. Essa instituição escolar marcou época, constituindo-se até a década de 70, um importante referencial educacional

na cidade, pela arquitetura é um bem cultural tombado, integrante do Patrimônio Histórico do Estado do Paraná e, em especial pela qualidade de ensino oferecida até a década de 70. Entre outros aspectos da prática docente, foi possível recuperar alguns pontos significativos de sua experiência quanto à formação e atuação de professores como relação professor-aluno, referencial teórico-metodológico, disciplina, avaliação, entre outros. Para que, a partir dessa possa-se reconhecer a trajetória da formação e atuação de professores na história da educação na região dos Campos Gerais-Pr e, assim, empreender uma reflexão sobre novas possibilidades de investimentos nessa área, visando a melhoria da qualidade de educação no país, cujo momento exige que, cada vez mais, se repense à educação formal frente às novas demandas sociais. Assim, a memória resgatando as reações ou o que está submerso no desejo e na vontade individual e coletiva e, a história operando com o que se torna público, ou vem à tona da sociedade, possibilita-se o estabelecimento da relação história e memória na construção de uma consciência histórica significativa sobre e para a educação brasileira nos Campos Gerais- PR.

PROFESSOR DE HISTÓRIA: TRAJETÓRIA, HISTORICIDADE NO PROCESSO DE FORMAÇÃO DE NOVOS PROFESSORES

Silvana Maura Batista de Carvalho
scarvalho@uepg.br

Na historiografia da educação brasileira, ressalta-se a importância do papel do professor no processo histórico dessa sociedade. Em especial, no período republicano e, a partir da década de 1930, passa-se a investir na formação do professor para o ensino primário e secundário. Na trajetória histórica dessa, inúmeros fatores concorreram quanto aos modelos de formação, tendo em vista atender aos interesses político-econômicos nacionais e internacionais da sociedade capitalista. Dessa forma, em diferentes momentos históricos, certas tendências pedagógicas se fizeram presentes no sistema de educação básica e nortearam os cursos de formação de professores. A partir da década de 80, trabalhos de pesquisa foram realizados sobre a temática contemplando aspectos como avaliação, currículo, aprendizagem, como temas ligados à atuação docente, mas desvinculados do processo de formação, sendo esse reconhecido atualmente, como um elemento essencial para a ação pedagógica. As pesquisas realizadas nesse campo abrangem um universo inesgotável de objetos como - história de instituições escolares, educadores, cursos de formação, currículos e história de vida de professores. Um dos aspectos importantes desses trabalhos, além do recorte espaço-temporal, delimitação do tema, está a metodologia de pesquisa. E, como uma metodologia alternativa viabilizadora, em especial, de pesquisa da história do tempo presente e história imediata, surge com novas possibilidades com a valorização da relação história e memória, por meio da história oral, embora, essa seja essa vista com reservas por alguns historiadores e pesquisadores. Verifica-se que a História Oral é

uma possibilidade de enriquecimento e completude da história, nos aspectos expressos na riqueza das experiências relatadas pelos sujeitos históricos, pois as fontes orais viabilizam a reconstrução de uma história mais útil, mais bem feita, seja essa local e/ou mundial. Embora, essas sejam fontes vivas e parciais e a reconstrução a partir dessas, seja de uma história inacabada, mas, é mais completa no sentido de proporcionar uma visão mais totalizadora de recortes temáticos, de momentos históricos , em especial da história do tempo presente, dando voz aos diversos sujeitos e transmitindo essas experiências às novas gerações. Nesse sentido, ressalta-se ainda, a importância do papel desse profissional no ensino de História, pelas especificidades da área na contribuição na formação para a cidadania. Daí, reconhecer-se a relevância da questão, como um objeto de pesquisa. Para tanto, se faz necessário buscar, dentro do contexto da história da educação brasileira, num recorte espaço-temporal, numa perspectiva historiográfica atualizada como a nova história cultural, enfocar-se a cidade de Ponta Grossa- PR, no contexto político-econômico-social, analisar a formação do professor na UEPG, desde a criação do curso de licenciatura em História , em 1949 até a década de 1990. No processo histórico perceber como se deu as adequações e avanços com base nas propostas do sistema educacional brasileiro e, reconhecer aspectos relevantes, quanto à estruturação e atualização do curso, perceber as permanências e mudanças e os efeitos dessas sob a formação de professores de História, levando-se em consideração a riqueza da experiência dos sujeitos históricos.

PRODUÇÃO DISCENTE EM HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO PARANAENSE (1983 A 2003)

Simone B. Ivashita
sivashita@yahoo.com.br
Elaine Rodrigues
elainerodrig@terra.com.br

O objetivo deste artigo é identificar como os saberes veiculados pela disciplina História da Educação vem sendo resignificados no momento de sua aplicabilidade. Para tanto nos servimos de Fichas Catalográficas produzidas por meio de uma pesquisa de Iniciação Científica que selecionou itens que se tornaram um fértil sítio para análise. Metodologicamente, apresentamos à caracterização das fichas eleitas como fontes, expondo de maneira explicativa seus itens constitutivos. Identificou-se em primeira análise que as fichas constatam, por meio de seus registros, a falta de elementos considerados importantes para o alargamento dos horizontes investigativos tais como o resumo e as palavras-chave que, em consonância com os procedimentos de pesquisa, entendem-se, deveriam estar presentes nos relatórios e monografias que foram consultados. Ao deparar-se com esta ausência fez-se a indagação: o que se tem priorizado como objeto de investigação e qual concepção de História da Educação vem amparando a produção discente? Na tentativa de

responder a esta pergunta em um segundo momento da reflexão decidiu-se por novamente consultar algumas das monografias que subsidiaram a construção das referidas fichas. Selecionou-se dez trabalhos. Todos as monografias tomadas como fonte foram produzidas no período de 1983 a 2003. Como resultados registra-se que o pesquisador, ao tomar como fonte a produção discente proveniente de esforços desenvolvidos no interior da instituição escolar, tem a possibilidade de elaborar reflexões que vão ao encontro das dificuldades enfrentadas por aqueles que estão diretamente envolvidos no cotidiano escolar realizando simultaneamente teoria e prática, ainda que esta consciência não seja diretamente evidenciada nos trabalhos monográficos. Pode-se dizer, ademais, que o educador tem que reconhecer que o conhecimento da História da Educação é de fundamental importância para o desempenho satisfatório de sua função. Outra preocupação diz respeito aos conhecimentos provenientes de pesquisas e reflexões elaboradas na academia que muitas vezes não é compatível com os problemas enfrentados na instituição escolar.

A FORMAÇÃO NO CAMPO DAS ARTES E OFÍCIOS NA COMPANHIA DE JESUS NO BRASIL COLÔNIA (1549-1759)

Sônia Maria Fonseca
FE/UNICAMP
smfonseca@uol.com.br

Este trabalho tem como tema a formação no campo das artes e ofícios na Companhia de Jesus, no período que se estende dos chamados "tempos heróicos" (1549-1570) até a expulsão em 1759, a partir de análise historiográfica das obras "História da Companhia de Jesus no Brasil" e "Artes e Ofícios dos Jesuítas no Brasil (1549-1760)", publicadas respectivamente em 1938 e 1953, sendo a última derivada diretamente da primeira, de autoria do Pe. Serafim Leite, historiador oficial da ordem religiosa, e da análise das Cartas Jesuíticas de Manoel da Nóbrega, José de Anchieta e Azpicuelta Navarro e outros. Um dos objetivos desta pesquisa é analisar como essas práticas não-escolares do ensino de artes e ofícios, no domínio dos jesuítas (casa, colégios e aldeamentos indígenas), contribuíram na formação para o trabalho no Brasil-Colônia. A hegemonia jesuítica, no longo período de duzentos e dez anos de permanência da ordem até culminar com a expulsão pelo Marquês de Pombal, é inconteste entre os historiadores, trata-se aqui de precisá-la no campo específico das artes e ofícios e investigar o alcance deste predomínio nas práticas de trabalho fora do âmbito da Companhia de Jesus, entre os homens livres e escravos nas vilas, práticas essas regulamentadas pelas câmaras municipais.

TECENDO A HISTÓRIA DO CURSO DE PEDAGOGIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ

Sonia Maria Vieira Negrão
Elaine Rodrigues
Magda Maria de Marchi Ferreira
Universidade Estadual de Maringá

Neste texto centramos a discussão sobre as identidades temporais do curso de Pedagogia/UEM, ligadas às várias estruturas curriculares. Este estudo faz parte da pesquisa coletiva do Grupo de Estudos e Pesquisas em Formação de Professores - GPF, constituído de docentes do DTP e DFE da Universidade Estadual de Maringá. A pesquisa está estruturada em seis eixos. O presente texto destaca o eixo A trajetória do curso de Pedagogia da UEM e seus pressupostos teórico-metodológicos. Os professores do GPF destacaram a necessidade de conhecer a trajetória teórico-metodológica do curso, visando oferecer subsídios que permitam ao atual corpo docente uma reflexão a respeito dos encaminhamentos necessários para superar os impasses da nossa graduação. Considerando a opção teórico-metodológica de nosso grupo de pesquisa, elegemos a pesquisa qualitativa porque ela nos oferece subsídios que auxiliam na reflexão-ação-reflexão do objeto de estudo proposto. situado no âmbito das relações sociais de produção capitalista, são empreendidos estudos sobre as estruturas curriculares contextualizadas na história do curso de Pedagogia no Brasil como expressão das pluridetermінações sociais, das concepções educacionais e as práticas pedagógicas correspondentes. A pesquisa abrange quatro períodos de 1939 a 1972; 1973-1977; 1978-1999; 2000-2006. Fontes documentais: documentos oficiais dos Departamentos, do Colegiado, da Diretoria de Assuntos Acadêmicos-DAA/UEM, documentos das entidades que compõem o movimento nacional em prol dos cursos de Pedagogia e documentos do CNE. Buscando identificar os pressupostos teórico-metodológicos que nortearam o curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Maringá desde a sua constituição em 1973, foram examinamos nos documentos oficiais, num primeiro momento, as estruturas curriculares constantes do currículo inicial do curso. Mediante a análise dessas estruturas foi possível identificarmos a tendência tecnicista com forte influencia positivista. A partir de 1979 a compreensão de que a discussão teórica do curso de Pedagogia necessitava ser mais política do que técnica em função de desenvolver a consciência política, em um momento de resistência à ditadura militar, levou à estruturação curricular o peso das disciplinas de cunho teórico da área de fundamentos da educação. Para além de razões históricas pensamos que a abordagem sociológica da formação do educador, assumida no projeto pedagógico de 1979 gerou uma visão por um lado "militante" do profissional da educação, pois bastaria ao pedagogo ter uma visão política, globalizante, das relações educação-sociedade e compromisso político que o restante da formação viria por acréscimos. E, por outro na negação explícita do campo próprio de estudos da Pedagogia e, por decorrência do campo da metodologia de ensino e da didática. Do lado administrativo, o corpo docente do Departamento de Educação foi organizado em

dois departamentos pelos aspectos teórico-ideológico.Tal divisão trouxe para o curso a fragmentação da formação oferecida.

FORMAÇÃO DE PROFESSORES NOS ANOS DE 1990: UMA ANÁLISE A PARTIR DA PROPOSTA DO PROFESSOR PESQUISADOR E REFLEXIVO

Tania Mara Tavares da Silva
UNISAL
taniamtavares@am.unisal.br

Este trabalho tem por objetivo analisar a temática da formação de professores em período histórico recente (a década de 1990) e privilegiará o recorte da formação do Professor Pesquisador Reflexivo (PPR) A escolha da temática foi orientada pela constatação de que esta proposta compõe um corpo bem definido de proposições no interior de uma tendência hegemônica de valorização do saber docente, do protagonismo da escola e do professor na condução das mudanças históricas, advindas do processo da globalização. No período escolhido pela análise estas proposições estão expressas pela Lei de Diretrizes e Bases do Brasil, sancionada em 1996 (LDB); no texto que versa sobre os Referenciais para a Formação de Professores (1999) e, por fim, é também o momento no qual ocorre a difusão, no Brasil, da vertente de formação do PPR. No campo da história da educação esta vertente é importante, na medida em que difundiu, de forma conjunta com outras perspectivas, o que hoje constituem, propostas que enfatizam a importância dos "saberes docentes" para a criação de uma nova forma de intervenção dos professores. Assim, a pesquisa, a reflexão tornaram-se categorias chaves para a transformação da atuação dos professores, no sentido de responder às necessidades postas pelas mudanças históricas advindas do processo de globalização e do neoliberalismo. Nosso objetivo é analisar as leituras que os educadores brasileiros fizeram desta proposta. Escolhemos como objeto primordial de análise, textos de uma publicação de 1996, que claramente colocava como propósito difundir as idéias dos que originalmente elaboraram princípios e ações do PPR. O ponto central é escrutinar, como os autores brasileiros entendem a idéia de transformação social que emerge dos textos daqueles que podemos considerar como "pais fundadores" da proposta do PPR. Que conceitos de transformação social são postos e qual o papel do professor na sua condução? A hipótese central que tentaremos demonstrar é que a proposta do PPR apresenta como influência o modelo de emancipação neotoqueviliano isto é, que interpreta a história de acordo com a emancipação do indivíduo e da comunidade. Ao nosso ver, este conceito de transformação social do agir do PPR está muito próximo da proposta liberal ou neoliberal e exeqüível em contextos dominados por essa ideologia. Ou seja, a defesa de uma sociedade mais justa, composta por indivíduos emancipados com acesso aos bens de consumo e que respeita as diferenças, não exigiria uma transformação estrutural da sociedade. Nosso trabalho se inscreve no campo da historiografia da educação com foco na

história das idéias e tentamos entender as condições para que algumas delas sejam profundamente atraentes, principalmente, a de transformação social. O referencial teórico-metodológico do trabalho tem como base o conceito de campo intelectual e a idéia de "matriz fundadora". Nosso objetivo foi, portanto, analisar os textos com base na idéia de que ao enfocarem os "pais fundadores" do PPR e também se colocarem como matriz fundadora desta proposta para a educação brasileira criam novas linhagens no campo da historiografia educacional. Eles se afiguram, pois, como a fonte histórica privilegiada no trabalho.

FONTES, INSTITUIÇÕES E HISTÓRIA LOCAL

Teresa Jussara Luporini
UNICS[9]

A prática de análise de documentos têm colocado os historiadores da Educação diante de múltiplos desafios: o contato com arquivos públicos e privados, as políticas adotadas para a sua manutenção assim como procedimentos utilizados para atendimento ao público especializado e o domínio de fundamentos teóricos e definição de procedimentos metodológicos para proceder ao estudo de documentos em suas linguagens específicas. A reflexão sobre tais eixos de discussão está referenciada, neste artigo, pela experiência vivida no grupo de pesquisa "História, Sociedade e Educação" - HISTEDBR - mais especificamente no GT do UNICS-Centro Universitário Diocesano do Sudoeste do Paraná que, a partir de 2002, passou a integrar o referido grupo de pesquisa.

A EDUCAÇÃO MORAL E CÍVICA – DOUTRINA, DISCIPLINA E PRÁTICA EDUCATIVA.

Vanessa Kern de Abreu
Geraldo Inácio Filho
Programa de Pós-Graduação em Educação
Universidade Federal de Uberlândia

Nossa proposta tem como problema central compreender como o Estado Militar no Brasil, tendo como referência o Estado de Minas Gerais, entre 1964 e 1985, direcionou a doutrina moral e cívica para as escolas em forma de disciplina e prática educativa. FONTES: Através da análise da legislação do período, bem como de outras documentações, como correspondências entre a Prefeitura Municipal de

[9] Historiadora, Doutora em Educação; atua no Centro Diocesano do Sudoeste do Paraná-UNICS.

Patos de Minas e orgãos de defesa nacional, percebe-se claramente que a moral e cívica não era uma doutrina elaborada exclusivamente para a escola. Ao contrário, a escola era um dos meios utilizados pelo Estado para disseminar essa doutrina que, ao lado do ideal de Segurança Nacional, deveria garantir a não-subversão e o desenvolvimento do país. Nosso referencial teórico-metodológico encontra-se na leitura e discussão de autores como José Murilo de Carvalho, o brasilianista Thomas Skidmore, o jornalista Elio Gaspari, Otaíza de Oliveira Romanelli e Demerval Saviani. Através dessas leituras, em diálogo com a documentação analisada, objetivamos tecer reflexões sobre como a moral e o civismo foram concebidos para articular toda a sociedade em um projeto único de disciplina. O Decreto nº. 68.065/ 71, que regulamentou a criação da Comissão Nacional de Moral e Civismo, convocava não só as escolas, mas também instituições como sindicatos, jornais, revistas, teatros, cinemas e estações de rádio a "colaborar" com os ideais do civismo e do patriotismo. A censura a orgãos de comunicação e cultura estava articulada com a doutrina moral e cívica, assim como a propaganda da "Revolução", constantemente repetida pela imprensa falada e escrita. Os pareceres e resoluções enviados às escolas estavam dentro dessa mesma lógica de disciplina e enquadramento de pensamentos, hábitos e atitudes. Os conteúdos cumpridos e as atividades realizadas dentro da sala de aula deveriam seguir a essas recomendações centralizadas e alienígenas ao cotidiano escolar. Uma das correspondências enviadas ao General Nelson de Figueiredo, responsável pela Liga de Defesa Nacional em Belo Horizonte, pelo prefeito de Patos de Minas, Dácio Pereira da Fonseca, em 21 de junho de 1977, tratava dos "movimentos festivos da comemoração do sesquicentenário do proclamador da República". Na correspondência, em forma de ofício, a prefeitura de Patos de Minas diz ter atendido "entusiasticamente" aos festejos dedicados ao Marechal Deodoro da Fonseca. Em ofício semelhante, enviado ao Ministro do Exército General Sílvio Frota, a prefeitura solicitava "publicações sobre a vida de tão notável brasileiro", para estudo e para que "tão importante data seja condignamente celebrada". Solenidades como essa contavam com a participação ativa dos alunos e professores de E.M.C, em marcha e reverência, bem como da imprensa e de empresários locais, como provam outras correspondências semelhantes. Ou seja, havia um grande esforço para que aquilo que fosse determinado em nível nacional fosse de fato cumprido nas mais diversas localidades, a partir do envolvimento da escola e da comunidade, que deviam apenas celebrar datas com "prazer e cívico entusiasmo".

A ESCRITA DA ESCRAVIDÃO NOS LIVROS DIDÁTICOS DE ENSINO FUNDAMENTAL NOS ANOS 1980 /90

Warley da Costa
warleydacosta@hotmail.com

O presente trabalho, elaborado para efeito de apresentação neste evento foi desenvolvido a partir da pesquisa em andamento no Curso de Mestrado em

Educação da UNIRIO, pretende analisar a abordagem da escravidão nos livros didáticos de História do Ensino Fundamental produzidos no final da década de 1980, editados durante as décadas seguintes, e adotados nas Escolas da Rede Municipal do Rio de Janeiro. O objetivo central desta comunicação é analisar textos e imagens da escravidão em quatro livros de história selecionados considerando a produção historiográfica do período sobre o tema. Passeando em suas páginas, verificamos que o livro didático constituiu-se importante fonte de pesquisa revelando também aspectos significativos da cultura em que foi produzido. Por isso, elaboramos uma breve abordagem historiográfica sobre a produção científica dos anos 1980 e estudos mais recentes da História Cultural acerca da escravidão. À Luz da produção teórica do período, analisamos textos e imagens dos livros didáticos, que nesse estudo configuram-se como importante objeto de estudo. Constatamos enfim, que a linha teórica dos autores desses livros alinham-se com a história econômica de viés marxista que emergiu no período de abertura política em nosso país e que representou um marco na renovação dos livros de história do período. Tecemos também nesse estudo algumas considerações sobre a repercussão desse tipo de abordagem que, ao mesmo tempo em que denuncia os horrores da escravidão, reforça valores depreciativos em relação ao negro no Brasil.

Linha: 2

História das Políticas Educacionais no Brasil

ESCOLAS COMUNITÁRIAS, PROPOSIÇÕES PEDAGÓGICAS, FRENTE AO MODELO NEOLIBERAL DE EDUCAÇÃO: TRANSFORMAÇÃO OU ACOMODAÇÃO?

Acácio Nascimento Figuerêdo[10]
Universidade Federal de Sergipe
acacioian@zipmail.com.br

O presente trabalho teve inicio nas investigações desenvolvidas por mim no Núcleo de Pesquisa Sociedade e Educação (NPSE)/UFS, como proposta inicial de um projeto elaborado para o doutorado, tendo como área de conhecimento (História das Instituições Escolares no Brasil). Centra-se em analisar as proposições educativas decorrentes das lutas sociais dos movimentos sociais populares urbanos, especificamente no que tange a busca de escolarização para as camadas populares. Esse texto pretende trazer uma reflexão inicial a esse fenômeno educativo, que são as escolas comunitárias de Aracaju, a qual tive a oportunidade de constatar um processo de formação de educadores comprometidos com uma educação que potencializasse os educandos, de instrumentos intelectuais necessários à cidadania participativa, substantivada, mediante a transformação da realidade.

ANÁLISE DA POLÍTICA EDUCACIONAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA DURANTE A DITADURA CIVIL-MILITAR (1964-1985). UM ESTUDO DO CICLO BÁSICO

Adair Ângelo Dalarosa
adairdalarosa@hotmail.com

Este estudo tem por finalidade investigar como o Estado de Santa Catarina organizou o Ciclo Básico do ensino público durante a Ditadura Civil-militar (1964-1985). Pretende-se explicitar, analisar e compreender o papel do Estado na oferta da educação de Ciclo Básico e sua relação com o setor produtivo. Para tanto, o objeto de pesquisa será analisado à luz dos pressupostos teórico-metodológicos do materialismo histórico dialético, partindo das categorias mediação, contradição, e hegemonia. A partir dos anos de 1960, as lideranças econômicas do Estado de Santa Catarina passam a defender o desenvolvimento da educação por entenderem que o atraso econômico devia-se ao fato de não existir, no estado, uma educação capaz de alavancar o desenvolvimento econômico. A pesquisa busca demonstrar a não conformidade entre os objetivos reais e os objetivos proclamados na organização do ensino público de Ciclo Básico em Santa Catarina; procura evidenciar também que o Estado civil-militar, que é um Estado burguês, proclamou o desenvolvimento da

[10] Graduado em Pedagogia. Mestre em Educação na Universidade Federal de Sergipe. Membro do Núcleo de Pesquisa Sociedade e Educação/NPSE – GT/SE – HISTEDBR.

educação pública como fator de desenvolvimento das forças produtivas que teria como conseqüência a elevação da qualidade de vida da população catarinense; demonstra que a organização do Ciclo Básico em Santa Catarina deu-se de forma a conduzir o processo histórico buscando consenso em torno das propostas políticas das elites burguesas. Por isso foi sendo organizado legalmente, anunciando uma educação pública, de qualidade para todos (objetivos proclamados) e estruturado gradativamente para atender ao mínimo de escolarização sempre justificando que se fazia o "possível". Assim demonstra a legislação analisada, pelos Planos Estaduais de Educação, pela avaliação feita pelo próprio Estado e pelos planos subseqüentes, ou seja, os objetivos reais ficam claros quando confrontados com os objetivos proclamados. A contradição não está entre os objetivos proclamados e o que foi realizado e sim entre o que foi proclamado e feito com aquilo que não foi feito. Significa dizer que a contradição está entre o projeto burguês de sociedade e de educação e um projeto revolucionário de sociedade e de educação. A presente tese demonstra que a contradição está entre uma concepção burguesa de estado e de educação e uma concepção revolucionária de Estado e de educação.

MULTICULTURALISMO E EDUCAÇÃO: UM DESAFIO HISTóRICO PARA A ESCOLA

Adélia Cristina Tortoreli Morante
João Luiz Gasparin
Universidade Estadual de Maringá-UEM-Pr

Este artigo tem por objetivo apresentar o multiculturalismo e sua relação com a escola, sendo que a mesma está inserida num contexto histórico de relações sociais intensificadas. Podemos dizer que o multiculturalismo é a nova cultura do espaço global. Para uma melhor compreeensão dessa nova cultura global, se faz necessário nos reportarmos e as suas origens e as suas primeiras manifestações sociais e políticas ocorridas a príncipio, na própria sociedade e que, inevitavelmente passaram a ocupar o espaço escolar. Além da sua origem, conceitualizamos alguns termos e expressões que nos permitiram uma maior aproximação ao tema e , na tentativa de entender que, ao mesmo tempo, ele modifica e reconstrói as relações sociais, colocando como desafio imperativo a conciliação de uma diversidade de costumes, concepções e valores, sem o perigo de se excluir as formas diferentes de se manifestar. Por isso, o multiculturalismo não pode ser visto como tolerância, mas como respeito pelo outro. Ele é, por excelência, uma expressão da nossa sociedade, que é marcadamente uma sociedade globalizada com transformações radicais e de desenvolvimento acelerado nos campos científico tecnológico e cultural, mas também de um capitalismo cada vez mais feroz produzindo exclusão e miséria. Nossa análise se encaminhará nos limites e possibilidades deste contexto atual que é permeado de desafios, tensões, mas que, também, abre novos questionamentos e provoca novas inquietudes. Diante desta nova forma de produção e de organização

social procuramos identificar os pressupostos teórico-práticos necessários, a fim de que a escola passe de um modelo monocultural de ensino-aprendizagem para um modelo multicultural, ou seja, temos que desnaturalizar a escola. Julgamos que nosso objetivo de analisar sobre as questões acima propostas, ainda que limitadas e embrionárias, apontaram um horizonte para uma abordagem multicultural da educação. Compartilhamos da posição de que muito ainda precisa ser feito para que essa prática e ação pedagógicas se intensifiquem e tornem as mais diversas culturas como eixo central do contexto esolar, como também de conferir uma orientação multicultural às suas práticas.Os teóricos com quem dialogamos nos deram esse aporte e nos possibilitaram um horizonte aberto e em construção.

GRÊMIO ESTUDANTIL: DESAFIOS E IMPASSES DA CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA

Ailton Bueno Scorsoline
Marcilene Rosa Leandro Moura
Ricardo José Orsi de Sanctis
Universidade de Sorocaba - UNISO

Os movimentos sociais são caracterizados por questões que invocam uma vontade coletiva de mudança da ordem social estabelecida. Dentre estes, desde a organização da educação na forma de instituição, os grêmios estudantis conquistaram grande espaço na sociedade pela forma organizacional e luta por questões e direitos inerentes à categoria, além da grande adesão de seus participantes, haja vista o perfil dos integrantes: jovens, em constante formação, na busca de ideais de mudança das estruturas sociais. No Brasil, desde o início da organização das primeiras agremiações estudantis, houve fundamental destaque àquelas surgidas nos anos 60, quando criaram foco de resistência ao Regime Militar pós 64, até serem relegados á clandestinidade. Com o fim do Regime Militar na segunda metade da década 80, voltam a cena os movimentos estudantis, através organização de "grêmios livres" nas escolas e associações regionais e nacionais, participando, inclusive no impeachment do então presidente Fernando Collor. Ao final da década de 90 e início do novo século XXI, os movimentos não possuem a mesma organização da década de 60, com espírito aguerrido por mudanças sociais. Ademais, no estado de São Paulo, há interferência do próprio poder público na organização dessas agremiações nas escolas públicas, de forma a tirar-lhes a legitimidade como entidade autônoma, além de conduzir suas ações para tarefas burocráticas dentro da escola. Nesse contexto, o artigo apresenta experiência realizada pelos mestrandos em Educação da Universidade de Sorocaba, bolsistas do Programa Bolsa Mestrado do Governo do Estado de São Paulo, cujo projeto de trabalho desenvolvido junto a Oficina Pedagógica constitui no acompanhamento e estruturação dos grêmios estudantis de uma Diretoria de Ensino, ocorrida entre o segundo semestre de 2005 até o primeiro semestre de 2006. O trabalho

desenvolvido pelos pesquisadores inicia-se pela análise histórica de formação dos grêmios e sua atuação como movimento político de reivindicação de questões sociais, bem como legislação estadual de "regulamentação" das entidades nas unidades escolares. A seguir, através do diagnóstico de quatro escolas públicas estaduais de ensino fundamental e médio, contrasta-se a forma de organização bem como os papéis desempenhados pelos grêmios nos anos de 2005/2006 e os da década de 60: sua autonomia, gestão, desejos e lutas. Devido à falta de documentos dos grêmios, inclusive registros de reuniões, a pesquisa baseou-se no encontro realizado com estudantes gremistas das quatro instituições analisadas com os mestrandos da Oficina Pedagógica, colhendo-se dos estudantes suas experiências no trabalho junto às escolas, as dificuldades e a forma de articulação com o ente público e os demais partícipes da comunidade escolar. O resultado do trabalho apresentou o estado real das agremiações estudantis na atualidade, cujo papel de movimento de caráter social perdeu-se diante de um discurso de construção de cidadania alicerçada na idéia de que o cidadão deve contribuir para as ações sociais competentes ao Estado. Neste quadro se entende que para o exercício da cidadania o grêmio estudantil deve realizar atividades definidas pela direção escolar, cujo papel é determinado pela política sócio-econômica exercida pelo Estado.

INTERFACES ENTRE AS NOVAS CONFIGURAÇÕES DO ESTADO E DA EDUCAÇÃO SOB AS INFLUÊNCIAS DO TERCEIRO SETOR NA CONTEMPORANEIDADE

Aline Barbosa de Miranda
UFU/CNQq
alinebarbosas@yahoo.com.br
Maria Vieira Silva
UFU/FACED
mvs@ufu.br

O termo Terceiro Setor, é de procedência norte-americana, cunhado nos EUA, na década de 1970 e chegou ao Brasil em meados da década de 1980. Tal denominação é utilizada para designar diferentes entidades como: organizações, associações comunitárias e filantrópicas ou caritativas, alguns tipos específicos de movimentos sociais, fundações, cooperativas e empresas autodenominadas cidadãs. O Terceiro Setor tem-se expandido significativamente no cenário mundial e, de acordo com alguns autores propositivos, sua emergência e consolidação ocorreram devido à decadência da ação do primeiro setor, representado pelo Estado. Neste processo figura-se também a crítica ao segundo setor, constituído, sobretudo, por empresas da esfera privada, cujas principais características, no passado e nos dias atuais, traduzem-se no ímpeto concentrador de rendas. Mediante a emergência desta nova perspectiva de ação social, muitas empresas têm transformado suas atitudes e valores, assumindo de forma crescente, responsabilidades sociais através da

estruturação de projetos imbuídos de interesses diversos. A presente investigação visa problematizar as interfaces existentes entre a expansão do Terceiro Setor, as políticas educacionais e as novas configurações do papel do Estado na contemporaneidade. Para tanto, buscamos enfocar a constituição histórica das instituições do segmento empresarial que compõem o Terceiro Setor no município de Uberlândia, de forma a identificar as ações e o trabalho desenvolvido por elas, analisando a estrutura tributária aplicada nestas empresas, bem como os incentivos e benefícios angariados pelas mesmas ao desenvolverem projetos de cunho assistencialista. O trabalho foi realizado mediante pesquisa bibliográfica, pesquisa de campo e pesquisa documental. Realizamos um criterioso estudo teórico a respeito dos estudiosos que analisam esse tema e evidenciamos que se convergiam para duas vertentes distintas: uma propositiva e uma crítica, confirmando o caráter polêmico do tema em questão. Ao realizarmos a pesquisa empírica, evidenciamos que as empresas realizam projetos sociais visando agregar valor social à sua marca e também isenção de impostos. Outro fator refere-se às novas configurações do Estado nos tempos atuais que, paulatinamente, está se desobrigando de algumas responsabilidades que estão sendo assumidas pela iniciativa privada.

HISTÓRIA DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS: EVIDENCIANDO RELAÇÕES INTERNACIONAIS E REGIONAIS

Amélia Kimiko Noma
Jessica de Jesus Souza Suzuki
Universidade Estadual de Maringá

Argumenta-se que a investigação sobre a história das políticas educacionais no Brasil implica no entendimento de que os fundamentos que dão sustentação às políticas educacionais adotadas pelos governos brasileiros obviamente não são gerados exclusivamente em âmbito nacional, há vinculações de abrangência mundial e regional. Em conseqüência, torna-se obrigatório considerar a influência direta ou indireta das agências internacionais no direcionamento das políticas públicas, dentre elas a educação. O objetivo deste trabalho é investigar a influência da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), por intermédio do Projeto Principal de Educação para a América Latina e Caribe (PPE), nos processos de definição e implementação de políticas educacionais para a América Latina e Caribe, visando evidenciar vinculações existentes entre os grandes compromissos balizados internacionalmente e as declarações e recomendações acordadas para as políticas educativas da região. O estudo fundamenta-se na análise dos conteúdos de documentos acordados nas Reuniões do Comitê Regional Intergovernamental do Projeto Principal de Educação para a América Latina e Caribe (Promedlac). Pode-se afirmar que não é casual a coincidência entre os programas desenvolvidos no âmbito da UNESCO e as declarações e recomendações resultantes das diferentes cúpulas, conferências e

eventos internacionais e regionais realizadas a partir da década de 1990. Nesses eventos, os quais se constituiram em fóruns gerais, propala-se a necessidade de reformas educativas acompanhadas de mudanças no financiamento, transformação curricular e gestão educacional. Conclui-se que as reuniões dos Ministros de Educação dos países da América Latina e Caribe constituíram espaços balizadores das linhas básicas das políticas educacionais acordadas em âmbito mundial e que se expressam mediante as recomendações aprovadas pelos representantes do Estados-membros e demais participantes. Essas reuniões se tornaram um espaço importante de articulação entre os Estados membros e de discussão das orientações das políticas educativas gerais para a região, na qual obviamente se inclui o Brasil. Esses eventos foram importantes para a construção de consensos em torno das principais idéias e propostas sobre política para a educação na década de 1980 e 1990.

A POLITICA EDUCACIONAL BRASILEIRA E A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NOS ANOS 90

Ana Lucia Tomaz Cardoso

O presente texto tem por objetivo discutir as políticas educacionais de jovens e adultos, situando-a no âmbito da reforma educacional brasileira da década de 90, inserida no contexto das transformações ocorridas no mundo do trabalho. Considera-se tal procedimento necessário porque se parte do pressuposto de que as questões tratadas nesta pesquisa devem ser contextualizadas no tempo e no espaço histórico em que foram produzidas para que a análise possa ser realizada por mediações entre as esferas do particular e da totalidade. Para que isso ocorra se fará a análise dos documentos selecionados, estabelecendo um diálogo crítico com as fontes primárias e secundárias, buscando apreender os fundamentos teóricos e ideológicos nelas enunciadas para ao final, traçar um perfil da educação de jovens e adultos no Brasil, visando apreender o controle social que o capital exerce no mercado de trabalho e nas políticas educacionais.

CONSTITUIÇÕES RELIGIOSAS E EDUCAÇÃO NA BAHIA SETECENTISTA

Ana Palmira Bittencourt Santos Casimiro
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB
casimiro@uesb.br

Este trabalho traz informações sobre as Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia obra normativa e teológica publicada em 1707, pelo Arcebispado da Bahia, e que normatizava a prática religiosa, detalhadamente, para a sociedade colonial. É uma obra indispensável para qualquer pesquisador que trabalha com a História, uma vez que serviram de orientação pedagógica e religiosa para toda a sociedade colonial. As Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia utilizam, consideravelmente, as regras da obra Economia Cristã dos Senhores no Governo dos Escravos, escrita em 1700, pelo jesuíta Jorge Benci, e que ensinavam como os senhores devem ensinar aos seus escravos. O pensamento do Jesuíta se fez presente nas Constituições Primeiras, exatamente quando trataram de normatizar as relações e as obrigações religiosas dos senhores coloniais no trato com os escravos, dando-lhes um caráter de lei que deveria, a qualquer custo, ser cumprida. Destarte, Monteiro da Vide e seus assessores, muitos dos quais eram jesuítas, fizeram largo uso da obra de Benci, nos aspectos que dizem respeito à doutrina e ao trato dos escravos coloniais. No presente texto, utilizamos a História Cultural, segundo a concepção de Roger Chartier e as categorias teóricas de Gramsci, prevalentemente, os categorias de intelectual orgânico e de intelectual tradicional para explicar qual era a função dos religiosos (dos jesuítas, particularmente) como intelectuais daquela formação. Principalmente porque quando na Europa Moderna, os agentes da Igreja começaram a perder o papel principal de intelectuais orgânicos, isso não aconteceu em Portugal e na Espanha. Destarte, no presente texto, tomamos os conceitos gramscianos e suas análises teóricas, como instrumentos imprescindíveis para compreendermos o processo hegemônico colonial e para respondermos sobre os ministros da Igreja como intelectuais 'orgânicos' ou' 'tradicionais', no novo orbe cristão português. Além disso, para analisarmos como os religiosos, prevalentemente os jesuítas, exerciam a função de intelectuais e identificarmos qual a natureza do instrumental ideológico que eles usavam para tal. No caso, nenhum documento poderia ser mais significativo do que o objeto aqui analisado: As Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, diretrizes religiosas, jurídicas e ideológicas, que mandaram e ordenaram, puniram e justificaram as punições, segundo a idéia de "Dilatação da Fé e do Império Português", em um âmbito de poder ilimitado no território colonial.

EDUCAÇÃO PARA A TRANSFORMAÇÃO: UM ESTUDO DA CATEGORIA CONSCIENTIZAÇÃO NA OBRA DE PAULO FREIRE

Ana Paula Salvador Werri
Universidade Estadual de Maringá - UEM
apwerri@hotmail.com

Este trabalho tem como objeto de estudo a categoria conscientização na obra de Paulo Freire, no qual poderemos compreender a relação estabelecida por ele entre subjetividade e objetividade, bem como o papel que a educação pode exercer nesta relação. A elaboração teórica de Freire se inicia em suas experiências com educação popular na década de 1940, quando trabalhava no SESI e se segue por toda sua vida. É a partir da realidade do povo e de sua atuação junto a ele que Freire tecerá suas reflexões educacionais, as quais serão sistematizadas apenas em 1959, em Educação e Atualidade Brasileira, sua tese para o concurso da cadeira de História e Filosofia da Educação na Escola de Belas-Artes de Pernambuco. Neste texto, Freire se apresenta como uma síntese de seu tempo, confluindo várias teorias que debatem naquele momento, vemos nesta obra as influências do existencialismo cristão, do personalismo e do culturalismo, marcando sua concepção de homem e de mundo, bem como, das idéias escolanovistas na educação e dos isebianos na compreensão das relações sociais. A utilização de vertentes variadas, tanto lhe rendeu críticas, como mostrou sua capacidade de transcendência em relação às mesmas. Seu primeiro livro Educação como Prática de Liberdade trás estas idéias acrescidas da descrição de seu método de alfabetização e conscientização, em que as idéias do nacional-desenvolvimentismo marcam o caráter político da educação, evidenciando aí a contradição entre sua teoria e sua própria prática, visto que a segunda transcende em radicalidade social à primeira. Defendia uma educação capaz de servir a modernização do país, no entanto, discutia com o povo sua condição de explorado. O golpe militar colocou fim às experiências de educação popular, tomando medidas que conservassem as estruturas sociais, dissuadindo a participação política das camadas populares e exilando seus intelectuais, que conseqüentemente levaram Freire ao exílio. Este período foi marcado de intensa atividade teórico-prática, quando Freire pode rever suas experiências no Brasil e desenvolver outras, em países da América Latina e da África, o que contribuiu para a reflexão das contradições sociais e do papel da educação em uma sociedade cindida em classes. No exílio, Freire escreveu sua mais importante obra, Pedagogia do Oprimido, na qual condensou sua principal tese, a sistematização da pedagogia do oprimido. Reconhecendo a existência de uma relação contraditória entre opressores e oprimidos, ele aprende a impossibilidade da existência da neutralidade na educação, sendo assim, a dimensão subjetiva, palco da disputa política, entre os que querem a manutenção das relações de exploração e os que lutam por sua transformação. A conscientização, desta forma, é um instrumento educativo que serve à constituição da práxis revolucionária.

ASPECTOS HISTÓRICOS DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA O USO DO COMPUTADOR NA EDUCAÇÃO

Anair Altoé
Universidade Estadual de Maringá - UEM
aaltoe@uem.br

Objetiva-se apresentar o histórico sobre como as instituições de ensino superior vem inserindo-se nos estudos sobre a formação de professores na inserção das tecnologias da informação e comunicação na educação. Para tanto, analisam-se os aspectos do desenvolvimento da informática aplicada à educação no Brasil fundamentando-se em aspectos da educação para os tempos atuais. Busca-se a compreensão de um paradigma educacional que possibilite uma nova visão de educação e de implementação das tecnologias, principalmente sobre o uso do computador como ferramenta educacional.

PROCESSO POLÍTICO E FORMAÇÃO DE PROFESSORES NO BRASIL: UM RESGATE HISTÓRICO E CRÍTICO DE 1827 A 1889 E O REFLEXO NA CONSTRUÇÃO INTELECTUAL DOS DOCENTES NA CONTEMPORANEIDADE

Analice Leonardi
Franciele Clara Peloso
Manuela Pires Weissböck
Solange Aparecida de Oliveira Collares
UNICENTRO

Este estudo contextualiza o processo político, histórico e de formação de professores durante o período imperial (1822-1889) até a Proclamação da República, destacando uma análise crítica da Lei Geral de Ensino (1827), do Ato Adicional de 1834 e da criação de escolas normais voltadas à formação de professores a partir de 1835, na configuração de todo o sistema educacional da época. Explicita resgates históricos e análises críticas das reformas dualistas que dinamizaram as relações de poder e o desenvolvimento das províncias sob o aspecto educacional. O estudo é de natureza teórica e tem como referencial metodológico o levantamento de fontes, a revisão bibliográfica e a análise de obras e artigos sobre o assunto abordado. Este trabalho pretende reforçar que a educação necessária para a transformação da sociedade necessita ser compreendida pelos professores em formação, como uma construção histórica e social e que habilita características próprias na etapa atual da sociedade capitalista.

AS FUNÇÕES NÃO DOCENTES DO PEDAGOGO: um olhar para a história[11]

Andréa Cristina Martelli[12]
Elenita Conegero Pastor Manchope[13]

A presente investigação analisa a relação entre o perfil do profissional – "pedagogo articulador do trabalho pedagógico numa perspectiva coletiva – Administração, Orientação e Supervisão Escolar e Coordenação Pedagógica" proposto pelo curso de Pedagogia, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, com a prática de seus egressos na organização escolar. O recorte teórico-metodológico delineado foi a busca da compreensão das funções não docentes exercidas pelo Pedagogo na organização escolar, à luz da história da educação brasileira, compreendida a partir das relações entre escola e sociedade capitalista. Configurando numa estrutura histórica de sistematização teórica, num primeiro momento analisa-se a relação da escola com a sociedade capitalista. Com o intuito de identificar as funções não docentes do pedagogo elegeu-se o resgate histórico das concepções de supervisão, orientação e administração no decorrer da história da sociedade, em especial, da capitalista. Posteriormente, estabeleceu-se a análise descritivo-analítica da gênese das funções de Administração, Orientação, Supervisão e Coordenação no contexto da organização escolar e como essas são influenciadas historicamente pela forma como a sociedade se organiza e produz sua subsistência material e ideológica. Em face dessas proposições teóricas, evidenciou-se o perfil do profissional -"pedagogo articulador do trabalho pedagógico numa perspectiva coletiva" na tentativa de ser uma construção de trabalho pedagógico coletivo, bem como analisou-se o resultado da pesquisa empírica realizada junto aos egressos do curso de Pedagogia atuantes na função de pedagogo não docente nas Instituições Estaduais de Ensino do município de Cascavel. Baseado na análise dos dados à luz da discussão teórica pontuada na investigação, verificou-se alguns elementos essenciais para possíveis reflexões posteriores. Os entrevistados reconheceram no que consiste o trabalho numa perspectiva coletiva, bem como qual é o seu objeto de trabalho; outra afirmativa relacionou-se com a contribuição da graduação no desenvolvimento das funções. No entanto, a maioria relatou que existem inúmeras dificuldades em materializar no cotidiano escolar os pressupostos teórico-metodológicos da formação, dentre essas, o que mais nos chamou a atenção consiste na dificuldade de romper com a organização hierárquica e fragmentada do trabalho pedagógico, ou seja, a escola e seus profissionais não conseguem vislumbrar outra forma de organização do trabalho pedagógico. Na medida em que a escola encontra-se

[11] Este artigo é resultado do projeto de pesquisa intitulado "Universidade e escola: teoria e prática", desenvolvido pelas autoras.

[12] Mestre em Educação pela Unicamp, professora do curso de Pedagogia da Universidade do Oeste do Paraná e pesquisadora do grupo de Pesquisa Aprendizagem e Ação Docente.

[13] Mestre em Educação pela UEM, professora do curso de Pedagogia da Universidade do Oeste do Paraná e pesquisadora do grupo de Pesquisa Aprendizagem e Ação Docente.

inserida na sociedade capitalista, reflete em sua organização características estruturais e, também princípios ideológicos e influências históricas. Sendo assim, é muito difícil reestruturar a organização da escola e a redefinição das funções dos seus profissionais enquanto a base da sociedade continuar sendo a ruptura do capital e trabalho. Partindo dessa premissa a formação e atuação do pedagogo proposta pelo curso supracitado constitui-se como uma possibilidade, no entanto, é a partir dos limites e das contradições da escola e sociedade, o espaço de luta por alterações nas práticas profissionais escolares.

A SAÚDE DO PROFESSOR A PARTIR DA DÉCADA DE 1990: REFLEXÕES SOBRE A REFORMA DO ESTADO, O MUNDO DO TRABALHO E A REFORMA DA EDUCAÇÃO

Ângela Mara de Barros Lara
UEM/PPE/DFE
angelabarroslara@yahoo.com
Luciane Z. Maroneze
UEM/DFE
zorzetti@pop.com.br

Este texto tem como objetivo discutir as implicações da Reforma Educacional dos anos 1990 na saúde do professor da rede pública de ensino fundamental do Município de Maringá. Com o novo modelo de acumulação capitalista, baseado na centralização do capital financeiro, novas exigências são colocadas ao mundo do trabalho. Os países periféricos procuram ajustar sua economia de mercado aos interesses dos países ricos que detêm o poder sobre o Fundo Monetário Internacional, adotando medidas neoliberais que visam à redução do papel do Estado no trato das políticas sociais. É nesse contexto que emerge a reforma educacional, como estratégia para reduzir os gastos com educação, flexibilizar o sistema de ensino, subordinando-o às determinações do mercado e, conseqüentemente, às demandas do capital nessa nova fase de reestruturação produtiva. Articulada com a política de ajuste econômico, a reforma propõe novas exigências ao trabalho do professor, que, em circunstâncias nem sempre favoráveis, tenta responder as novas metas educacionais, comprometendo muitas vezes a sua própria saúde. Diante desse panorama de retração do estado e de reformas no campo da política educacional, a problemática do estudo pautou-se nas seguintes questões: nas políticas públicas de educação encontramos garantias de condições de trabalho que viabilizem a saúde do professor? Como as novas metas estabelecidas pela reforma educacional, presentes na gestão e organização do trabalho escolar afetam a saúde do professor? Essas questões serviram para elucidar o objeto de estudo delimitado nos reflexos das novas formas de gestão das políticas

educacionais na saúde do professor de ensino fundamental.A análise pautou-se na concepção materialista da história, na qual a saúde do professor é percebida a partir das contradições existentes no modo de produção capitalista. Portanto, a abordagem do objeto em questão não se limita à esfera da política educacional, sendo necessário entendê-lo no contexto histórico, estabelecendo mediação da temática com as questões econômicas, políticas e culturais da fase vigente do capitalismo mundial e de seus rebatimentos no Brasil. Isso implicou em estabelecer um diálogo crítico com as fontes, questionando os dados à luz da literatura existente. Com base na problematização apresentada, constata-se que o novo modelo de gestão implementado pela reforma educacional trouxe novas exigências aos professores que passaram a enfrentar a sobrecarga de trabalho e um esforço intensivo para responder às exigências, visto que, muitas vezes, tais exigências não são acompanhadas da necessária adequação às condições de trabalho, resultando em situações que afeta a saúde do professor. Em Maringá, a exemplo de outros municípios do Estado do Paraná, os problemas de saúde dos professores da rede pública de ensino é uma realidade a ser enfrentada pelo órgão gestor da política educacional do município que por sua vez não dispõe de uma política de atenção à saúde do professor. A saúde, fator indispensável para manutenção da força de trabalho, não consta como elemento valorizado, devendo ser tratada como uma questão particular, de responsabilidade exclusiva do professor.

A FUNÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA BRASILEIRA

Ângela Mara de Barros Lara
UEM/PPE/DFE
Natalie Mitie Shimada
UEM/DFE/PIBIC/CNPq

A educação infantil é a primeira fase do ensino básico que está vinculado ao atendimento de crianças de 0 a 6 anos de idade, considera-se este um dos períodos mais importantes para a educação, pois a criança desenvolve a maioria das conexões cerebrais dependentes das experiências da primeira infância. É imprescindível uma análise de como acontece o atendimento a infância no Brasil, que possui nas suas raízes instituições de assistência que prezavam pelo amparo as crianças pobres. A pesquisa de base materialista histórica buscou compreender o atendimento a infância que marcou, e que se encontra no Brasil com as diferentes funções: assistencialista, compensatória e pedagógica. Houve uma organização do plano legal, de inicio com a Constituição Federal (1988), e a partir da década de 1990, com o Referencial Curricular Nacional de Educação Infantil (1998), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996) e as Diretrizes Curriculares Nacionais (1998) que são parte determinante da educação infantil e de seu caráter. O acompanhamento histórico da educação infantil foi imprescindível para a

compreensão do caráter que esta traz consigo nos dias atuais além da análise de Leis e documentos oficiais da década de 1990 que permitiram uma identidade ao atendimento oferecido a infância. Na observação dos condicionantes econômicos que preponderam na educação infantil, o ideário neoliberal além de modificar ideais e perspectivas educacionais, mantêm a visão intimamente ligada aos conceitos de progresso, modernidade, produtividade e capacidades. Assim a educação infantil se faz e refaz, em meio a educadores, ideologias, governos e legislação.

PRÁTICAS CORPORAIS E SUAS RELAÇÕES COM O CONTEXTO ESCOLAR NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XX

Angélica Jesus de Santana
Universidade Federal de Sergipe
angelicaflordocampo@hotmail.com

O estudo objetivou compreender a cultura escolar através das práticas educativas como: aulas de ginástica, festividades e desfiles cívicos, no intuito de perceber como tais práticas eram articuladas visando imprimir nos corpos dos educandos aspectos cívicos, morais e higiênicos disseminados durante período republicano através da instituição educacional, sob a forma dos grupos escolares nas primeiras décadas do século XX. O recorte temporal para esta pesquisa foi definido tendo em vista a inserção da Educação Física nos currículos das escolas sergipanas em 1917 até 1930 tendo em vista a mudança de método de ginástica sueca para a ginástica francesa, já que este último método não é contemplando aqui. Este artigo tem como categoria de análise a infância e encontra-se dividido em dois tópicos, o primeiro intitulado "Educar para Civilizar: Praticas Educativas e Cultura Escolar nos Grupos Escolares de Aracaju" contempla os principais aspectos da infância e da cultura escolar conduzida à luz da influência médico-higienista, no sentido de olhar a escola por dentro através da monumentalidade dos prédios escolares, das festas, desfiles e aulas de ginásticas; O segundo tópico: "Abrindo o álbum da cultura escolar" aborda a análise das séries iconográficas da cultura escolar, priorizando as imagens compostas por crianças, durante as festas, desfiles e aulas de ginásticas. As análises das imagens serão contextualizadas através de informações de autores que se debruçam sobre a história da educação e da cultura escolar. Neste tópico ainda é contemplada a influência da arquitetura escolar no processo de estruturação sócio-educacional. Por último, sem a intenção de esgotar o assunto explanado, é feito um breve apanhado sobre o trabalho e as relações que refletem os interesses políticos nas instituições educacionais, considerando estas enquanto local de formação da infância brasileira. O presente trabalho utiliza como fontes principais os recursos iconográficos, transcendendo a utilização das imagens como ilustração documental. As fontes iconográficas utilizadas referem-se à arquitetura dos edifícios escolares e ao cotidiano escolar e foram localizadas em acervos públicos da cidade de Aracaju: Memorial de Sergipe e no Instituto Tobias Barreto de Educação e Cultura e

integram a cultura escolar da Escola Normal Rui Barbosa, do Grupo Escolar General Siqueira, da Cidade de Menores Getúlio Vargas e do Jardim de Infância Augusto Maynard, Compreendendo que os recursos iconográficos são mais que recordações ou registros estanques de uma determinada época, este estudo buscou perceber os significados dos elementos da cultura escolar, através das práticas educativas, relacionando-os com a história sócio-educacional do Brasil nas primeiras décadas do século XX. Tais práticas educativas foram utilizadas pelo governo republicano para disseminar nas pessoas o respeito e o amor à pátria visando um consenso social e político além de manter uma estabilidade governamental que refletisse os anseios dos investimentos internacionais, investindo na educação e conseqüentemente na instituição escolar, desde a sua materialidade arquitetônica até a suas práticas, com a construção de prédios monumentais e a efetivação das práticas educativas lançou mão dos educandos, principalmente das crianças para disseminar os preceitos de higiene, civilidade e patriotismo, que na maioria das vezes eram inscritos nos corpos e mentes pueris através das aulas de ginástica, dos desfiles cívicos e festividades.

GESTÃO DA EDUCAÇÃO: O CASO DO PARANÁ

Aparecida Marcianinha Pinto
Departamento de Fundamentos da Educação
Programa de Pós–Graduação em Educação – UEM
amarcianinhap@ig.com.br

Este texto é resultado de pesquisa em desenvolvimento na Universidade Estadual de Maringá e tem como objetivo geral o estudo e a análise da Gestão em Educação inserida no contexto da globalização. No movimento econômico atual o Estado buscou reformar-se como tentativa para solucionar a crise do capital; assim, a educação, sempre chamada a dar sua contribuição, também passou por mudanças. Foram criados Planos (Decenal, Nacional, Estadual e Municipal), Leis e outros nos quais existe a afirmação da importância da Gestão para responder aos reclamos da sociedade. A defesa da Gestão Centrada na Escola, do ponto de vista político, associada à da sua qualidade, eficácia e eficiência, e o interesse de impor a lógica da competição e concorrência na melhoria do funcionamento das escolas e dos seus resultados, têm como objetivos: a) conciliar a eficiência e a equidade no funcionamento do sistema educativo; b) tentativa de reduzir o monopólio público da educação e introduzir no funcionamento do sistema educativo uma lógica de mercado; o que significa retirar os custos e responsabilidades do Estado. No recorte aqui projetado o objetivo é mostrar, fundamentado no Materialismo Histórico, o processo de mudança na Gestão da Educação no Paraná, na administração do governador Jayme Lerner. A metodologia consiste em pesquisa bibliográfica; portanto, para sistematização de textos, relatórios de pesquisa e artigos serão lidos e analisados livros, artigos, a legislação, consultas na Internet e outros. O Estado do

Paraná, pioneiro na implantação de projetos e programas embasados no neoliberalismo é considerado um laboratório destas; a gestão escolar é um exemplo. A reivindicação sempre fora a Gestão Democrática; porém, o modelo implementado no Paraná foi a Gestão Compartilhada ou Gestão Centrada na Escola. Gestão Democrática é o modelo onde a participação política na tomada de decisões no interior da escola ocorre constantemente levando em consideração as propostas da comunidade e não os interesses de determinados grupos sociais; a Gestão Compartilhada ou Centrada na Escola é reflexo das políticas implementadas para a redefinição do papel do Estado, pautada em resultados e implica em compromisso da comunidade em assumir a agenda proposta pelo governo. Escolas bem administradas terão bons resultados; de acordo com a gestão Lerner a escola ser competente no quesito arrecadação de recursos, diminuindo os gastos do estado para com a educação pública é ter bons resultados. A gestão escolar no Paraná foi se moldando sob o enfoque empresarial a fim de atingir os padrões de eficiência e qualidade exigidos pelos organismos nacionais e internacionais. Até a presente fase de pesquisa conclui-se que a preocupação com a gestão da escola é a tentativa de reduzir os problemas nela existentes à problemas administrativos, escondendo-se, desta forma, a complexidade da escola enquanto organização e local de conflitos ideológicos, políticos e sociais que são próprios da sociedade e que a escola reflete.

UMA REFLEXÃO HISTÓRICA, FILOSÓFICA E POLÍTICA DAS NOVAS DIRETRIZES CURRICULARES PARA O CURSO DE PEDAGOGIA

Armindo Quillici Neto[14]
UNITRI
Sônia Aparecida Siquelli Monaco[15]
UNIFEOB

O presente texto trata da análise das Diretrizes Curriculares do Curso de Pedagogia, homologadas pelo Ministério da Educação em 04 de abril de 2006. Realizamos uma reflexão histórica, filosófica e política, em que apontamos as contradições existentes entre as atuais Diretrizes e a realidade da formação de professores no Brasil. Inicialmente faremos alguns apontamentos históricos sobre a Educação brasileira, desde a passagem do período jesuítico para o pombalino até a publicação da nova Lei de Diretrizes de Educação Nacional, de nº. 9.394, de 20 de janeiro 1996. Refletimos sobre as primeiras preocupações com os cursos de formação de professores, desde o Curso Normal até as últimas indicações sobre a Pedagogia. O

[14] Doutor em Educação pela UNICAMP e docente do curso de Mestrado em Educação do Centro Universitário do Triângulo - UNITRI Uberlândia/MG. armindo@unitri.edu.br
[15] Mestre em Educação pela PUC-Campinas e docente do curso de Pedagogia do Centro Universitário da Fundação Octávio Bastos – UNIFEOB - São João da Boa Vista/SP. ssiquelli@uol.com.br

objetivo dessa apresentação histórica é de situar as preocupações com a formação de professores nas várias etapas da política educacional brasileira. Apresentamos ainda, a evolução dos números sobre os cursos de Pedagogia, desde a década de 60 até a publicação do último Censo da Educação Superior, em 2004. Nos últimos dez anos o Ensino Superior representa a parte da Educação que cresceu consideravelmente, contando com a colaboração dos cursos de formação de professores. Faremos uma reflexão sobre a formação de professores durante a década de 90 como sendo o momento de preocupação em que se pretende formar o professor da Educação Infantil e do Ensino Fundamental para as novas gerações. Essa reflexão parte da idéia da construção de uma identidade profissional do professor. No que diz respeito à formação dos profissionais nas diferentes áreas de atuação é, sem dúvida, crucial refletir sobre essa formação, sobre as opções pedagógicas tomadas pelos educadores frente às atitudes em relação ao educando. Nossa principal problemática é pensar a formação do professor, no processo formativo, enfocando que este profissional seja encorajado a refletir sobre sua própria prática, num processo contínuo, onde seja possível rever, pensar e refletir a práxis. Durante o trabalho, apresentamos um questionamento sobre a existência de dois cursos de formação de professores: a Pedagogia e o Normal Superior. Enquanto implantação de uma política sobre as diretrizes para formação de professores no Brasil, há que se fazer uma opção clara da permanência de um ou de outro curso. O referencial bibliográfico utilizado neste trabalho passa por autores da História da Educação, tais como: Fernando de Azevedo, Eládio Antunha, Carlos Jamil Cury, Antonio Paim. Utilizamos, ainda, outros autores que estudam a questão da Educação e da formação de professores no Brasil, como Corinta M. G. Geraldi, Antonio Nóvoa, Raimundo Faoro, Iria Brzezinski, Luiz Antonio Cunha e também documentos do Ministério da Educação. Por fim, uma reflexão sobre o significado político da implantação das Diretrizes Curriculares do Curso de Pedagogia, as contradições existentes entre os argumentos que justificam sua implantação e a realidade da própria escola de formação de professores no Brasil.

A EDUCAÇÃO DA CRIANÇA TRABALHADORA NA PRIMEIRA REPÚBLICA: UM ESTUDO SOBRE A MODERNIDADE PEDAGÓGICA E AS PRÁTICAS ESCOLARES

Azilde L. Andreotti
Doutora em Educação pela UNICAMP e pesquisadora vinculada ao
Grupo de Estudos e Pesquisas HISTEDBR
História, Sociedade e Educação no Brasil

A questão central deste texto é apresentar um estudo preliminar sobre o percurso da infância operária na Primeira República na cidade de São Paulo e sua conexão com o projeto republicano de escolarização dessa população. No período, imprimiu-se à educação uma autonomia frente à sociedade e um poder de estabelecer ajustes necessários para o progresso do país: o aclamado entusiasmo pela educação. Novas

camadas sociais emergiram com a crise do modelo agrário e nesse processo de mudanças, entendido como uma nova fase de acumulação capitalista, o trabalho organizou-se com a mão de obra livre, utilizando a mão de obra infantil. O estudo parte de fontes primárias de pesquisa: documentos e a legislação sobre quatro escolas noturnas para trabalhadores, na cidade de São Paulo no início da Primeira República, que trazem dados sobre o trabalho de crianças a partir de oito anos de idade. Nesses documentos há indícios das práticas pedagógicas, como as técnicas da leitura, da escrita e do cálculo, os materiais utilizados, as provas, as justificativas de ausências, material ainda em fase de pesquisa. Os cursos em questão, segundo as fontes pesquisadas, funcionaram durante três semestres, entre os anos de 1891 e 1892 e a legislação sobre o seu funcionamento previa classes de no mínimo 25 alunos, indicando a baixa participação no decorrer do curso, que iniciava-se com cerca de 45 alunos. A legislação municipal sobre esses cursos nos induz a uma questão de trabalho: que nessa legislação aparecem as demandas por educação, mesmo que as iniciativas por escolarização tenham sido reduzidas. É muito provável que esses cursos se inseriram no bojo dessa demanda, já que o município é o espaço mais próximo dos habitantes e a documentação da Câmara pode fornecer informações sobre os anseios da população. Essas fontes de pesquisa demonstram uma situação concreta e traçam um quadro sobre a educação e o trabalho da criança no período.

CURRÍCULO OFICIAL NO BRASIL: UMA DISCUSSÃO INICIAL

Benedito Gonçalves Eugênio
Doutorando do PPGE/UNICAMP
Prof. UESB

O presente trabalho apresenta algumas considerações iniciais de uma investigação que estamos desenvolvendo, cujo objetivo é identificar as idéias curriculares em diferentes momentos da história educacional brasileira. Para isso, trabalhamos com o conceito de currículo oficial, entendido aqui como aquele planejado pelas agências governamentais para ser trabalhado em uma disciplina ou séries de um curso. O referencial teórico baseia-se nos estudos de teoria e história do currículo. Foram consultados livros, artigos, leis e decretos para a identificação das concepções de currículo. Devido à complexidade e abrangência do objeto investigado, baseamo-nos na periodização proposta por Saviani (2001) ao realizar pesquisa sobre as idéias pedagógicas no Brasil. As conclusões apontam para a necessidade de se investigar as idéias curriculares no Brasil a partir da contribuição dos estudos em história do currículo e das disciplinas escolares, bem como a proposição de periodizações que auxiliem na compreensão da temática aqui estudada.

POLÍTICA EDUCACIONAL E IMÁGINÁRIO SOCIAL NO RIO GRANDE DO SUL DOS POSITIVISTAS (1889/1930)

Berenice Corsetti
UNISINOS
bcorsetti@unisinos.br

No Rio Grande do Sul da Primeira República, foi desenvolvida uma política educacional marcada por características muito específicas, próprias desse momento histórico. O trabalho que apresentamos trata, no contexto dessa política, de um de seus aspectos, ou seja, a construção do imaginário coletivo cujo esclarecimento nos permite compreender a hegemonia ideológica conseguida pelos dirigentes republicanos de orientação positivista. A partir de uma tipologia de fontes primárias que consideramos muito significativa para esse fim, ou seja, os relatórios da Secretaria do Interior e Exterior, onde estava situada a Instrução Pública, a legislação do período e a Revista UNITAS, revista oficial da Arquidiocese de Porto Alegre, foi possível descortinar a forma como foi construído o imaginário social legitimador do poder político republicano. O grupo político que assumiu, com o advento da República, a direção da política estadual, buscou implementar um projeto de modernização conservadora que visou consolidar o modelo capitalista como base do desenvolvimento regional. Nesse processo, a educação teve um papel significativo, já que a ela foi atribuída a tarefa de formar o cidadão dos novos tempos do capitalismo. Nesse contexto, a política educacional envolveu ações específicas destinadas à constituição de um imaginário social legitimador de seu projeto, que estaremos analisando, à luz dos elementos empíricos obtidos na investigação sobre o tema. Manipulando símbolos e mitos, utilizando-se dos rituais cívicos, os dirigentes positivistas gaúchos envolveram particularmente a escola pública para alicerçar os valores indispensáveis à adesão da sociedade ao seu projeto de desenvolvimento do Estado. A política educacional da época, portanto, jogou com a subjetividade inerente ao processo de construção da consciência coletiva, em paralelo ao desenvolvimento bastante objetivo que davam à modernização conservadora do Rio Grande. O papel reservado à escola foi particularmente especial no envolvimento da sociedade como um todo. O apelo à integração social via escola foi inegável e refletiu a visão dos positivistas que dirigiam o Estado. Entretanto, não podemos esquecer de salientar que esta integração era pretendida numa sociedade profundamente desigual e hierarquizada, com cada indivíduo no seu lugar, realizando o seu papel social nos marcos do projeto republicano. A política educacional adotada no Rio Grande do Sul, na Primeira República, visou atender a uma necessidade represada ao longo de todo o Império em termos educacionais e que aflorou nos anos iniciais da fase republicana, ou seja, o acesso à escola. Todavia, a opção da classe dirigente rio-grandense, se por um lado deu vazão a esses anseios ampliando expressivamente a rede escolar, refletiu a visão de mundo e os próprios interesses dos setores dominantes do Rio Grande, que utilizaram o imaginário social para legitimar seu projeto autoritário, elitista e excludente. O trabalho apresentado é historiográfico, desenvolvido a partir

de fontes primárias, analisadas a partir de uma leitura hermenêutica e de uma metodologia de caráter dialético.

AS EXPERIÊNCIAS DE AMPLIAÇÃO DO TEMPO ESCOLAR: O CASO DE CURITIBA

Bernardete Germani
Pontifícia Universidade Católica do Paraná
Orientadora: Profª Drª Maria Elisabeth Blanck Miguel
Pontifícia Universidade Católica do Paraná

Este artigo propõe-se a contribuir para a reflexão a respeito da Educação Pública de Tempo Integral. Num primeiro momento, é imprescindível considerar um passado recente da história da educação brasileira para entender a origem dessa proposta e compreender como se formou, ao longo do tempo, a Educação de Tempo Integral. Destacar-se-á aqui a sua influência nas experiências de implantação das Escolas Públicas de Tempo Integral, ou seja, a ampliação do tempo de permanência do aluno no ambiente escolar para a maior apreensão do saber elaborado e da cultura acumulada pela sociedade na qual está inserido. Procura-se buscar, ao longo da história educacional, através de um breve resgate, as trajetórias das instituições escolares de cunho de tempo integral, tecendo considerações quanto à relevância da função e funcionamento das Escolas de Tempo Integral do passado e de hoje. Tais considerações são abordadas enfocando dois eixos norteadores: a clientela e a instituição mantenedora. Este enfoque reveste-se de importância, por remeter ao estudo, elementos da história social e política do Brasil e dos educadores que apostaram na utopia de uma escola de qualidade para as camadas mais carentes da população.

GRADUAÇÃO TECNOLÓGICA: POSSIBILIDADES E DESAFIOS EMERGENTES NO LIMIAR DO SÉCULO XXI.

Brígida Maria Pimenta Carvalho
Robson Luiz de França

Os Cursos de Graduação Tecnológica ou cursos superiores de Educação Profissional e Tecnológica indicam mudanças estruturais no delinear da Educação brasileira, em geral e, mais especificamente, ao que tange à Educação profissionalizante. Presenciam um novo limiar nos tempos, ao refletirem mudanças na concepção de educação e as conseqüentes transformações do mundo do trabalho.
Essa pesquisa objetiva analisar as políticas da educação profissional e tecnológica em nível superior, configuradas à amplitude e à complexidade da lógica neoliberal,

inseridas no período histórico compreendido entre os anos de 1990 a 2004; constatar o campo epistemológico em que foram concebidas e seus princípios norteadores; delinear os impactos, conseqüências e transformações para a Educação Profissionalizante e Tecnológica.

A presente investigação iniciou em 2006 e utiliza a abordagem qualitativa através da pesquisa bibliográfica, da análise documental e da pesquisa de campo, por meio de entrevistas semi-estruturadas, que têm como universo os coordenadores de Universidades e Faculdades dos Cursos de Graduação Tecnológica, no âmbito de Uberlândia.

O foco dos estudos se enfatiza após os anos de 1990 (até 2004), porque existe a contextualização da hegemonia do pensamento neoliberal e significativas mudanças no papel do Estado, Trabalho e Educação.

A discussão sobre as implicações que o neoliberalismo impactua nas políticas educacionais de ensino profissionalizante e tecnológico em nível superior e suas possíveis conseqüências para este ensino, apontam um novo perfil de sujeito, formalizado a partir de uma educação mercantilizada, pois, nesse contexto, a lógica se inverte e se transfigura, forjando um novo sistema de metabolismo societal estruturado pelo capital. (ANTUNES, 2000).

Os levantamentos iniciais permitem assinalar as transformações na identidade da instituição universitária: a produção do conhecimento tende a ser substituída pela administração de dados e informações, em um processo de assessoria ao mercado, com perda da capacidade de reflexão e crítica; referenciam à função formadora da Universidade, constituinte como um processo, dentro da qual não existe separação entre formação pessoal e profissional; indicam que, ao pensar a educação, na perspectiva da luta emancipatória, os vínculos entre educação e trabalho deveriam ser restabelecidos; assinalam, ainda, em meio à epistemologia pós-moderna de educação, a pós-modernidade como um movimento histórico surgido da própria modernidade, a qual pode ter por horizonte um mundo mais fragmentado, individualista, capitalista, ou um mundo mais solidário e um indivíduo mais criativo e feliz. A escolha depende de nós, sujeitos da história. Isso porque, a história não é uma fatalidade, como sustentam os neoliberais, mas possibilidade.

POLÍTICAS DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL E REDUÇÃO DA REINCIDÊNCIA CRIMINAL: UM ESTUDO SOBRE OS SISTEMAS EDUCACIONAIS NÃO FORMAIS QUE ATUAM NA PREVENÇÃO À CRIMINALIDADE

Camila Maximiano Miranda
Universidade Federal de Uberlândia - UFU
camilamax@yahoo.com.br
Maria Silva
Universidade Federal de Uberlândia - UFU
mvs@ufu.br
Universidade Federal de Uberlândia - UFU

Com o apogeu do neoliberalismo, constata-se a consolidação de políticas de minimização do Estado, as quais contribuem para a precarização, focalização e privatização das políticas públicas. Além disso, presenciamos a intensificação da transferência de tais políticas para a sociedade civil. Nota-se na realidade social contemporânea perante os novos ciclos do capital, um contingente populacional constituído por indivíduos que vivenciam uma situação de carência social e educacional, o que contribui significativamente para o aumento da criminalidade. Desta maneira, o presente estudo visa analisar a constituição dos sistemas não formais de educação na cidade de Uberlândia/MG, os quais trabalham em prol da prevenção à criminalidade e sua co-relação com os processos de qualificação profissional, buscando problematizar: que relações são possíveis de se estabelecer entre esses sistemas de qualificação profissional e a redução dos índices de reincidência criminal? Utilizaremos como procedimentos metodológicos a pesquisa de campo, a análise documental e a observação. Na coleta de dados primários relizar-se-a o acompanhamento de um grupo de egressos e apenados em regime semi-aberto durante 18 meses, apreendendo os nexos entre qualificação profissional, empregabilidade e redução da criminalidade. Constitui-se também como objeto de investigação da pesquisa a constituição histórica das políticas educacionais destinadas à qualificação profissional de apenados e dos egressos do sistema prisional em Uberlândia – MG. Serão utilizadas a entrevista semi-estrutural e história oral temática, tendo como unidade de investigação o presídio Professor Jacy de Assis, a penitenciária João Pimenta da Veiga, o Núcleo de Pesquisa e Prevenção à Criminalidade e a APAC (Associação de Proteção e Assistência aos Condenados) na cidade de Uberlândia/MG. A investigação propõe-se, pois, a partir da perspectiva teórica e conceitual aprofundar reflexões sobre os processos de qualificação profissional implementados nos sistemas não formais, focalizando, sobretudo, algumas experiências dos sistemas penitenciários e sua co-relação com a potencialização da empregabilidade dos apenados do sistema prisional, e conseqüentemente, a minimização da reincidência criminal.

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: AS AÇÕES REALIZADAS EM ARARAQUARA PODER LOCAL - UNIVERSIDADE – ONG'S

Carla A. Barreto
UFSCar / CAPES
carlaabarreto@hotmail.com

Este estudo procura abordar os projetos desenvolvidos para a Educação de Jovens e Adultos durante o período de 1998 a 2004 no município de Araraquara, buscando compreender as ações realizadas pelo poder público municipal no sentido de erradicar o analfabetismo. Para atingir o objetivo proposto utilizaremos as categorias extraídas do referencial metodológico da obra weberiana: dominação legal-racional, patrimonialismo e burocracia; e tomaremos como pano de fundo a formação patrimonial do Estado brasileiro, cujo reflexo se faz sentir ainda hoje no Estado. Nosso patronato político organizou um Estado centralizador dentro de uma racionalidade pré-moderna, no que se refere à política, uma vez que conduzido pelo patrimonialismo é essencialmente personalista, marcado pela tendência a não separação do público e do privado, assim, o tecido social foi construído através do direito pessoal reproduzindo particularismos mesmo quando a orientação passou a ser legal racional que esbarrou em uma forte tradição personalista. Assim, o corpo administrativo estatal foi construído pela pessoalidade, isto é, pelos laços de amizade, nesse sentido a racionalidade técnica formal que, segundo Weber, liga-se diretamente a burocracia, fez-se pelos valores particularistas. Valores que são refletido na e pela na política educacionalnos. Modalidade de ensino sempre presente nos discursos e na agenda educacional, uma vez que considerando o analfabetismo como um fenômeno social decorrente da estrutura social, econômica, cultural e, portanto, problema estrutural que ao longo dos anos foi abordado enquanto patologia social e, como, tal esteve atrelado ao atraso no desenvolvimento do país, sempre colocado como problema que deveria ser resolvido por tratar-se de um resquício de uma sociedade arcaica, subdesenvolvida, ou ainda, por consistir em um enorme empecilho na constituição de acordos com as agências multilaterais.

Em Araraquara, até 1997, apenas o sistema estadual atendia o público jovem e adulto, mas, em 1998, com o início do processo de municipalização do ensino fundamental, foi criado junto a Secretaria Municipal de Educação o núcleo EJA. Em de 2000 e início de 2001 a Unesp - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" através Portaria nº 580, de 5/12/2000, instituiu o PEJA - Programa de Educação de Jovens e Adultos, vinculado a Pró Reitoria de Extensão – PROEX. Outro projeto de destaque em Araraquara é o PROEAJA que iniciou suas atividades em 1998, pelas mãos da irmã Edith que dada preeminência social rapidamente mobilizou significativa parte da comunidade local, o que proporcionou o estabelecimento de diferentes convênios, parcerias.

Os encaminhamentos dados para a educação de adultos, apesar do município possuir um alto índice em relação à população alfabetizada, podemos afirmar que poucos avanços foram alcançados, todavia, a modalidade em questão é muito enfatizada pelo governo municipal, dada sua ligação direta com o mundo do

trabalho, bem como, representar porcentagem importante nos índices que auferem de qualidade de vida e desenvolvimento, como o Índice de Desenvolvimento Humano, mas também como mecanismo de educação política para a participação.

ESTADO, SOCIEDADE E IGREJA CATÓLICA: A INSTRUÇÃO PÚBLICA NA REPÚBLICA VELHA (1902-1930)

Carlos Henrique de Carvalho
Universidade Federal de Uberlândia

O presente estudo buscou caracterizar as particularidades dos embates entre católicos e republicanos no interior do país, mais especificamente na região do Triângulo Mineiro, contemplando as cidades de Uberabinha (hoje Uberlândia) e Uberaba, no estado de Minas Gerais, Brasil; no período compreendido entre 1892 a 1926, tendo na imprensa e nas Atas do Legislativo dos municípios as principais fontes documentais da pesquisa. O principal objetivo do estudo foi compreender as articulações do regional com o nacional, no que tange ao conflito entre a Igreja Católica e sociedade republicana. Essa relação é importante como forma de se observar, com maior profundidade, o quadro histórico da época, não apenas em relação ao debate travado, mas também perceber as concepções e dimensões de educação que eram propostas pelos dois grupos em disputa. Para subsidiar a pesquisa, nos municiamos dos jornais mais importantes que circularam na região durante a Primeira República, pois eles constituíram-se na principal fonte para o desenvolvendo do trabalho, porém não foi a única, também foram analisadas as Atas das Câmaras Municipais de Uberabinha e Uberaba. Dentre os periódicos mais significativos merecem destaque os seguintes: O Popular (1892), Tribuna do Povo (1893), Correio Catholico (1895), Cazeta de Uberaba (1898) e Lavoura e Comercio (1899); todos esses jornais circularam na cidade de Uberaba. Já no município de Uberabinha foi possível encontrar os jornais: A Republica (1897), O Progresso (1907), Paranayba (1914), A Tribuna (1919) e Triângulo Mineiro (1926). Todo esse manancial de informações, conseguidas junto à imprensa, foi comparado com as medidas legais tomadas pelas Câmaras Municipais. Através desse cruzamento foi possível estabelecer algumas conclusões preliminares sobre o problema educacional na região, onde se configuraram dois grupos bem definidos: liberais e católicos, como nas demais regiões do Brasil, eles foram protagonistas de um debate fervoroso em relação à educação. (Conclusão) Após a Proclamação da República, a Igreja Católica iniciou um movimento de reação contra o novo regime, em vista de seu caráter laico e das reformas implantadas pelo governo republicano, em especial aquelas relacionadas ao campo educacional, pois havia ainda muitos prelados e clérigos saudosistas da época imperial, quando a instituição eclesiástica gozava de uma série de privilégios, por ser o catolicismo a religião oficial do país. Por outro lado, a legitimidade do governo republicano foi promovida, sobretudo, pelos liberais e ainda pelos positivistas, que propagaram seus princípios pelo território nacional,

os quais obtiveram grande aceitação nos estratos sociais das elites, ou seja, procuraram incentivar o espírito cívico em torno do ideal republicano. É nesse cenário de intensa efervescência que se acirram os debates entre liberais e católicos na região, principalmente a respeito do problema educacional. Percebe-se, então, que o período é caracterizado pela luta ideológica entre liberais e católicos no Brasil, a qual se propagou pelo país, alcançando até mesmo as pequenas cidades do interior. Foi na tentativa de identificar como esses conflitos se materializaram em localidades distantes dos grandes centros que realizamos esta pesquisa, com o objetivo de compreender a permanecia dos valores morais católicos, em contra posição aos republicanos, tendo na imprensa das cidades de Uberabinha e Uberaba o lugar privilegiado para entender as dimensões de como esses debates ideológicos se materializaram através das propostas educacionais que foram publicizadas por meio dos jornais. Isto porque ambos os grupos em disputa procuravam velar suas posições, ao passarem a idéia de que eram defensores da verdade e de ideal supremo das luzes. Portanto, a imprensa se colocava fora do poder político, mas de forma aparente, para se colocar enquanto intérprete do povo e de sua opinião.

HISTÓRIA, TRABALHO E EDUCAÇÃO: UM ESTUDO SOBRE A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL DA REGIÃO DO TRIÂNGULO MINEIRO (1960 – 2004)

Carlos Lucena
Universidade Federal de Uberlândia

Este trabalho analisa os impactos das crises econômicas do capitalismo na formação e qualificação dos trabalhadores no Triângulo Mineiro, MG. Utiliza como fonte de investigação documentos empresariais e sindicais, currículos de cursos de formação profissional oferecidos na região, tabelas com índices de desemprego, entre outras. O recorte histórico correspondente ao período entre 1960 a 2004, justificado pelo desenvolvimento de profundas mudanças estruturais no capitalismo monopolista oriundas da crise do Welfare State. Dialoga com os princípios do materialismo histórico e dialético que problematiza a história enquanto um processo social em que se desenvolvem continuidades e descontinuidades. O capitalismo é um modo de produção que materializa contradições inconciliáveis, entre as quais as crises cíclicas são exemplos. Crises que se manifestam no âmbito da superprodução de mercadorias e pela tendência decrescente da taxa de lucro. A análise da constituição da crise no capitalismo monopolista através da superprodução de mercadorias ganha maior complexidade quando relacionada à discussão da tendência histórica de redução das taxas de lucro na reprodução do capital. Marx problematiza em o "livro III de O Capital" que tendência decrescente da taxa de lucro materializa uma contradição. Quanto maior o desenvolvimento do capitalismo, maior o decréscimo da taxa média de lucro do capital. O crescimento de capital acumulado, em virtude do aumento da mais-valia, encontra uma redução de possibilidades de

investimento, provocando uma redução dos empregos e dos salários dos trabalhadores. A redução da massa salarial impulsiona uma crise na venda das mercadorias que já foram produzidas. Instaura-se uma crise de superprodução em virtude do desequilíbrio entre a produção e o consumo que faz com que o capital reduza a sua produção, determinando a paralisação e a depressão dos mercados. A crise atua como um processo intrínseco à lógica de produção de mercadorias, apontando que o apogeu econômico e social anuncia a catástrofe e a catástrofe o apogeu. A construção e superação das crises implicam em tentativas dos homens de negócios que se chocam com o nível de resistência dos trabalhadores na história. O processo de crise do capitalismo aponta alternativas tanto estatais, como privadas para a exploração máxima das capacidades laborais. A busca dos homens de negócios por tecnologias eleva o investimento em capital constante e reduz no capital variável. A elevação do acúmulo de capital impulsiona a reprodução do capital variável elevando os processos de exploração dos trabalhadores, tanto no âmbito da mais-valia absoluta como da relativa. Essa pesquisa apresenta resultados que demonstram que, nas últimas décadas, a região do Triângulo Mineiro assiste a um processo crescente de precarização das condições de trabalho que se expressam no crescimento do setor de serviços, na redução dos salários e na demissão em massa de professores titulados nas Faculdades e Centros Universitários, questionando as teses otimistas que apontam o crescimento intelectual dos trabalhadores.

O TEATRO ENQUANTO INSTRUMENTO PEDAGÓGICO: ANÁLISE DOS PRINCIPAIS EXPOENTES NA EUROPA E NO BRASIL

Cézar de Alencar Arnaut de Toledo[16]
Flávio Massami Martins Ruckstadter[17]
Vanessa Campos Mariano Ruckstadter[18]

Este texto traz uma discussão a respeito da utilização do teatro nos colégios jesuíticos na Europa e também no Brasil no século XVI, período esse que inaugurou o uso do teatro nas escolas jesuíticas na Europa e no Brasil. Breve panorama do teatro europeu foi apresentado, com o intuito de entender os objetivos do uso do teatro enquanto instrumento pedagógico nos colégios jesuíticos, quer na Europa quer no Brasil. Destaque foi dado ao teatro anchietano, importante pela atuação

16 A versão expandida desta discussão pode ser encontrada no cd-rom de comemoração dos 20 anos do grupo do Histedbr.

17 Professor Doutor do Departamento de Fundamentos da Educação e do Programa de pós-graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá/PR. caatoledo@uem.br.

18 Mestre em Educação pela Universidade Estadual de Maringá/PR. ruckstadter@bol.com.br. Especialista em Pesquisa Educacional e aluna do Mestrado em Educação da Universidade Estadual de Maringá/PR. vanessaruck@bol.com.br.

significativa do padre José de Anchieta (1534-1597). Suas peças, juntamente com sua obra completa, fazem parte do início da formação da cultura brasileira.

EDUCAÇÃO, IDENTIDADE E FORMAÇÃO DA NACIONALIDADE BRASILEIRA EM MANUEL BONFIM

Charliton José dos Santos Machado
PPGE/UFPB

O objetivo deste trabalho é analisar as contribuições de Manuel Bonfim acerca da problemática da formação da nacionalidade brasileira, traduzida em sua obra clássica "A América Latina: males de origem". No estudo, do ponto de vista da história da educação, destacam-se as contribuições do referido autor com o Brasil em formação entre o fim do século XIX e princípio do XX, contexto em predominavam as teorias raciológicas, dando conta de uma certa fatalidade histórica do povo brasileiro, argumentação que de certo modo minimizava a importância das inquietações isoladas, que rejeitavam esse quadro de referência e propunham alternativas ao atraso ao qual o país estava supostamente submetido. Entre as vozes dissonantes dessa época, estava Manuel Bonfim, que mesmo admitindo o atraso relativo ao Brasil e à América Latina, devido aos problemas herdados da era colonial luso-espanhola, polemizava ao afirmar que ainda havia remédio para corrigir esses males: o aumento maciço do ensino elementar para as classes populares. Inscrito na abordagem teórico-metodológica da História Cultural, permite não apenas compreender uma época, através da configuração da atmosfera da respectiva sociedade analisada, mas também resgatar, historicamente, a atuação e contribuição do referido educador acerca do permanente debate educacional no Brasil, em especial, a tese da construção da nacionalidade. Como fontes privilegia-se a obra clássica: "A América Latina: males de origem", além de artigos e depoimentos. Constatou-se que a atualidade da referida obra consiste na afirmação permanente da construção da nacionalidade, a partir de campanha governamental em defesa da ampliação do ensino primário e da educação integral, metas tidas como essenciais para se atingir o progresso social e o desenvolvimento econômico do país, numa sociedade como a brasileira, em que parte da elite pensante já nascera desacreditada à espera dos resultados condenatórios do futuro. Considerando o período analisado como momento que se avizinhava uma transformação profunda nos valores e nas tradições da sociedade, Manuel Bonfim, em linhas gerais, a partir de um diagnóstico apoiado na noção de realidade nacional, remete o debate a um questionamento que parece não ter se desenvolvido anteriormente: os males de origem. Demonstrando que a realidade nacional era mais complexa e menos óbvia do que fizeram ver as análises da época. O que significa que para os males havia remédios solucionáveis, e a prescrição, embora menos original era a instrução popular, tese que, ainda hoje, encontra-se cristalizada nos documentos e discursos institucionais contemporâneos.

EDUCAÇÃO E LIBERALISMO: O PÚBLICO E O PRIVADO NO ENSINO SUPERIOR EM QUESTÃO

Claudio Afonso Peres[19]
João Carlos da Silva[20]

O presente trabalho versa sobre a educação superior no contexto das políticas liberais, onde discutimos as relações entre o público e o privado no Brasil, a partir das políticas de privatizações adotadas na década de 90 do século XX.
Através do estudo de alguns clássicos, como Adam Smith, John Lock, John M. Keynes, Friedrich Hayek e Karl Marx, interpretamos visões diferentes do papel do Estado com relação às políticas sociais, principalmente com a educação. Identificamos que a dicotomia público e privado esteve sempre presente na história do capitalismo e que o financiamento da educação não é movido pelas necessidades das instituições educacionais públicas, mas por interesses políticos e econômicos.
No caso do Brasil, apontamos a década de 90, particularmente nos governos de Fernando Collor de Melo e Fernando Henrique Cardoso, como a época em que as políticas liberais de privatização atingiram o seu ponto máximo. Nesta época, as políticas são dirigidas por organismos internacionais, principalmente pelo Banco Mundial, que por realizar empréstimos financeiros, passa a traçar as diretrizes a serem seguidas pelo País. Movidos pelos incentivos do Governo, os empresários passam a perceber o ensino superior como possibilidade de lucros e mobilizam-se no sentido de manter nas legislações brasileiras, mecanismos para que os recursos públicos possam ser transferidos para a iniciativa privada. Por fim, demonstramos, através de dados do Ministério da Educação (MEC) e do Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais (INEP), o grande crescimento do número de vagas no ensino superior brasileiro, com o atendimento da demanda reprimida. Por outro lado, identificamos a exclusão da grande maioria da população das possibilidade de acesso a este ensino superior, seja estatal, ou privado. Neste sentido, consideramos a necessidade de relativizar a histórica dicotomia público-privado na educação e compreendê-la como uma relação dialética, onde os contrários não são necessariamente contrários em todos os momentos, onde o espaço público é destruído a todo momento para a instituição do privado, mas que não passa a negar a existência do caráter de público, gerando novas compreensões que tentamos abordar no decorrer do trabalho.

[19] Graduado em Filosofia pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Aluno do Curso de Especialização em História da Educação Brasileira na Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Membro do Grupo de Pesquisa HISTEDBR-GT Cascavel-PR.
[20] Professor do Colegiado do Curso de Pedagogia da UNIOESTE. Doutorando em Educação / UNICAMP. Membro do Grupo de Pesquisa HISTEDBR- GT Cascavel-PR.

ANÁLISE CRÍTICA DAS POLÍTICAS SOCIAIS NO BRASIL À LUZ DO DESENVOLVIMENTO E SUAS IMPLICAÇÕES NA EDUCACÃO

Cristiane Regina Corbari
Jaqueline Aparecida Oliveira Santander
Jociane Martins Pedroso
Roseli dos Santos
Neiva Gallina Mazzuco

Este estudo objetiva analisar as políticas sociais no Brasil, particularmente as da educação, e sua vinculação com o desenvolvimento no período de 1930 a 2002, tendo o materialismo histórico dialético como referencial teórico-metodológico e, como fontes obras de Cardoso (1981, Faletto(1981), Prebisch(2000), Marini(2000), Ouriques(1996), Freitas(1999) e outras. Para uma avaliação mais detalhada destas políticas sociais é necessário observar que as mesmas revelam as características específicas do capitalismo brasileiro, tendo em vista que emanam do Estado e, por este estar submetido aos interesses gerais do capital, precisa ampliar seus mecanismos de controle social por meio das políticas sociais. Esta compreensão não desconsidera os aspectos contraditórios próprios do real o que nos leva a entender que à medida em que tais políticas servem ao Estado como controle e administração da lógica capitalista, também contribuem para a melhoria das condições de vida da classe trabalhadora. Para entender a categoria desenvolvimento partimos de duas correntes distintas. Na primeira, encontramos autores como Cardoso, Faletto e Prebisch defendendo a tese que países periféricos podem chegar aos patamares de desenvolvimento dos países centrais. Na segunda, estudamos os teóricos Marini e Ouriques, os quais defendem que, no capitalismo, os países periféricos nunca alcançarão o mesmo desenvolvimento que os países centrais. Concordando com esta segunda vertente, defendemos que o avanço de uma nação se dá em função do retrocesso de outra(s) e que na sociedade de classes, não há possibilidades de superação da condição de dependência dos países periféricos. Partindo desse pressuposto, analisamos algumas políticas educacionais enfatizando as do ensino superior, entendendo que elas têm favorecido a iniciativa privada, "isentando" o Estado de sua manutenção bem como da formação e qualificação dos professores e da ampliação da oferta de vagas. Nessa direção, também vemos a redução incessante dos recursos para o ensino fundamental destacando a estimulação por parte do Estado na entrada da iniciativa privada nas escolas públicas por meio dos Amigos da Escola, APMFs, Grêmios Estudantis, Conselho Escolar entre outras iniciativas que têm como principal objetivo, a desresponsabilização do Estado com a manutenção da educação, trazendo em seu bojo um discurso ideológico sobre a democratização da escola pública, ressaltando que todos podem e devem participar para a sua melhoria. Assim, além de promover sutilmente a privatização, o Estado também consegue convencer a maior parte da comunidade escolar que essas parcerias melhoram as condições de ensino. Como resultado dessas análises, destacamos a compreensão de que as políticas sociais não resolvem a situação de miséria da classe explorada, apenas a ameniza por ser necessário à manutenção do

capitalismo, e que as políticas educacionais implantadas no Brasil desde 1930 têm inibido um questionamento mais crítico a respeito dos rumos que a educação pública vem tomando, não subsidiando que a classe explorada compreenda que, constitucionalmente, é dever do Estado manter integralmente as instituições educacionais públicas.

ENSINO MÉDIO: A DUALIDADE HISTÓRICA E A LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL BRASILEIRA DO SÉCULO XX

Mestrando: Edison Cardoso Lins
Orientadora: Mara Regina Martins Jacomeli

A educação secundária, no Brasil, ou ensino médio, sua atual denominação, já em sua origem apresentou contradições e dualidades que permanecem na atualidade. E se refletem, por exemplo, na ausência de objetivos e perspectivas mais definidas quanto ao seu papel. Esta etapa educacional que, como meta formal, precederia o ensino superior é caminho também para que boa parte dos alunos seja encaminhada para uma formação profissional. Deve então ser o ensino médio ministrado em formato abrangente, preparando para a etapa educacional seguinte, o ensino superior, ou deve se ater a ser etapa articulada como preparadora para o mundo do trabalho? Pretendemos avaliar a forma como esta dualidade e algumas das contradições que lhe são afetas, foram tratadas na trajetória das diversas leis que nortearam tal segmento de ensino, ao longo do século XX, em especial a partir da década de 1930, percorrendo a intensa e complexa sucessão de leis, durante o século passado até a primeira legislação educacional de relevância para o ensino médio, no século XXI.

A POLÍTICA DE SUBSTITUIÇÃO DAS ESCOLAS ISOLADAS EM GRUPOS ESCOLARES EM SERGIPE: 1889/1930

Dilma Maria Andrade de Oliveira
Universidade Federal de Sergipe

O presente trabalho pretende discutir a política de substituição das escolas isoladas pelos grupos escolares na Primeira República em Sergipe. A República, implantada em 1889, veio acompanhada da crença da necessidade de remodelação da ordem social, política e econômica, e da convicção de que a educação seria o mais forte instrumento para a consolidação do regime republicano e para a construção do país moderno, capaz de oferecer ao povo as condições de sua inserção no regime democrático representativo. A República educaria, instruiria, e formaria os homens cultos e os cidadãos livres. A criação dos grupos escolares surgiu no interior de um

projeto político republicano tendo o Estado de São Paulo atuado como modelo para o restante do país. Tomamos como fio condutor o caráter concreto do conhecimento histórico-educacional procurando apreender as alternativas teóricas e práticas em que os grupos dominantes buscaram na construção e consolidação do regime republicano. Para o tratamento das questões utilizamos, primordialmente, as técnicas usuais do trabalho com fontes documentais primárias e secundárias com destaque para as leis, decretos, regulamentos, mensagens de governo e jornais dos anos de 1889 a 1930 do Estado de Sergipe. A implantação dos primeiros grupos escolares em Sergipe se deu com a Reforma de Ensino de agosto de 1911. Não significou, nos primeiros tempos da República, um projeto de substituição das escolas isoladas. Foram estas escolas que continuaram a fornecer a precária educação às classes mais pobres. Indiscutivelmente, os grupos escolares representavam o ideário republicano de educação que prometia, senão resolver, contribuir para reduzir os graves problemas educacionais. Com estrutura administrativa diferenciada, as práticas escolares poderiam ser efetivamente fiscalizadas e a escola, finalmente, servir a construção da Nação e à moralização do povo. No entanto, os problemas educacionais serão propostos e resolvidos de forma precária, enfrentados com recursos deficientes e improvisados, soluções parciais quase sempre abandonadas logo a seguir, num jogo político que desqualificaria qualquer sentido de renovação educacional.

O USO DA INFORMÁTICA COMO UM INSTRUMENTO DE APOIO NO PROCESSO EDUCACIONAL DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Dorisvaldo Rodrigues da Silva
drsilva55@yahoo.com.br
Vera Lucia Ruiz Rodrigues da Silva
peeunioeste@yahoo.com.br

Este artigo trata do uso da informática como um instrumento de apoio aplicado a educação de pessoas com deficiência visual e com deficiência física/motora. O subtópico I apresenta um breve histórico da informática na educação com informações desde o inicio das discussões, a década de 1970. O subtópico II aborda a inserção da informática na Educação e apresenta dados do trabalho desenvolvido na Unioeste a partir de 1997. O subtópico III trata dos recursos tecnológicos utilizados na educação de pessoas com deficiência visual e com deficiência física/motora. Também apresenta uma classificação dos recursos disponíveis no mercado e utilizados na educação nas áreas de deficiência visual e física/motora. No subtópico IV, apresenta uma breve fundamentação referente ao desenvolvimento cognitivo da pessoa com deficiência na concepção Vigotskiana.

HISTÓRIAS LEGAIS E REAIS DA EDUCAÇÃO DO SURDO NA REDE ESTADUAL DE ENSINO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Eliana Marques Zanata
UNESP/Bauru
Enicéia G. Mendes
UFSCar/São Carlos
lizanata@fc.unesp.br

Este artigo foi organizado com o intuito de compor parte de uma pesquisa maior, cujo objetivo centrou-se no atual processo de educação e apoio ao aluno surdo na rede pública de ensino no estado de São Paulo. Há aqui a pretensão de se esboçar um breve estudo histórico conduzindo a uma leitura que descreva parte do percurso da instalação de serviços de Educação Especial e o trabalho de formação em serviço do professor especialista. Este estudo se propõe a organizar um percurso histórico referente ao período que compõe o início do século XX até os dias atuais, centrando-se na história das políticas públicas e da organização da Educação Especial no Brasil, especificamente no estado de São Paulo. A coleta dos documentos descritos e organizados cronologicamente foi feita no CAPE – Centro de Apoio Pedagógico Especializado, órgão vinculado a CENP – Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas, na biblioteca da Diretoria de Ensino e em arquivo morto de escolas do município de Bauru. Para tanto, foram utilizados como fontes de pesquisa documentos oficiais, legislações e publicações da Secretaria de Educação. Os achados mostram que a Educação Especial, especificamente a educação do surdo no estado de São Paulo, tem trilhado um caminho paralelo a educação comum, e, que este caminho esteve permeado por um caráter muito mais clínico do que educacional. Por meio desta breve retrospectiva histórica, é possível apontar que na última década as políticas públicas estão voltadas para que as necessidades educacionais especiais do aluno do Ensino Fundamental e Médio sejam atendidas com bases em princípios inclusivos, de forma que todo aluno tenha oportunidade não só de acesso, mas também de permanência na escola. Assim, avanços legais podem ser considerados positivos, embora nem sempre efetivados, uma vez que indicam um processo de mudança de paradigma, o qual certamente em anos vindouros tenderão a provocar mudanças efetivas e qualitativas na educação dos alunos com necessidades educacionais, e conseqüentemente para o aluno surdo.

O ATENDIMENTO EDUCACIONAL A PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: A EDUCAÇÃO ESPECIAL COMO POLÍTICA PÚBLICA NO BRASIL

Elis Milena Veiga Moreira de Azevedo
Universidade Estadual de Maringá - UEM
Nerli Nonato Ribeiro Mori
UEM

Este trabalho procura abordar as idéias e iniciativas adotadas para o atendimento de pessoas com características diferenciadas dos padrões estabelecidos em diferentes épocas da história. Com base em textos e documentos oficiais sobre o tema, traçamos um panorama da idade antiga até o momento atual, enfatizando neste último período o movimento de integração e a luta pela inclusão. Em um segundo momento, acompanhamos a evolução da educação especial no Brasil e como a deficiência é tratada pela legislação brasileira na atualidade. Conclui-se que ao estabelecer metas na Conferência Mundial de Educação para Todos e ao concordar com os preceitos da Declaração de Salamanca, o Brasil fez a opção pela construção de um modelo inclusivo de educação.

ESCOLAS RURAIS DE CASCAVEL: ASCENSÃO E DECLÍNIO

Eliseu Santana
UNIOESTE
André Paulo Castanha
UNIOESTE / UFSCAR

O presente trabalho procura compreender o processo de organização da escola rural no Município de Cascavel. Para compreendermos o universo da escola rural é necessário discutir as políticas agrícolas, o processo de modernização da agricultura, o êxodo rural, bem como as iniciativas dos poderes públicos referentes ao homem do campo. Para tanto faremos um estudo da conjuntura agrária brasileira com o intuito de analisar o processo, através do qual se deu o surgimento e a paulatina diminuição, até a quase extinção das escolas rurais na região Oeste do Paraná, e principalmente no Município de Cascavel. O estudo abrange o período de meados da década de 1950, a partir da qual teve inicio o processo de ocupação do município e logo em seguida o desencadeamento da modernização da agricultura brasileira, até os dias atuais. O trabalho é relevante, pois procura enfocar uma problemática presente na nossa realidade. Discutir a escola rural é algo necessário e urgente, visto que esta modalidade de ensino, que já foi predominante na nossa região, hoje se encontra em fase de extinção. O desaparecimento das escolas rurais está ligado à introdução de novas tecnologias na agricultura, a partir da década de 1960, que ficaram conhecidas como “Revolução Verde” O conceito de "Revolução Verde" teve sua origem na promessa de esverdear grandes extensões de terra, tornando-as

produtivas de alimentos, e dessa forma acabar com a fome no mundo. O acúmulo de três ciclos de modernização na agricultura brasileira trouxe sérias conseqüências para os camponeses, pois milhões deles não conseguiram acompanhar as inovações e foram obrigados a abandonar o campo, ou buscar outras regiões do Brasil para criar seus filhos. O fator determinante para tal fato foi a política agrícola adotada pelo governo brasileiro, a partir dos militares, que contou com o apoio dos latifundiários e do mercado internacional. Podemos concluir, que o movimento da educação rural é indubitavelmente, conseqüência das políticas de modernização da agricultura. Essa modernização privilegiou as grandes propriedades agrícolas e destruiu as vilas e núcleos de agricultura familiar. Com isso, a escola rural foi sendo desmontada. O exemplo de Cascavel é muito expressivo, pois de 204 escolas, que foram criadas no Município restam apenas 8, com um total de 464 alunos matriculados no 2005. Diante disso, podemos afirmar que o latifundiário é inviável do ponto de vista social, pois ele concentrou renda e destruiu as comunidades rurais, gerando vários outros problemas sociais. Não é possível construir uma educação de qualidade no campo, sem a superação da lógica do latifúndio. Viabilizar a escola rural sob uma nova ótica, é a luta e o desejo dos movimentos sociais do campo, como MST, MAB, CONTAG e MLST e outras organizações que lutam por uma reforma agrária. Organizar uma educação voltada para o homem do campo, ainda é um grande desafio, que precisa ser enfrentado urgentemente, antes que ela desapareça.

A LIBERDADE DE IMPRENSA, O CORREIO BRAZILIENSE E O PROCESSO DE FORMAÇÃO DO ESTADO NACIONAL BRASILEIRO

Fernanda Regina Cinque
Universidade Estadual de Maringá - UEM
Marcília Rosa Periotto
Universidade Estadual de Maringá - UEM

Trata-se de estudo sobre a liberdade de imprensa no início do Século XIX, defendida por Hipólito José da Costa no jornal Correio Braziliense (1808-1822), assim como o papel educativo que veio a desempenhar no processo da independência brasileira. A construção da idéia de nação e sua consolidação no país não se dariam sem grandes embates políticos e econômicos, fato que vem a exigir sua análise vinculada ao movimento de constituição da sociedade capitalista em nível mundial. Neste sentido o estudo tem como eixo teórico-metodológico a análise histórica, que toma como ponto de partida a totalidade das relações sociais e não apenas as questões específicas de uma época, ou então as particularidades locais. É um trabalho de caráter bibliográfico, utilizando os escritos de Hipólito da Costa publicados no jornal Correio Braziliense, bem como estudos de autores que contribuem para o entendimento do período em questão. O alvorecer do século XIX foi marcado por profundas mudanças na sociedade burguesa como um todo, porém

em proporções diferentes a cada um dos países envolvidos. Enquanto a Inglaterra se projetava no cenário mundial como o país mais desenvolvido materialmente, governado por uma constituição liberal que garantia o direito e a liberdade dos indivíduos, em Portugal a situação era oposta. As antigas instituições portuguesas, ainda predominantes, conduziam o reino luso e suas possessões a um estado de permanente atraso material. Longe do debate liberal, o Brasil inicia o século XIX imerso no conservadorismo português. Os interesses da metrópole em busca apenas de enriquecimento, os abusos da administração, a manutenção da escravidão e a falta de liberdade de imprensa que impedia aos nacionais o contato com as idéias avançadas do século se colocavam entre os grandes desafios a serem superados. A liberdade de imprensa foi uma das preocupações de Hipólito José da Costa que entendia que a postulação do progresso e desenvolvimento para o Brasil exigia que se tivesse uma imprensa liberta das amarras portuguesas, pois, por meio dela se poderia influir nas decisões do governo existente e educar a elite para adotar práticas mais concatenadas com desenvolvimento mundial, contribuindo para o estabelecimento de uma constituição liberal que viesse garantir de fato a liberdade e levar o país ao pleno desenvolvimento material. É mister ressaltar que a imprensa brasileira naquele contexto foi importante ao servir como farol que iluminava os brasileiros no sentido de apreenderem as idéias compatíveis às nações livres, instruindo os homens com os conhecimentos adequados para consolidar nacionalmente os interesses burgueses, atuando pedagogicamente num momento em que a tarefa era ainda, em termos locais, a luta contra a predominância da velha forma de ser.

BREVE HISTÓRICO DO PENSAMENTO ECONÔMICO NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Fernando Casadei Salles
Universidade de Sorocaba
fernando.salles@uniso.br

Durante as últimas décadas, especialmente desde os anos 50, pensou-se, no Brasil e nos países subdesenvolvidos em geral, que a educação fosse um dos principais instrumentos para impulsionar o desenvolvimento econômico-social, de maneira que se pudesse, por meio dela, reduzir as desigualdades e superar as condições de pobreza extrema presentes na sociedade. Esta posição, no entanto, não se firmou imediatamente. Para sua consolidação no imaginário da educação brasileira se desenvolveram inúmeros processos até que se chegasse à situação atual, quando seus pressupostos são assumidos quase que como naturais e indispensáveis de qualquer discussão sobre os fins da educação escolar. Desta perspectiva o objetivo do presente trabalho é recuperar através de breve histórico a forma como as idéias econômicas se difundiram no ideário educacional brasileiro.

COMPREENDENDO O CAPITALISMO DOS PAÍSES DEPENDENTES ILUMINADO PELA TEORIA DE RUY MAURO MARINI: PRESSUPOSTO PARA A ANÁLISE DE POLÍTICAS SOCIAIS

Francis Mary Guimarães Nogueira
Maria Lucia Frizon Rizzotto
Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Unioeste

Neste trabalho discutem-se aspectos do capitalismo latino-americano a partir da Teoria da Dependência de Ruy Mauro Marini, expressa em texto publicado em 1973 com o título: Dialética da Dependência. Neste texto o autor apresenta a sua concepção sobre o capitalismo nos países dependentes, revelando a forma específica que este modo de produção adquire nesses países, na medida em que se inserem de forma subordinada e dependente na dinâmica do capitalismo mundial e, internamente, como mecanismo para compensar as perdas provocadas pelo intercâmbio desigual, exploram a força de trabalho além dos limites de sua reprodução, pois não necessitam de um consumo interno de massa, uma vez que sua produção é voltada para o mercado externo, e não precisam se preocupar com a reprodução da força de trabalho em face do enorme exército de reserva existente. Em face disso, nestes países, as políticas sociais assumiram um caráter restritivo e compensatório, diferentemente do que ocorreu nos países centrais, onde o Estado pôde nos momentos de expansão do capital distribuir renda por meio de políticas públicas.

UMA REFLEXÃO SOBRE A EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA AO LONGO DA HISTÓRIA

Gabriela Pontin Novaes
Orientação: Vânia de Fátima Martino
UNESP - Campus Franca Curso: História

Neste trabalho realizaremos uma reflexão sobre a educação e educação escolar indígena no Brasil, partindo de uma análise histórica sobre as mudanças e permanências neste campo. Para compreendermos melhor o que ocorre no Brasil no campo da educação e na política indígena recorremos ao passado, desde a colônia, com os jesuítas missionários que buscavam catequizar e civilizar os povos indígenas, tirando muito de sua identidade cultural. Percorremos também o primeiro e segundo império, quando surgiu a primeira legislação que protegia de alguma forma os índios com o Marquês de Pombal. Analisamos o período republicano, desde seu início quando a tutela do índio sai das mãos da Igreja e vai para as mãos do Estado. A moral religiosa antes muito impregnada na educação é substituída pelo civismo e os conteúdos patrióticos não ficavam restritos apenas à sala de aula. Com o processo de industrialização e urbanização a busca pelo

"progresso" fez com que muitos identificassem as razões pela qual o país se encontrava atrasado por ter uma população mestiça enquanto outros buscavam conhecer uma "brasilidade", especificidades culturais em relação aos outros países. Somente a partir da década de 1970 os movimentos indígenas começam a se articular, promovendo encontros onde os próprios índios discutem seus problemas e possíveis soluções. Iremos discutir também as mudanças a partir da constituição de 1988, com a LDB de 1996 e da resolução 3/99 do Conselho Nacional de Educação e do material produzido em 2000 sobre a formação dos professores indígenas, propostas de currículos, metodologias para práticas pedagógicas neste campo. Nesta parte do trabalho veremos como a legislação realmente pode ser efetivada com sucesso, como a educação escolar indígena vai sair do papel e se tornar realidade. Defendemos aqui uma educação indígena autônoma de qualidade com propostas curriculares especificas, unindo conhecimentos gerais e específicos, garantindo o uso da língua materna e da língua portuguesa, com professores da comunidade indígena, preparados e dispostos a enfrentar esse grande desafio. Vemos a educação escolar e não só a escolar como uma das melhores formas para se preservar uma cultura. As fontes utilizadas foram livros de diversos autores sobre Identidade cultural, educação, escolar indígena, e temática indígena na sala de aula; uma tese de doutorado sobre política de educação escolar indígena com o povo Terena e páginas na internet localizada no site do MEC sobre a constituição de 1988, a LDB de 1996, referenciais para a formação de professores indígenas e PCNs de Historia entre outros sites.

VALORIZAÇÃO DOCENTE E QUALIDADE DO ENSINO NO FUNDEF: TEXTO E CONTEXTO

Géssica P. Ramos
UFSCar
gessicaramos@yahoo.com.br
Agência financiadora: CAPES

Esse trabalho foi iniciado no ano de 2004, estando ainda em processo. Ele tem como objeto a valorização docente e a qualidade do ensino presente no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (FUNDEF), no contexto dos anos 90. Seu objetivo central é verificar a relação estabelecida entre valorização docente e qualidade do ensino na proposta federal do FUNDEF e em sua implementação estadual e municipal paulista, analisando como essa relação refletiu-se para o objetivo da valorização docente no período, inclusive em sua dimensão ideológica. Ele traz como principais fontes de pesquisa: os documentos, as legislações e os discursos oficias (estaduais, federais e municipais), as entrevistas (municipais) e a bibliografia pertinente. A abordagem utilizada apóia-se na perspectiva gramsciana de sociedade, interpretando o Estado como a integração entre "sociedade política" (coerção) e "sociedade civil"

(hegemonia). Do que pôde ser verificado até o presente momento é possível dizer que: 1-durante o governo Fernando Henrique houve um estreitamento discursivo da relação estabelecida entre valorização docente e qualidade do ensino, refletindo-se inclusive no objetivo da valorização do magistério presente no FUNDEF; 2- o professor foi apontado inúmeras vezes nesse governo como o agente central da "qualidade" do ensino, justificando oficialmente as medidas de capacitação, de profissionalização (via Plano de Carreira) e de remuneração do magistério contidas no FUNDEF; 3- apesar do discurso governamental de valorização docente e de melhoria da qualidade do ensino, o referido governo apresentou cortes nos seus gastos com educação (inclusive com a limitação da participação financeira da União no FUNDEF), comprometendo seu objetivo de valorização docente e de melhoria da qualidade do ensino; 4- coerentemente ao contexto ideológico do período, a valorização do magistério foi abordada no FUNDEF em termos individuais e meritocráticos, distanciando-se das bandeiras de luta defendidas pelo setor educacional na década de 80 (como a do piso salarial nacional unificado, por exemplo) e de sua concepção de qualidade do ensino. Assim, se por um lado, a educação escolar e o professor tiveram cada vez mais o seu papel destacado no discurso governamental federal durante a década de 90 (o que se constata inclusive pelos objetivos do FUNDEF), por outro lado, cada vez menos a resolução dos problemas educacionais foram abordados em termos de atuação do Estado. Ao contrário, os problemas da qualidade do ensino (vistos como problemas de eficiência do ensino) começaram a ser transpostos de uma discussão pública, estrutural, política e estatal para uma discussão estritamente pedagógica, técnica, escolar e administrativa, interpretados como provenientes da má formação docente e da ineficiente gestão e financiamento da escola pela União, que supostamente gastaria bastante com educação, mas de forma não focalizada e eficiente. Tudo isso teria interferido negativamente no plano ideológico do período dentro do objetivo da valorização docente, por reforçar uma concepção de professor como vilão do sistema educacional e de problemas de qualidade do ensino como resultado da incompetência profissional docente.

O GERAL E O PARTICULAR NA HISTORIOGRAFIA EDUCACIONAL BRASILEIRA: REVISITANDO OS CONCEITOS DE IMPERIALISMO E EDUCAÇÃO

Profª Drª Guaraciaba Aparecida Tullio
UEM

O presente texto procurou evidenciar, na história da educação brasileira, como são traduzidas questões como imperialismo e educação nacional; que relações elas guardam entre si na literatura educacional. Assim, a literatura educacional brasileira é nosso objeto de estudo. Nela, a análise da explicação teórica do imperialismo e da educação nacional nosso objetivo. Num momento histórico de

alijeiramento e/ou negação da razão reflexiva buscamos, metodologicamente, ter sempre a história como ponto de partida e de chegada. Ela se expõe como o mirante a partir do qual se observa e se elabora o conhecimento da questão particular. A relação entre as forças produtivas socialmente acumuladas que apontam para um desenvolvimento desigual e combinado e as formas subjetivas da consciência que a expressam, prendem a nossa atenção na análise das proposições teóricas da educação brasileira. Historicamente, no Brasil, com o advento da República, se reordenou as relações entre sociedade e política. No processo desta luta política almejava-se, digamos assim, uma nova auto-imagem para o país. José Veríssimo (1857-1916), autor de um pequeno livreto denominado de "Educação Nacional" nos serve de exemplo, nas questões que estamos a tratar. Sua análise conduz à defesa de individualização da pátria. A meta da educação nacional é a ideologia de uma nação unificada pela cultura cívica. Ela se impõe aos homens como o oxigênio que alimenta o gerenciamento correto. Tendo os Estados-Unidos como modelo principal, sua relação com o imperialismo é de adaptação.

JOGOS DA PRIMAVERA DO ESTADO DE SERGIPE: A INICIAÇÃO DA ESPORTIVIZAÇÃO ESPETACULARIZADA (1964-1967)

Hamilcar Silveira Dantas Junior
Professor Assistente DEF/UFS
Doutorando em Educação LEPEL/FACED/UFBA
Bolsista PQI/CAPES
hamilcarj@bol.com.br

Os Jogos da Primavera do estado de Sergipe, evento esportivo-educacional que congregava as escolas públicas e privadas, converteu-se na expressão lídima da representatividade social da Educação Física no estado. Disputado durante 21 edições, no período entre 1964 e 1995, formatou as compreensões acerca de Educação Física e esporte da sociedade sergipana. No momento de sua construção, o Brasil vivia o processo de consolidação da ditadura militar, fato que estabeleceu uma leitura linear de vínculo entre a conjuntura política e o ápice da esportivização escolar. Entendo, para além das leituras que superlativam a intervenção do Estado, que o ambiente próprio de uma sociedade espetacularizada conduziu as manifestações e relações sociais, dentre elas o esporte, para a mediação imagética. O objetivo deste trabalho é analisar o que denomino de Fase de Iniciação dos Jogos da Primavera (1964-1967), ilustrando as tensões entre o preconizado pelo Estado e o realizado no seio da sociedade civil. Perspectivo, portanto, estabelecer uma leitura de mediação a partir do conceito de Sociedade do Espetáculo elaborado por Guy Debord, considerando a história construída pelos homens frente aos limites de sua ação. A metodologia, sustentada nas bases do materialismo histórico, aponta como norte o primado da lógica histórica, enunciado por E. P. Thompson. Considerando o alcance social da educação e do esporte no contexto analisado, as fontes do estudo

serão os periódicos sergipanos do período e as representações impressas. Para tanto, busco o diálogo entre imprensa e povo, conforme as orientações do historiador inglês, nas quais a imprensa incrusta-se no cotidiano como uma das expressões exatas de "exposição do mundo", tornando-se significado de liberdade ao tempo que formata a capacidade de percepção do real aos interesses dos grupos que financiam as redes de jornais. Por seu turno, o povo atua na construção de sua existência no conflito incessante entre seus interesses e o da coletividade, os limites impostos pelos aparatos institucionais e suas possibilidades de movimento. Portanto, as representações sociais veiculadas pelos meios de comunicação e as ações concretas dos homens vão sendo permeadas pelo contexto dessa sociedade espetacularizada. Conclui-se que o movimento dos sujeitos em torno das práticas esportivas tornou-se uma tônica desse momento. Primeiro no que tange à exibição no espaço público, segundo na tentativa de se fazer notar nesse espaço sob quaisquer perspectivas, na aceitação do proposto ou no burlar das normas. A imprensa atuava como um mediador entre os interesses do Estado e os anseios da população, assim como um espaço profícuo à resistência quando se opunha às direções apontadas. Num momento em que se propunha, tanto internacional quanto regionalmente, a ampliação da escolarização, a junção imprensa e povo tornou-se primordial no apreender de perspectivas modernizadoras do espaço urbano e das relações sociais, ainda que tendo como cerne a lógica espetacular do capital. Nesse terreno tenso, práticas sociais como os Jogos são permeadas por intencionalidades ideológicas de manutenção hegemônica de grupos minoritários, não obstante os sujeitos, notadamente os professores e alunos construam suas redes de sociabilidade, demarcando possibilidades de insurgência no fazer de suas histórias.

REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA, TRABALHO E EDUCAÇÃO: UM ESTUDO SOBRE A FORMAÇÃO PROFISSIONAL DOS TRABALHADORES NA REGIÃO DE UBERLÂNDIA (1980 À 2005)

Inayá Maria Sampaio[21]
Luciene Maria de Souza[22]
Prof. Dr.Carlos Alberto Lucena[23]
Prof. Dr. Robson Luiz de França[24]

As transformações no mundo do trabalho afetam milhares de trabalhadores no planeta. A reestruturação produtiva do capital articulada a um processo de crise

[21] Mestranda em Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia.
[22] Cientista Social, Mestranda em Educação da Universidade Federal de Uberlândia.
[23] Doutor em Filosofia e História da Educação e Prof. do PPGE da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia.
[24] Prof. do PPGE da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia.

estrutural do capitalismo monopolista coloca em discussão a formação dos trabalhadores. Concepções empresariais apontam para o crescimento da necessidade de qualificação para o exercício do trabalho. Concepções críticas denunciam o crescimento da alienação e das formas precarizantes do trabalho concreto. Do final da 2ª guerra mundial ao início da década de 70 do século XX, os países mais industrializados passaram por um momento de crescimento da economia, representada pela aliança entre Estado, Capital e Trabalho (Wellfare State -estado de bem estar social). Entretanto este "estado de bem estar social" começa a se tornar deteriorado no início da década de 70 à partir da crise do fordismo. Assim para buscar superar essa crise, os homens de negócios articulam uma reorganização ideológica e política através da introdução do neoliberalismo, com características de privatização do Estado, reestruturação da produção e do trabalho, desregulamentação dos direitos do trabalho e reposição dos capitais produtivos e financeiros. Esta pesquisa analisa a formação do trabalhador e seus significados e políticas perante as transformações no mundo trabalho decorrentes da mundialização do capital, buscando problematizar os impactos que essa reestruturação exerce sobre a formação profissional dos trabalhadores na região de Uberlândia no período de 1980 à 2005. Portanto, observamos nos últimos vinte cinco anos a existência de formas precárias de trabalho sustentadas por um discurso empresarial otimista que ideologicamente defende a elevação do nível escolar dos trabalhadores como condição fundamental para o desempenho das funções.

TECENDO OS FIOS NA CONSTRUÇÃO DE PROPOSTAS EDUCACIONAIS: O PAPEL DOS INTERESSES NA CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO

Ingrid Aline de Carvalho
PPGECT/ UFSC. Apoio CNPq
idyni@hotmail.com
Rejane Aurora Mion
PPGE/UEPG
ramion@uepg.br
Paulo Cezar Santos Ventura
CEFET-MG/DPPG - Mestrado em Educação Tecnológica
pcventura@deii.cefetmg.br

O trabalho foi desenvolvido com aprendizes de professor e de pesquisador na disciplina de Metodologia e Prática de Ensino de Física II, disciplina referente ao estágio curricular obrigatório do curso de Licenciatura em Física da Universidade Estadual de Ponta Grossa - PR. Inseridos em um programa de investigação-ação educacional na vertente emancipatória, onde a formação do profissional da educação incorpora a relação teoria e prática via pesquisa educacional, temos por objetivo identificar quais os interesses envolvidos na construção de propostas

educacionais e como proceder frente a estes interesses segundo o sociólogo francês Bruno Latour (1990), na primeira fase da disciplina. Nesta primeira fase, nos referimos à escolha da escola para o aluno desenvolver seu estágio, a escolha da temática da Física que será abordada neste processo e por fim, o estabelecimento dos grupos para o desenvolvimento do trabalho. Para a coleta de dados, estamos utilizando observações diretas registradas em um caderno, de acordo com o roteiro proposto por Mion (2002) e gravações digitais. Os resultados apontam que a construção de propostas educacionais no viés colaborativo se caracteriza como uma estrutura de base aos alunos, como também, o fato de buscarem seus interesses tanto pessoal como profissional está imbricado numa rede de ralações sociotécnicas.

BRASIL, 1930 - 1961: ESCOLA NOVA, LDB E DISPUTA ENTRE ESCOLA PÚBLICA E ESCOLA PRIVADA.

Irene da Silva Fonseca dos Santos
Reulcinéia Isabel Prestes
Dr. Antônio Marques do Vale
Programa de Mestrado em Educação - UEPG-PR

Esta pesquisa teve o objetivo de investigar a Escola Nova, quanto à crítica que esta exerceu sobre aquela dualidade escola pública / escola privada, quanto aos graves debates entre 1946 e 1961 em torno à educação e à LDB, mas, sobretudo, quanto à instrumentalidade com que ela é marcada nas suas ligações com os interesses das classes burguesas. Portanto, o trabalho se dirigiu à investigação sobre o escolanovismo como instrumento de ideologias funcionalistas. O referencial teórico da pesquisa foi dialético-crítico e anti-reprodutivista. Como a Escola Nova se atrelou, em geral, aos interesses da burguesia industrial, a pesquisa realizou esforço por um debate interdisciplinar, de modo que aparecesse claro que uma educação crítica não pode abdicar da sua condição perante interesses de grupo particularista. Sem o debate crítico, não pode surgir vida histórica, palpável, e para todos. Na primeira parte, são discutidos os elementos históricos da via burguesa para impor uma teoria que redundasse em prática, colaboração pacífica, produtividade e lucro em favor dos detentores dos meios de produção; no campo como na cidade. Na segunda parte, é abordada a LDB, com seu trajeto e tramitação até 1961, longos e descontínuos através de vários substitutivos e, a seguir, e central na pesquisa, a dualidade de escola pública e escola privada. Resulta que, no processo dialético, o concreto é complexo. Em geral, a escola pública recebeu impulso liberal e escolanovista para que todos pudessem aprender; mas, de outro lado, poucas vezes a descida da escola para o público significou escapar ao poder e interesses da burguesia industrial. Dessa ambigüidade estavam conscientes de certo algumas escolas confessionais envolvidas messe debate. O tema dos dualismos aparece na sua complexidade, requer serenas investigações, e a proposta é de praticar sempre um debate intenso em educação: conquista de sujeitos históricos.

A EDUCAÇÃO E A SAÚDE COMO VARIÁVEIS FUNDAMENTAIS PARA REDUÇÃO DA POBREZA E DO DESEMPREGO NO CONTEXTO DA IDEOLOGIA DA GLOBALIZAÇÃO

Ireni Marilene Zago Figueiredo
Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE
Campus de Cascavel – PR

Este artigo é resultado de parte das reflexões sistematizadas para comprovação da Tese de Doutorado defendida na Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP - SP, área de concentração História, Filosofia e Educação. Tem a finalidade compreender a educação e a saúde como uma das estratégias do Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para redução da pobreza e do desemprego e, ao mesmo tempo, destacar o mito liberal da escola e da globalização, como mecanismo de promover o desenvolvimento econômico-social do país, de ampliar as possibilidades de inserção dos indivíduos no mercado de trabalho e, conseqüentemente, reduzir sua pobreza, através da aquisição do conhecimento e da obtenção da renda. A convergência das orientações e propostas do BIRD e do BID e de outros documentos nacionais e internacionais, para os serviços sociais básicos de educação e de saúde, têm subjacente a ideologia da globalização, que concebe essas áreas como mediadoras do crescimento econômico e da redução da pobreza e do desemprego. Neste sentido, no Brasil, a realização das reformas é resultado de um consenso, ativamente construído, de que o ajuste estrutural possibilitará a inserção do país no processo de globalização. Dessa forma, as reformas da educação e da saúde são concebidas como parte integrante do conjunto das reformas econômicas e, portanto, fazem parte dos acordos de ajuste estrutural e setorial sendo, portanto, uma de suas condicionalidades.

POLÍTICAS EDUCACIONAIS NO BRASIL: O(S) CAMPO(S) DE E NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Profª Drª Irizelda Martins de Souza e Silva
Professora Adjunta do Departamento de Teoria e Prática da Educação –DTP,
Universidade Estadual de Maringá - UEM
Profª Drª Maria Aparecida Cecílio
Professora Adjunta, do DTP - UEM
Profª Kiyomi Hirose
Professora Assistente, do DTP - UEM

As reflexões e discussões possibilitadas pelo grupo de estudos e pesquisa em "Políticas e Gestão da Educação" – CNPq/UEM e no desenvolvimento das disciplinas de Políticas Públicas e Gestão Educacional nas licenciaturas da

Universidade Estadual de Maringá, Paraná, sinalizaram para a ação pedagógica proporcionando um (re)pensar tanto da realidade imediata e a geopolítica, considerando a regionalidade de atuação dos professores, quando da adjetivação do seu trabalho docente. A questão é discutir a política de formação de professores, abordando a importância do conhecimento dos campos de atuação. Evidenciamos neste debate a escassez de políticas públicas na formação do educador camponês brasileiro, no sistema formal de ensino. Na atuação como formadoras de professores e professoras, conscientes da não inclusão nos componentes curriculares dos cursos de licenciatura, conhecimentos e conteúdos que abordam a vida no campo como diversidade sociocultural no campo de atuação dos futuros educadores, desenvolvemos atividades de pesquisa-ensino-extensão objetivando a manutenção de fórum de debate com os licenciandos. A formação de professores como pesquisadores de sua própria ação é um desafio para o educador urbano e, de forma mais específica e acentuada, ao educador do campo. As dificuldades encontradas na formação de professores são constituídas não apenas de falta de investimento financeiro. Há falta de investimento político dos governantes na garantia de condições de trabalho dos professores que atuam nos processos formativos. São projetos como os de ensino, de extensão e pesquisa que levam à realização de ações coletivas que possibilitam a participação no debate social para a concretização de políticas públicas, no cumprimento dos princípios constitucionais reiterados nas diretrizes nacionais, do fazer da educação um direito de todos, sem a exclusão da população camponesa. Nessa perspectiva coletiva do campo, o projeto educacional que abranja a formação de educadores e educadoras do campo que se distancia da lógica formal do capital, forjando práticas coletivas na mística da esperança de organização do homem no e no campo constituindo-se em utopia a ser realizada, no exercício do direito a ter direito.

REFORMA DA EDUCAÇÃO BÁSICA IMPLEMENTADA NA DÉCADA DE 1990: A ARTICULAÇÃO COM A REFORMA DO ESTADO E COM A IDEOLOGIA DA PÓS-MODERNIDADE

Isaura Monica Souza Zanardini
UNIOESTE

Nossa proposição nesse trabalho é apresentar algumas considerações a respeito da reforma da educação básica implementada no Brasil na década de 1990 e sua articulação com a reforma do Estado Brasileiro e com a ideologia da pós-modernidade que por sua vez, sustenta as reformas e estratégias implementadas no contexto da globalização e do neoliberalismo. Apresentamos aqui, portanto sinteticamente a reforma do Estado Brasileiro e tecemos, a partir de alguns documentos e autores que consideramos centrais, reflexões sobre as perspectivas que embasam e orientam a reforma da educação básica. Constituíram-se como fontes centrais para o desenvolvimento da pesquisa os documentos elaborados a

partir da Conferencia Mundial de Educação para Todos realizada na Tailândia em 1990. Nossa intenção, com a apresentação desse trabalho é divulgar parte dos resultados da pesquisa de doutorado defendida na Faculdade de Educação da UNICAMP, área de concentração História, Filosofia e Educação e, deste modo, contribuir com o debate em torno da história das políticas educacionais, particularmente as implementadas no final do século XX.

O FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA NO BRASIL: 500 ANOS DE HISTÓRIA

Janaina S. S. Menezes
UFPA / UNIRIO
janainamenezes@hotmail.com

O estudo tem por objetivo delinear, de forma panorâmica, o perfil histórico do financiamento da educação básica pública do País. Nesta perspectiva, enfoca desde o modo como a educação estava inserida no sistema de tributação da Coroa até as ordenações constantes nas diferentes Cartas Constitucionais promulgadas (ou decretadas) no decorrer dos últimos séculos. A pesquisa, de cunho bibliográfico, lançou mão, especialmente, de ordenamentos constitucionais e legais inerentes ao período referenciado. O estudo revela que a observação do continuum que incide sobre o decorrer dos 500 anos pós-descobrimento do Brasil conduz a inegável constatação de que o Estado, em todos os seus níveis, foi se tornando cada vez mais presente no campo educacional e o financiamento da educação básica pública não foi excluído desse contexto. Todavia, ao mesmo tempo em que se evidenciou o aumento da responsabilidade das instâncias subnacionais, em contraposição percebeu-se reiteradas tentativas de refreamento das determinações voltadas para uma maior responsabilização financeira da União para com a manutenção e desenvolvimento do ensino e, em particular, para com seu financiamento. O estudo conclui ressaltando que, de modo geral, os avanços da responsabilização do governo central para com o financiamento da educação básica pública revelaram-se lentos perante a cenários sociais problemáticos.

A INFLUÊNCIA DAS AGÊNCIAS INTERNACIONAIS NAS POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL: COMPREENDENDO A HISTÓRIA

Jane Maria de Abreu Drewinski
UNICENTRO – UFPR

No período de 1960 a 1980, destacamos a entrada e participação de organismos internacionais no desenvolvimento das políticas sociais dos países do terceiro

mundo, entre eles a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO e o Fundo das Nações Unidas para a Infância - UNICEF, os quais passam a atuar de forma efetiva na área da infância. No período de 1970 por conseqüência da participação desses organismos, desencadeou-se uma expansão desordenada, que possibilitou a formação de um cem número de instituições de atendimento às crianças de 0 a 6 anos, porém nem sempre com critérios de qualidade adequados a esse público. No período de 1980, com o aumento da inserção da mulher no mercado de trabalho, registramos o surgimento de movimentos sociais, especialmente a Luta por Creches, os quais contribuíram para a promulgação em 1988 da nova Constituição Federal, que reconheceu os direitos sociais da criança. O presente trabalho tem como objetivo discutir as implicações das determinações legais postuladas pela Constituição de 1988 à luz do contexto político e social de inserção das instituições de educação infantil, bem como a influência dos organismos internacionais na formulação das políticas educacionais para esse nível. Esta pesquisa é de cunho bibliográfico e tem a historicidade como pressuposto fundamental. Utiliza como fonte de pesquisa a legislação nacional e as produções de historiadores como FAUSTO, SINGER, ALVES e KUHLMANN JR, além de pesquisadores da área de educação infantil, como ROSEMBERG, KRAMER e CAMPOS. Como resultado é possível dizer que educar com qualidade as crianças de 0 a 6 anos, é um problema de nosso tempo que enfrenta dificuldades de obtenção de recursos específicos para a educação infantil; o quadro de pessoal sem formação que atua diretamente na educação das crianças de 0 a 6 anos, aliado à infra-estrutura precária, em termos de equipamentos e materiais existentes nas instituições. Essas dificuldades conformam o quadro da educação infantil neste momento, que se resume na falta de uma política nacional para este segmento. Essas questões decorrem dos limites e contradições da sociedade capitalista no momento atual.

EDUCAÇÃO E TRABALHO: O IMPACTO DAS TEORIAS DAS CRISES SOBRE A QUALIFICAÇÃO DE TRABALHADORES NO ENSINO TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO EM UBERLÂNDIA – MG (1985-2004)

Jane Maria dos Santos
jane05@uol.com.br
Orientador: Carlos Alberto Lucena
carlosluc@faced.ufu.br
Programa de Pós-Graduação em Educação – UFU

A pesquisa aqui apresentada encontra-se em andamento e refere-se à elaboração de uma dissertação de mestrado, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia. Pertencente à linha de pesquisa do HISTEDBR "História das Políticas Educacionais no Brasil", esse estudo faz parte de um amplo projeto de pesquisa coordenado pelo orientador e Prof. Dr. Carlos

Alberto Lucena, professor adjunto da Faculdade de Educação da UFU, que objetiva historiar os impactos das crises econômicas na precarização do trabalho e na educação profissional dos trabalhadores da região do Triângulo Mineiro, no Estado de Minas Gerais. Constituindo uma ramificação desse amplo projeto, esta pesquisa problematiza, fundamentando-se na teoria das crises do capitalismo monopolista, as transformações históricas que incidiram diretamente nas mudanças no mundo do trabalho, no que diz respeito às novas formas de emprego, às novas tecnologias e às novas habilidades/qualificações exigidas pelo mercado de trabalho. Tendo como recorte o período de 1985 a 2004, contexto no qual se instaura a reestruturação produtiva no Brasil e seus respectivos impactos nas transformações históricas, que a (des)qualificação de trabalhadores sofre nesse período, problematizamos a história da educação profissional no nível técnico médio, relacionando-a com as teorias das crises econômicas do capitalismo monopolista. Analisamos a (des)qualificação profissional de jovens (que se vêem diante da necessidade imediata de fazer parte do mercado de trabalho) e de trabalhadores (em busca de emprego ou manutenção do mesmo), disponibilizada por uma escola técnica da rede privada, através de uma análise dos cursos técnicos em informática de nível médio que ela oferece, vinculados à área das novas tecnologias informacionais. Conseqüentemente, esse estudo empírico tem como fonte de investigação, uma escola técnica da rede privada de Uberlândia, significativa na área de educação profissional, reconhecida pelo Ministério da Educação e os seus respectivos documentos (planos de cursos, currículos, diários, ementas de disciplinas, etc). Os cursos são de Operador de computadores, Montagem e Manutenção de computadores, Desenvolvedor de Websites, Instalador e Operador de Redes locais e Programador de Sistema, todos da área de técnico em informática ou, vinculados às novas tecnologias informacionais. Buscando entender a totalidade que envolve a temática aqui analisada, através dessa pesquisa em andamento, nosso referencial teórico-metodológico está fundamentado no materialismo histórico dialético, no intuito de analisar a contraditória realidade, através do confronto entre o passado e o presente, indo ao encontro da educação profissional e do trabalho, enquanto expressões da nossa sociedade. Problematiza-se o processo sócio-histórico de formação profissional nessas profissões, debatendo as contradições presentes entre a alienação e o acesso e trabalho nas novas tecnologias.

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL NA DÉCADA DE 1990: UMA ANÁLISE SOBRE A QUALIDADE, DESCENTRALIZAÇÃO E FOCALIZAÇÃO

Jani Alves Silva
UEM/PPE
janimoreira@bol.com.br
Ângela Mara de Barros Lara
UEM/PPE/DFE
angelabarroslara@yahoo.com.br

Este texto é resultado de uma discussão tratada na pesquisa sobre a análise das políticas públicas para a Educação Infantil na década de 1990 em duas revistas dirigidas: a revista Nova Escola e a revista Criança. Tem como propósito de refletir sobre o processo de redefinição do Estado na política educacional, considerando-a como parte constitutiva das mudanças e não apenas determinadas por elas, bem como a compreensão das estratégias neoliberais propagadas pelas agências internacionais, tais como o Banco Mundial, a UNESCO e o Banco Interamericano de Desenvolvimento. Para compreender essa questão estabeleceu-se a relação entre a dinâmica do capitalismo e suas particularidades do momento histórico, tendo como foco singular a política educacional na década de 1990. As discussões aqui tratadas são mediadas a partir da contextualização histórica da atual fase de desenvolvimento do capitalismo financeiro sobre a qual se dá o processo de redefinição do papel do Estado. Em seguida compreende-se o processo denominado de crise e reforma do Estado no Brasil, finalizando com algumas discussões a respeito das políticas educacionais e a influência das agências internacionais, bem como a análise das categorias da Qualidade, Descentralização e Focalização, enunciadas nas revistas em questão. Compreende-se que as mudanças estruturais no Estado e as políticas de ajustes econômicos fizeram parte do conjunto de resultantes que possibilitaram base para a expansão e manutenção do capital financeiro internacional na qual suas enunciações foram expressas na imprensa periódica das duas revistas analisadas.

O PROCESSO HISTÓRICO DA INDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA E A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: AS INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS E A FORMAÇÃO DO TRABALHADOR[25]

Janio de Souza Alcantara
UFU[26]
Carlos Alberto Lucena
UFU[27]

Com o avanço das forças produtivas, materializadas no Brasil pelo processo de industrialização, a educação profissional brasileira sofreu mudanças importantes. O gradual processo de industrialização, que se intensificou a partir da década de 1930, foi acompanhado pela edificação de uma estrutura de educação profissional com o objetivo de adaptar os trabalhadores às novas demandas impostas pela organização do trabalho e inovações tecnológicas do novo modelo de produção, então emergente. A trajetória da educação profissional no Brasil a partir de década de 1930 foi fortemente direcionada pelo desenvolvimento industrial nacional, tornando necessária uma reflexão sobre a industrialização no Brasil e suas articulações com a formação profissional do trabalhador para entender o processo histórico de constituição e consolidação da rede de educação profissional atualmente existente. Este trabalho busca, portanto, contribuir com o debate sobre a educação profissional no Brasil, tomando como objeto central para análise as suas articulações com o desenvolvimento industrial a partir de 1930. O trabalho é desenvolvido a partir de um referencial teórico metodológico fundamentado no Materialismo Histórico Dialético, buscando produzir uma reflexão com base nas transformações estruturais ocorridas no aparato produtivo da sociedade brasileira, decorrente de crises na organização do sistema capitalista mundial, e contradições na organização da produção brasileira. O contexto de crise capitalista exigiu uma profunda redefinição na organização social e produtiva do País, engendrando novas instituições de apoio à produção, dentre as quais o sistema escolar de educação profissionalizante faz parte. Na análise aqui empreendida buscamos estabelecer os nexos entre a educação profissionalizante e o desenvolvimento industrial brasileiro de 1930 ao início da década de 1980, abrangendo um período em que as contradições endógenas do modelo capitalista de produção surgiram com virulência. Desta forma, procuramos evidenciar o papel histórico desempenhado pela educação profissional no desenvolvimento das forças produtivas. Os sistemas educacionais criados para a formação profissional, bem como o aparato normativo-jurídico que a regulamentou, foram elementos importantes na consolidação do novo sistema produtivo, contribuindo para a absorção das mudanças na base tecnológica

[25] Trabalho elaborado no âmbito da produção da dissertação de mestrado no Programa de Mestrado em Educação da Universidade Federal de Uberlândia.
[26] Mestre em educação pela Universidade Federal de Uberlândia.
[27] Professor do Programa de Mestrado em Educação da Universidade Federal de Uberlândia.

e na organização do trabalho implementadas para superação das crises, alterando suas diretrizes e adaptando-se às transformações estruturais do sistema.

A FORMAÇÃO DA CLASSE OPERÁRIA EM SOROCABA E A LUTA PELA EDUCAÇÃO NO CONTEXTO DA INDUSTRIALIZAÇÃO NO INÍCIO DO SÉCULO XX

Jefferson Carriello do Carmo
Pesquisador Colaborador Voluntário - UNICAMP
Universidade de Sorocaba

Em Sorocaba verifica que o processo de industrialização têxtil, cuja gênese encontra-se no início do século XIX, em que a cidade passa do comércio de muares para uma cidade-vanguarda de produção industrial. Em 1850 inicia-se a decadência das feiras de muares devido à criação das linhas férreas, no Estado de São Paulo o que propicia para a região o início de outra atividade econômica o das indústrias têxteis, que já estavam dentro da lógica capitalista de produção. Nesse contexto está formando a classe trabalhadora entendida, como o resultado de experiências comuns – herdadas, partilhadas ou sentidas entre os homens, que articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus. Nessa articulação de interesses de classe nasce na cidade de Sorocaba o jornal O Operário Orgam de Defesa da Classe Operária (1909-1913). Inerente ao seu nascimento e fundada em 18 de setembro de 1911 mediante uma reunião que contou com mais de 700 pessoas a Liga dos Operários de Sorocaba, que logo em seguida deliberou dentre as várias coisas a constituição de uma forte rede de comunicações dentre essas uma escola noturna, sob a direção do professor Joseph Juber Revier. A partir dessas constatações os objetivos que norteiam o trabalho são: verificar que no início do século XX o capital criou condições em que a educação assumisse um papel relevante no cenário produtivo industrial e na formação do operariado. Segundo verificar através da classe trabalhadora, em Sorocaba, a partir da sua gênese e organização suas reivindicações à educação como instrumento de luta. As conclusões a partir desses objetivos foram: a) houve investimento do capital num projeto pedagógico para a formação profissional, cujo papel fundamental foi o impulso da industrialização acompanhado pelo processo de acumulação cafeeira de exportação que dispôs a transferir capital para a manufatura e a indústria. Nessa investida criou-se em São Paulo, dentre outras as escolas Salesianas de cujo privado e confessional e os Liceus, cuja finalidade foi atingir um alto grau de articulação entre processo de produção capitalista e a educação profissional, cujo respaldo estava intimamente ligado à classe dirigente paulista; b) No processo de industrialização em Sorocaba, formação da classe operária e a luta pela escola foram intensas. Através da imprensa operária houve denúncias cuja finalidade foi apontar à necessidade do acesso à educação e a proposta ao retorno dos ideais libertário: a educação integral e a transformação

social. Esse procedimento tinha em vista, possibilitar à classe operária que alcance sua "independência racional" compreensão essa oriunda da democracia do século XX, em que os homens serão mais conscientes defensores da verdade e da razão o que propicia a esse homem (operário) a libertação de toda sorte de ignorância formando-o para ser o "cidadão do futuro".

O PROGRAMA CORREÇÃO DE FLUXO NO PARANÁ: HISTÓRIA E RESULTADOS

Jefferson Garbúggio
Mestre – PPE – UEM
Aparecida Marcianinha Pinto
Docente – PPE - UEM

Resumo: Este artigo é parte da pesquisa feita para a dissertação de mestrado realizado na Universidade Estadual de Maringá. O objetivo foi resgatar a história do Programa Correção de Fluxo no Estado do Paraná analisando seus reais objetivos e seus resultados; neste sentido, neste artigo o objetivo é mostrar a implementação do Programa Correção de Fluxo no Estado do Paraná; assim, com fundamentos no método histórico é traçada a trajetória da aceleração escolar: apresenta a proposta do Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) como uma dessas experiências; o caso de Goiás na década de 70 e descreve e analisa o Programa desenvolvido no Estado do Paraná. Na década de 1980 a América Latina sofreu com a crise mundial que trouxe reflexos para a educação. Como uma das medidas vislumbradas para tentar solucionar a crise, a partir de 1990, a educação passou a ser assunto de "pauta". O Brasil, como já evidenciava há tempos, verificou que gastava muito com a repetência escolar e investiu em projetos; os estados brasileiros que apareceram na "vanguarda educacional" foram os de São Paulo, Minas e Paraná. Os três tinham por objetivo acabar com a repetência e evasão escolar; promoveram, então, programas que aceleravam a educação de seus alunos multirepetentes. No estado do Paraná, o PAIS-CF (Programa Adequação Idade Série Correção de Fluxo) teve início em 1997 e perdurou até 2002. Alguns programas como este já estavam previstos no Plano Decenal de Educação (1994), portanto, já era uma meta federal. A metodologia consistiu em pesquisa bibliográfica e de campo. Os documentos (Leis, Portarias, Decretos, Ofícios) foram lidos e analisados, bem como livros, artigos de jornais e revistas, da Internet entre outros. A pesquisa de campo consistiu em entrevista com professores que atuaram no programa, como multiplicadores e professores em sala e alunos que se formaram nele, além de pesquisas em escolas sobre os relatórios finais, dos anos de 1997 a 2002. O programa Adequação Idade-Série Correção de Fluxo conseguiu adequar a idade dos alunos com as séries que estes deveriam estar cursando dando a eles condições de competirem por uma vaga no mercado de trabalho mas não em igualdade de condições com candidatos que estudaram no formato padrão de escolarização. As

exigências das empresas é a apresentação de um diploma escolar de 1.º Grau ou Ensino Médio e nos conhecimentos de informática e de raciocínio; assim, ter o diploma deixa de ser uma ilusão para o indivíduo e este acredita que, com ele, terá acesso ao emprego. Pode-se observar que a questão das transformações na sociedade é fruto da globalização exigindo da escola a adequação a esta nova realidade. O programa foi implantado para atender as exigências da sociedade contemporânea e como forma de corrigir o grau de escolarização de uma porcentagem da população que, por algum motivo, não conseguiu concluir seus estudos.

ASPECTOS ONTOLÓGICOS DO ATO AVALIATIVO: UM ESTUDO DA AVALIAÇÂO DO ENSINO NO BRASIL (1995-2002)

João Batista Zanardini
Universidade Federal de Santa Catarina

Intentamos investigar como a reforma do Ensino Básico e as políticas de avaliação do período de 1995 a 2002 se relacionam ontologicamente com o referencial liberal conservador e com um modelo de aluno e professor que a ele se quer conformar. Buscar-se-á compreender por que e de que modo tais reformas não geraram efetivo acesso cultural a conhecimentos tidos como elementares, bem como apreender as falácias contidas no discurso oficial de modernização da educação. Para tanto somos remetidos a investigar os pressupostos ontológicos constituintes do processo de avaliação, bem como na caracterização também ontológica que é atribuída a estes processos pelas classes dominantes. As reflexões preliminarmente realizadas já nos permitem inferir que o resultado objetivo essencialmente atrelado a este dualismo de classe, necessariamente o faz desembocar nestes produtos enquanto resultados efetivos e não em outros.

A HISTÓRIA DO CPERS/SINDICATO E A CONSTRUÇÃO DA SUA PRESENÇA NO DEBATE DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS

Prof. Dr. João Jorge Correa
Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Colegiado de Pedagogia – Campus de Cascavel
jjcorrea@unioeste.br

O objetivo neste trabalho é tornar público o resultado – ainda que provisório – de uma pesquisa realizada tendo como objeto de estudo as relações entre sindicalismo do magistério e o debate das políticas educacionais. A idéia central que será discutida pode ser formulada da seguinte forma: É possível aos sindicatos do

magistério ao longo de construção e trajetória histórica ampliar seu espaço de participação na discussão, proposição e formulação de propostas alternativas às políticas educacionais vigentes. Assim, buscar-se-á através de um levantamento da história do CPERS/Sindicato como se deu esse processo e quais os mecanismos desenvolvidos junto ao magistério gaúcho a fim de construir e consolidar ações voltadas para interferência direta nas políticas educacionais. Desta forma, após uma incursão pela sua história, apresento algumas das suas principais lutas que se concretizaram a partir de manifestações, paralisações e greves. Apresentado o ambiente em que se promove o debate educacional do CPERS/Sindicato, passo à reflexão da sua atuação tendo como ponto de partida os Encontros Estaduais de Educação e, posteriormente, os Congressos Estaduais construídos pela categoria como espaços coletivos e constituídos enquanto locais apropriados para o debate da política educacional a partir de uma perspectiva mais ampla. Por fim, ainda que em linhas gerais, retomo também um pouco do debate sobre a indissociabilidade das lutas econômicas e políticas do magistério gaúcho e esboço algumas possíveis conclusões em relação à temática abordada. O material bibliográfico utilizado para este estudo foi em grande parte oriundo de pesquisas já realizadas por outros autores, complementados no período não coberto da história da entidade por informações coletadas no próprio CPERS/Sindicato, sejam materiais impressos como revistas, panfletos e jornais, sejam entrevistas ou conversas informais com integrantes da diretoria, assim como impressões produzidas a partir das observações realizadas nas visitas ao Sindicato. A forma de apresentação do texto segue uma ordem cronológica dos principais momentos vividos pela entidade e pelo magistério gaúcho, buscando sempre que possível relacionar com o objeto central do estudo – a inserção do sindicato na discussão das políticas educacionais. O CPERS ao final da década de oitenta e início dos anos noventa – momento em que avança o ideário neoliberal no Brasil – à necessidade de um complexo aprendizado: a luta por melhorias salariais é incessante não podendo estabelecer que uma determinada greve é a última. Este é o momento de consolidação no seio da entidade da concepção que articula mobilizações e formas negociadas de atingir as pautas de reivindicações. Assim, convivendo com avanços e recuos no movimento organizativo do magistério gaúcho, o CPERS teve uma difícil jornada durante esses anos – e tem sido o desafio de todo movimento social – que foi o de acompanhar o seu tempo, isto é, estar atento às principais mudanças que afetavam não apenas o magistério e a educação, mas a sociedade em seu conjunto. A história das suas lutas consolidou a entidade perante a sociedade e agora se apresenta para um novo desafio: transformar a política educacional a partir da interferência direta do magistério e da comunidade escolar.

A POLÍTICA DE MULTICULTURALIDADE NO PROCESSO EDUCACIONAL ESCOLAR

João Luiz Gasparin
Universidade Estadual de Maringá – PR

Este trabalho tem como objetivo evidenciar de que maneira a multiculturalidade está presente nos Projetos Político-Pedagógicos de um Curso de Pedagogia de uma instituição de ensino superior. A questão que nos desafiou a investigar esse tema foi: o atendimento à multiculturalidade escolar é uma questão de Política Educacional, de conteúdo científico, ou de processos de ensino e de aprendizagem? A pesquisa se caracteriza como um estudo teórico-descritivo-bibliográfico A fundamentação que respaldou essa investigação foi o Relatório do Desenvolvimento Humano 2004, publicado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. O estudo nos mostrou que liberdade cultural e desenvolvimento humano e educacional não podem existir separadamente. Todavia, das cinco categorias dos direitos humanos – civis, culturais, econômicos, sociais e políticos - os menos considerados sempre foram os direitos culturais. Daí a importância e necessidade do estudo da liberdade cultural, da diversidade e da identidade das pessoas e dos grupos sociais. A liberdade cultural constitui-se, hoje, um desafio para o Estado pois são necessárias políticas para assegurar a participação política de grupos culturais diversos; políticas de religião, de direito consuetudinário, e de pluralismo legal; políticas de uso de múltiplas línguas; políticas para corrigir a exclusão socioeconômica; políticas educacionais. Neste sentido torna-se premente levar em consideração a globalização e a cultura dos imigrantes, dos índios, dos negros, das minorias, cujos movimentos contestatórios desafiam os poderes constituídos em busca de sua liberdade cultural, religiosa, educacional e sócio-econômica. O movimento de globalização e de multicuturalismo tornou-se um desafio também para a escola, pois estruturada sobre sua monocultura, cujo objetivo é a transmissão do conhecimento científico universal, independentemente dos educandos que estejam em sala de aula, vê-se, hoje, diante do desafio multicultural, para o qual deve dar resposta, a partir de seu currículo, do conteúdo que ministra e dos métodos que utilizam os professores. A análise dos diversos Projetos Político-Pedagógicos do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Maringá, desenvolvidos durante seus trinta e três anos de existência, tem mostrado que em seus objetivos gerais e nas diversas disciplinas que compuseram seus currículos não constam disciplinas, cuja temática explícita seja a multiculturalidade. Conseqüentemente, a política da multiculturalidade, tanto no ensino fundamental e médio, quanto no superior apresenta-se ainda como um desafio a ser vencido, mais do que uma prática educacional escolar.

A BUSCA DA JUSTIÇA POR GRUPOS HIPOSSUFICIENTES DA PERIFERIA DE MACEIÓ – AL: UM ESTUDO SOBRE O ACESSO À JUSTIÇA

José Élio Ventura da Silva
Bolsista PIBIC/CNPq
aluno do Curso de Direito da Faculdade de Alagoas – FAL
eliofalbr@hotmail.com
Orientadora: Ana Maria Moura Lins
Professora do Curso de Direito da Faculdade de Alagoas – FAL
linsban@uol.com.br

Tenta-se compreender o acesso à justiça, a partir do reconhecimento da falência do modelo universalista que postula o direito formal à justiça, embasado nos ideais de igualdade, liberdade e fraternidade, identificando o século XX, como forte contribuição ao nascituro dos denominados direitos sociais. A justiça é o instrumento ideal para a conquista da cidadania. Posto isso, vale informar que o problema da falta de acesso é provocado exclusivamente pela carência de três pilares fundamentais, quais sejam: o social, o cultural e o econômico. Horácio Wanderley é enfático ao afirmar que a isonomia no acesso pressupõe, antes de qualquer coisa, um nivelamento cultural, capaz de permitir o reconhecimento de direitos. Contudo, a desinformação é tamanha que muitos indivíduos simplesmente desconhecem direitos básicos. A necessidade de informação é prioritária, já que é praticamente anacrônico se conceber "acesso a quem da cidadania só tem o título de eleitor, porque mal sabe ler, não ganha para alimentar sua família, não tem carteira assinada e só interessa à justiça quando se transforma em réu". (Faria, 1994, pp. 154/5). A justiça deve propiciar meios para que a população adquira as informações necessárias para provocá-la, estando ao alcance de todas as camadas sociais. Contudo, é evidente que, quanto menor for o grau de instrução, mais distantes estarão os cidadãos que perseguem a resolução de um litígio. Como forma de compreender o fenômeno da afastabilidade é imprescindível levar em consideração fatores como a morosidade, falta de recursos financeiros, descrença no aparelhamento jurisdicional, medo, dentre outros, no entanto, não reside suspeita quanto ao fato de a ausência da formação educacional ser o maior entrave. A pesquisa, sob o aspecto empírico, realizou debates com jovens de faixa etária entre dezesseis e dezoito anos, pais e professores, o que assegurou o repasse das informações à comunidade local. O desenvolvimento teórico da mesma, já revelava traços evidentes de que o fenômeno da falta de acesso se dava primordialmente pela lacuna provocada pela ausência da formação educacional, o que pôde ser comprovado quando da aferição de questionários àquele grupo, melhor dizer formulário, já que a maioria da parcela entrevistada não tinha condições sequer de assinar o nome. Como é possível atribuir a um indivíduo, desprovido de condições de escrever o próprio nome, igualdade no acesso ao aparato jurisdicional? Os dados mostraram que, diante de um contingente de cem famílias estudadas, 51,88% eram analfabetos funcionais, seguidos de 42,05% de analfabetos. Percebe-se que o

progresso educacional de uma sociedade é fator indubitável para o desenvolvimento científico, cultural e econômico. Desta forma, a pesquisa pretende esclarecer, conscientizar, e mostrar o real valor do instituto da educação, como instrumento relevante à realização do acesso à justiça.

CARNEIRO LEÃO E A REFORMA DO RIO DE JANEIRO: 1922-1926

Josie Agatha Parrilha da Silva
UEM
Maria Cristina Gomes Machado
UEM

O trabalho tem como objetivo analisar a reforma elaborada pelo intelectual e educador Carneiro Leão (1887-1966), para o Rio de Janeiro, entre 1922 e 1926. Faz parte dos estudos realizados para a elaboração da dissertação de mestrado Carneiro Leão e a proposta de organização da educação popular brasileira no início do século XX (SILVA, 2006). Utilizou-se como fonte de referência primaria o livro do autor O ensino na capital do país (1926) onde ele descreve como foi sua participação na reforma acima citada, enquanto Diretor de Instrução Pública. Carneiro Leão, no início do século XX, envolveu-se na defesa pela educação popular, todavia sua proposta educacional ligava-se a organização do ensino em seus diferentes níveis. O estudo delimita-se entre as primeiras décadas do século XX, em especial no período da implementação dessa reforma. Para entender a proposta educacional do autor tomou-se por base que esta fazia parte da materialidade ao qual o autor estava envolvido, considerando-se as questões econômicas, políticas e sociais vivenciadas por ele. Assim, realizou-se a contextualização de algumas de suas idéias educacionais e na seqüência analisou-se seu projeto de reforma para o Rio de Janeiro. Essa reforma, para o autor, fazia parte de um projeto maior para a sociedade brasileira, no qual a escola teria papel de destaque para formar o novo homem que contribuiria para modernizar o país.

POLITICAS DE FORMAÇÃO DOCENTE A DISTÂNCIA E OS RISCOS DA EMERGÊNCIA DE UMA PSEUDOFORMAÇÃO

Julia Malanchen[28]
Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC
julia.30@pop.com.br

Este trabalho trata de questões relativas à política de formação de professores no Ensino Superior sob a perspectiva da Educação a Distância (EAD), no período de 1995 a 2005, tendo em vista que a formação docente tem sido redesenhada nesse período conforme pesquisas realizadas por Scheibe (2002), Evangelista (2002) Shiroma (2003) Moraes (2004), Freitas (2002/2003), Aguiar (2000) e outros pesquisadores, que a partir de uma perspectiva crítica, procuram analisar e compreender as políticas públicas educacionais voltadas para a formação docente e avaliar os impactos destas, no atual cenário brasileiro. Com essas premissas, este estudo tem por objetivo evidenciar que no atual cenário de Reformas no campo educacional em nosso país, associada à Reforma Universitária e à Reforma da formação dos professores, a Educação a Distância tem demonstrado um crescimento sem precedentes no último decênio, com o forte estímulo de organismos internacionais que orientam a elaboração das políticas públicas para a educação em nosso país, sob um discurso de democratização que na verdade está fundado na intenção de mercantilização da educação. Prova disso é o quadro atual que se encontra delineado no campo das políticas públicas para o ensino superior no Brasil, lugar em que a EAD aparece posta como modalidade de formação em emergência, principalmente no que tange a parte da temática deste trabalho: a formação docente. Para análise do tema nos fundamentamos em teses e dissertações que tiveram como objeto de estudo a EAD, em produções de autores como Barreto (2003), Lima (2001,) Leher (1998), Silva (2002) e Neves (2004) assim como em produções da ANPED, ENDIPE e periódicos como: CEDES, Educação e Sociedade, cadernos de pesquisa, Revista brasileira de Educação, e também a legislação educacional sobre Educação a distância, produzida na última década, pela Secretaria de Educação a distancia (SEED) do Ministério da Educação (MEC).

[28] Mestranda no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, na linha de Educação, História e Política. Professora de Prática de Ensino nas Séries Iniciais do Ensino Fundamental no Departamento de Metodologia de Ensino no Centro de Ciências da Educação da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

A EDUCAÇÃO E O DISCURSO DA ORDEM NO BRASIL

Julia Malanchen
UFSC
Paulino José Orso
UNIOESTE
André Paulo Castanha
UNIOESTE/UFSCAR

Atualmente os historiadores vêm dialogando muito sobre as pesquisas em educação com o objetivo de compreender da forma mais precisa a trajetória da educação brasileira. Ao se ampliar substancialmente os objetos e as fontes para compreender o processo educativo, tomando a educação como espaço de contradição, local de embate das forças sociais, sob a perspectiva histórica, nos últimos anos tem-se avançado muito superando a concepção simplista que reduzia a história a uma história entre "bandidos e mocinhos". Nesse sentido, o estudo da história precisa ser entendido não como uma simples relação de fatos desconexos e insignificantes ou uma seqüência de fatos, uma cronologia, mas sim como resultado da ação dos homens, constituída de um processo, resultante das contradições estabelecidas no cotidiano das relações sociais. Ancorando-se nestes pressupostos, discorremos sobre o discurso da ordem pública, tantas vezes utilizado ao longo da história da educação brasileira, tendo como objetivo perceber como a elite utilizou o aparato do Estado para impor uma determinada "ordem", como correta e necessária para o País. Mesmo sendo um espaço de contradição, a educação sempre foi considerada mais como um elemento disciplinador, fazendo o papel de apaziguadora e pregadora da tão desejada ordem pública por parte da elite nacional, do que compreendida como elemento de apropriação, transmissão e produção de conhecimentos. Neste artigo analisamos alguns momentos da história nacional destacando e evidenciando que, por parte da elite política, sempre existiu uma grande preocupação com a manutenção da "ordem", como forma para se manter no poder; trazemos alguns momentos específicos da história da educação brasileira buscando refletir sobre as maneiras pelas quais o discurso da ordem foi utilizado para garantira a manutenção da própria ordem e da unidade nacional.

O SENTIDO HISTÓRICO DAS REFORMAS PARA O ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO NOS ANOS 90

Lalo Watanabe Minto
Universidade Estadual de Campinas

O processo de expansão do ensino superior brasileiro, sobretudo no período que se inicia com o Golpe de 1964 e que culmina nas reformas para o ensino nos anos 90, caracteriza-se por uma significativa ampliação do setor privado de ensino. Esta

crescente participação, denominada de "privatização", não é, a rigor, uma novidade na história da educação superior no país. Nos anos 90, entretanto, ela se intensifica e adquire também novas feições, qualitativamente importantes. É com o objetivo de compreender este processo, seu sentido histórico e em seus impactos para o futuro da educação superior no país, que procuraremos desenvolver os argumentos deste trabalho. Para tanto, proceder-se-á a uma análise baseada no referencial teórico-metodológico marxiano, buscando nas circunstâncias históricas das quais a expansão do ensino superior é, não apenas tributária, mas também parte intrínseca e determinante, oferecer elementos para uma compreensão deste nível de ensino tal como ele é, e não como ele supostamente "deveria ser". Tal metodologia inclui a análise das principais políticas para o ensino no período, bem como o processo de precarização das condições de trabalho (ensino e pesquisa) e as formas de controle político-ideológico que permeiam as reformas.

AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS DO PLANO NACIONAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES

Leda Aparecida Vanelli Nabuco de Gouvêa
Amélia Kimiko Noma
Universidade Estadual de Maringá

O objetivo é, a partir da análise da questão da educação das mulheres constante do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (2004), evidenciar vinculações com políticas e recomendações de agências internacionais, especificamente a UNESCO, o Banco Mundial e a CEPAL. Parte da premissa de que os fundamentos que dão sustentação à referida política nacional, obviamente, não são gerados exclusivamente em âmbito nacional, tornando-se obrigatória considerar a influência direta ou indireta das agências internacionais no direcionamento das políticas públicas nacionais. Considera-se que o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres é uma resposta do governo brasileiro as recomendações e orientações educacionais provenientes das agências internacionais focalizadas neste trabalho. Os anos de 1990 marcam historicamente o desenvolvimento de uma campanha mundial, encetada pelas agências internacionais, em prol do combate à pobreza. Em vários eventos internacionais realizados no período referido, houve menção sobre a necessidade urgente dos países membros investirem na educação das mulheres e na inclusão da perspectiva de gênero nas políticas sociais. A educação das mulheres passou a ser considerada como uma das prioridades inserindo-se no movimento internacional de educação para todos. Documentos produzidos no âmbito do Banco Mundial e da CEPAL reforçam os argumentos a favor da educação como estratégia para a erradicação da pobreza mundial. A constatação de que a pobreza atinge com mais severidade as mulheres vem se consolidando como ponto nodal para o direcionamento das políticas sociais. A vinculação da educação como estratégia universal para o combate a pobreza, e sua conseqüente focalização em grupos mais

atingidos por esta, as mulheres, vem também acompanhada por assertivas de que a educação das mulheres é importante para deter a reprodução social da pobreza. Conclui-se que o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, embora expresse um avanço político conquistado pelo movimento de mulheres, também expressa um posicionamento político do governo brasileiro diante dos problemas sociais, cuja tendência é focalizar os gastos públicos nos grupos socialmente mais vulneráveis.

OS NOVOS PROFESSORES? UMA ANÁLISE DA POLÍTICA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES IMPLANTADA NO PROGRAMA DE QUALIFICAÇÃO DE DOCENTES DA UEMA

Lícia Cristina Araújo da Hora
Integrante do GT 2 – HISTEDBR do Maranhão
licia_hora@hotmail.com

O objetivo deste artigo é contribuir para o debate acerca da formação do docente. A análise situa-se no contexto da realidade maranhense, buscando apreender e relacionar as tendências que ganham espaço no cenário nacional, avaliando em que medida estas se conformam à lógica do capital. Para consubstanciar este estudo parte-se de uma revisão da bibliografia que tem influenciado a reforma de formação de professores contrapondo-a àquela que tem apontado uma leitura crítica da entrada destas teorias no Brasil, revelando se a sua utilização está filiada às produções neoliberais. São analisadas, as Diretrizes Curriculares Nacionais para Formação Inicial de Professores, tanto a versão inicial como a final implementada pelo Estado Brasileiro durante os anos de 1990. Observa-se que a noção de competência se constitui como referência nas Diretrizes, corroborando para compor aspectos pragmáticos à formação. Somam-se a concepção baseada em competências fatores como tempo da formação, constituições de instituições apenas voltadas para este fim, além da exigência de um novo perfil de professor. Neste sentido, apresenta-se uma breve caracterização do Programa de Qualificação de Professores (PQD) da UEMA, com vistas a perceber em que medida a perspectiva teórica que enfatiza a formação reflexiva de professores e a concepção baseada nas competências tem sido assimilada neste programa. Busca-se também, analisar o sujeito que é formado nestes cursos, tentando identificar os sentimentos, as imagens, o perfil profissional que é assimilado durante o período de formação, identificando quais são os novos professores que são formados no PQD. Para elaboração deste estudo utiliza-se as categorias história, totalidade e contradição, constituindo-se como elementos imprescindíveis no desenvolvimento deste estudo, pois analisar a profissão docente exige o exercício de relacionar aspectos singulares e aspectos universais, desenvolvidos a partir de transformações históricas. Considera-se também, relevante o estudo da categoria da subjetividade, pois a partir dos estudos apresentados sobre a formação docente, esta categoria tem sido foco

dos debates e das novas tendências apresentadas para composição das políticas de formação docente, tomando-se como questão central a profissionalização. O estudo do currículo é acompanhado da análise da categoria poder, considerando que a formação do currículo está situada dentro de disputas ideológicas. As análises apresentadas neste estudo ainda são embrionárias, encontrando-se ainda em construção. A discussão sobre a formação docente, sobre a profissão docente e sua subjetividade afirma-se na necessidade de refazer uma leitura mais lúcida e consequentemente crítica, acerca do cenário que está sendo imposto ao professor, cujo discurso da valorização docente tem se ancorado numa perspectiva pragmática, num processo de aligeiramento da formação e num individualismo competitivo bem ao modo como almeja os preceitos neoliberais.

SOBRE EDUCAÇÃO, DEMOCRACIA e MARXISMO: UMA LEITURA DE CHAUÍ E COUTINHO

Liliam Faria Porto Borges

Este trabalho procura analisar dois textos do início dos anos de 1980 que constituíram-se como referência teórica para grande parte dos educadores de esquerda no Brasil, quando a abertura política permitia a publicização de teses e argumentos acerca da democracia e do socialismo. Um desses textos é "Democracia como valor universal" de Carlos Nelson Coutinho e o outro "A questão democrática" de Marilena Chauí. Autores que foram e são referência no universo intelectual brasileiro e mais especificamente para o pensamento da esquerda, que convertiam sua reflexão e produção acadêmica numa clara atuação política de oposição ao regime militar. Pela relevância desses dois artigos e pela contundência de sua marca na formação do pensamento da esquerda brasileira dos anos oitenta para cá, remeto-me a eles numa tentativa de estabelecer uma leitura crítica, buscando entender como reforçam a democracia como alternativa de superação da sociedade capitalista e, contribuem na consolidação de teses que até hoje, fortemente marcam as ações e opções políticas da esquerda brasileira e dos educadores marxistas que, desde os anos de 1990, têm feito a crítica às políticas educacionais. A análise que se segue procura problematizar os pressupostos teóricos presentes nos referidos textos e o pensamento marxista, mais especificamente, busca explicitar o entendimento de que há um abandono dos pressupostos fundantes do materialismo histórico dialético.

POLÍTICAS EDUCACIONAIS NOS ANOS DE 1930 Á 1950: incidência sobre coletivos de idade

Lívia Diana Rocha Magalhães
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia/Museu Pedagógico

Nesse texto temos a tarefa fundamental de expor os primeiros relatos de um dos recortes do projeto de pesquisa sobre a "Educação em Vitória da Conquista: seus sujeitos, representações e materiais" levado a cabo por uma equipe multidisciplinar do Museu Pedagógico da UESB. Trata-se de uma discussão sobre a interdisciplinaridade que se está buscando entre as várias ciências, particularmente entre a História e a Sociologia, tomando como eixo as matrizes de pesquisa que possibilitam o convite a reflexão sobre a origem e a transformação dos tempos sociais com relação a educação e/ou aos sistemas educativos. Pretendemos recorrer aos argumentos das teses sobre a "coetaneidade" e da formação de "cortes geracionais para refletir sobre a Política Educacional desenvolvidas nos anos de 1930 á 1950 e sua relação e incidência sobre determinadas estruturas e situações, particularmente sobre determinadas "coortes geracionais". Assim sendo , estamos considerando que provavelmente uma dada política educacional afeta mais a determinados coletivos de idade do que a outras , dependendo das suas necessidade premente de acesso aos níveis e seriação educacional, e perfila como pode ter sido a escolarização pública herdada em um dado período da História. E, ainda considerar, que os materiais legados e herdados de dadas circunstâncias históricas e sua integração ou não a uma dada geração, podem representar que relações se estabelecem entre os padrões educacionais de uma época, a definição de sua política educacional, e as exigências e lacunas entre os padrões e a realidade de um dado momento de uma sociedade.

EDUCAÇÃO PÓS-MODERNA: INTERESSES E APORIAS

Lizia Helena Nagel
CESUMAR

O texto tem como objetivo não só identificar os principais pressupostos que norteiam atualmente a educação como registrar as contradições ou aporias existentes no discurso e na prática pedagógica. Partindo da leitura das principais produções divulgadas pela ANPED, pela HISTED/BR, pelos documentos oficiais emitidos pelo MEC, pelo INEP e pela Secretaria de Estado de Educação do Paraná, o autor salienta a permanente ênfase em dar a responsabilidade ao professor pelo fracasso do ensino, fracasso revelado por avaliações nacionais e internacionais dos alunos brasileiros. Situando na produção desses discursos a permanente e ardente defesa de princípios chaves, básicos da filosofia neoliberal, do neopragmatismo, – a autonomia do indivíduo, a autoconstrução de si mesmo, o conhecimento como

subjetivo e o saber como relativo – o artigo questiona tanto a coerência que leva a situar o professor como eterno aprendiz de verdades externas, a ele impostas por cursos de formação continuada, como a inexistência de estudos que coloquem o "construtor do próprio conhecimento", no caso, o aluno, como responsável por seus escores nos processos avaliativos. Pelos mesmos pressupostos político-filosóficos defendidos hegemonicamente, questiona não só a função atual da escola, como a possibilidade de o sistema educacional continuar avaliando conhecimentos quando sugere a relativização de todo o saber existente.

A ATUAÇÃO DO CENTRO DE ESTUDOS POLÍTICO-PEDAGÓGICOS NA DEFESA DA EDUCAÇÃO PÚBLICA NO ESTADO DO MARANHÃO

Lucelma Braga
Ana Paula Ribeiro de Sousa
Lúcia Maria Carvalho Santos
Integrantes do GT-2 do HISTEDBR do Maranhão

Este é um estudo preliminar da experiência desenvolvida pelo coletivo de educadoras do Centro de Estudos Político-Pedagógicos no fortalecimento da educação pública no estado do Maranhão. Ao longo dos seus 16 anos de existência, o CEPP desenvolveu ações de análise de políticas públicas para a educação e de organização da participação qualificada de estudantes e profissionais da educação na definição de diretrizes para a política educacional no Estado. No estudo da experiência desenvolvida pelo CEPP nos orientamos por duas questões que, a nosso ver, são fundamentais para realizar a análise que propomos. A primeira delas refere-se à compreensão que temos da relação entre pedagogia e política. As contribuições que o intelectual-militante italiano Antonio Gramsci deixou como legado nos ensinam que todo projeto político que se pretende hegemônico necessita de uma pedagogia [no sentido de educação política das massas], e toda pedagogia contém em si, um projeto político. A segunda questão, relacionada diretamente à primeira, é que partimos da perspectiva do embate entre os projetos hegemônicos. O contexto sócio-econômico e político-ideológico em que o CEPP foi criado é especialmente fértil para se refletir sobre esta questão. O momento de efervescência política que caracterizou a década de 1980 e início da década de 1990 foi seguido de uma reação conservadora, cujo propósito central era manter a institucionalidade capitalista, mantendo sob controle a formulação das políticas públicas, colocadas concretamente como demandas sociais das classes subalternas. Uma experiência educativa com a especificidade do CEPP é parte deste movimento de construção de um projeto de sociedade alternativo ao projeto dominante, e avança no sentido de firmar a possibilidade de educar para a plena humanização, especialmente em uma realidade, como a maranhense, onde parece não haver contradições que coloque em xeque a aparente naturalidade do modo de produzir e viver capitalista. A experiência educativa desenvolvida pelo CEPP foi marcada pela realização de

Cursos de Formação de Educadores, além de Seminários para discussão, análise e proposição de diretrizes para a política educacional local, focalizando amplamente as várias dimensões do fenômeno educacional. Outro aspecto importante no desenvolvimento da pesquisa em andamento é desvendar a essência da proposta pedagógica adotada pelo coletivo nas atividades que realizaram, o que pode ser observado no programa de estudos realizado sistematicamente pelo CEPP. Destaca-se a relevância da atuação político-pedagógica deste coletivo que vem se colocando concreta e historicamente, a tarefa de formar gerações de educadores a partir de um referencial crítico, pautado na concepção omnilateral de formação humana.

(RE)VISITANDO O ENSINO PÚBLICO DO TRIÂNGULO MINEIRO E ALTO PARANAÍBA: AS AÇÕES DO PODER LEGISLATIVO (1888-1930)

Luciana Beatriz de Oliveira Bar de Carvalho
Universidade Estadual de Campinas

A utilização de documentação de caráter político tem sido de fundamental importância para o conhecimento e compreensão dos processos sociais. A partir destes dados foi possível recuperar, mesmo que parcialmente, os conflitos de poder, a formação das alianças, a ascensão e queda de grupos políticos, a ideologia dominante e algumas das principais representações da Primeira República. Mas esse manancial de dados não interessa apenas ao campo da política e da economia, liga-se, também, às preocupações de setores mais relacionados às questões culturais, como a educação ou, mais especificamente, a História da Educação. A presente pesquisa tem como objetivo apresentar as primeiras iniciativas das Câmaras Municipais dos municípios de Uberabinha (hoje Uberlândia) e Patos de Minas, estado de Minas Gerais, Brasil; duas cidades que nasceram com a República e os seus poderes legislativos tomaram várias iniciativas no campo educacional. Deste modo, a pesquisa procura sublinhar como as políticas municipais foram concomitantes com aquelas tomadas pelo governo republicano e, de certa forma, também antecederam a própria legislação mineira. Assim, discute-se inicialmente o sentido da educação na Primeira República para, posteriormente, caracterizá-la no contexto da província de Minas Gerais. Finalmente, são apresentados os atos iniciais do poder legislativo uberabinhese e patense relativos à educação, salientando como eles trazem um certo "pioneirismo" neste campo. No entanto, a nossa preocupação primeira foi analisar e interpretar o percurso da História da Educação em Uberabinha, e Patos de Minas, no final do século XIX e até 1930, utilizando-se do estudo da documentação oficial, principalmente das atas da Câmara Municipal e de atos do executivo, complementados por reportagens da imprensa e da bibliografia especializada, compondo um quadro que esteja inter-relacionado com o processo educacional de Minas Gerais e do Brasil. A documentação utilizada na pesquisa foi ampla e extremamente rica. Os dados da análise estão contidos nos livros de atas da Câmara Municipal de Uberabinha,

iniciando-se em 1888 e indo até 1930. Tanto em Uberabinha como também em Patos de Minas, encontraremos o debate sobre a educação manifestando-se de diversas formas. A formação dos municípios é quase simultânea à proclamação da República, apenas antecedendo-lhe em um ano. Trata-se, portanto, do que poderíamos chamar de cidades "legitimamente" republicanas. A data de 1888 é tomada como referência inicial por ser o ano de emancipação política de Uberabinha, sendo organizadas as instituições políticas específicas da cidade, como a Câmara Municipal e a ação do agente executivo. A década de 1880 é também muito significativa para a história do Brasil – e não apenas para a região –, uma vez que testemunhará importantes transformações na estrutura social brasileira, já que teremos em 1888 a extinção da escravatura e em 1889 a proclamação da República e a instauração de uma nova ordem nacional, implicando na substituição da Constituição e no estabelecimento de reformulações em praticamente todos os setores da vida político-econômico-cultural, inclusive da educação. Por outro lado, 1930 foi colocado como limite não por indicar o término de uma nova fase na periodização educacional mineira. Portanto, cabia à educação um papel muito importante dentro da perspectiva republicana, isto é, não se poderia deixá-la sem um controle, pois caso contrário à mesma não iria contribuir para o desenvolvimento da sociedade, nutrindo nela os valores de ordem e de progresso, representações essas capazes de solidificar o ideário da positividade do trabalho, expressão maior do mundo civilizado. Nesse sentido, as Câmaras Municipais de Uberabinha e Patos de Minas tomaram medidas que sinalizam nessa direção, articulando-se com o cenário político-educacional brasileiro.

AS PERSPECTIVAS DO MUNDO DO TRABALHO PARA A CLASSE TRABALHADORA FRENTE AO SETOR EDUCACIONAL EM UBERLÂNDIA-MG SOB A ÓTICA DO CONCEITO DE MODERNIDADE (1985-2004)

Luciene Ivone de Lima Iglesias
lucieneig@yahoo.com.br
Orientador: Carlos Alberto Lucena
carlosluc@faced.ufu.br
Programa de Pós-graduação em Educação – UFU

Esta pesquisa problematiza, as perspectivas do mundo do trabalho para a classe trabalhadora frente ao setor educacional em Uberlândia sob a ótica do conceito de modernidade. Buscando analisar o campo educacional do ensino superior. Utilizando como fragmento, como a mão de obra jovem enfrenta formação educacional, a empregabilidade e seu posicionamento político e social frente a essas ideologias neoliberais. Deste estudo de caso em andamento, vincula ao projeto do orientador e Prof. Dr. Carlos Alberto Lucena, professor adjunto da faculdade de educação da UFU, coordenador de um amplo projeto de pesquisa que objetiva

historiar os impactos das crises econômicas na precarização do trabalho e na educação profissional dos trabalhadores da região do Triângulo Mineiro, no Estado de Minas Gerais, nossa metodologia esta baseada no Materialismo Histórico Dialético, entendendo a educação como aquela que para o trabalhador tenha interferência na sua liberdade enquanto sujeito histórico. Para o desenvolvimento do trabalho, adotou-se um olhar sócio-econômico e a modalidade de estudo bibliográfica e documental (revistas e jornais).Utilizou-se de fontes históricas que trabalham o neoliberalismo e as rupturas em relação ao padrão de produção anterior bem como as continuidades em relação ao padrão de produção. É verdade que o comportamento do sistema neoliberal, a complexidade de nossa história marcada por princípios puramente econômicos, não deixa a classe trabalhadora outra alternativa que não a necessidade de qualificação e desenvolvimento constante de novas habilidades. Ser uma mercadoria rentável já não é o bastante para o sistema capitalista, para ser aprovado ou melhor aceito o trabalhador tem que expor seu rótulo de habilidades; autonomia, criatividade, trabalho em equipe etc. O que fizemos foi questionar a educação como aquela capaz de ser um "passaporte" para entrar e se manter frente às mudanças de uma economia, onde o capital transnacionalizado impera cada vez mais forte. Embora a expansão e a proliferação do senso comum, apresente uma visão parcial da sociedade como puramente burguesa e econômica e que em primeiro fluxo há um profundo entusiasmo pelas políticas de mercado. Nos perguntamos várias vezes se esta visão seria muito parcial, se é possível adequá-la e o mais importante se é possível ter uma visão mais ampla de educação e trabalho. Sabemos que a análise acima não responde as perguntas até porque a reflexão tem mais intuito de questionar a descoberta de novos caminhos para a educação de tendência social com uma face mais humana. Ainda estamos a uma longa distância de uma sociedade mais igualitária, com equilíbrio social, político e econômico, mas acreditamos que com os erros deles, com nosso aprendizado e com a nossa capacidade de questionamento quanto a nossa postura como sujeitos da história possamos construir uma sociedade mais igualitária e justa diante da "gloria" que vive sistema capitalista.

O PROFISSIONAL DA EDUCAÇÃO INFANTIL E OS DESAFIOS POLÍTICOS DA SUA FORMAÇÃO

Lucyelle Cristina Pasqualotto
HISTEDOPR/GT da Região Oeste do Paraná -UNIOESTE

O referente estudo procura analisar as políticas de formação de professores da educação infantil na atualidade. Pretende-se analisar como o contexto de reforma do Estado e da educação brasileira incide nas políticas de formação de professores, com foco na formação de professores a distância, especificamente na formação dos profissionais da educação infantil, a partir da década de 1990. Para tanto, a revisão bibliográfica e análise documental constituem-se enquanto elementos fundamentais

que contribuem para o estudo proposto, considerando contextualizar a educação no momento histórico em que esta se insere, visando demonstrar que o movimento social que a engendra é mediado por um processo histórico. Nesse sentido, as categorias de análise exprimem condições existenciais determinadas, partindo de uma leitura histórica do processo educacional que implica considerar a totalidade de relações e de múltiplas determinações. Nesse sentido, o estudo contribui na compreensão histórica das políticas educacionais no Brasil, concluindo que as políticas de formação de professores através da educação a distância parecem seguir a mesma racionalidade da matriz teórica, ideológica e política da reforma do Estado e da educação no Brasil, que está sendo vista como mercadoria e não como bem público, expresso no processo de aligeiramento da formação. A análise realizada nesse estudo, procura evidenciar as implicações teóricas da formação de professores por meio da educação a distância, que parece enfatizar uma pseudoformação.

POLÍTICAS DE SELEÇÃO DE PROFESSORES: ANÁLISE DOS CONCURSOS PÚBLICOS EM SÃO PAULO NOS ANOS 80

Luiz Roberto Gomes
Mestrado em Educação – UNITRI / MG
luizroberto.gomes@gmail.com

O presente trabalho é resultado de uma pesquisa documental, que teve como principal objetivo investigar a concepção política de seleção de professores, estabelecida, nos concursos para professor I da rede estadual paulista na década de 80. Os documentos públicos oficiais dos concursos (editais e provas) foram as fontes primárias da pesquisa. Inicialmente foram focalizados os concursos como exigência para o recrutamento e seleção no serviço público, confrontando-os com os projetos políticos das gestões de governo do estado de São Paulo. Da análise ressalta-se o esforço metodológico realizado, para avaliar e discutir os critérios de elaboração e avaliação dos concursos, à luz da teoria básica que fundamenta a elaboração dos testes educacionais, a fim de elucidar o modelo de seleção de professores implementado pela Secretaria da Educação do Estado de São Paulo nos anos 80. Avaliou-se, finalmente, as prioridades das políticas de seleção de professores do estado de São Paulo, face às necessidades pedagógicas de atendimento escolar das séries iniciais de uma determinada época.

DA PROMOÇÃO EM MASSA À PROGRESSÃO CONTINUADA: O PERCURSO DA PROMOÇÃO ESCOLAR NO BRASIL

Luzia Siqueira Vasconcelos
Professora da Faculdade de Educação da PUC-Campinas
luziavasconcelos @terra.com.br

O presente texto é parte da pesquisa que estou desenvolvendo para elaboração da tese de doutorado na UNICAMP cujo título é: Progressão Continuada: contradições de uma política educacional pretensamente inclusiva. Seu objetivo é traçar o percurso da promoção escolar no Brasil, desde a criação da escola seriada até a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases que instituiu a Progressão Continuada na escola de Ensino Fundamental, evidenciado as tentativas de solução dos problemas do acesso, da retenção e obstrução do fluxo escolar pela via da promoção automática. O pressuposto que permeia a discussão é o de que a escola seriada, criada com a instituição dos grupos escolares, por ocasião das reformas educacionais dos Estados, carrega na sua concepção, estrutura e organização os obstáculos à promoção escolar. O texto discute as influências do Manifesto dos Renovadores e dos estudos originários da UNESCO no ideário e na prática pedagógica brasileira e explicita os problemas advindos da progressão escolar ao longo do período em questão, até o advento da Progressão Continuada como elemento chave da educação inclusiva.

O referencial teórico-metodológico que dá suporte a discussão está centrado na concepção que questiona a ordem econômica mundial centrada no capital e situa o campo educacional no contexto da sociedade capitalista dividida em classes, cuja referencia maior é Marx., insere-se portanto no pressuposto de que o processo de constituição histórica do homem se dá nas relações sociais de produção. Como essa perspectiva teórica pressupõe a história como elemento fundamental ao desvendamento das transformações da realidade, será feita uma incursão pela historia da educação e do pensamento pedagógico cujo objetivo é evidenciar que o percurso da progressão escolar no Brasil se insere no contexto histórico determinado pelo modo de produção capitalista e que as mudanças ocorridas na educação escolar, neste contexto, refletem as lutas mais amplas da sociedade, quais sejam, a necessidade de conservação das forças produtivas sob o domínio do capital e a luta pela transformação dessas mesmas forças, lutas estas, inerentes ao processo histórico de transformação social. Como não pretendo produzir um texto historiográfico da educação que exigiria perseguir e analisar documentos, instituições etc., as fontes utilizadas aqui são apenas fontes bibliográficas.

EDUCAÇÃO PERMANENTE, EDUCAÇÃO AO LONGO DE TODA VIDA, EDUCAÇÃO CONTINUADA:SUPERAÇÃO OU MANUTENÇÃO DA LÓGICA DO CAPITAL

Magali Aparecida Leite Penteado Chaguri
Mestrado em Educação Sócio-Comunitária - UNISAL/São Paulo
Profª. Dra. Mara Regina Martins Jacomeli
FE/DEFHE/UNICAMP

O presente trabalho é parte integrante de um projeto desenvolvido no Mestrado em Educação Sócio-Comunitária da UNISAL-Americana, sob a orientação da Profª Dra.Mara Regina Martins Jacomeli e que visa estudar dois Projetos de formação de gestores no Estado de São Paulo: Circuito Gestão e Progestão. A idéia de Educação Permanente, Formação Continuada , Educação ao longo de toda vida apresentam-se nas políticas educativas atuais como se fossem um novo paradigma, principalmente após a Conferência Mundial de Educação para todos realizado em Jomtiem em 1990. É necessário verificar em que momento surgiu a idéia de Educação Permanente, dentro de qual contexto essa idéia foi gestada e qual teoria que a subsidia .Durante todo o percurso do trabalho realizaremos uma analise histórica e reflexiva delimitando o final da década de 1960 e 1970 quando começa a se problematizar essa concepção de educação para podermos fazer uma análise sobre como a Formação Continuada esta sendo implementada atualmente e verificar se rompeu ou não com a idéia de Educação Permanente da década de 70. Temos como idéia fundante que a noção de Educação Permanente difundida oficialmente relaciona-se com a teria do capital humano. Nesse sentido, analisaremos, também, em que medida está ocorrendo uma "reatualização" da teoria do capital humano, expressa nesses conceitos de educação ao longo de toda vida e formação continuada. Será feito extenso levantamento bibliográfico sobre a questão, além da consulta de documentos oficiais que traduzem a problemática.

O ENSINO PROFISSIONAL NOS ESTABELECIMENTOS DE EDUCAÇÃO DOS SALESIANOS[29]

P. Manoel Isaú
UNISAL/Americana

O ensino profissional assumia posição relevante, graças à industrialização do Brasil, especialmente desde a promulgação da Lei no. 5692/71. Existiam, porém, nas

[29] Trata-se da síntese de minha dissertação de mestrado, denominada "O ensino profissional nos estabelecimentos de educação dos salesianos", defendida em 14 de janeiro de 1976, na Pontifícia Universidade do Rio de Janeiro, e não publicada, mas aparece citada em diversos publicações.

esferas governamental e particular, iniciativas antigas e mais recentes que mereciam ser analisadas. Tentou-se apresentar aqui uma experiência de ensino profissional, realizada pelos Salesianos, que mantiveram a maior rede de ensino particular na área, por muitos anos. Essa rede começou a sofrer diminuição no final da década dos anos sessenta do século XX. Para examinar esse fenômeno, foram escolhidos quatro estabelecimentos dentre os mais antigos em que o ensino profissional mais se desenvolveu posteriormente, com exceção de um deles. Entre os fatores que contribuíram para o desaparecimento do ensino profissional nas escolas apontadas, destacam-se: a carência de recursos econômico-financeiros, a falta de pessoal administrativo, o tipo de clientela e, especialmente, a mentalidade academicista do povo, que menosprezava a atividade manual.

A ALDEIA XAVANTE DE SANGRADOURO MATO GROSSO – 50 ANOS DE EDUCAÇÃO INDÍGENA

Marcelo N. Melchior
Bolsista CAPES
Mestrando do Programa Pós-Graduação Mestrado em Educação
da Universidade Católica Dom Bosco – Campo Grande MS
melchior@ucdb.br

Este trabalho, faz parte de uma caracterização do meio social – histórico cultural em que os índios Xavante da aldeia de Sangradouro do estado de Mato Grosso estão imergidos. A missão faz o seu jubileu de ouro, tendo como meta o desenvolvimento educacional desses indivíduos. Momentos críticos, mas também grandes conquistas fizeram parte da educação indígena dessa aldeia. Vive-se disparidades e conflitos no que se remete as formas organizacionais e metodológicas, nas práticas cotidianas da escola e da aldeia. O contato inter-cultural, dificulta o relacionamento entre governo estadual, ordem religiosa e índios, trazendo como conseqüência o desgaste deles, ficando os mesmos em condições sub-humanas. A metodologia utilizada foi a história oral e observação. Tendo como referencial teórico metodológico autores da antropologia Xavante e áreas afins.

EDUCAÇÃO PÚBLICA NAS GERAES EM TEMPOS DE REDEMOCRATIZAÇÃO: A EXPERIÊNCIA NA PRIMEIRA METADE DOS ANOS 80 DO SÉCULO XX

Marcelo Soares Pereira da Silva
UFU
marcelosoares@ufu.br

O presente estudo análise a trajetória histórica das políticas educacionais em Minas Gerais na primeira metade nos anos 80 do século XX. Seu objetivo é demarcar as principais diretrizes e propostas construídas no Governo de Tancredo Neves à frente do executivo mineiro, de modo a apreender e compreender o processo de assimilação e resignificação de muitas bandeiras e reivindicações dos trabalhadores em educação em Minas Gerais. O trabalho toma como fonte de dados documentos oficiais do governo de Estado emitidos principalmente pela Secretaria de Estado da Educação e o jornal do Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação. A abordagem desenvolvida situa-se no campo da perspectiva histórico-dialética, procurando situar a relação entre o todo e a parte, as contradições e mediações presentes na educação pública de Minas Gerais. As análises desenvolvidas evidenciam que no discurso oficial de setores que chegaram ao poder no governo do estado de Minas Gerais em 1983, é recorrente uma preocupação com questões como a construção da democracia, por meio da criação de canais que possibilitassem uma maior participação da comunidade nos rumos da sociedade como um todo, e da educação em especial, a realização de uma prática educativa comprometida com o exercício da cidadania, o redimensionamento da relação entre estado e sociedade, a descentralização administrativa e pedagógica e, ainda, o enfrentamento da crise com coragem e determinação. Por sua vez, a incorporação dessas questões precisa ser compreendida como decorrente do contexto mais amplo vivido pela sociedade brasileira. Ao lado desses aspectos, foi possível observar, também, que mesmo o discurso oficial incorporando vários elementos presentes nas bandeiras de lutas dos trabalhadores em educação e dos movimentos sociais, as contradições e relações de poder se fizeram igualmente presentes na condução das políticas educacionais das Gerais no período analisado. Por último, cabe ressaltar o processo de assimilação e recuperação, no âmbito das políticas educacionais das Minas Gerais nos anos de 1980, de várias bandeiras, lutas e matrizes discursivas dos movimentos sociais.

DESCONSTRUÇÃO DO ARGUMENTO DA TRANSFORMAÇÃO SOCIAL POR MEIO DA EDUCAÇÃO CIDADÃ: A INEXISTÊNCIA DE IDENTIDADE ENTRE EDUCAÇÃO E POLÍTICA

Marcelo Ubiali Ferracioli
Programa de Pós-graduação em Educação Escolar,
Mestrado, UNESP/FCL/Araraquara
marcelimubiali@yahoo.com.br

Os Fóruns Sociais Mundiais (FSM) surgiram com o discurso de debater e elaborar estratégias de combate aos ditames do capitalismo e neoliberalismo. Como desdobramentos destes fóruns surgiram os Fóruns Mundiais de Educação (FME), com a intenção de propor alternativas à mercantilização da educação, no sentido da luta pela educação pública para todos como direito social inalienável. Dentro deste contexto criou-se um movimento pedagógico e político denominado Educação Cidadã, que tem como um de seus princípios a crença na possibilidade de transformação social por meio da educação. No presente estuda analisou-se a Declaração de Porto Alegre, documento resultante das discussões do FME de 2003, em que pela primeira vez a Educação Cidadã foi anunciada como propulsora do processo de transformação política, econômica e cultural da sociedade. Com base no Materialismo Histórico Dialético e na Pedagogia Histórico-crítica apontou-se aqui os limites desta proposição. Segundos as Onze Teses sobre Educação e Política, de Dermeval Saviani, considerar a educação com tal função propulsora é identificá-la equivocadamente com a política. Numa sociedade do embate dos antagônicos, ou seja, numa sociedade de classes é a política – e não a educação – que carrega o primado como prática social promotora da transformação radical. Assim, demonstrou-se conceitualmente que o discurso da Educação Cidadã, no que se refere a esta questão, mostra-se repleto de conteúdos ideológicos que colocam em dúvida se seu aparente engajamento contra o neoliberalismo se faz verdadeiro. Isso aponta para a necessidade de estudos futuros aprofundados deste movimento.

MEMÓRIA E MOVIMENTOS SOCIAIS: NAS VOZES DOS PASSADO, LEITURAS E SENTIDOS SOBRE POLÍTICAS EDUCACIONAIS EM SÃO GONÇALO

Márcia Soares de Alvarenga
UERJ/FFP

O presente trabalho é parte de um conjunto de ações/intervenções que vimos desenvolvendo desde 1996, na Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, como pesquisadoras do Núcleo de Pesquisa e Extensão Vozes da Educação: memória e história das escolas de São Gonçalo. Tendo como um dos objetivos da pesquisa resgatar a história da educação

escolar e do processo de escolarização em São Gonçalo, buscamos entrelaçar as memórias individuais e coletivas, instituintes da história social e política, dos movimentos sociais que vêm contribuindo para a institucionalização do direito à educação no município investigado. Se, por um lado, estes mesmos dados exibem um processo inverso de acesso ao direito à educação pela via do privatismo, por outro lado, nos perguntamos sobre a existência de fontes documentais orais e escritas capazes de registrar a intensa luta desencadeada pelos segmentos sociais populares, organizados neste município, em ações de responsabilização dos poderes públicos face ao atendimento da demanda pelo direito à educação pública e gratuita. Em relação a este questionamento, Oliveira (2002) assinala sobre as dificuldades em se obter dados, relatos e documentos escritos que possam contar as lutas pelo direito à educação engendradas pelas comunidades gonçalenses. Diante destas dificuldades, buscou-se "nas vozes do passado", em referência feita ao trabalho de Thompson (1992), construir a historiografia dos movimentos sociais comunitários nas lutas pelos direitos de cidadania. No percurso teórico-metodológico da pesquisa, concordamos que ao optarmos pelas fontes documentais, sejam estas de forma oral e/ou escrita, podemos estar contribuindo para construção da memória dos movimentos sociais pelo direito è educação no município de São Gonçalo, considerando que a dispersão e/ou o não registro destas memórias podem levar ao silenciamento e apagamento das lutas populares pelo direito a se viver uma vida digna, destituindo os movimentos populares do seu papel como protagonistas da própria História de São Gonçalo. Em nossas buscas por fontes escritas documentais, privilegiamos o levantamento de materiais impressos sobre a luta pelo direito à educação, com um olhar voltado para a década de 1980, do século XX, e o movimento em torno da elaboração do Plano Municipal de São Gonçalo elaborado entre o período de 2003-2004. Assim, observamos ter sido a década de 1980 um dos mais férteis períodos vividos pelos movimentos sociais comunitários, não somente em São Gonçalo, mas também, em outros municípios brasileiros na luta pelo direito à educação, legitimado na Constituição Federal de 1988. Em relação ao período compreendido entre 2003-2004, por entendermos que as lutas contemporâneas pelo direito à educação vêm sendo dinamizadas na última década do século passado, a partir de uma intensa e progressiva municipalização do ensino fundamental, forjando outros espaços reivindicatórios através de ações tensionadas entre o poder local e instituições e /ou movimentos organizados da sociedade civil.

No percurso da pesquisa, entendemos que o diálogo entre passado e presente tem nos levado a analisar a efetivação do direito à educação e dos mecanismos que possam assegurar este direito em toda a sua plenitude para a população de São Gonçalo.

EDUCAÇÃO E MOVIMENTO OPERÁRIO NA REPÚBLICA VELHA

Marco Antônio de Oliveira Gomes
molgomes@directnet.com.br
Orientador: Prof. Dr. Sérgio Eduardo M. Castanho
Faculdade de Educação – UNICAMP

Este estudo procura refletir sobre as propostas educacionais que surgiram no âmbito das lutas operárias durante a República Velha (1889-1930). A ordem surgida com a proclamação da República não representou o rompimento com o passado oligárquico. Os abismos sociais e econômicos constituíram-se em uma marca do desenvolvimento da economia brasileira, fato que o surgimento das fábricas não alterou. No início do século XX, a exploração da força de trabalho e a ausência de direitos era um dos aspectos do cotidiano dos trabalhadores. Nesse cenário, o movimento operário combateu a ordem existente, forjou suas lideranças e acumulou experiências, inclusive no campo da educação. Diante do grande número de analfabetos e das dificuldades inerentes de organização, as lideranças socialistas do período, buscaram resolver o problema através da criação e manutenção de escolas públicas com fundos obtidos através do movimento sindical, além de criticarem a omissão do Estado na organização da educação pública. Por outro lado, os anarquistas rejeitavam todas as instituições mantidas pelo Estado, incluindo a escola, por considerá-la como instituição comprometida com os interesses da classe dominante. Nesse sentido, propugnavam por uma educação a serviço da transformação social, o que leva os libertários a denunciarem através de seus órgãos de comunicação as injustiças sociais do regime com objetivo de despertar a consciência dos trabalhadores. No campo da educação, coube ao PCB, em que pese brevíssimo período de legalidade, a divulgação dos êxitos pedagógicos processados na Rússia revolucionária, além da preocupação com a formação de quadros preparados para a militância política através de cursos e publicações do partido. Entendemos que o fenômeno educacional deve ser compreendido intrinsecamente ligado aos problemas que decorrem das relações materiais de produção. Assim, as propostas educacionais não podem ser avaliadas de forma isolada, mas como um dos espaços possíveis das lutas que ocorrem em um sociedade dividida em classes antagônicas. Em outras palavras, será necessário buscar no movimento da história o fio condutor que elucide as diferentes propostas presentes no movimento operário. Obviamente, a ação dos trabalhadores, em uma sociedade marcada pelos antagonismos de classes como a nossa, tende a sofrer dificuldades impostas pela repressão do Estado. Dessa forma, não resta dúvida de que a História do movimento operário é rica em experiências, sobretudo para aqueles que desejam compreender as formas de luta e resistência dos trabalhadores diante das mazelas do domínio burguês. Por fim, é importante ressaltar que a escolha do tema não ocorreu de forma aleatória, mas sim da necessidade de pesquisa que realizo no presente. Nesse sentido, foi oportuno nos debruçarmos sobre os autores que trabalharam a trajetória das lutas do operariado no Brasil durante o século XX. Os resultados, sem

dúvida, contribuíram para avaliarmos com maior exatidão a organização das propostas contemporâneas e suas respectivas matrizes ideológicas.

TRABALHO E FORMAÇÃO DOCENTE NO CONTEXTO DAS REFORMAS EDUCACIONAIS (1980-2005)

Margarita Victoria Rodríguez
Universidade Católica Dom Bosco

O processo de reformas estruturais no campo da economia e do Estado iniciadas na América Latina durante a década de 1980, mudaram o papel social do Estado, como conseqüências da implantação de política públicas neo-conservadoras, que transformaram a ordem social. Na década de 1990 as reformas foram aprofundadas, numa conjuntura de governos legitimados pelo voto popular que privilegiaram a reestruturação de suas economias e promoveram a abertura para o comercio internacional, o ajuste fiscal, a privatização das empresas públicas e a desregulação do mercado financeiro, colocando ênfase nas leis do mercado, e sobre valorando o uso do conhecimento e de novas tecnologias que visam à automatização do trabalho humano. Nesse contexto, as reformas educacionais foram implantadas respaldadas em um novo paradigma que mistura o liberalismo econômico, com a modernização do Estado e de seus aparelhos ideológicos, impondo a redução do gasto público, em resposta às crises fiscal e às mudanças sociais. O discurso reformista hegemônico sustenta que as reformas visam responder às exigências da sociedade por maior democratização das relações e participação na gestão do sistema. Estas reformas alcançam todos os setores e atores do sistema educativo, afetando intensamente o trabalho docente. Este artigo analisa o processo de implantação das reformas educacionais e as alterações sofridas no trabalho docente a partir da nova divisão social do trabalho capitalista no período de 1980 a 2005. Entendido o docente como um trabalhador intelectual, que participa do processo dinâmico da apropriação e re-significação do conhecimento e da cultura. A partir de uma pesquisa documental – legislação, relatórios, documentos de organizações não governamentais, informes da Organização Mundial do Trabalho, documentos da UNESCO, entre outros- se analisam os principais discursos em relação à profissionalização do trabalho docente e suas implicâncias na vida profissional dos trabalhadores da educação. Verificando-se que as diretrizes e as políticas educacionais neo-conservadoras intensificaram a proletarização do trabalho docente, que como funcionário estatal é responsável de contribuir para o sucesso das reformas, porém num âmbito caracterizado pela desqualificação de seu trabalho, formação deficiente, baixos salários, desprestigio social da profissão e a vezes de manipulação ideológica. Apesar do discurso oficial propagar que as reformas visam a melhoria da qualidade da educação, e a valorização do magistério, as mesmas aconteceram num contexto econômico que obrigou ao Estado a reduzir os gastos sociais, apoiado numa concepção neoliberal da economia, impedindo a melhoria da infra-estrutura escolar,

bem como a melhoria das condições de formação e do trabalho docente. A diminuição do gasto em educação acabou condicionando a formação inicial e continuada, assim como o salário dos professores. Nesse contexto os docentes, adotam, ora um papel, submisso e implementam apenas as diretrizes definidas nas esferas governamentais, ora resistem com os médios que dispõem, seja participando de greves e movimentos sindicais, seja criando alternativas pedagógicas que subsidiem sua pratica docente. Ou ficam paralisados ou indiferentes antes estes intentos de reforma, que em geral no conseguem mudar a estrutura organizacional da instituição escolar e muito menos as instituições formadoras de professores.

PROPOSTAS DOS INTELECTUAIS PROGRESSISTAS PARA A EDUCAÇÃO: MINAS GERAIS - ANOS 80

Maria Aparecida da Silva
UFMG/Universidade de Itaúna/Faculdade Jesuíta/ISI
masilva46@oi.com.br

Neste trabalho apresento o resultado de pesquisa sobre as propostas pedagógicas a partir da ascensão dos intelectuais progressistas aos cargos do poder no interior do Estado Restrito, isto é o Estado que se constitui dos poderes classicamente definidos (Legislativo, Executivo e Judiciário), em Minas Gerais, nos anos 80. No tópico dois deste trabalho, analiso a trajetória dos intelectuais no período do autoritarismo no Brasil pós-64. Na parte três, apresento a ascensão dos intelectuais progressistas da educação vinculados ao PMDB, e o conjunto de alterações que ocorre na dinâmica e no funcionamento dos órgãos públicos, com a ocupação, por eles, dos espaços do poder, após a posse de Tancredo Neves. Na quarta parte, focalizo as propostas pedagógicas desses intelectuais progressistas no poder, bem como analiso o discurso da educação para a mudança e os mecanismos de recuperação dos movimentos sociais. Para o desenvolvimento da pesquisa adotei a abordagem dialética na análise dos fatos e dos documentos, sendo eleitas algumas categorias analíticas: a contradição, a totalidade dialética, a mediação, a superação, entre outras. A pesquisa possibilitou verificar que, na área educacional, os intelectuais progressistas adotaram a política de expansão da escola pública e medidas que a favorecessem. Atentos às experiências alternativas, bem como as formas de organização dos movimentos sociais e dos trabalhadores da educação, os intelectuais progressistas planejaram uma forma de envolvimento das forças emergentes. Para marcar a diferença com o tempo passado, a centralidade passou a ser a busca da qualidade da educação pública, pela via da participação. O Congresso Mineiro de Educação foi o evento aglutinador e recuperador, no plano político-pedagógico, de muitas esperanças e sonhos dos trabalhadores do ensino e da população em geral em relação à Educação. Registraram-se avanços com a introdução da possibilidade de participação nas dimensões administrativo-pedagógicas das escolas e dos processos educacionais levado a efeito pela Secretaria

de Educação. Não obstante, a participação colegiada restringia-se à participação funcional apenas, não permitindo a participação em relação à organização do trabalho, que se caracterizaria por uma participação conflitual. Os intelectuais progressistas não se propunham, ou não tiveram condições de promover este tipo de participação. De fato, isso implicaria em ruptura teórico-prática que consistiria em considerar o trabalho não como produtos ou serviços a serem produzidos ou prestados, mas em atos encadeados para a sua produção, ou seja, relações sociais de produção.

POLÍTICAS EDUCACIONAIS PARA MENORES EM SITUAÇÃO DE RISCO: ENSINO- APRENDIZAGEM EM INSTITUIÇÃO DE ABRIGAMENTO NO PARANÁ

Maria Auxiliadora Cavazotti
Universidade Tuiuti do Paraná
Lígia Regina Klein
Universidade Federal do Paraná

A aprendizagem de crianças e adolescentes em situação de risco e sob a tutela do Estado, abrigadas no Educandário Caetano Munhoz da Rocha, em Curitiba, é o objeto desse trabalho. Trata-se dos resultados de um processo de investigação e de intervenção com o objetivo de construir elementos teórico-metodológicos de uma proposta pedagógica para a aprendizagem dessa população de menores. O pressuposto teórico que fundamenta o estudo é de que a análise do projeto educacional exige a compreensão das determinações decorrentes do conjunto de relações sociais que se efetivaram no processo de desenvolvimento da sociedade, articuladas pelas relações econômicas Assim, a instituição de abrigamento se insere na trajetória histórica das políticas de educação do menor em situação de risco no Paraná, configurando-se em diretrizes diferenciadas, posto que respondem a demandas sociais específicas em momentos históricos distintos A política de reeducação, implantada nas primeiras décadas republicana, inaugura a ação do poder público estadual para com o menor. Sua vigência perdura por longo período, sendo revogada definitivamente na promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente que, reafirmando o direito à educação, passa a redirecionar a política de educação do menor, em uma nova diretriz. Metodologicamente, a pesquisa foi realizada segundo a modalidade de pesquisa-ação-experimental, produzindo, em primeiro lugar, um processo concomitante de geração de conhecimento ao investigar a aprendizagem dessas crianças com base na sua inserção em um projeto pedagógico paralelo e independente da escola formal, no qual se articularam experiências de práticas sociais mais amplas que aquelas vividas no contexto de abrigamento. Em segundo lugar, a proposição de encaminhamentos pedagógicos que visaram superar certos problemas vivenciados na escolarização, advindos da organização pedagógico-curricular da escola pública. Por outro lado, desenvolveu-se

um processo educativo que buscou o compartilhamento de experiências e conhecimentos apropriados pelas pesquisadoras e pela equipe técnica e de educadoras sociais, que atuam diretamente junto aos menores na instituição de abrigamento. Finalmente, realizou-se um processo de mudança, quer em dimensão imediata, quer projetiva, com base na constatação de que muitas das dificuldades de aprendizagem observadas nas crianças decorrem do modo e da qualidade das atividades prático-teóricas em que elas são, ou não, envolvidas e que, portanto, requerem oferecer-lhes, no cotidiano do abrigamento e no âmbito das práticas pedagógicas, situações capazes de favorecer o desenvolvimento da sua aprendizagem. Os resultados obtidos assinalaram que a ausência de práticas sociais próprias e comuns da vida cotidiana em situação de não-abrigamento constituem uma importante causa do baixo nível de aprendizagem registrado pelas crianças pesquisadas, condição esta que é agravada pela desconsideração dos encaminhamentos pedagógicos da escola relativamente às condições peculiares desses alunos. A inserção das crianças em situações concretas de exercícios prático-teóricos e o desenvolvimento de atividades de ensino-aprendizagem diferenciadas do modelo escolar resultaram em sensível melhoria do nível de aprendizagem inicialmente registrado.

ABRINDO A CAIXA PRETA DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES: A DESONERAÇÃO E O CONTROLE DO ESTADO

Maria de Fátima Rodrigues Pereira
Doutoranda da FAE – UNICAMP e
Professora da UnC - Campus de Caçador
mfatima@cdr.unc.br

A Lei 9.394/96 - de Diretrizes e Bases da Educação dedicou o Título VI à Formação do Professores. Ora os 7 artigos - 61 a 67 que compõe este Título são marcados pela ambigüidade (estratégica por desencadear menor oposição). Esta ambigüidade foi sendo substituída por decisões expressas no arcabouço institucional –jurídico, inicialmente durante o primeiro mandato de FHC ainda timidamente, para já no segundo mandato de maneira decisiva. É preciso salientar que estas intervenções decisórias se manifestaram através de orientações, caso de Resoluções e Pareceres do Conselho Nacional de Educação e por Decretos e no conjunto conformaram uma verdadeira reforma para a formação de professores que se explica no quadro da Reforma de Estado empreendida pelos Governos FHC e no caso da educação sob a batuta do ministro Paulo Renato que se manteve à frente do Ministério da Educação durante os dois consulados de FHC- 1995 a 2003. A reforma para a formação de professores configurou-se pela desoneração e controle do Estado e imprimiu um sentido de flexibilização na formação de professores, flexibilização, com acentuada fragmentação, que se definiu pela não garantia das condições para a formação de um trabalhador em educação que possibilite um trabalho desalienado. Este texto

propõe –se a contribuir para o desvelamento de como a formação de professores foi configurada no conjunto das reformas do Estado nos dois consulados de FHC. Tal qual nos servimos da abertura da caixa preta de uma aeronave para sabermos do seu percurso, assim também, para sabermos dos professores precisamos por a descoberto as decisões jurídico - institucionais, Programas e orientações postas para a formação de professores. Para tanto, lançamos mão de fontes primárias constituídas em informativos do INEP e da literatura já posta na área da pesquisa educacional. O que nos orienta é o método da História para a busca dos nexos que explicam sentidos.Vejamos então como o Estado aumentou a sua desoneração e o controle sobre a formação de professor.

A RELAÇÃO UNICAMP- EMPRESA NA DÉCADA DE SETENTA: A TRAJETÓRIA DE UM PROJETO DE INTEGRAÇÃO DA UNIVERSIDADE PUBLICA AO SETOR PRODUTIVO MARCADO PELO 'MILAGRE ECONÔMICO BRASILEIRO

Profa. Dra. Maria de Lourdes Pinto de Almeida
PUCCAMPINAS – USP
malu04@uol.com.br

Este texto analisa os vínculos entre a UNICAMP e as empresas da região de Campinas, durante a década de setenta do século XXI. Esta universidade surge sob a influência do modelo science-pushed. O objeto de estudo foi a UNICAMP e o recorte temporal determinado nesta pesquisa foi os anos setenta marcado pela origem das Faculdades de Engenharia da Universidade em questão e pela Ditadura Militar em um contexto histórico marcado por uma ideologia de um pseudo ´milagre economico´ utilizado pelo Estado Totalitário Brasileiro. Neste período histórico determinado, a institucionalização das relações Universidade-Empresa está em sua gênese enquanto mera estratégia das políticas educacionais de Ciência & Tecnologia que se dá conforme as exigências econômicas do momento. Enquanto embasamento teórico utizamos as obras de Sandra Brizolla, Henrique Rattner, Lili Kawamura. A pesquisa foi feita nos Arquivos Históricos da Unicamp e no Centro de Memória desta mesma Instituição. Foram analisados os relatórios de produção de cada Faculdade de Engenharia, ano a ano, alem dos discursos do Reitor Zeferino Vaz, num total de 93, somente neste recorte temporal utilizado na pesquisa. Em contrapartida foi analisado a Política de Ciência e Tecnologia da época, os Planos Nacionais de Desenvolvimento e o contexto economico nacional, e internacional. Nesse sentido, a política de integração entre Universidade e Setor Produtivo nos anos setenta sofreu os mesmos reveses decorrentes das opções políticas nacionais, marcadas pela dependência econômica e tecnológica, que impediram o desenvolvimento autônomo das instituições educacionais nacionais. A universidade é um centro do agenciamento do conhecimento, e portanto, a Unicamp tem desde sua origem histórica enquanto objetivo principal não somente a formação de

profissionais que atuam junto aos departamentos de pesquisas tecnológicas das empresas, mas sobretudo o desenvolvimento da pesquisa que tem sido a ante-sala do desenvolvimento tecnológico A história da UNICAMP mostra que desde a sua fundação, encontra-se ligada ao Setor Produtivo. Em seus estatutos esse vínculo já é destacado. Também em discursos nos mais diversos níveis administrativos, tanto do governo quanto da academia, essa política de integração da pesquisa universitária com o setor produtivo ganha cada vez mais ênfase. A conclusão a qual se chegou no final desta pesquisa foi a de que a administração da UNICAMP, neste período histórico, se empenhou em estabelecer canais de intercomunicações com a empresa, desde sua gênese. O desenvolvimento do parque industrial campineiro e a instalação da Unicamp não podem ser compreendidos isoladamente, devem ser enfocados como dois aspectos de um mesmo todo, o Pólo de Tecnologia de Campinas e região, onde o fio condutor que permeou a parceria foi a reciprocidade no relacionamento da UNICAMP com Setor Produtivo, em uma correlação nos programas de ambos, numa abertura de uma para com a outra, caracterizada por uma estrutura articulada de capital, trabalho, pesquisa e consumo. A dinâmica dessa relação sofreu os impactos das PolíticasEducacionais de Pesquisa e Desenvolvimento, que efetivamente determinaram os avanços e os recuos de interação.

POLITICAS DE FINANCIMENTO DO BANCO MUNDIAL PARA O SETOR EDUCACIONAL: UM ESTUDO DA PROPOSTA DO PROEM

Maria Eunice França Volsi
UEM

O presente trabalho tem como objetivo realizar um estudo sobre as propostas do Banco Mundial para a educação no Brasil a fim de verificar suas possíveis relações com a proposta do Programa Expansão, Melhoria e Inovação no Ensino Médio do Paraná – PROEM. Buscamos verificar essa relação devido ao empréstimo realizado junto ao Banco Mundial para execução do Programa no Paraná. Quanto à metodologia para elaboração da pesquisa buscamos além das bibliografias sobre o tema em questão, conhecer o documento do Banco intitulado Prioridades y estrategias para la educación, os documentos da Secretaria de Estado da Educação do Paraná sobre o PROEM, bem como os documentos da APP-Sindicato que se mostraram contrários à implantação do Programa. O objeto deste estudo é abordado na perspectiva da ciência da história, analisando as influências dos organismos internacionais, neste caso o BID e o Banco Mundial, no desenvolvimento da política educacional brasileira. Ao analisar a bibliografia e os referidos documentos, observamos uma adequação do ensino médio às determinações do Banco Mundial. Constatamos que ao recorrer a empréstimos junto ao Banco ocorre uma submissão às políticas e determinações estabelecidas por esse órgão. Determinações estas que nem sempre vem de encontro as reais

necessidades do País ou Estado que está recorrendo ao empréstimo. Neste sentido, consideramos que o PROEM não contribuiu para a melhoria efetiva da qualidade e expansão do ensino médio no estado do Paraná, uma vez que as suas metas seguiram as orientações do Banco Mundial e não as necessidades reivindicadas pela sociedade paranaense em relação a esse nível de ensino.

HISTORICIZANDO A EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NO MATO GROSSO

Maria Salete Bruschi da Silva
Mestranda do PPE – UEM
Aparecida Marcianinha Pinto
Professora do PPE – UEM

O texto é resultado de pesquisa em desenvolvimento no Mestrado em Educação da Universidade Estadual de Maringá. Um dos maiores desafios dos governantes, na atualidade é possibilitar educação sistematizada a toda a população. A Educação a Distância (EAD) vem se destacando nos últimos anos como uma das mais importantes alternativas de difusão do conhecimento e modificando as formas de aprender, abrindo caminhos para a democratização da informação. A agregação de novas tecnologias, no contexto da EAD, vem ganhando força, já que oferecem novas possibilidades de interação facilitando possibilidades para o aprendizado, observação e construção do conhecimento, gerando oportunidades de formação do indivíduo na sociedade atual. No Estado do Mato Grosso a meta é atingir todos os cidadãos mato-grossenses com a educação sistematizada no ensino regular, devido às dificuldades de acesso à escola por causa de sua enorme extensão territorial e a dispersão de sua população, que a partir dos anos 80 chegavam ao Estado em busca de novas fronteiras agrícolas, formando novos núcleos populacionais, sem infra-estrutura adequada para receber o imenso processo migratório vivido. Entretanto, para atingir esse objetivo houve a necessidade de formar os professores que atendessem essa demanda. O propósito é oferecer à formação de Professores da rede pública, já em exercício nas escolas do Estado, que não possuíam qualificação de terceiro grau. Assim, a alternativa encontrada para a formação dos professores foi valer-se da modalidade do ensino a Distância, sendo oferecido cursos que foram organizados em pólos regionais, sendo as cidades de Colider, Diamantino, Juara, Juína e Terra Nova os pólos que atendem as diversas cidades circunvizinhas e, os trabalhos são monitorados por uma equipe de professores de diferentes áreas do conhecimento, que são capacitados para atuarem no ensino a distância. Para sua efetivação foram criadas em cada pólo um Centro de Apoio com infra-estrutura de computadores, telefone, fax, biblioteca, sala de estudos para atender aos alunos e para a interlocução com os professores e orientadores acadêmicos. Nesta pesquisa, será relatada a experiência da parceria entre a Universidade Federal de Mato Grosso a Secretaria de Educação do Estado do Mato Grosso e o resgate da história da Educação a Distância no Estado. Primeiramente, a pesquisa traça-se um breve

histórico da educação à distância no mundo e no Brasil, regulamentada na LDB vigente e revitalizada com as novas tecnologias para, em seguida, relatar a experiência do Mato Grosso. A metodologia consiste em pesquisa bibliográfica. Assim, será feita a leitura e análise da bibliografia existente sobre a história da educação em geral e do Brasil, da legislação em vigor que trata do assunto como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (9394/96), artigos de revistas e pesquisa na Internet.

DAS ESCOLAS NORMAIS À CRIAÇÃO DO CURSO DE PEDAGOGIA NO BRASIL: O PAPEL DA ANFOPE NA DEFINIÇÃO DO PERFIL PROFISSIONAL DO PEDAGOGO 1980/2005

Marilda Bonini Vargas
boninivargas@gmail.com
Margarita Victoria Rodríguez
poroyan@uol.com.br

O debate sobre a formação de professores na história da educação brasileira teve início durante o século XIX, coincidindo com a consolidação do estado nacional que estabeleceu a criação dos sistemas públicos de ensino, e com a implantação das escolas normais, que posteriormente deram bases para a criação do curso de pedagogia no Brasil, porém e a partir da década de 1980 que o movimento docente se articula com o intuito de intervir explicitamente na definição das políticas em relação à formação e profissionalização dos professores a partir da participação em diferentes fóruns e organizações de classe. Este trabalho faz parte do Projeto de Pesquisa Políticas de Formação de Professores: A Profissionalização do Pedagogo nos Cursos de Pedagogia da UCDB e UFMS -1995 – 2002, que está inserido no programa de Pós-graduação- Mestrado em Educação da Universidade Católica Dom Bosco. O objetivo principal do estudo é analisar o discurso da ANFOPE desde sua criação em 1983 até o ano de 2005, se propõe verificar as contribuições da associação na configuração do perfil profissional do pedagogo, tendo como base comum de formação a docência. Mediante uma analise documental realizada a partir dos documentos da ANFOPE, apresenta os resultados parciais da pesquisa, assim para embasar o trabalho foram utilizados como referenciais obras de Fernando Azevedo, Iria Brzezinski, Ildeu Moreira. Coelho, Helena Costa Lopes de Feitas, Carla Maria Furtado, Moacir Gadotti, José Carlos Carmem Silvia Bissoli da Silva. Leonor Maria Tanuri, entre outros. Os resultados preliminares demonstram que o papel político e a luta histórica da ANFOPE pela formação dos profissionais da educação são relevantes, pois tem contribuído decisivamente para a configuração das políticas educacionais e para a definição do perfil profissional do pedagogo, ao estabelecer a docência como referência de sua formação profissional. Portanto, verifica-se, que desde o primeiro Encontro Nacional, a ANFOPE conquistou vários pontos positivos em relação à formação dos profissionais da educação,

principalmente no que se refere ao perfil profissional do pedagogo, algumas de suas reivindicações foram incorporadas pela Comissão Bicameral em 2005 no parecer, que aprova as diretrizes curriculares nacionais para o curso de pedagogia e formação de professores. No entanto ainda são muitos os desafios a serem enfrentados para que haja uma sólida formação dos profissionais da educação e para a valorização social do magistério.

UNIVERSIDADE E FUNDAÇÃO DE APOIO: CONFLITOS ENTRE O PÚBLICO E O TERCEIRO SETOR

Mário Luiz Neves de Azevedo
Antônio Marcos dos Santos Alves
UEM

O presente trabalho trata sobre o terceiro setor e, mais especificamente, sobre os institutos e as fundações de apoio às universidades públicas. Esse tipo de associação, de caráter coletivo, com fins sociais, sem a finalidade do lucro e regido pelo direito privado, existe desde a época do Brasil colônia, quando a educação e (alguma) assistência social eram oferecidas pela Igreja Católica. Entretanto, objetivamente, propõe-se aqui a discutir a respeito da relação entre a universidade pública e "suas" fundações de apoio, mais especificamente, acerca das possíveis formas de controle dessas entidades, de maneira que as mesmas não se desvirtuem de suas finalidades e sirvam, realmente, de esteio para o avanço da ciência, para a qualidade e o desenvolvimento do ensino e para a melhoria da extensão. Para atingir esse objetivo, toma-se por referência a teoria dos campos sociais e a bibliografia a respeito da relação entre a universidade e às fundações/institutos de apoio, elaborando-se a devida historicização do terceiro setor e do Estado e procurando-se, ao fim, indicar procedimentos pontuais de modo que se democratize e haja controle da atuação das associações de apoio no interior da universidade pública.

A EDUCAÇÃO EM CAMPINAS - SUPORTE POLÍTICO NO INÍCIO DA PRIMEIRA REPÚBLICA

Meire Terezinha Müller
Doutoranda em Educação pelo HISTEDBR/UNICAMP
meire@smarcos.br
Orientador: Prof.Dr. Sérgio Eduardo Montes Castanho

O texto refere-se a um estudo sobre a situação educacional do município de Campinas no final do Império e início da primeira República. O número de escolas,

de crianças atendidas, o modelo pedagógico e a preocupação com a alfabetização em massa foram observados neste trabalho. A partir de uma pequena reconstituição histórica do município, vamos buscando levantar a situação das escolas, em cada período. Os procedimentos metodológicos utilizados foram a análise documental de fontes primárias e secundárias, bem como a revisão bibliográfica existente sobre o tema. Pudemos constatar que a criação de novas escolas bem como a ampliação do número de salas das escolas então existentes estava diretamente ligadas ao crescimento populacional ocorrido em Campinas nos primeiros anos do século XX, resultado direto da importância que o município vinha conquistando devido – inicialmente – à produção açucareira e – posteriormente – de café. Analisamos e refletimos sobre a criação dos Grupos Escolares e das Escolas Reunidas, numa tentativa de adaptação aos preceitos liberais da educação que via na escolaridade a cura para todos os males do país. Constatamos que, mesmo com toda a preocupação nacional acerca da educação, na década de 20 do último século, Campinas apresentava uma taxa de analfabetismo de aproximadamente 70% o que levava os resultados a um pólo extremamente oposto aos esforços envidados de 'ensinar pouco a muitos' como pregava Sampaio Dória. O texto procura traçar um panorama da educação campineira, entre o final do Império e até os primeiros anos da República, buscando entender os caminhos que culminaram na educação campineira como a conhecemos hoje.

UM ARTÍFICE DO CONSENSO: ANTÔNIO CARLOS RIBEIRO DE ANDRADA E SEU PROJETO INTELECTUAL (1897-1930)

Milena Aparecida Almeida Candiá
Mestrado em Educação/UNIRIO

O escopo central deste trabalho é investigar a trajetória política de Antônio Carlos Ribeiro de Andrada no cenário educacional de Juiz de Fora (MG), no início do século XX, buscando demonstrar a constituição de seu projeto intelectual fundado nos primórdios de nossa modernidade. Neste sentido, o estudo tem procurado ampliar as análises sobre este ator, enquanto um representante fiel de uma elite poderosa na Zona da Mata Mineira, um intelectual, organizador e mantenedor da hegemonia política e econômica nesta região, que concebeu a educação como instrumento estratégico e mediador para sua política de conciliação. Com base nas colocações anteriores, podemos dizer que o trabalho apóia-se numa concepção de intelectual mais ampla, entendida não apenas como aquele sujeito que produz cultura, mas que a organiza e a legitima na sociedade, estabelecendo consensos. Neste sentido, a pesquisa, ao partir de uma investigação de cunho documental, fundamentada em fontes primarias, busca resgatar a atuação orgânica deste ator no cenário político-educacional de Juiz de Fora, na época relacionada. Reconstitui-se assim, sua inserção nas diferentes instituições culturais deste contexto, dentre as quais podemos destacar a imprensa, na qual atuou como redator chefe no Jornal do

Comércio de JF (1897/1902), veículo de sistematização e homogeneização de suas idéias, um espaço privilegiado de divulgação de seu projeto intelectual. Outras fontes têm sido utilizadas como os Termos de Instalação, as Atas de Exames dos Primeiros Grupos Escolares de Juiz de Fora, decretos e discursos oficiais, depoimentos, crônicas, memórias e outros testemunhos de sua época, que nos têm dado indícios de sua inserção no contexto educacional de Juiz de Fora, como também de sua intervenção ativa neste contexto, contribuindo, de certa maneira, para a expansão e organização do sistema de ensino desta região. Desta forma, além de resgatar a história e o cenário educacional de Juiz de Fora, no início do século XX, o trabalho nos tem revelado a complexidade que envolve este ator, não só em relação aos aspectos mais subjetivos de sua atuação, como a sagacidade de sua retórica e seu carisma político, mas, sobretudo, na força deste intelectual orgânico que via na Educação um instrumento capaz de garantir sua legitimidade política. Um ator, um artífice da negociação, organizador de um projeto cultural, que fez da política uma arte concreta.

HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO ESCOLAR DE CONCÓRDIA – SC: DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E MIGRAÇÃO ITALIANA

Milton Cleber Pereira Amador
UNISINOS e UnC/Concórdia
amador@uncnet.br
Solange Aparecida Zotti
UNICAMP e UnC/ Concórdia
solange@uncnet.br

Na região Oeste de Santa Catarina, encontramos dois modelos de desenvolvimento. O primeiro baseado numa ocupação de origem paulista, marcada pela atuação dos bandeirantes, que ainda no período colonial vieram para o Sul em busca de riquezas, originando o caminho das tropas, que ligou São Paulo ao Rio Grande do Sul. O segundo modelo de desenvolvimento virá no início do século XX, mais precisamente após a Guerra do Contestado (1916). As companhias colonizadoras foram as responsáveis por trazer os migrantes descentes de italianos das colônias gaúchas, que chegaram ao Rio Grande do Sul a partir de 1870. Estes novos personagens étnicos vieram para a região Oeste de SC para substituir a população cabocla que não se inseria na nova ordem capitalista, ou seja, os caboclos não compreendiam a lógica de apropriação e acumulação e não produziam para além de sua subsistência. O migrante que vem das velhas colônias gaúchas já está integrado à cultura de apropriação das terras. É nesse contexto que objetivamos abordar o papel da educação no município de Concórdia - SC, no período pós Guerra do Contestado, tendo como foco a relação entre organização da educação escolar e migração italiana, à luz das determinações socioeconômicas-políticas da sociedade regional. O estudo prioriza a análise do contexto histórico em que se inicia o

processo de organização escolar no município, a partir da migração italiana, de 1920 até a década de 40. A ocupação de Concórdia, pelos migrantes italianos, terá início a partir da segunda década do século XX. A preocupação central dos migrantes italianos era com o trabalho na perspectiva de produzir poupança. Nesse sentido, a formação escolar ficou num plano inferior, visto que os valores do migrante italiano são perpassados pela lógica de uma sociedade utilitarista e articulados com o objetivo da apropriação de bens privados, sendo fundamental o tripé: "família, fé e trabalho". Quando o município de Concórdia foi criado (1934), este possuía apenas uma escola subvencionada pelo Governo do Estado. Havia uma escola particular, mantida pela Igreja Evangélica do Sínodo Riograndense, atual Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, que atendia 20 alunos. Além dessas, existiam, mais três escolas improvisadas e atendidas por professores leigos voluntários que colaboravam com as comunidades, sem assistência educacional por parte do poder público, atendendo 120 alunos. Dessa forma, a estrutura educacional existente nos primeiros anos de formação da comunidade de migrantes italianos no município é insignificante. O poder público é ausente e não há por parte da comunidade movimentos de pressão para que este se faça presente. São as escolas de caráter religioso que vão aparecendo e ocupando espaços no vazio deixado pelo poder público, apesar de este ser o período em que foram publicadas as Leis Orgânicas da educação brasileira, que marcam a intervenção do Estado na definição das diretrizes gerais da educação no país. A pesquisa foi desenvolvida a partir de fontes bibliográficas e objetiva uma primeira aproximação ao tema.

CONCEPÇÕES DE EDUCAÇÃO DOMÉSTICA: AS TESES DA I CONFERÊNCIA PELO PROGRESSO FEMININO - 1922

Nailda Marinho da Costa Bonato
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO

Este trabalho visa apresentar e discutir as concepções de educação doméstica provenientes das teses apresentadas na "I Conferência pelo Progresso Feminino, em 1922, no Rio de Janeiro, organizado pela Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF). Por um lado, parte da análise da documentação do "Fundo Federação Brasileira pelo Progresso Feminino – FBPF" contido no acervo do Arquivo Nacional; por outro, dialoga com Soihet, Louro, Araújo, Scott, Rodrigues, Saffioti, Hahner e outras. Criada nos anos 20 por um grupo de mulheres de classe média e de alta escolaridade, a Federação discutia a nacionalização do ensino público, a educação doméstica, o ensino primário, profissional e comercial, a formação para o magistério primário, o acesso ao ensino secundário e superior para as mulheres. Tendo como presidente Bertha Luzt - considerada pioneira nas lutas feministas no Brasil – a entidade organiza a Conferência, ainda enquanto Federação das Ligas pelo Progresso Feminino. No evento o debate sobre Educação inseria-se em uma discussão mais ampla, que abarcava a realidade em que o país se

encontrava sendo o analfabetismo e a mortalidade infantil alguns dos flagelos sociais que incomodavam aquela sociedade republicana. Era preciso mudar esse quadro e a educação doméstica para as mulheres era um caminho possível. No que tange a discussão sobre o ensino profissional, doméstico e agrícola perguntavam-se: "Deve-se promover largamente a criação de escolas para mães de família onde se ensinem além da economia e prendas domésticas as noções essenciais de higiene e medicina infantil?" Considerada a "ciência do lar", a educação doméstica, na Conferência de 1922, passou a ser fundamental. Reivindicava-se que fosse destinado nas escolas um tempo maior dedicado a esse estudo; estudo tão importante para a formação da mulher como perfeita dona-de-casa, esposa, mãe, quanto ler e escrever. Neste sentido, numa visão higienista o movimento contribui para imputar às mulheres a responsabilidade sobre a saúde da família e por extensão do tecido social; e reforça o papel do ser feminino ao reivindicar com veemência a educação domestica, seja no currículo das escolas primárias, profissional ou mesmo numa escola específica para esse tipo de aprendizagem, porém com olhares diferenciados para às mulheres que essa educação deveria atingir.

EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO BRASIL: PERCURSOS E PERCALÇOS

Nerli Nonato Ribeiro Mori
UEM
nnrmori@uem.br

Ao apresentar os dados do censo escolar de 2005, o Ministério de Educação indica que o atendimento inclusivo no Brasil passou de 24,7% em 2002 para 41% no ano pesquisado. Isto implica que o atendimento exclusivo em escolas e classes especiais tem diminuído significativamente. O que significam esses números? Qual é o contexto e sob que política educacional eles são produzidos? Para discutir essas questões, estabelecemos um panorama histórico que vai da segregação ao atendimento escolar inclusivo. Num primeiro momento são destacadas as formas de relação frente às pessoas com deficiência; desde a segregação e o isolamento na Idade Antiga, passando pelos atendimentos de caráter caritativo e assistencialista na Idade Média e a criação das primeiras instituições com fins educacionais. A seguir são apresentados os movimentos de integração e de inclusão escolar com ênfase em questões educacionais brasileiras. Trata-se de um estudo de caráter bibliográfico, pautado em autores que discutem o tema da educação de pessoas com deficiência, bem como na legislação e documentos norteadores da Educação Especial no Brasil. Conclui-se que caminho rumo a uma educação realmente inclusiva é longo e difícil, mas avanços significativos estão em processo, especialmente em termos de políticas educacionais e legislação. O grande desafio é proporcionar as condições necessárias e fazer cumprir o que está delineado.

NEGOCIAÇÕES NA ELABORAÇÃO DE PROPOSTAS EDUCACIONAIS NO ENSINO-APRENDIZAGEM DE FÍSICA

Noemi Suti
Rejane Aurora Mion
UEPG/Programa de Pós-Graduação em Educação - Mestrado em Educação
noemisutil@hotmail.com, ramion@uepg.br
Paulo Cezar Santos Ventura
CEFET-MG/DPPG - Mestrado em Educação Tecnológica
pcventura@deii.cefetmg.br

Neste trabalho apresentamos análises realizadas em pesquisa desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Educação - Mestrado em Educação, UEPG – PR. A pesquisa foi realizada no contexto das disciplinas Metodologia e Prática de Ensino de Física I e II, quarto e quinto anos do curso de Licenciatura em Física, na UEPG – PR e teve como objetivo geral discutir possibilidades e desafios para a formação de professores de Física com a elaboração de propostas educacionais a partir da análise das negociações entre aspectos epistemológicos e sociológicos. A proposta educacional é apresentada tendo como base a teoria crítica da educação, sendo a pesquisa como princípio formativo, educativo e de trabalho. A concepção de pesquisa utilizada foi a investigação-ação educacional de perspectiva emancipatória; para a coleta e análise dos dados foram seguidos os preceitos de abordagem etnográfica. Os dados foram coletados por meio de observações diretas: registros escritos elaborados pela própria mestranda em "diário de campo" seguindo um roteiro e gravações em áudio; trabalhos escritos elaborados pelos alunos da graduação também foram utilizados. A análise de dados foi realizada conforme roteiro e utilizando a análise das negociações entre aspectos epistemológicos e sociológicos. Com relação aos resultados, inicialmente foram explicitados os indicadores de negociação presentes: obra, interação, discurso, temporalidade. As obras consideradas, além da proposta educacional, são: rede conceitual, atividades educacionais em Física e conhecimento científico-educacional. Entre as possibilidades discutidas estão: a utilização da análise das negociações, da investigação-ação educacional e abordagem etnográfica de forma interligada e o desenvolvimento de concepção de Ciência em construção. Os principais desafios apresentados são: a efetivação do trabalho coletivo e colaborativo no processo de ensino-aprendizagem, a necessidade de estruturas no ensino médio e superior e a passagem de uma percepção ingênua para uma percepção crítica.

NEOLIBERALISMO E DOCÊNCIA UNIVERSITÁRIA

Patrícia Vieira Trópia

O tema deste texto é o impacto do neoliberalismo no meio universitário. Analisamos neste texto as formas através das quais as políticas implementadas na década de

1990 têm afetado o meio docente em geral e, em particular, a situação de trabalho e as representações dos professores da PUC-Campinas acerca de seu trabalho, da educação e do ensino superior.

BREVE RECONSTRUÇÃO HISTÓRICA DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS, ESPECIALMENTE DAS POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, NO ÂMBITO DAS POLÍTICAS SOCIAIS DO ESTADO BRASILEIRO: ENTRE POSSIBILIDADES E LIMITES

Paulo César de Souza Ignácio
UNICAMP/UFJF

Este trabalho realiza uma breve reconstrução histórica das políticas educacionais, especialmente das políticas de educação profissional, enquanto políticas sociais do estado brasileiro. Tivemos com o objetivo, discutir – a partir de uma perspectiva materialista histórica – em que medida tais políticas levadas a efeito no Brasil, representaram um ajuste no sentido de criar as condições para a formação do homem socialmente produtivo, técnica e intelectualmente, capaz de pensar e gerar relações sociais de produção de novo tipo; ou vão no sentido apenas de ajustar essas mesmas relações com o objetivo de legitimá-las e preservá-las. Tendo como categorias de análise o conceito de estado ampliado de Gramsci, estado de bem-estar social, dualidade estrutural na educação brasileira, as formas de sociabilidade capitalista incluindo o capitalismo monopolista, globalização, neoliberalismo e reestruturação produtiva e apoiado em documentos oficiais e obras bibliográficas, utilizadas como fontes de pesquisa, verificamos que, de uma forma ou de outra, as políticas públicas de educação, especialmente as voltadas à formação da força de trabalho, quase sempre tiveram o objetivo, manifestadamente ou não, de dar uma resposta às necessidades de formação de mão de obra qualificada, relacionadas com as opções por modelos de desenvolvimento econômico-social feitas pelo bloco no poder. Ou seja, quase todas foram políticas de ajuste dos processos de formação humana em geral e de formação da força de trabalho em particular, aos vários estágios de desenvolvimento de nossa sociedade e de construção e consolidação do capitalismo nacional. Foi assim desde a criação das Escolas de Aprendizes Artífices em 1909, passando pelas reformas Francisco Campos em 1931, pelas "Leis" Orgânicas de Gustavo Capanema entre 1942 e 1946, pela criação das Escolas Técnicas Federais em 1959, pela nossa primeira LDB em 1961, pelas reformas de 1968 e 1971 (que tornou compulsória a profissionalização no antigo 2º grau), pela transformação das Escolas Técnicas Federais do Rio de Janeiro, Minas Gerais e Paraná em Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs) em 1978, pelos ajustes de 1982, pela criação do Sistema Nacional de Educação Tecnológica em 1994, pela LDB de 1996 e pelas reformas de 1997. Ainda que afirmassem o contrário, tais políticas, ao servirem aos interesses do capital, acabaram por contribuir para piorar os indicadores econômicos e sociais. Nota-se, desde o início

do governo do presidente Luis Inácio Lula da Silva que houve um avanço, ao menos, no sentido de sinalizar o interesse na formação de agentes de transformação social. No entanto, questiona-se se esta possibilidade é capaz de se concretizar e ultrapassar os limites impostos pelas atuais relações sociais de produção, na medida em que, tudo indica, não se insere em um projeto coletivo de construção de um novo modelo societário.

OS CURSOS TÉCNICOS NO CEFET-MG E O "TREM DE MINAS"

Paulo Cezar Santos Ventura
CEFET-MG
pcventura@deii.cefetmg.br
Márcia da Mota Jardim Martini
CEFET-MG
marciamjmartini@yahoo.com.br

Esse trabalho tem por objetivo mostrar um pouco da evolução do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG), instituição de ensino técnico e tecnológico em nível médio e superior, como parte da história da educação tecnológica e da história de Belo Horizonte e sua contribuição para a formação de uma enorme mão de obra para a cidade, fundada em 1897, e que crescia no início do século passado. O CEFET-MG, criado em 1909 como Escola de Aprendizes Artífices, tem quase cem anos de serviços prestados à sociedade em diversos aspectos, seja na formação de técnicos, seja no desenvolvimento de novas técnicas e tecnologias, seja na discussão de políticas educacionais visando o desenvolvimento técnico e tecnológico de Belo Horizonte e Minas Gerais. O CEFET-MG faz parte também da recente história da cidade de Belo Horizonte como formador de técnicos para a indústria e para o setor de serviços. Apesar da inserção na história da cidade de Belo Horizonte, não possui espaços museográficos que organizem os registros e acervos. Mesmo os lugares de memória passíveis de serem constituídos, encontram-se esquecidos e com o acervo acumulado nesses anos de história totalmente descaracterizados e espalhados em locais não apropriados. A partir das operações de busca e valorização do rico acervo histórico e museográfico da instituição, poderíamos iniciar a reconstrução da memória do CEFET-MG e de uma cultura tecnológica, contextualizando-os num processo de evolução da tecnologia, da cultura, da formação profissional e das profissões. Restam ainda os problemas relativos à conservação, restauração e exposição deste acervo em locais adequados, e com profissionais treinados para as funções específicas, além do atendimento ao público latente. Trata-se, portanto, de um projeto amplo que visa a instalação dos espaços: um espaço de pesquisa da memória, dos objetos e do acervo; outro espaço para exposição e atendimento ao público.Esse trabalho está nos permitindo a consolidação de dados e referências para a criação do Museu Virtual e de Espaços Expositivos, dentro de uma concepção inovadora em que a própria instituição se

transforma, pouco a pouco, nesse espaço, repensando a sua identidade na discussão desse processo de busca e transformando o próprio ambiente na medida em que reconstrói sua identidade.

A QUESTÃO OPERÁRIA, A AÇÃO SOCIAL E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NAS CONSTITUIÇÕES DAS PROVÍNCIAS ECLESIÁSTICAS DO SUL DO BRASIL DE 1915

Prof. Dr. Paulo de Tarso Gomes
GT – HISTEDBR Unisal
Mestrado em Educação – Americana/SP
paulo.gomes@am.unisal.br

O presente artigo dá seqüência aos estudos sobre as Constituições das Províncias Eclesiásticas do Sul do Brasil, de 1915, cujo caráter normativo precede a instituição do Código de Direito Canônico, em 1917, e a organização da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, como documento fundamental para a compreensão das políticas da Igreja Católica no Brasil, em particular, de sua ação educacional, inserindo-se na linha de pesquisa "História das Políticas Educacionais no Brasil" do HISTEDBR. Investigamos nessa etapa da pesquisa os capítulos referentes à "Classe Operária" e "Ação Social", com a finalidade de compreender sob que perspectiva a Igreja se colocava como instituição social e política, separada do Estado com a instauração e consolidação da República. A metodologia de investigação consiste em buscar no discurso presente no documento as categorias referenciais da ideologia que legitima o lugar social da Igreja e a partir de sua identificação, discutir seus limites de alcance histórico de sua prática educativa e política. Nessa investigação do discurso, realizamos uma reconstrução das fontes documentais da ideologia expressa no documento, uma vez que se sabe, por pesquisa anterior, ser ele resultante compilação e criação do episcopado brasileiro a partir de diretrizes e orientações da Sé romana. Em particular, as fontes externas são as Atas do Concílio Plenário Latino-Americano, realizado em Roma em 1899 e, neste estudo, a Encíclica Rerum Novarum de 1891, de Leão XIII, entre outros documentos eclesiais. Concluímos que a Igreja buscava legitimar-se como instituição mediadora dos conflitos sociais a partir da categoria da transcendência, como um poder no mundo e acima do mundo, entre os conflitos e acima dos interesses neles disputados. Sua mediação persegue uma justiça fundada no conceito de paz e não no conceito de igualdade, o que faz preceder em toda estratégia sócio-política o primado da ordem em relação à transformação ou mudança social. Sob essa perspectiva, em particular, o ensino profissional é visto como um ensino que adequa o operário ao mundo do trabalho, com um caráter assistencialista, sem propriamente ter por objetivo a melhoria das relações de trabalho, em termos de justiça. Reveste-se assim de um caráter conservador da ordem social das classes já estabelecidas, pedindo a prática da justiça sem a alteração das relações de classe vigente, embora o documento

manifeste tanto a concepção de classe como de diferença e conflito de forma bastante consistente. Tal posição transcendente e a-histórica terá o caráter dual de conferir legitimidade e, ao mesmo tempo, limitar a capacidade de articulação social e política da Igreja, levando seus movimentos sociais a rupturas que se repetirão em vários momentos do século XX.

A POLÍTICA EDUCACIONAL DE INFORMÁTICA NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA E AS INFLUÊNCIAS DO BANCO MUNDIAL. DO FORMAR AO PROINFO: 1987-2005

Raquel de Almeida Moraes
UnB – Faculdade de Educação
rachel@unb.br

O presente trabalho tem o objetivo de comunicar pesquisa realizada, sem financiamento, sobre a política de informática na educação brasileira no período 1987-2005 e sua relação com as diretrizes do Banco Mundial e a formação de professores, continuando, assim, minha tese de doutorado defendida em 1996, na UNICAMP, sob orientação da professora doutora Lili K. Kawamura: A Política de Informática na Educação Brasileira: Do Nacionalismo ao Neoliberalismo. O estudo desenvolvido orienta-se metodologicamente pela abordagem dialético-materialista, inserindo criticamente o objeto de estudo nas inter-relações econômicas, políticas e sócio-culturais das quais é parte integrante observando as categorias gerais dessa metodologia: totalidade, movimento, contradição. O material empírico foi obtido através de documentos primários e secundários, entrevistas e observação direta. Nesse sentido, é sintetizado o Programa de Informática na Educação dos Ministérios da Educação dos governos José Sarney (EDUCOM: 1985-1995; PAIE: 1987-1989), Itamar Franco (PRONINFE: 1992-1995), além dos programas de dois municípios em que participei: Campinas (Projeto Eureka: 1990-1996) e São Paulo (Projeto Gênese 1990-1993), culminando com o atual Programa de Informática na Educação, ProInfo (1996-2005), articulando-o criticamente com as diretrizes do Banco Mundial e a formação de professores. Como argumento central destaco que a Política de Informática na Educação, ProInfo, da Secretaria de Educação a Distância, SEED/MEC dos Governos Fernando Henrique Cardoso, FHC e Lula da Silva, ao descentralizar a gestão excluiu a parceria institucional que tinha com as universidades no programa anterior, PRONINFE, fazendo com que a formação de professores fique à mercê dos Núcleos de Tecnologia Educacional, NTE. Apesar dos computadores estarem chegando às escolas públicas, nos casos que tenho acompanhado (Brasília, Araraquara, Barreiros, entre outros), a maioria das escolas que compõem os NTE não os estão integrando ao currículo, nem às atividades escolares com regularidade e tampouco os professores recebem alguma educação continuada. Afinal, o educador também precisa ser educado, conforme salienta Marx em suas teses sobre Feurbach. Como resultado da pesquisa, analiso que se os

NTE do ProInfo não têm feito uma formação inicial e continuada que integre reflexiva, crítica e criativamente a informática no currículo escolar é porque essa tecnologia tem sido tratada como mais uma propaganda ou publicidade do governo para as escolas públicas que beneficia preferencialmente as grandes corporações, como a Microsoft. Ademais, se após o regime militar onde a Educação brasileira estava sob o domínio do Banco Mundial através dos Acordos MEC- USAID, essa influência retorna no governo FHC, persistindo no governo Lula da Silva. Como um dos principais representantes da ideologia capitalista na atualidade, esse banco impõe uma semiformação cultural aos professores treinando-os no uso dessas tecnologias num processo de crescente reificação de suas consciências, e apesar das resistências dos professores em outros programas financiados por este banco - como o PROCAP em Minas Gerais - ainda não foi possível a sua emancipação enquanto categoria, pois ainda não há as condições históricas propícias à emancipação do conjunto da classe trabalhadora no País.

OS VALORES NA COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL DOS PARÃMETROS CURRICULARES NACIONAIS

Regina Lúcia Mesti
Universidade Estadual de Maringá

A presente pesquisa analisa os valores da comunicação do texto do Ministério da Educação do Brasil, Parâmetros Curriculares Nacionais de 1997, como um instrumento de divulgação da política educacional. Apoiada na teoria e nos procedimentos metodológicos da semiótica discursiva, desenvolvida em torno de A. J. Greimas, a pesquisa examina a organização textual dos Parâmetros. O objetivo da análise do texto-recorte Caixa, articulados ao estudo da Carta ao Professor e do PCN/Ética, é identificar e compreender a proposta educacional a partir do estudo das estratégias utilizadas em sua comunicação institucional. A análise destaca na comunicação institucional na Caixa e na Carta a intenção de a instituição estabelecer uma relação contratual de parceria com o professor. O trabalho de análise assinala, nessa intencionalidade orientadora dos Parâmetros, a estratégia governamental de se apoiar em princípios do ideal republicano, expressos na Constituição Brasileira. A análise das estruturas discursivas apresenta a construção da identidade do MEC e identifica o uso de estratégias para levar o professor a ser primordialmente educador, com uma participação indispensável e valiosa para a construção da sociedade democrática. O PCN/Ética de 1997 encadeia programas educacionais para o destinatário/professor assumir o ethos de educador participante do projeto pedagógico que possibilite ao aluno “ser” cidadão.

JONATHAS SERRANO: PRINCÍPIOS EDUCACIONAIS E REPRESENTAÇÕES DE VIDA NO ROMANCE LUDOVICO

Regina Maria Zanatta
Universidade Estadual de Maringá

Esta pesquisa procura identificar a importância de Jonathas Serrano (1885-1944) para a História da Educação Brasileira, situando-o, como um educador católico que participou do movimento de renovação educacional da Escola Nova, durante as primeiras décadas do século XX. O desenvolvimento desta pesquisa torna-se relevante porque a contribuição por ele deixada foi marcante, tanto pelas obras publicadas quanto pela sua atuação profissional, seja no setor educacional ou religioso. Destacou-se, sobretudo, pela luta travada entre os princípios tradicionais que defendia teoricamente e os princípios liberais que adotava na prática. Sua produção intelectual abrangeu o campo da História, da Filosofia, da Educação, da Literatura e da Arte. Preocupou-se, sobretudo, nas suas obras, com a condição e a formação dos professores para os quais escreveu, em especial, o livro A escola nova. A metodologia utilizada para esta investigação se faz por meio de uma análise do conteúdo literário produzido pelo autor, principalmente do seu romance Ludovico. A execução desta análise é acompanhada de um levantamento histórico educacional do período que abrange as três primeiras décadas do século XX. A utilização das fontes primárias do autor e outros intelectuais educadores assegura e confirma a contextualização de um dos períodos mais efervescentes da História da Educação brasileira. Os resultados esperados com tal investigação manifestam-se na caracterização deste educador católico como um dos principais participantes da reforma do ensino de 1928, no Distrito Federal , sob a direção de Fernando de Azevedo, quando a sua atuação era a de sub-diretor. O aspecto principal que se destaca neste autor é de ter mantido sua postura ilibada de católico sem deixar de lado o seu envolvimento com o desenvolvimento da modernidade, pleno de princípios liberais e progressistas. Isto é o que permite chamá-lo de um católico-liberal ou apenas um conciliador.

IDEOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO E EDUCAÇÃO: DE KUBITSCHEK A JOÃO GOULART

Rita de Cássia Ribeiro Barbosa
Doutoranda pela Faculdade de Educação da UNICAMP

A idéia de pôr em prática planos de desenvolvimento abrangentes nos países periféricos foi paulatinamente adotada no período pós Segunda Guerra Mundial. Com a divisão bipolar do mundo, entre países capitalistas e socialistas, liderados, respectivamente, pelos Estados Unidos e União Soviética, que buscavam ampliar a sua órbita de influência, os problemas econômicos das nações pobres, e seus

desdobramentos, passaram a ser objeto de discussão em inúmeros encontros internacionais realizados pelos defensores da sociedade aberta. Em particular, em 1948 surgiu a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), como parte da Organização das Nações Unidas (ONU). Os seus teóricos defendiam a utilização da técnica do planejamento, que deveria ser elaborado e conduzido pelo Estado, como um meio de acelerar o processo de industrialização dos países latino-americanos, tradicionais exportadores de matéria-prima. Considerando a escassez de recursos dos últimos, argumento insistentemente empregado na defesa de que os investimentos ocorressem, prioritariamente, em capital físico, os setores sociais foram parcamente contemplados nos projetos e programas oficiais de desenvolvimento. Nesse sentido, no Brasil, é possível observar a distância entre o discurso sobre a importância da educação para o crescimento econômico/ diminuição das desigualdades sociais e a política educacional materializada na época em questão. De fato, a implantação do capitalismo tardio no país, com o uso intensivo de tecnologias poupadoras de amplos contingentes de mão-de-obra, punha em xeque os fins da educação. Conseqüentemente, nesse período, presenciamos a resistência de economistas em destinar verbas para a expansão do sistema escolar, em seus diferentes níveis e modalidades, uma vez que a formação de recursos humanos que poderiam não ser absorvidos pelo mercado de trabalho era considerada um desperdício financeiro, contribuindo, também, para a desestabilização da ordem social. Dessa forma, procura-se, nesse estudo, apreender as principais implicações das relações estabelecidas entre educação, desenvolvimento e possibilidade de inserção no mercado de trabalho, tendo como referência o Plano de Metas (1956-1961), o Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social (1963-1965) e as chamadas Reformas de Base. A tentativa de concretização das últimas, durante o governo de João Goulart, evidenciou os tímidos limites do projeto de modernização que as elites tinham para o Brasil, que culminou com o golpe de Estado promovido pela coalizão civil-militar em 1964.

A REFORMA DO ESTADO E A POLÍTICA EDUCACIONAL NO BRASIL: O (NEO)LIBERALISMO NAS REFORMAS EDUCACIONAIS NACIONAIS (1995-2002)

Roberto Antonio Deitos
Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE

Nosso objetivo é analisar o pensamento liberal a partir de uma facção que liderou o processo político e o aparelho de Estado brasileiro com uma coalizão vitoriosa em 1994, que se compusera a partir das ações conduzidas pelo PSDB - Partido da Social Democracia Brasileira, facção que aglutinou o pacto burguês nacional, expresso na representação da liderança do intelectual Fernando Henrique Cardoso, eleito presidente da República, em 1994. Esta facção consolidou uma posição política que aglutinou quase a totalidade das classes dominantes ou da maioria de suas frações

em um pacto burguês nacional que possibilitou a reforma do Estado (1995-2002. A facção política que liderava os Governos FHC tinha como pressuposto gerador da crise: a crise do Estado e comportando, nessa crise do Estado, as derivações econômicas, financeiras, políticas e sociais em que o país vivia para enfrentar a abertura ao mercado internacional, exigência entendida como derivada da globalização e da competitividade à integração ao mercado mundial, abarcando a justificativa e os pilares que sustentam material e politicamente o pacto e as reformas implementadas. Associada ao processo da reforma do Estado, gerador da crise e dos entraves para a integração competitiva da economia brasileira ao mercado supostamente globalizado, a política educacional assume a função como uma das componentes da crise do Estado. Para tratar dessas questões, este artigo analisa os aspectos mais gerais da reforma do Estado brasileiro. Busca compreender como emergiu uma determinada versão liberal e como seus argumentos políticos e ideológicos consumaram e aglutinaram, a partir de uma determinada facção das classes dominantes, a liderança política e econômica do pacto burguês nacional, fortalecido a partir de 1995, com o início dos Governos FHC e, conseqüentemente, com o início da reforma do Estado brasileiro, culminando com a aprovação, ainda em 1995, do Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado. No referido Plano foram delineadas as dimensões institucionais e estruturais para o conjunto das reformas que se pretendiam e se empreenderam a partir da reforma do Estado brasileiro na sociedade brasileira ao explicitar os pressupostos e os argumentos assumidos a partir da versão liberal hegemônica em âmbito nacional desde a implantação do Plano Real, em 1994. Portanto, a política educacional é compreendida aqui como uma componente da reforma do Estado brasileiro e do movimento das forças e classes em disputas. Conseqüentemente, a política educacional, como uma componente da reforma do Estado e na função que exerce como sua componente, é também compreendida como uma geradora da crise do Estado e, por conseguinte, da crise social. Portanto, pretendemos analisar os pressupostos e as justificativas que engendraram a política educacional nacional, particularmente a implementada no período de 1995-2002, inserida no conjunto das reformas educacionais, políticas e econômicas viabilizadas nos Governos FHC e que acabam persistindo no Governo Lula.

CIDADANIA, PARTICIPAÇÃO POLÍTICA E EDUCAÇÃO NA HISTÓRIA DO BRASIL

Roberto Carlos Simões Galvão
UEM/PR
uem.aluno@ibest.com.br
Orientadora: Profa. Dra. Aparecida Marcianinha Pinto
UEM/PR

O presente estudo busca questionar até que ponto a vinculação entre educação e cidadania é pertinente e pode se viabilizar. Objetiva-se esclarecer qual a

contribuição que a educação pode, efetivamente, dar para a construção da cidadania no Brasil. Propõe-se uma reflexão, à luz de referenciais teóricos marxistas, acerca do papel da escola e do ensino, enquanto meio formador de uma cultura política de participação e cidadania. A metodologia fundamenta-se na pesquisa bibliográfica e, sobretudo, na análise crítica dos posicionamentos teóricos relativos à vinculação entre educação, cidadania e participação política no Brasil contemporâneo. Os estudos demonstraram que a tese do despreparo das camadas populares para a participação e para a cidadania sempre fora uma constante na história política do país. Muito embora a educação tenha um papel relevante na transformação da sociedade, não se fará plena a cidadania de um povo sem que sejam alteradas as condições materiais geradoras da extrema desigualdade econômica nacional. Diante do exposto, é possível afirmar que a cidadania não se constrói a partir de intervenções externas ou de programas educacionais dirigidos; a cidadania se constrói como um processo que se dá no interior da prática social e política das classes.

TRABALHO, EDUCAÇÃO E LEGITIMIDADE DA EDUCAÇÃO FÍSICA: CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Roger Carlos Ferreira Alves Santos
Lúcia Aranha
Universidade Federal de Sergipe/UFS
rogecarlos@bol.com.br

As transformações do capitalismo, materializadas por suas crises, engendram reflexos contraditórios e marcantes no mundo do trabalho e na educação. Estando a Educação Física – disciplina curricular conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB nº 9.394/96 – inserida no contexto educacional, também sofre as repercussões da reestruturação do capital, posto que este é o princípio educativo que orienta a organização da escola na sociedade capitalista. Isso implica que para uma área do conhecimento que possui um caráter não-conceitual – o caso da Educação Física – se apresentam dificuldades no que concerne à sua legitimidade como disciplina curricular. No atual momento, as forças produtivas encontram-se sob o impacto ocasionado pela introdução das inovações tecnológicas oriundas da microeletrônica nos processos de trabalho, o que vem acentuando a distância entre trabalho intelectual e trabalho manual. Partindo dessas premissas, o objetivo do presente artigo é desenvolver em caráter preliminar, reflexões sobre a relação trabalho e educação, e a legitimidade da Educação Física frente às novas exigências dos processos de trabalho. Para tal empresa nos norteamos conceitualmente pela perspectiva do materialismo histórico dialético, que apreende o trabalho como categoria ontológica fundante do ser social. Revisitamos sucintamente a perspectiva ontológica social, ressaltando a sua importância para a apreensão do real concreto. Depois empreendemos uma breve caracterização da

relação trabalho e educação no momento atual. Em seguida contextualizamos a gênese da Educação Física. Evidenciamos que as mudanças ocorridas no capitalismo colocam em xeque a legitimidade da Educação Física apesar da sua legalidade. Tal situação ocorre devido ao deslocamento do componente manual para o componente intelectual do trabalho, posto que a flexibilidade inerente aos processos de trabalho do presente momento, exige uma elaboração intelectual-cerebral mais acentuada, o que acaba por secundarizar a importância da aptidão física. Isso nos leva a questionar sobre a natureza da relação existente entre os novos processos de trabalho e as exigências de um novo perfil do trabalhador, com o processo de legitimidade da Educação Física como componente curricular. A priori constatamos que a legitimidade da Educação Física, possivelmente está vinculada à constituição de uma nova sociabilidade do trabalho, inserida num outro modelo de sociedade, onde o tempo livre e/ou o tempo do não trabalho se constitua num espaço destinado ao desenvolvimento das potencialidades humanas inerentes ao ser social. Sendo assim, esse desenvolvimento perpassará também através das dimensões estéticas e lúdicas que dizem respeito ao conhecimento não-conceitual tratado pela Educação Física, que se manifesta através da cultura corporal (jogo, ginástica, esporte, danças e lutas).

POLÍTICAS EDUCACIONAIS, FORMAÇÃO DOCENTE E INCLUSÃO NO MUNICÍPIO DE MARINGÁ: PERÍODO DE 2001 A 2004

Sandra Salete de Camargo-Silva
SEDUC, Município de Maringa
Áurea Maria Paes Leme Goulart
Universidade estadual de Maringá

A educação é direito de todas as crianças. A universalização do acesso e a permanência na escola estão longe de ocorrer e, fora do processo educacional, muitas crianças brasileiras são excluídas desse direito fundamental. Esta pesquisa discute a formação em serviço dos professores dos centros municipais de educação infantil de Maringá frente ao atendimento de crianças com necessidades educacionais especiais, no contexto das políticas públicas para educação especial no Brasil. Algumas questões foram desafios para este estudo: existem políticas para a formação de professores de Educação Infantil que atendam crianças com necessidades educacionais especiais? Que formação em serviço tem sido ofertada aos professores de Educação Infantil? Ela lhes proporciona subsídios teórico-metodológicos para o ensino de crianças com necessidades especiais? Realizou-se uma investigação documental e bibliográfica que, fundamentada no materialismo dialético estabeleceu como parâmetro a sociedade e suas proposições a partir da forma como se organiza e produz sua vida. Entende-se que o processo de transformação e mudanças em que a sociedade capitalista encontra-se, perpassa as relações entre os homens em um movimento histórico, que tem resultado na

alienação e na expropriação da compreensão real das condições de vida. Procurou-se ainda, compreender como essa sociedade concebe as relações sociais entre os homens e, nessa perspectiva, a educação especial, considerada na totalidade da educação na qual o paradoxo da exclusão e da inclusão está presente nos vários períodos da história. Foram analisados: o processo de incorporação da educação infantil municipal pela secretaria da educação, as políticas públicas municipais e as propostas de formação em serviço efetivadas por essa instituição no período compreendido entre 2001 a 2004. Ressalta-se que a efetivação de políticas públicas inclusivas encontra-se atrelada à participação social e ao acesso de todas as pessoas a bens e serviços públicos. Dialeticamente, evidencia-se que as garantias e direitos fundamentais ora apresentam-se como meios inclusivos e muitas vezes de resistência ao processo violento de exclusão da sociedade contemporânea. Na análise dos documentos da Secretaria Municipal da Educação, conclui-se que, até 2004, tem se efetivado uma política educacional com princípios e diretrizes que apresentam uma perspectiva crítica da educação. Desenvolveram-se programas e propostas para a formação de professores de Educação Infantil com temáticas amplas e pertinentes, porém com limitações em temas importantes e necessários para o atendimento às crianças com necessidades educacionais especiais que precisam ser estudados pelos professores.

O OFÍCIO DE MESTRE: IDEOLOGIA E PODER NAS FALAS DOS DOCENTES DEPUTADOS (LEGISLATURAS DE 1963 E 1967)

Sauloéber Tarsio de Souza
Universidade Federal do Tocantins

No último século, a profissão docente passou por grande transformação em função do contexto de enormes mudanças tanto no cenário interno como no externo. Esse processo fora classificado como modernização que multiplicaria problemas sociais e conflitos entre os diferentes grupos, gerando movimentos de protesto e resistência. Tal fenômeno ganharia impulso com o fim da Segunda Guerra, quando a tecnologia seria voltada para a produção de bens não bélicos, exigindo massas educadas dispostas a consumi-los. No Brasil, aceleraram-se os processos de industrialização e urbanização, o que provocaria profundas alterações nas esferas política, econômica e cultural, ocorrendo um movimento de valorização das atividades intelectuais, como a docência por exemplo. O "ofício de mestre" seria profundamente alterado, de forma que os docentes deveriam se qualificar cada vez mais como técnicos para servirem às necessidades do mercado de trabalho, alinhando-se o processo de ensino à reprodução do capital, tendência acentuada com o governo civil-militar. A demanda por educação levaria ao crescimento da profissão docente que teria papel importante neste processo social, assim, o número de professores de todos os níveis girava em torno de 287 mil, em 1957, passando para cerca de 670 mil, em 1968. A mudança no perfil do professor seria intensa a partir dos anos 60, quando o fracasso

escolar passava a ser creditado a má formação docente. Porém, uma parte da categoria continuou a ter prestígio o que garantia expressiva presença no cenário político, representando cerca de 17% dos congressistas desse período. Entre os 96 deputados que declaravam exercer a atividade docente, quase a totalidade possuía o 3º grau completo, no conjunto do Congresso este percentual ficava em torno de 75% dos deputados. Esse dado demonstra que os docentes desfrutaram da condição histórica brasileira, que criara a educação escolar como privilégio de grupos responsáveis pela direção do processo de "modernização conservadora", fortemente marcado pelo continuísmo de estruturas arcaicas com exclusão de significativa parcela da população das instâncias de participação. Esses docentes deputados, em geral, apresentavam a educação escolar associada ao desenvolvimento econômico, uma idéia freqüente em seus discursos, pensamento próprio aos profissionais da educação que construíram suas carreiras políticas também a partir de instituições escolares. Na empreitada desenvolvimentista, o professor teria papel estratégico por ser o formador de novas gerações, contudo, só caberia um tipo de docente: a do sacerdote missionário que, por detrás do apelo cristão e patriótico, deveria promover a educação voltada para a consolidação da sociedade de massas de forma harmônica. Tal figura era projetada especialmente sobre os professores do ensino fundamental, já que aqueles dos ensinos médio e superior apareciam em suas falas como indivíduos bem sucedidos e respeitáveis pelos seus feitos na academia, um tipo de auto-representação que gerava dividendos eleitorais aos docentes no Congresso. Tal discurso visava também, como representantes de diferentes instituições e organismos ligados à educação, legitimar seu status político. Enfim, no contexto autoritário, o professor era apresentado no plenário muito mais como colaborador do que contestador do processo de consolidação da sociedade urbano-industrial, baseada no projeto hegemônico do capital monopolista. Fontes: Anuários do IBGE; Diários do Congresso Nacional (1963-1970) e Repertório Biográfico: Câmara dos Deputados, 1966-1968.

A HEGEMONIA CIENTÍFICA NORTE-AMERICANA E A ORGANIZAÇÃO DE SEU ENSINO SUPERIOR: A LEGITIMAÇÃO DE UM MODELO PARA A REFORMA UNIVERSITÁRIA DE 1968?

Silvana Aparecida Bretãs
Universidade Federal de Sergipe
s-bretas@uol.com.br

O intento do presente estudo é analisar a organização da política científica norte-americana e de sua estrutura institucional de educação superior para, assim, procurar verificar a força de seu ethos científico nos contornos da Reforma Universitária de 1968 bem como, o modo pelo qual se expandiu e se diversificou a estrutura institucional deste nível de ensino no Brasil. Trata-se, portanto, de uma análise teórica sobre a política educacional, tendo em vista a concepção científica

que a orientou e possibilitou o crescimento dos estabelecimentos de educação superior. A opção teórico-metodológica é o referencial gramsciano que, na unidade de seu pensamento, oferece o conceito de ciência, metodologia para a sua historiografia e, ainda, o fundamento para a análise da legitimação ou não de um modelo de desenvolvimento de um país mais avançado para os grupos sociais mais atrasados. O período estudado abrange as décadas de 1950 e 1960, fase que corresponde à consolidação hegemônica científica norte-americana e, ao mesmo tempo, a aproximação do Brasil a este modelo de desenvolvimento e, conseqüentemente, a reestruturação de suas instituições sociais. Verifica-se, além da expansão de vagas e de instituições de educação superior, uma diversificação e fragmentação racionalizada na própria dinâmica interna da universidade, dos institutos tecnológicos, como também o surgimento de instituições periféricas a esse sistema central com a finalidade apenas de desenvolver o ensino.

ORGANIZAÇÃO DO ENSINO PRIMÁRIO NO BRASIL: UMA LEITURA DA HISTÓRIA DO CURRÍCULO OFICIAL

Solange Aparecida Zotti
UNICAMP e UnC/ Concórdia
solange@uncnet.br

A escola primária no Brasil muito tardiamente foi objeto de atenção das políticas educacionais. A educação brasileira começou a ser construída pela ponta da pirâmide, ensino superior e secundário, enquanto o ensino elementar era função da família, que possuía as condições econômicas para tal, basicamente até a República. Assim, para explicitar a lógica desse processo é preciso compreender a função específica do ensino primário, de acordo com as necessidades sociais que visa atender. O ensino primário no Brasil, historicamente, caracteriza-se pela sua relação com a formação da classe trabalhadora, destinado ao povo por excelência, enquanto os níveis secundário e superior foram instrumentos de formação das classes dominantes. Frente ao exposto, o objetivo deste artigo é historicizar a organização do ensino primário, dos jesuítas aos anos de 1980, tendo como eixo norteador a história do currículo oficial. Para este intento percorremos a legislação que, em cada período histórico, definiu as diretrizes de organização do ensino primário, com atenção às questões relacionadas ao currículo oficial. A análise, partindo dos pressupostos do materialismo histórico dialético, buscou compreender as determinações legais a partir do contexto socioeconômico em que foram produzidas e do papel mais amplo que a educação desempenhou em cada período. Ao percorrer a história do ensino primário, com base na análise da organização de seu currículo, podemos afirmar que seus objetivos estiveram atrelados a funções mais amplas, vinculadas ao contexto socioeconômico-político e ao papel que a educação, de modo geral, deveria desempenhar na conservação/transformação da realidade. O ensino primário, quanto à sua organização curricular, constituiu-se e se transformou, ao

longo da história da educação brasileira, pela ótica da classe dominante, de acordo com os objetivos econômicos e políticos de cada tempo. Portanto, o pensamento, a produção intelectual, a educação (suas leis, seus objetivos e sua organização), surgem como resultado da produção material dos homens em sociedade. É nesse sentido que abordamos a organização do ensino primário, pela ótica do currículo oficial, da educação jesuítica aos anos de 1980.

UMA REFLEXÃO ACERCA DO MANIFESTO DOS PIONEIROS DA EDUCAÇÃO NOVA

Suzane da Rocha Vieira
suzanne@vetorial.net

O presente estudo pretende refletir a respeito de um dos mais importantes documentos da História da Educação Brasileira: O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova de 1932, contextualizando o período histórico em que o mesmo foi produzido, assim como apontando algumas das repercussões sociais e políticas provocadas pelo documento. O Manifesto foi um documento que traçava as diretrizes de uma nova política educacional de ensino brasileiro em um período de transformações políticas, econômicas e culturais. O movimento renovador teve inicio com o final do século XIX e com o processo de industrialização que o país passava. A Associação Brasileira de Educação - ABE foi fundamental na discussão das reformas da educação e do ensino organizando as Conferências Nacionais de Educação. O Manifesto dos Pioneiros foi resultado da IV Conferência Nacional de Educação, que foi presidida por Fernando de Magalhães e teve a ativa participação do Ministro da Educação e Saúde Pública, Francisco Campos, o que demonstrou uma estreita fronteira entre a ABE e o Governo Federal. Assim, a partir dessa Conferência se constrói o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova dedicado ao governo e a nação, no qual são apontados os caminhos que a educação deve tomar para o país chegar à modernidade. O Manifesto foi escrito por Fernando de Azevedo, mas existem indícios de que Azevedo utilizou na redação do Manifesto algumas idéias e sugestões de outros signatários. O que nos permite afirmar que o documento é expressão de um grupo de intelectuais preocupados com a modernização do Brasil, alinhados no debate político, econômico e social do país e engajados na luta pela implantação da escola pública, laica e gratuita. A proposta educacional almejada pelos pioneiros estava pautada no pragmatismo da escola nova e trouxe a escola como espaço de mudança social, que busca formar um sujeito perfeito, moldado para ser o cidadão republicano. Assim, objetivando a construção de uma sociedade nova e progressista. Não se pode esquecer que o documento defende explicitamente a necessidade da Educação ser entendida como um problema prioritário e de responsabilidade do Estado. Por fim, ao mesmo tempo em que se pretende apontar alguns avanços que o documento trouxe a época,

buscou-se não fazer uma leitura ingênua do Manifesto, pois havia intenções em jogo e a proposta da incorporação de valores liberais à educação brasileira.

A PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA E A PRIMEIRA REFORMA EDUCACIONAL DO NOVO REGIME: DEMOCRACIA X EDUCAÇÃO POPULAR

Taís Delaneze
Universidade Federal de São Carlos

Este trabalho faz um estudo analítico sobre a primeira reforma proposta ao ensino escolar brasileiro do regime republicano – a Reforma Benjamim Constant – e a conjuntura em que se inseriram as medidas do primeiro ministro da história da educação do Brasil. A análise do trabalho compreende o período que vai dos antecedentes do movimento militar que derrubou o último torno das Américas às vésperas de outro movimento das Forças Armadas que colocou fim à República dos Coronéis. O objeto de estudo diz respeito à reforma educacional que veio no bojo da Proclamação da República, ou seja, o regime político que implantou ou procurou instaurar os ideais democráticos. A expansão da instrução pública seria muito mais do que preeminente nas ações do novo regime, ela deveria ser uma conseqüência lógica. A análise da questão educacional na Primeira República está, portanto, centrada especialmente, na esfera das políticas federais. Para a explicação das transformações político-econômicas do Brasil foi adotado o conceito de "revolução passiva" de Antonio Gramsci. O conceito engendra a idéia de "revolução pelo alto", ou seja, feita sem ter como principais protagonistas as classes populares. "Revolução passiva", "contra-revolução prolongada", "revolução-restauração" são termos equivalentes e conceitos aplicáveis para uma análise da realidade brasileira. As fontes utilizadas são documentos referentes aos decretos que originou a reforma e as principais obras sobre a história do Brasil e a história da educação do período. Os resultados da pesquisa apontam para um processo de "descontinuidade sem ruptura" que ocorreu na história do Brasil e da educação brasileira. Ou seja, algumas transformações ocorreram, contudo sem mudanças estruturais, caracterizando um estado de permanência da a velha ordem.

O PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA NO ESTADO DE SÃO PAULO: DOIS CASOS EM ESTUDO

Teise de Oliveira Guaranha Garcia
FFLCRP-USP
Theresa Maria Freitas Adrião
UNESP

O artigo apresenta os resultados de pesquisa realizada no Estado de São Paulo, como parte integrante de estudo que analisou a natureza, impactos e peculiaridades da implementação do Programa Federal Programa Dinheiro Direto na Escola, PDDE, em redes municipais e estaduais de ensino de cincos Estados Brasileiros. O Programa em estudo, criado pelo governo federal em 1995, integra o conjunto de medidas que caracterizaram os esforços direcionados à reforma do Estado brasileiro, implementados nos anos 1990, explicitando a proposição política de redimensionamento do papel do Estado no enfrentamento de uma crise, atribuída pelos reformadores a um modelo de administração pautado na forte intervenção do Estado, sobretudo no campo das políticas sociais. Dentre as referências teóricas que contribuem para o estudo da Reforma do Estado e suas decorrências no campo educaciona, destacamos: BUCHANAN, MCCORMICK & TOLLISON (1984); MONTANÕ (2002); PERONI (2003); ADRIÃO e PERONI (2005). O objetivo deste artigo, a partir dos pressupostos teóricos é apresentar os dados produzidos em estudos de caso, refletindo sobre o formato tomado pelo Programa no Estado de São Paulo em dois diferentes históricos de implementação: a rede estadual de ensino e a rede municipal de Pirassununga. Em cada esfera administrativa na qual foi desenvolvida a pesquisa foram realizadas entrevistas, observações, análise documental na esfera da gestão do sistema (e rede) e em unidades escolares. A pesquisa possibilitou verificar a potencialidade do Programa na indução a organização institucional, sobretudo em municípios pequenos como Pirassununga. Vale ressaltar que o modo pelo qual o PDDE foi implantado no caso paulista parece reforçar a estrutura pouco permeável à participação de pais e alunos que tem caracterizado nossas escolas. Explica, ainda, por que a implantação do PDDE, segundo os entrevistados no âmbito do sistema estadual, causou poucos transtornos ao funcionamento das escolas, uma vez que a trajetória das APMs as fazia configurarem-se como unidades executoras sob a tutela do diretor escolar. Apesar de registrarmos significativas diferenças entre as duas redes pesquisadas, pôde-se concluir que Programa contribui para o estabelecimento de um padrão de relacionamento entre gestores do sistema, profissionais da escola e comunidade usuária, pautado pela dimensão técnico-operacional, em detrimento da dimensão política da gestão escolar.

POLÍTICA DE INTERIORIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO PIAUÍ, NO CONTEXTO DA HISTÓRIA DAS POLÍTICAS DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Teresinha de Jesus Araújo Magalhães Nogueira
Professora Mestra em Educação – UFPI
teresinha.nogueira@uol.com.br
Maria Amparo Borges Ferro
Professora Doutora em Educação – UFPI
amparofero@uol.com.br

Busca-se neste artigo uma análise das tendências que orientam o processo histórico de interiorização da educação superior no Piauí, especificamente na cidade de Corrente-PI, no período de 1992 a 2005. Há uma tendência na política educacional brasileira, que de acordo com Oliveira (1998), aponta para um discurso considerado 'neoliberal da defesa da educação, tornando-se uma via de acesso à modernidade como elemento aglutinador de tendências que tomam corpo no cenário da educação. Questiona-se como o processo de educação pode ser satisfatório aos interesses públicos, visto que ocorre em tais momentos de reestruturação capitalista, resultante da ampliação da esfera privada, contrapondo-se ao alargamento dos direitos sociais? Em busca de reflexões e respostas, tem-se por objeto de pesquisa a expansão da educação superior em Corrente-PI, em uma análise das tendências que delineiam essa expansão. Percebe-se que, o Plano Nacional de Educação estipula que até 2011, 30% dos jovens na faixa etária de 17 e 24 anos deverão estar cursando o ensino superior. No entanto, o que se observa é que apenas 9% dos brasileiros nessa faixa etária estão cursando este ensino. Assim percebe-se a necessidade das universidades de atenderem a essa demanda, por meio da interiorização. Realizou-se este estudo com base em uma pesquisa qualitativa, sobre a interiorização da educação superior pública no estado do Piauí, na cidade citada, por meio da nova tendência da historiografia contemporânea, a Nova história Cultural. A metodologia baseou-se na análise histórica de entrevistas orais, e na técnica de histórias de vida. Investigou-se um universo de ex-alunos e professores. Essa análise foi feita com base em estudiosos como Halbwacks (1990), na relação entre a memória individual e a coletiva; Meihy (2002) conceituação objetiva da história oral; Le Goff (2003) na compreensão da identidade individual e coletiva, Certeau (2003), Chauí (2000), Pimenta e Anastasiou (2002), Dourado; Oliveira e Catani (2003), Saviani (1988), em uma análise da educação superior Sanfelice; Saviani; Lombardi (1999) na reconstituição da história da educação. Levando-se em conta mudanças conjunturais que de certa forma influenciaram as políticas e gestão da educação superior, percebeu-se que instituições como o Estado vêm se esvaziando em suas políticas sociais, manifestando seu poder nas representações de segmentos privilegiados e que as leis são determinadas pela economia do mercado, proporcionando aumento da expansão do ensino privado. Portanto, não há um modelo único, homogêneo de uma tendência acompanhando o desenvolvimento e expansão da educação superior no Brasil e sim uma

superposição de modelos que se delinearam a partir do contexto histórico-político de cada local e época. Quantitativamente há uma predominância do modelo neonapoleônico, que remonta ao império e às escolas profissionais, configurando-se nos dias atuais em um modelo neo-profissional, heterônomo e competitivo. A interiorização no Piauí apresenta a superposição desses modelos, mas diferencia-se do Brasil cuja expansão privada sobrepõe-se à pública, pela interiorização da Universidade Estadual-UESPI, que está presente em diversas cidades, que de acordo com a amostra pesquisada tem possibilitado a participação de seus egressos na sociedade Correntina, proporcionando-lhes o direito de pensar, agir e ser, ou seja, promovendo a cidadania.

ESTUDOS SOBRE A "MEMÓRIA" QUE MARTIM FRANCISCO APRESENTOU À CONSTITUINTE DE 1823 PARA A CRIAÇÃO DO SISTEMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Vanderlei Amboni
Professor do Departamento de História
UNESPAR/FAFIPA

O artigo aborda a "memória" que Martim Francisco apresentou à Assembléia Constituinte em 1823, propondo a criação de um sistema nacional de educação. Na "memória" está presente a influência dos ideais de educação preconizados pelos iluministas franceses pré e pós revolução burguesa na França. Nossa finalidade é contribuir para a história da educação brasileira, considerando que, sobre o tema proposto, há pouco estudo. Vemos assim que nas proposituras educacionais estão assentadas uma educação classista, pois a forma de domínio material domina a forma de expressão espiritual na vida social.

A EDUCAÇÃO NO CAMPO NA HISTÓRIA EDUCACIONAL BRASILEIRA: ALGUNS APONTAMENTOS

Vania Cristina Pauluk de Jesus
Mestre em Educação pela UEPG e
Pedagoga da Secretaria Municipal de Ensino de Ponta Grossa

Neste texto trataremos de alguns aspectos históricos de programas para educação no espaço rural. Esse texto é resultado de reflexões e pesquisa no Programa de Pós-graduação em educação da Universidade Estadual de Ponta Grossa, sendo parte da dissertação: Educação do campo: demandas dos trabalhadores; apresentada a esse programa. Como não podemos separar a educação do campo do contexto educacional mais amplo, pontuaremos alguns acontecimentos importantes da

história da educação brasileira., no decorrer do texto. Num primeiro momento discorremos sobre o descaso com a educação das populações rurais, visto que não havia necessidade de instrução formal para a realização de atividades produtivas no campo. Então, pontuamos alguns programas e projetos para educação no espaço rural, os quais tinham o objetivo de fixar o homem no campo, conhecido como ruralismo pedagógico. Finalmente, tratamos do contexto educacional atual, falando sobre o neoliberalismo e educação, a situação educacional do campo atual e as reivindicações dos movimentos sociais e sociedade que impulsionara a aprovação das Diretrizes Educacionais para Escola do Campo.

A MÚSICA E O PROJETO EDUCACIONAL REPUBLICANO PAULISTA - A REFORMA DE 1890

Vera Lúcia Gomes Jardim
PUC-SP/CNPq

Existe uma memória relacionada à Educação Musical de que sua organização deu-se a partir de 1930, pela atuação de Heitor Villa-Lobos. Este trabalho afirma que o ensino da música existiu como disciplina escolar, instituída legalmente pelo Decreto n.º 27 de 12 de março de 1890, no currículo da Escola Normal de São Paulo (na formação do professor) e no currículo do 1º grau (na formação do aluno); e, gradativamente nas modalidades escolares então existentes: escolas preliminares, escolas-modelo, grupos escolares, escolas distritais, rurais, isoladas, complementares e normais. O objetivo deste trabalho é evidenciar a inclusão da música no currículo, pela perspectiva dos reformadores republicanos, como elemento formador da cultura geral, visando a constituição global do educando, para que ele adquirisse, com a educação musical, além do sentido cívico, novos meios de expressão do pensamento; elemento compatível com as propostas de renovação do ensino, fundamentado na educação dos sentidos e em consonância com as finalidades educacionais do projeto republicano. A implantação do projeto pedagógico republicano pode ser apontado como um momento de importantes inovações para a História da Educação pelo amplo currículo; padronização e uniformidade do ensino simultâneo; gradualidade de estudos; estabelecimento de espaços e tempos escolares; além da aplicação de métodos compatíveis com as finalidades da educação, propostos pelo Estado – os mais modernos conhecidos na época – e, formação de um profissional habilitado para tal fim. Compreender as relações entre as várias concepções educacionais que dão origem a políticas e programas educacionais e como elas são concretizadas nas práticas de ensino tem sido o objeto de estudo de autores como Chervel (1990), Goodson (1995), Viñao Frago (1997), Julia (2001), que ressaltam a importância do estudo histórico do currículo e das disciplinas escolares como geradores de uma cultura escolar interna autônoma. Chervel (1990) acrescenta que a reconstrução da história das disciplinas escolares seria determinante tanto para a História da Educação quanto para a

História Cultural, uma vez reconhecido que na própria disciplina escolar, além das práticas escolares, estariam incorporadas também as grandes finalidades que lhe deram origem. Assim, a legislação para a Música, como disciplina escolar, representou uma fonte importantíssima comprovando sua presença e relevância no currículo e o direcionamento de seu ensino para o conhecimento formal; e, dimensionou as obrigatoriedades e imposições, encaminhando para a formulação de um método para o ensino musical para as escolas públicas baseado no método intuitivo, proposto como unidade para as práticas escolares. O cotejamento da legislação com as orientações e prescrições para o ensino e para a criação de um tipo de música adaptado e adequado à escola, expressos nos Relatórios e Anuários de Ensino, conferências, publicações e periódicos especializados, esclareceram as expectativas para o ensino da música, revelando mudanças nas finalidades educacionais no transcorrer do período, como também, a instituição de práticas escolares como a manossolfa e o canto orfeônico.

A LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL PARANAENSE E A ATUAÇÃO DO DIRETOR DA ESCOLA NORMAL

Vera Lucia Martiniak
GT História, Sociedade e Educação nos Campos Gerais-PR

Na dissertação de mestrado procurou-se analisar a atuação do Diretor da Escola Normal dos Campos Gerais, na Primeira República, examinando-se a conjuntura histórica no início do século XX. Para a análise, contextualizou-se o período delimitado, para se compreender as diretrizes emanadas do poder central e as suas implicações na área do ensino – inclusive no que concerne à imigração européia -, devido às contribuições por elas deixadas no aspecto educacional. Sobre a atuação do diretor na Escola Normal dos Campos Gerais - PR, buscou-se reconstruir uma parte da atuação dos primeiros diretores no período republicano, com base numa concepção dialético-materialista, para que o estudo possa contribuir na compreensão desse processo de construção da escola pública e, em especial, da Escola Normal nos Campos Gerais. Na investigação da atuação do diretor da Escola Normal, observadas as diretrizes legais que legitimaram sua função, percebe-se o caráter manipulatório, na reprodução dos ideais nacionalistas. Nessa perspectiva, o diretor atuou como agente fiscalizador dos interesses da classe dominante. A pesquisa foi realizada com o intuito de identificar particularidades referentes á função de diretor da Escola Normal e de compreender, por meio da análise de fontes primárias, a estrutura organizacional da escola na época e o papel do diretor nessa estrutura. A análise de documentos - decretos, códigos, relatórios - teve como critério apresentar as indicações legais e políticas da função do diretor na Primeira República. Já as fontes bibliográficas foram utilizadas para construir a base de entendimento e análise das fontes primárias, que abordavam e descreviam a atuação do diretor da Escola Normal. As fontes exploradas configuram-se como

potencial revelador dos mecanismos adotados e praticados pela inspeção escolar no interior da instituição, os quais constituem, sem dúvida, processos integrantes do contexto imbricado entre escola e sociedade.

HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL: EM BUSCA DE UM ESPAÇO NA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Vera Lúcia Messias Fialho Capellini
UNESP/Bauru
verinha@emphasis.com.br
Enicéia Gonçalves Mendes

Considerando que a escola deve garantir o acesso, a permanência e o sucesso de todos os alunos, este estudo é parte de uma pesquisa maior que objetivou verificar o rendimento escolar dos alunos com deficiência incluídos nas escolas publicas estaduais do município de Bauru. Assim, o presente estudo ora apresentado tem por objetivo traçar e analisar o percurso histórico da Educação Especial bem como verificar se os professores de classe comum têm o conhecimento deste contexto histórico. O trabalho faz referência ao período que compreende a evolução histórica da Educação Especial desde a Antiguidade até os dias atuais enfatizando os aspectos que conduziram este processo da exclusão as perspectivas atuais de inclusão escolar. Para tanto, adotamos a abordagem qualitativa, voltada tanto para o estudo de fontes que implicam em documentos legais e publicações específicas da historia da educação especial, além de levantar junto aos professores se a formação inicial recebidas por eles ofereceu subsídios teórico-práticos sobre o ensino para alunos com deficiência, sobretudo se a Disciplina História da Educação, componente dos quadros curriculares das licenciaturas e cursos de magistério em nível de Ensino Médio, abordou a evolução histórica deste segmento populacional. O resultado referente a análise processual histórica, aponta que nos dias atuais ainda encontramos resquícios da antiguidade referentes a exclusão social. No entanto, vale ressaltar que há inúmeras iniciativas de ordem internacional, as quais se refletem no contexto da educação brasileira como tentativas legais e de formação profissional visando reverter este quadro para a inclusão. Atualmente ainda estão presentes praticas excludentes, mediante as quais, pessoas com deficiência são excluídas e segregadas em suas próprias famílias e/ou instituições especializadas, quando a escola não cumpre com seu papel democrático garantindo acesso e permanência para todos os alunos com qualidade. Em relação ao perfil dos professores referentes a sua formação inicial, na disciplina História da Educação, os resultados indicaram que dos 68 professores que responderam ao questionário, somente dois afirmaram que na formação inicial tiveram acesso a algumas informações sobre a história da Educação Especial, mas que julgavam insuficientes para o trabalho em sala de aula. Observa-se na atualidade a iniciativa de reformulações curriculares no ensino superior, no sentido de garantir acesso a essa

temática, nos cursos de pedagogia. No entanto, ainda estamos longe desta proposta ser efetivada em todas as licenciaturas conforme recomendação do Ministério da Educação. Parece-nos ser primordial que os sistemas de avaliação externa dos cursos superiores incluam este quesito em suas pautas dentre os diversos existentes.

Linha: 3

História das Instituições Escolares no Brasil

ESCOLAS CATARINENSES APÓS O ESTADO NOVO (1945 -1960): (DES)NACIONALIZAÇÃO DO ENSINO PRIMÁRIO ESTRANGEIRO?

Ademir Valdir dos Santos
Universidade Tuiuti do Paraná

No Estado Novo, o projeto de nacionalização buscou forjar uma identidade nacional através da ação das escolas. A partir de 1937, a questão educacional constituiu uma estratégia para viabilizar a ação nacionalista, atingindo escolas do Sul – especialmente as chamadas "escolas alemãs" (deutsche schulle), o que desvelou a tensão entre a questão da cidadania nacional e a identidade étnica. Este trabalho analisa o alcance do projeto nacionalista em escolas no Sul brasileiro, após o Estado Novo. Questiona a integração dessas escolas, de seus atores e das comunidades do entorno à sociedade nacional, perante as medidas coercitivas que atingiram colônias rurais de origem alemã. O exame das transformações nas antigas escolas alemãs, após 1945, discute os efeitos do nacionalismo sobre as práticas pedagógicas e a gestão escolar, avaliando em que medida os atores da escola e da comunidade se afastaram da caracterização sócio-cultural constituída, alterando sua identidade étnica. Focando o período até 1960, este estudo é baseado em análise documental. São fontes primárias referentes a quatro escolas localizadas em áreas rurais do nordeste catarinense: livro de registro com 97 atas, referentes ao período 1949 e 1972; livro de inspeção escolar, descrevendo visitas realizadas entre 1936 e 1974; livro de Inventário Escolar, que registra o patrimônio de uma antiga escola comunitária alemã entre 1952 e 1969; onze edições de um jornal escolar, intitulado "Tudo pelo Brasil", elaborado por alunos de segunda e terceira séries, do período de 1941 à 1944; cinco atas de comemorações cívicas nas escolas, de 1941 e 1942; relatório de informação de um estabelecimento de Ensino Primário Geral, de 1944, ao Depto. Estadual de Estatística do Estado de Sta. Catarina; fotografias de escolas primárias rurais catarinenses nas décadas de 1930 e 1940. A análise de conteúdo e iconográfica foi realizada com referenciais teóricos da História da Educação e Sociologia. Concluiu-se que os processos de transformação institucional, assim como as interações entre os seus atores e a comunidade, foram marcados por conflitos étnicos para preservação da identidade. Características da gestão e das práticas pedagógicas nas escolas permaneceram após 1945, mostrando a continuidade do papel da escola primária como veículo de reprodução ideológica. A manutenção da escola permaneceu, em sua maior parte, como responsabilidade das comunidades, proprietárias dos terrenos e edificações utilizadas como escolas e residências de professores. Estes, embora nomeados e remunerados pelo Depto. de Educação, dependiam de um conjunto de condições objetivas e subjetivas para que atuassem nas localidades. A inspeção escolar e as práticas pedagógicas atendiam às orientações do Depto. de Educação, com o escopo de que os alunos desenvolvessem habilidades e conhecimentos prescritos pelo projeto nacionalista. Mas a ação individual e coletiva dos atores comunitários elaborou e preservou culturas escolares próprias, expressões históricas de diversidade étnico-cultural que geraram, nas escolas primárias rurais de comunidades de imigrantes alemães,

resistências de caráter étnico ao projeto nacionalista do Estado Novo e à sua continuidade.

HISTÓRIA DO GRUPO ESCOLAR CORONEL FLAMÍNIO FERREIRA DE CAMARGO: LIMEIRA – SP (1900-1970)

Alessandra de Sousa
Profa. Dra. Mara Regina Martins Jacomeli
Unicamp / Unisal

O presente trabalho refere-se ao projeto de pesquisa que está em fase inicial de desenvolvimento e objetiva contribuir com os estudos que abarcam a História das Instituições Escolares em especial com o projeto apresentado pela Profa. Dra. Mara Regina Martins Jacomeli que recebe o título de "História das instituições escolares de Americana e região (Santa Bárbara d'Oeste, Americana, Piracicaba e Limeira/SP) – dos grupos escolares às escolas de ensino fundamental". Para tanto, pretendemos discutir e analisar a história do Grupo Escolar Cel. Flamínio Ferreira de Camargo primeiro grupo escolar da cidade de Limeira e hoje abriga diferentes espaços culturais. Escolhemos esta cidade para desenvolver nossa pesquisa, por ser a pioneira no estado de São Paulo a ter trabalhadores livres, colonos na fazenda Ibicaba. O período de análise do referido objeto de pesquisa vai desde sua criação em 1900 até a criação da Lei 5692/71 que altera o currículo das instituições de grupos escolares passando para escolas de primeiro grau. Utilizaremos para análise deste trabalho levantamento e catalogação de fontes primárias e secundárias sobre o grupo escolar e contextualizar histórica e socialmente as transformações políticas, econômicas e sociais que ocorreram no período citado e assim entender as mudanças locais e regionais. Desta forma, apresentar historicamente qual a importância teve o grupo escolar Cel. Flamínio Ferreira de Camargo para a história local e regional é o objeto central de nossa análise.

O CAIC DE PONTA GROSSA A PARTIR DE UMA ANÁLISE HISTÓRICA E SÓCIO-POLÍTICA

Aline Nigelski
Orientadora: Profª Ms.Cleide Aparecida Faria Rodrigues
Universidade Estadual de Ponta Grossa

O presente trabalho insere-se na área da História da Educação, particularmente na temática sobre a história das Instituições Educacionais. O estudo pretendeu contribuir com as pesquisas e estudos do GT Campos Gerais sobre a história da educação no Paraná. Portanto, ao analisar a criação e o funcionamento de uma

instituição de relevância para a comunidade ponta-grossense permitiu-se articular as especificidades da história regional com a história da educação nacional. Essa pesquisa teve como objetivos analisar as propostas de escolas de tempo e atenção integral desde a década de 80, analisar seus pontos falhos e significativos, paralelamente ao estudo da trajetória histórica do CAIC Reitor Álvaro Augusto Cunha Rocha em Ponta Grossa, por meio da catalogação de fontes primárias e a revisão bibliográfica, sob a perspectiva de análise do contexto econômico, político e social da instituição na época em que foi criada e o entendimento dos fatos que possibilitam o seu funcionamento.

PROFESSORES POLÍTICOS E ALUNOS GREVISTAS: A ESCOLA NORMAL E O MOVIMENTO SEPARATISTA - CAMPANHA (MG), 1892

Ana Cristina Pereira Lage
UNICAMP/Mestrado
CNPq
anaplage@hotmail.com

A presente comunicação pretende discutir alguns pontos referentes à participação de docentes e discentes da Escola Normal de Campanha (MG) no Movimento Separatista Sul Mineiro de 1892 e seus desdobramentos. Tal Movimento pretendia a separação da região sul do restante do Estado de Minas Gerais, sendo esta já uma aspiração local desde o início do período imperial. Os separatistas alegavam que o dinheiro pago com os impostos da citada região sustentava boa parte do restante do território mineiro e também questionavam o descaso dos presidentes da Província ou do Estado com a região devido à longa distância que separava a cidade de Campanha da capital, Ouro Preto. Até a Proclamação da República foram feitas diversas tentativas de separação, todas de forma legal, através de propostas enviadas ao poder público nacional. Somente com o fortalecimento do Partido Republicano na região e com a mudança do regime politico é que as idéias separatistas tomaram forma de um movimento revolucionário, sendo decretado o Estado de Minas do Sul, com sede em Campanha, o qual durou cerca de um mês. Os professores da Escola Normal de Campanha (1874 - 1905) participaram ativamente do movimento, atuando principalmente na confecção do periódico e das negociações com o Governo Federal. Após a frustrada tentativa de separação, foram punidos com a demissão do diretor da Escola Normal e com o afastamento temporário de alguns discentes revoltosos. Os alunos reagiram a tal ato através de uma grève estudantil, recusando-se a comparecer à Escola. O impasse só foi solucionado com a reintegração do diretor ao cargo e com o retorno dos docentes afastados. Podemos detectar o movimento e a participação de docentes e discentes da Escola Normal, através de relatos de memorialistas campanhenses, dos artigos de jornais da época, dos almanacks locais e dos relatórios de presidentes de Estado. Privilegiou-se os dados coletados nos periódicos , os quais devem ser consultados

considerando o caráter de formador de opinião e enquanto veículos ligados a determinados partidos políticos. Foram consultados os jornais locais Minas do Sul e Monitor Sul Mineiro encontrados no Centro de Estudos Campanhenses Monsenhor Lefort (Campanha/MG). Esta discussão busca levantar alguns pontos da história política sul mineira, o conturbado momento da instalação da República no Brasil e os seus reflexos no mundo educacional. Têm-se que levar em consideração que as instituições escolares do século XIX estavam intimamente ligadas às questões políticas locais. Os professores participavam intimamente da politica e incitavam em seus alunos também esta participação. Durante o Movimento Separatista Sul Mineiro, ainda pouco estudado pela historiografia, docentes e discentes participaram ativamente.

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: perspectivas histórica

Ana Marilda dos Santos Boeno
GAPE - Curso de Pedagogia - UNICENTRO
Orientadora: Profª Drª Maria da Glória Martins Messias
GAPE -DEPED - UNICENTRO

Esta pesquisa tem como propósito contribuir para a produção do conhecimento na História da Educação Brasileira, por meio da compreensão da análise histórica do processo de alfabetização de jovens e adultos e como este vem ocorrendo no Município de Guarapuava-PR. Por meio de um levantamento bibliográfico, constatamos a construção histórica e a diferença entre educação formal e informal. Nessa perspectiva o presente estudo tem por objetivo explorar o diálogo estabelecido entre alunos, professores e instituições, embasados nas bibliografias que vêm debatendo e apontando caminhos sobre a dinâmica que envolve essas relações; bem como os determinantes históricos que perpassam o conhecimento. Esta pesquisa se utiliza da abordagem de relatos da história oral. Neste trabalho estamos considerando a reconstrução da memória das pessoas entrevistadas como um processo de uma narrativa, que pode ser individual quando necessário ou coletivo. Achamos pertinentes estes recursos, pois, ele pode constituir para o registro de fatos ou um mosaico de lembranças que poderão nos ajudar a construir a compreensão histórica. E o registro quando identificado oficialmente em fatos narrados nos livros e manuais, e mosaico quando passa a ser o conjunto de histórias de um determinado grupo social. Portanto, a narrativa histórica consolida valores e norteia a compreensão do presente - para o indivíduo e o grupo e fatos que envolvem a alfabetização de jovens e adultos e a inclusão dos mesmos no contexto social. Com este trabalho, esperaremos contribuir para as discussões sobre esse tema.

UMA HISTORIA DA LEITURA PARA PROFESSORES NA ESCOLA NORMAL DA CORTE: SABERES ESPECIALIZADOS PARA FORMAÇÃO DOCENTE NO SÉCULO XIX

Ana Paula Gomes Mancini[30]

Reconstituir características da leitura da formação de professores corresponde a um esforço de colaborar para a história da leitura para professores no Brasil. Para tanto, este texto é resultado da recuperação desta história e da necessidade de compreender os argumentos estabelecidos para a definição dos livros e compêndios adotados para a formação de professores na Escola Normal. Num primeiro momento realizou-se um levantamento histórico das questões e perspectivas das praticas de leituras apreendidas na Escola Normal da Corte. A questão principal que norteou esta investigação foi a de compreender quais as competências de leitura eram exigidas na formação dos professores na Corte. Dessa forma, a opção em estudar a literatura adotada na Escola Normal da Corte, esteve centrada na perspectiva de que se pode apreender a produção cultural da escola por meio das leituras exigidas na formação de professores. O que implica passar pelos saberes pedagógicos e pelos conteúdos escolares, ou seja, por alguns dos modos pelos quais se constitui a cultura profissional docente, entendida aqui como um amplo conjunto de elementos, dentre os quais as leituras destinadas a formação de professores, o currículo da escola, os conteúdos escolares, as praticas e o cotidiano escolar. Uma dimensão como essa diz respeito às maneiras como um grupo elabora, vive e pensa sua realidade, tomando-se como referência alguns pressupostos assinalados por Roger Chartier (1990).Nesse sentido as leituras utilizadas na Escola Normal da Corte serviram de parâmetro para a formação dos professores e orientaram as maneiras de elaboração do saber e da realidade vivida na Escola Normal da Corte. Pensando nessa perspectiva o tratamento analisamos os livros adotados na formação dos professores da Corte, podemos afirmar que os intelectuais locais não só consumiam um tipo de literatura, como a adotavam na forma original. Diferentes eram os modelos, diversos eram as decorrências teóricas. Em meio a um contexto caracterizado pelas idéias novas que se assentavam no país, as teorias educacionais se apresentavam enquanto modelo teórico viável na justificação do complicado jogo de interesses que se estabelecia. Para além dos problemas mais prementes, relativos à formação do povo e da conservação de uma hierarquia social, parecia ser preciso estabelecer critérios diferenciados na adoção dos conteúdos escolares. Na Escola Normal do Município da Corte, portanto, a liberdade de ensino ainda era marcada por tensão política. As discussões sobre a educação eram muitas, na verdade esse foi um século em que muito se falou sobre instrução pública e pouco se efetivou no contexto da prática educacional. Os compêndios didáticos utilizados pelos professores, segundo o projeto Imperial, deveriam ser aqueles indicados pelas autoridades educacionais, considerados adequados ao perfil do "novo" professor,

[30] Doutora em Educação pela UNESP/ Marília. Professora da UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados/MS.

isto é, um professor despojado da sapiência que caracterizava os antigos professores régios. Dessa maneira assumiam, no século XIX, o papel de vulgarizadores de um saber pré-fabricado e estampado nos livros didáticos. O fato em si estava mais para a adaptação de um modelo cultural, cuja liberdade de ensino não era permitida, do que propriamente uma tentativa de melhorar a formação de mestres.

CELESTIN HIPPEAU: CONTRIBUIÇÕES PARA A HISTÓRIA DA ESCOLA PRIMÁRIA E DOS MÉTODOS DE ENSINO NO BRASIL

Analete Regina Schelbauer
Universidade Estadual de Maringá - UEM
analeteregina@ig.com.br

A difusão do processo de escolarização elementar e das instituições escolares criadas para suprir tal finalidade constitui-se marca registrada da segunda metade do século XIX, desencadeando uma produção e circulação de modelos pedagógicos em diversos veículos como as exposições internacionais, os congressos pedagógicos, livros, compêndios de pedagogia, manuais de ensino e os relatórios sobre a instrução pública. A presente comunicação objetiva sistematizar e analisar as contribuições dos Relatórios sobre a instrução pública, elaborados por Celestin Hippeau durante as décadas de 1860 e 1870, para a difusão do processo de escolarização primária no Brasil em fins do século XIX. O trabalho tece considerações especificamente sobre três dos sete relatórios publicados por Hippeau A Instrução Pública nos Estados Unidos (1871), A Instrução Pública na Inglaterra (1874), L'Instrution Publique en Amerique du Sud, Republique Argentine (1879) e seu itinerário pedagógico no Brasil por meio dos intelectuais que colocaram em circulação os modelos de ensino veiculados nos relatórios. Analisa a predominância de certas questões e diretrizes específicas para organização das escolas primárias, dentre elas, a prescrição do método de ensino intuitivo e das lições de coisas. No caso do ensino intuitivo, a análise dos relatórios ajuda a compreender a forma pela qual esse modelo pedagógico foi colocado em circulação, em âmbito mundial, e seu processo de apropriação na realidade brasileira, colaborando para a construção da história da escola primária dos métodos de ensino no Brasil.

O LICEU PARAENSE NO INÍCIO DO SÉCULO XX: BREVES APONTAMENTOS

Antonia Roseane Favacho da Silva
Daniele Suani Santos da Rocha
Elias Santos de Brito
Evaldo Ferreira Rodrigues
Keila de Jesus Moraes Lobato
Maria Isabel Castro Amazonas
Maria do Perpétuo Socorro Gomes de Souza Avelino de França
Universidade do Estado do Pará

A pesquisa tem por objetivo traçar um diagnóstico da situação do ensino secundário público, em Belém do Pará, no inicio do século XX, tendo como referência de análise o Liceu Paraense. Para a consecução desse objetivo valemo-nos de fontes primárias como relatórios da instrução pública, regulamentos do Liceu e jornais, buscando extrair dessa documentação indícios que nos possibilitassem compreender as dificuldades por ele enfrentadas e as propostas de reformas implementadas pelos homens públicos paraenses para reerguer os estudos lá ministrados. À medida que avançamos nos estudos lançamos mão de uma produção historiográfica que nos possibilitou entender as políticas educacionais da época e seus reflexos na organização do ensino secundário nessa região. A análise dos dados permite inferir que o ensino secundário se encontrava em estado deplorável. Isso se devia, entre outras coisas, as mudanças constantes dos diretores da instrução pública, que até então, acumulavam a função de diretor desse estabelecimento de ensino, assim como a deflagração de reformas sucessivas e desordenadas, realizadas sem nenhum critério. Mesmo sendo um curso gratuito, contando no seu corpo docente com os melhores professores não inspirava confiança aos pais de família, que preferiam os colégios particulares para matricularem seus filhos. As mudanças propostas á época se limitaram a questões de natureza administrativa, pedagógica e disciplinar. Manter a ordem era a preocupação dominante.

A INSTRUÇÃO SECUNDÁRIA NA PROVÍNCIA DA PARAHYBA DO NORTE (1822– 1889): O LYCEU PARAHYBANO.

Antonio Carlos Ferreira Pinheiro
Cláudia Engler Cury
PPGE/PPGH - UFPB

Este artigo tem como objetivo analisar alguns aspectos relativos ao processo de organização da instrução secundária na Província da Parahyba do Norte tomando como referência o Lyceu Provincial, posteriormente, denominado Lyceu Parahybano. Pretendemos à luz da cultura política e da cultura escolar

compreendermos como se processou a estruturação oficial (formal) da instrução secundária no XIX e o projeto de nação que se pretendia implementar para a jovem nação. Desta forma, procuramos identificar como foram tecidas as práticas instrucionais caracterizadas pelos planos de estudos, métodos de ensino, as práticas disciplinares tais como os métodos punitivos e a organização do tempo escolar além das preocupações dos gestores públicos com a melhoria das condições de instalação das aulas de ensino secundário. O conjunto ou grupo de pessoas que atuava na conformação da instrução pública como os legisladores, diretores do Lyceu, inspetores da instrução pública, presidentes das províncias e professores são as vozes que nos chegam por meio da documentação e é sob a ótica desses sujeitos históricos que procuramos adentrar ao mundo escolar do período em questão. Os documentos e fontes com os quais trabalhamos são as Leis e Regulamentos sobre instrução pública produzidos na Parahyba imperial, entre os anos de 1837 a 1889, selecionados nas Collecções das Leis Provinciais (1835-1889) e publicadas ordinariamente todos os anos. Outra fonte disponível são as mensagens e discursos que foram elaborados pelos presidentes da Província e encaminhados à Assembléia Legislativa paraibana, bem como os relatórios produzidos pelos diretores da instrução pública. Os relatórios dos presidentes de província e dos diretores da instrução pública nos permitiram, entre outras coisas, avaliarmos as dificuldades, os embates políticos e jogos de poderes travados no campo educacional. Os jornais paraibanos do período também já foram identificados e raríssimas matérias sobre instrução pública foram encontradas. A pesquisa vem sendo realizada, atualmente, no interior do Grupo de Pesquisa sobre História da Educação na Parahyba Imperial. No trabalho com os documentos estamos sempre zelosos com as questões de caráter teórico-metodológico que vem sendo postas pela historiografia contemporânea, especialmente, no que diz respeito às fontes de caráter oficial. Considerando que muitas vezes só contamos com este tipo de documentação para nossas pesquisas é preciso que ela seja trabalhada como uma das fontes para análise/interpretação e, sempre que possível confrontada com outras fontes e sujeitos da história. Faria Filho (1998:124), ressalta particularmente em relação às leis que podem ser pensadas "como prática ordenadora das relações sociais (...) Menos óbvio é, por exemplo, estabelecer o repertório discursivo que a legislação põe à disposição e em movimento tendo em vista a conformação do campo pedagógico". Nesse sentido, é com esta perspectiva que temos trabalhado ao longo da pesquisa.

IMPERIAL COLLEGIO DE PEDROII: PORTAL DAS IDÉIAS EDUCACIONAIS EUROPEIAS PARA O ENSINO SECUNDÁRIO BRASILEIRO:1838-1878

Ariclê Vechia
Universidade Tuiuti do Paraná
arikele@hotmail.com
Karl Michael Lorenz
Sacredheart University
lorenzk@sacredheart.edu

Criado pelo Decreto de 2 de dezembro de 1837, o Imperial Collegio de Pedro II representou a primeira iniciativa do Governo Imperial de estabelecer o ensino secundário público no Município da Corte e, de buscar alguma uniformidade no ensino secundário no Brasil. Sua fundação teve por finalidade oferecer um tipo de educação que atendesse aos interesses da elite intelectual, econômica e religiosa da Corte e das Províncias brasileiras. Em decorrência de idéias iluministas e liberais em voga na época, os governantes brasileiros foram buscar inspiração em países da Europa Central para organizar uma instituição de ensino secundário modelar. Esta nova instituição deveria constituir-se em um centro receptor e difusor de idéias educacionais transnacionais relativas ao ensino secundário. O estudo tem como objeto de estudo a analise da influência de idéias educacionais em voga na Europa Central na estruturação e na composição dos planos de estudos do referido colégio no período de 1838 a 1878, bem como, a analise das estratégias adotadas pelo Governo Imperial na tentativa de difusão dessas idéias pelas demais instituições de ensino secundário no país. Trata-se de um estudo com uma abordagem sócio histórica, tendo como categorias de análise as idéias educacionais, os planos de estudos, os estudos humanísticos e os estudos científicos.As principais fontes pesquisadas foram:Leis, Decretos e Regulamentos que estabeleceram os planos de estudos adotados no Collegio, a Legislação que norteava a estruturação dos planos de estudos e a que estabelecia os mecanismos a serem utilizados na difusão das idéias educacionais , ali adotadas, para os seus congêneres. Constata-se que, visando garantir a qualidade de ensino, os estatutos do Collegio, aprovados em 1838, foram organizados com base nos estatutos de liceus europeus franceses. Os estudos foram organizados em 8 “aulas” e o plano de estudos adotado tinha por finalidade primeira, elevar os estudos das humanidades clássicas no Brasil. Pela dificuldade de sua implementação, em 1841, o plano de estudos foi alterado. Muito embora a área das humanidades continuasse prevalecendo sobre as demais, verifica-se que, houve uma modernização dos estudos em decorrência da inclusão de novas disciplinas e, pela ênfase dada ao estudo das língua vivas.As reforma da década de 1850 refletiram as preocupações observadas na Europa, principalmente no que concerne à compatibilização do ensino secundário ao técnico, implicando em nova estruturação dos planos de estudos de 1855 e 1857 e dando maior ênfase aos estudos científicos. Anulando as idéias inovadoras anteriores, o plano de estudos de 1862, seguindo idéias vigentes na Europa Central passou a dar novamente ênfase aos

estudos humanísticos. Estas idéias direcionaram os planos de estudos seguintes sendo que, o plano de estudos de 1878 adotou idéias norte-americanas. A difusão das idéias educacionais, adotadas no Collegio de Pedro II, deveriam ser feitas pelo sistema de equiparação que, no período imperial, acontecia de forma indireta, sendo usados diversos mecanismos para tal intento.

EDUCAÇÃO SANITÁRIA: UMA PREOCUPAÇÃO CONSTANTE NOS GRUPOS ESCOLARES

Bruna Maria Morais de Paiva
PIBIC/UFPB
Rosângela Chrystina fontes de Lima
PIBIC/UFPB
Orientador: Profº Dr. Antonio Carlos Ferreira Pinheiro
UFPB

O presente artigo trata da história da educação paraibana (1916 – 1929) tendo por objeto de estudo os grupos escolares. Neste, iremos abordar aspectos culturais referentes à preocupação com a higiene nos grupos escolares que era um dos fatores de maior cuidado por parte dos dirigentes educacionais, principalmente quando neles abrigavam escolas noturnas. Esse maior controle se dava por conta do risco de contágio que poderia ocorrer de adultos para as crianças de moléstias em geral, mas particularmente as doenças venéreas. A metodologia empregada se constituiu no levantamento e análise de fontes primárias e secundárias coletadas em arquivos públicos do Estado da Paraíba. Trabalhamos com o Jornal "A União" de 1916 a 1928, foi também consultado o Regulamento sobre a Instrução Pública na Parahyba do Norte publicado em 1917. A construção da escola e a produção de sua cultura esta intimamente ligada aos aspectos físicos que representou um forte simbolismo republicano. Nesse sentido, grupos escolares existentes tornaram-se espaços privilegiados para operarem uma mudança de sensibilidade, linguagem, comportamentos, costumes e mesmo de projetos e perspectivas pessoais, das classes populares, cuja cultura não era considerada adequada ao convívio social no mundo urbano e caberia à escola realizar essa transformação, à começar pelas crianças. Caberia ao Estado, todavia, criar mecanismos legais, via decretos, normas e regulamentos para comprar e prover os edifícios escolares, dotando-os de mobiliário adequado que era imprescindível para o conforto, higiene e melhor funcionamento desses estabelecimentos de ensino. A localização dos edifícios escolares inferia diretamente na maior ou menor freqüência do alunado, ou seja, as escolas e, especificamente, os grupos escolares deveriam ser, prioritariamente, instalados em áreas que favorecessem o acesso da demanda escolar. No Brasil, diversos foram os desafios enfrentados na primeira república, devido ao crescimento urbano nas capitais e à enorme quantidade de pessoas que se alojavam em cortiços. Dentre eles o que mais preocupava os gestores públicos, professores e

intelectuais era o controle de doenças. Acreditava-se que através da escola (instrução) esse problema poderia ser sanado. Dessa forma foram realizadas palestras e conferências sobre higiene e profilaxia nas escolas noturnas, cadeiras isoladas, escolas municipais e grupos escolares com o intuito de esclarecer a população pobre, para a importância dos atos de higiene, para o perigo das epidemias e moléstias contagiosas. Assim a utilização do espaço físico dos grupos escolares esteve além de suas funções pedagógicas em torno do ensino regular e formal. Não somente porque tais edificações contavam com conforto e higiene, mas também pelo status social que a eles foram atribuídos. Os prédios dos grupos escolares eram construídos ou adaptados seguindo normas rígidas de higiene, que iam desde sua localização, iluminação, ventilação (salas de aula amplas e arejadas), mobiliário próprio (cuidadosamente higienizado e envernizado) aos cuidados dos professores para com os alunos. Tudo era desenvolvido para oferecê-los total conforto e segurança além de exercer por si só uma sugestão higiênica sobre as crianças. Desse modo, podemos concluir ratificando a importância que os grupos escolares tiveram e ainda têm para a nossa história educacional.

MULHERES DA UNIÃO UNIVERSITÁRIA FEMININA - 1929

Caren Victorino Regis
Bolsista IC/UNIRIO
carenvr@ig.com.br
Orientadora: Prof.ª Dra. Nailda Marinho da Costa Bonato
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

O trabalho apresentado é fruto da pesquisa de iniciação científica, em andamento, que estuda a atuação da União Universitária Feminina, criada em 1929. A pesquisa tem como objetivos: revelar quantas e quem eram as mulheres membros da União Universitária Feminina; identificar os motivos de sua formação assim como os seus objetivos e analisar as concepções da União sobre o ensino superior para as mulheres; busca conhecer a inserção das mulheres no ensino superior e toda a trajetória de luta dessas mulheres para exercerem seus direitos sociais e políticos. Para embasamento da pesquisa são necessárias a pesquisa bibliográfica e a análise documental. Como fonte privilegiada está sendo vasculhado o "Fundo Federação Brasileira pelo Progresso Feminino" que faz parte do acervo do Arquivo Nacional, já que a União se correspondia com a Federação. Conhecer a vida, as lutas e as conquistas das mulheres membros da União representa entendemos um pouco da configuração atual do ser feminino centrado na mulher e de sua inserção na universidade. Bertha Lutz, Carmen Portinho, Maria Bittencourt, Maria Rita Soares de Andrade, Maria Werneck e Orminda Ribeiro Bastos, são algumas das mulheres já identificadas pela pesquisa como participantes ativas daquela entidade e da FBPF. Elas se destacaram nas áreas de Direito, engenharia, ciências, assim como no campo político partidário. A formação em nível superior foi um dos caminhos trilhados por

elas que buscavam, no período estudado, igualdade de direitos e acima de tudo serem vistas na nossa sociedade como seres pensantes e criativos.

FORMAÇÃO CONTINUADA E EXPERIMENTALISMO PEDAGÓGICO: A ESCOLA GUATEMALA NOS ANOS DE 1950/1960.

Cecilia Neves Lima
Mestranda – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO
lima.cn@gmail.com

O presente trabalho corresponde a análise de experiência pedagógica da Escola Guatemala, 1º Centro Experimental do INEP, em relação à testagem de metodologias e a formação continuada de professores sobretudo primários nos anos de 1950/1960. Este período coincide com a presença de Anísio Teixeira a frente do INEP e do CBPE, instituições às quais a escola estava subordinada pedagogicamente. Trata-se de uma pesquisa no campo da História da Educação, desenvolvida por meio da análise documental, com as seguintes características: a) estudo das práticas culturais dos atores sociais num dado período histórico; b) utilização de um conceito alargado de fontes documentais, incluindo desde documentos não-oficiais produzidos por indivíduos ou instituições até outras modalidades de registro da ação do homem, tais como grafismos e/ou utensílios utilizados pelos indivíduos num dado local e tempo. Utilizamos a análise sugerida por Le Goff. Analisamos fontes documentais referentes documentos oficiais e não-oficiais relativos ao CBPE e a Escola Guatemala, oriundos de arquivos pessoais de atores que tiveram participação direta tanto no projeto do CBPE quanto na Escola Guatemala (Arquivo de Anísio Teixeira e Lúcia Marques Pinheiro) e por trazerem informações sobre o cotidiano dessas instituições de modo que podemos nos apropriar de um aspecto da realidade no tocante a formação e aperfeiçoamento dos professores, nos permitindo inferir acerca da construção das idéias pedagógicas experimentais, no que tange a formação de professores especificamente, desenvolvidas no 1º Centro Experimental de Educação Primária do INEP, situado na Escola Guatemala. Nesta pesquisa, foi possível caracterizar a Escola Guatemala como um lócus de formação e aperfeiçoamento de professores em intensa articulação com o projeto do CBPE (Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais). Podemos afirmar que essa escola tornou-se um espaço real de reflexão sobre a prática pedagógica.

HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO FÍSICA & ESPORTE E LAZER NO NORDESTE DO BRASIL: UM ESTUDO A PARTIR DA CONSOLIDAÇÃO DE GRUPOS DE ESTUDO E PESQUISA DA REDE LEPEL/FACED/UFBA

Celi Zülke Taffarel
Prof.ª Dra. Titular LEPEL/FACED/UFBA – CNPq E FAPESB
Micheli Ortega Escobar
Prof.ª Dra. Visitante LEPEL/FACED/UFBA – FAPESB
Solange Lacks
Prof.ª Dra. LEPEL/UFS
Cláudio Lira Santos Júnior
Prof. Dr. LEPEL/UEFS
Roseane Soares de Almeida
Prof.ª Dra. LEPEL/UFPE
Kátia Oliver de Sá
Prof.ª Ms LEPEL/UCSal
Márcia Chaves
Prof.ª Dra. UFAL Colaboradora UFBA
Núcleo/EPISTEF/LEPEL/FACED/UFBA/FAPEAL
Nair Casagrande
Prof.ª Ms EPISTEF/LEPEL/FACED/UFBA

Trabalho científico de consolidação REDE/LEPEL intercâmbio Universidades Nordestinas – UFBA, UFPE, UFS, UEFS, UCSal, Núcleo egressos UFAL. Problemáticas significativas: trabalho pedagógico, formação de professores, produção do conhecimento e políticas públicas, da cidade e do campo, são pontos de partida. Busca-se a compreensão do lógico e histórico. Apresentam-se proposições científicas conduzidas por Grupos certificados e cadastrados/CNPq. A hipótese central é a necessidade do redimensionamento do trabalho pedagógico, articulado por uma pesquisa matricial para a produção do conhecimento, com unidade teórico-metodológica, na perspectiva da formação omnilateral, do projeto histórico socialista. Subsidia-se tese sobre construção da Teoria da Educação Física como categorias da prática.

ESTRATÉGIAS DE APROPRIAÇÃO DAS FONTES DOCUMENTAIS PARA O RESGATE HISTÓRICO DAS CASAS DE EDUCANDOS ARTÍFICES NO BRASIL IMPÉRIO

César Augusto Castro
UFMA
Samuel Luis Velazquez Castellanos
UFMA
Agência financiadora: CNPq

Tratamos de discutir as estratégias de apropriação das fontes documentais armazenadas nos lugares de memória (bibliotecas e arquivos) para o resgate da história das Casas de Educandos Artífices, instituições criadas no século XIX, nas Províncias do Norte (Amazonas e Pará), do Nordeste (Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Alagoas) e em São Paulo, com a finalidade de acolher crianças pobres e desvalidas, dando-lhes uma educação primária básica (ler, escrever e contar) e uma educação profissional (pedreiro, sapateiro, alfaiate, marceneiro, dentre outras). Para traçarmos a história dessas instituições recorremos aos Relatórios dos Presidentes de Província, à imprensa periódica (jornais), às leis e regulamentos e aos documentos manuscritos armazenados e catalogados em arquivos e bibliotecas públicas. A partir da apropriação dessas fontes, alguns mergulhos sobre estes Estabelecimentos de artífices numa ou em outra Província foram mais aprofundados e intensos, como no Pará, Amazonas, Maranhão, Piauí e São Paulo, enquanto outros beiraram a orla do possível pelo estado deteriorado das fontes; em especial, as manuscrita e periódicas. A leitura e análise desse conjunto de fontes provocaram questionamentos diversos que precisavam ser explicitados e explicados: quais os motivos que levaram à criação dessas instituições para atender crianças pobres e desvalidas? Que saberes e práticas educativo–profissionais eram privilegiados no contexto escolar? De que modo funciona-vam e como se organizavam esses saberes e essas práticas? Buscamos algumas interpreta-ções que, se não respondessem a essas indagações em sua totalidade, pelo menos preen-chessem espaços em branco e abrissem perspectivas para posteriores investigações. Os re-ferentes constitutivos da história dessas instituições não poderiam ser compreendidos sem os recortes e os deslocamentos implícitos na história da educação, tanto na educação infan-til e na educação para o trabalho, como também nas instituições escolares. Portanto, o construto historiográfico sobre as Casas dos Educandos Artífices prescinde desses três eixos epistêmicos, os quais, no conjunto das temáticas tratadas pela história da educação brasileira, mostram-se lacunares quando comparados com outras. Para Cunha (2004), a história do ensino industrial-manufatureiro tem sido quase ignorada pelos historiadores da educação, que se preocupam em explicitar a escolarização das elites e o trabalho intelectual. Entretanto, algumas pesquisas têm contribuído para preencher esta lacuna, como as de Fonseca (1982), Cunha (1979a; 1979b), Santos (2002), Franco (1988), Moraes (2003) e Giglio (2001), dentre outros. A realização desse estudo, nos possibilitou compreender o espaço

privilegiado que os lugares de memória ocupam na história da educação, em especial a que remete ao século XIX e como a emergência da Instituição, Casa de Educandos Artífices, contribui para entendermos a educação profissional de crianças pobres no Brasil Império.

FACENS – UMA HISTÓRIA DE CONTRIBUIÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DE SOROCABA E REGIÃO – ORIGEM E FUNDAÇÃO

Christina Camilla Antunes de Almeida
Orientador: Prof. Dr. José Luiz Sanfelice
Universidade de Sorocaba
Programa de Pós-Graduação em Educação

Este trabalho aborda a origem e a fundação da FACENS – a primeira faculdade de engenharia de Sorocaba. Fundada em 1976 por Alexandre Beldi Neto, empresário sorocabano do setor de telecomunicações, a FACENS foi delineada segundo os efeitos da Reforma Universitária de 68 que mudou totalmente o perfil das IES no Brasil. Idealizada justamente num período de impactantes transformações sociais, o Regime Militar, a FACENS foi estruturada física e pedagogicamente segundo as orientações da Lei nº 5540 e dos parâmetros estabelecidos pela "A Nova Concepção do Ensino de Engenharia no Brasil", a coletânea de documentos publicada pelo MEC, concebida por Comissões de Especialistas do Ensino de Engenharia, pelo DAU – Departamento de Assuntos Universitários e pelo Conselho Federal de Educação. Essa coletânea fez ampla e profunda revisão nos currículos dos cursos de Engenharia que vigoravam no país desde a publicação do Parecer 280/62, de 19/10/1962, que pela primeira vez estabeleceu os currículos das diversas áreas de especialização em Engenharia. Esta pesquisa, que se encontra em andamento, pretende fazer um levantamento histórico-educativo da trajetória da FACENS enfatizando sua origem e fundação, considerando, segundo Dario Ragazzini, 1999:

a) O estudo da educação – numa conotação pluridisciplinar dos fenômenos, a reflexão multiforme em torno do objeto, dos fatos e processos formativos estudados por meio das diversas interações que intervieram na origem e fundação e na formação dos alunos da FACENS.

b) O tempo – no âmbito da reflexão do fato (a fundação da FACENS) que se constituiu em relação às mudanças educativas, formativas e cognitivas ocorridas. Um tempo que não é abstrato, mas "repleto de experiências e relações colocado num espaço concreto, um tempo de vida operativa e racional" (Ragazzini, 1999).

ANÁLISE DA UTILIZAÇÃO DO ESPAÇO ESCOLAR PARA DISCIPLINIZAÇÃO DO ENSINO UTILIZANDO PRINCIPALMENTE A MEMÓRIA REAVIVADA DE PROFESSORES E ALUNOS (1945-1964)

Clarice Linhares
Universidade Estadual do Centro-Oeste
Guarapuava- PR

Esta pesquisa pretende analisar a reorganização das escolas públicas do Estado do Paraná, entre essas do múnicipio de Guarapuava, principalmente a partir do século XX, quando foram criados os grupos escolares. Este momento foi buscado uma nova ordem de pensar, sentir e agir na ação pedagógica que propunha a universalização da escola e o preparo de todos os brasileiros para o exercício da cidadania. Com isso, através de uma pesquisa bibliográfica e levantamento documental, será também objeto de preocupação, a formação de professores, o modelo arquitetônico dos prédios escolares e os equipamentos e recursos pedagógicos utilizados naquela época. O período a ser pesquisado entre 1945-1964, abrange o fim do Estado Novo até a Ditadura Militar em que se buscou a democratização da escola pública, agora sobre a égide tecnicista.

EDUCAÇÃO E IDEOLOGIA NA IMPRENSA DE IRATI: 1954-1959

Claudia Maria Petchak Zanlorenzi
Maria Isabel Moura Nascimento
Universidade Estadual de Ponta Grossa-UEPG
Grupo de Pesquisa: "História, Sociedade e Educação" dos Campos Gerais
HISTEDBR/UEPG

No Brasil, os jornais foram e são fortes instrumentos de divulgação de idéias e condutas que influenciaram e ainda influenciam seu desenvolvimento, exercendo esta influência de diferentes formas e níveis pelas diversas regiões brasileiras. A relevância de pesquisas utilizando os jornais relaciona-se com a sua especificidade como veículo de circulação de idéias que representavam um determinado interesse. As informações veiculadas na imprensa permitem uma melhor compreensão de qual a concepção a estabelecida pela sociedade, enquanto norteadora de suas práticas. Portanto, a presente pesquisa pretende apreender o posicionamento da imprensa sobre a questão educacional no período de 1954 a 1959, a partir do jornal Tribuna dos Municípios de Irati - Pr. Esse trabalho se propõe a compreender os interesses presentes na imprensa local, bem como, as preocupações de um grupo social específico, com relação à educação, por isso a pesquisa procura enveredar por um caminho que leve em conta os diversos contextos: político, social, e econômico. Este estudo tem por objetivo geral: Analisar a relação Estado e Educação através dos artigos publicados no jornal Tribuna dos Municípios de Irati – Pr, no período de

1954 a 1959 e como objetivos específicos pretende-se: Investigar como o jornal expressa sobre a educação na região de Irati – Pr; analisar os interesses dos grupos sociais sobre a educação no município; analisar as vinculações ideológicas presentes nas matérias sobre a educação veiculadas pelo jornal. Para tanto a análise do presente estudo terá como enfoque o materialismo histórico, pois o mesmo proporciona uma visão de totalidade, interconexão de fatos e contextualização, como também permite enfatizar a dimensão histórica dos processos sociais. Com bases definidas em Marx e Engels, o materialismo histórico ressalta que a produção e o intercâmbio de seus produtos constituem a base de toda a ordem social, o que determina o processo tanto social como político e espiritual, assim através dos jornais é possível fazer incursões a fim de compreender a ideologia dominante que permeia a sociedade e as relações com o processo educacional.

ESCOLA MUNICIPAL TASSO AZEVEDO DA SILVEIRA

Cleiza Guilande Perera
Elisete Dalamaria
Franciele Benedetti Formigueiri
Lires de Fátima Rodrigues
Solange Aparecida e Oliveira Collares
Universidade Estadual do Centro Oeste – UNICENTRO

O presente trabalho procurou recuperar uma parcela histórica da instituição escolar denominada Escola Municipal Tasso Azevedo da Silveira no período de 1956 a 2006, iniciando seus trabalhos como Educandário Santa Gertrudes. Para a realização desse estudo de caráter bibliográfico e documental, priorizamos o trabalho com fontes primárias e secundárias recorrendo aos arquivos históricos da escola, pesquisas e estudos que tiveram como foco a mesma. Sendo esta instituição pioneira em educação no município de Chopinzinho, Estado do Paraná, contribuiu significativamente nos fatores econômicos, sociais e culturais. Neste sentido, reconstruir a trajetória histórica de uma determinada instituição escolar é uma tentativa de elaborar uma interpretação a diferentes momentos ou fases que influenciaram sua constituição.

O PROGRAMA ACADÊMICO DA FACULDADE DE FILOSOFIA DE NATAL E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES NO RIO GRANDE DO NORTE (1956-1960)

Cristiana Moreira Lins de Medeiros
UFRN
cristiana_lins@yahoo.com.br
Agencia Financiadora: CNPq

Em 18 de dezembro de 1956, o Presidente Juscelino Kubitschek, através do Decreto Federal de nº 40.573, autorizou o funcionamento da Faculdade de Filosofia de Natal. Esta instituição de ensino superior foi mantida pela Associação de Professores do Rio Grande do Norte (APRN) e também contou com o apoio de professores, intelectuais, da imprensa e de todos aqueles preocupados com a expansão do ensino superior no estado do Rio Grande do Norte. Entre seus idealizadores estavam presente nomes como: Luís da Câmara Cascudo, Edgar Barbosa, Hélio Galvão, Esmeraldo Siqueira, Joaquim de Farias Coutinho e Severino Bezerra de Melo (Secretário de Educação do Estado na época), entre outros. Custeada com subvenções estaduais, a Faculdade de Filosofia de Natal, a princípio ofereceu os cursos de Geografia, de História e de Letras Neolatinas (Espanhol, Francês e Italiano). No ano de 1960 foram implantados os cursos de Pedagogia e de Didática, sendo posteriormente incorporados à Faculdade de Educação e Instituto de Ciências Humanas, Letras e Artes (1968). No sentido de historiar uma instituição de ensino superior este trabalho tem como objeto de estudo a vida acadêmica e social dessa faculdade, objetivando assim, discutir o programa social, de ensino e de extensão posto em prática por seus professores no período de 1956 a 1960. As fontes documentais como o Decreto nº 40.573, o Regimento da Faculdade de Filosofia, o Diário Oficial do Rio Grande do Norte, os discursos e as matérias de jornais, são analisadas segundo o referencial teórico-metodológico da história das instituições, por conferir o exame da iniciativa de criação de instituições educacionais, pondo ênfase nos atores envolvidos, nos ciclos de vidas, nas especificidades e singularidades locais, nos planos de ensino e nos modelos adotados. Em termos de conclusões, as fontes analisadas revelam que no período de 1956 a 1960, a Faculdade de Filosofia de Natal além de formar professores de História, Geografia, Letras e Pedagogos para o quadro dos estabelecimentos públicos e privados de ensino superior, secundário e profissional (incluindo as escolas normais), promoveu atividades de "extensão," como o primeiro curso intensivo de biblioteconomia (sob a responsabilidade de Zila Mamede), de folclore brasileiro (Luís da Câmara Cascudo), de Literatura Espanhola (Núbia Borges) e de Literatura Portuguesa, Francesa e Inglesa (Grimaldi Ribeiro). Os seus professores universitários organizaram ainda no período em pauta, o I Seminário de Literatura Comparada (Realismo e Naturalismo), conferências e recitais, bem como colaboraram com a Secretaria de Educação e Cultura na realização de cursos de férias e ateliês para os professores da rede pública de ensino. Em meio à realização dessas atividades de "extensão," acadêmicas e sociais, os professores instituíram o primeiro cursinho pré-vestibular

do Rio Grande do Norte, destinado àqueles alunos que iriam se submeter ao exame vestibular na Universidade do Rio Grande do Norte. No ano de 1960, a Faculdade de Filosofia de Natal passou a integrar a Universidade Federal do Rio Grande do Norte, com a denominação de Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras.

GRUPOS ESCOLARES NO DISTRITO FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

Dayse Martins Hora
UNIRIO
daysehora@yahoo.com.br

Os grupos escolares, de acordo com Souza (1998), tiveram uma representação forte na memória das pessoas, no estado de São Paulo, marcando suas recordações da escola primária e suas declarações das lembranças da infância. Não é a mesma recordação se, por exemplo, tentássemos entrevistar outros atores sociais no município do Rio de Janeiro. Eles podem, num esforço de memória, lembrar dos emblemas que eram bordados nos bolsos trazendo a sigla E.P., numa referência à Escola Pública, mas dificilmente vão utilizar a expressão "grupo escolar". Que trajetórias distintas foram estas que constituíram esta realidade? Entretanto, em que medida as práticas foram idênticas, configurando-se o mesmo projeto civilizatório do qual o grupo escolar era uma estratégia de se efetivar o projeto político republicano de reforma social e difusão da educação popular? Pensando sobre esta pergunta que nos parece mais relevante e significativa de investigação, uma questão que se apresenta no campo dos estudos curriculares, diz respeito às formas de organização e seleção de conteúdos, dos espaços e dos tempos na constituição de uma cultura de escola pública para a infância, na forma como identificamos hoje. Esta é a pesquisa que estamos iniciando e que o presente texto tem por objetivo trazer algumas discussões, já possíveis de se apresentar, ainda que de forma preliminar sem, no entanto, esgotar o assunto. Tomamos por bases os trabalhos de Rosa Fátima de Souza sobre os grupos escolares, em São Paulo, para cotejá-los com a pesquisa documental em fontes primárias de legislação produzida no período em tela, publicada nos Boletins da Intendência Municipal do Distrito Federal do Rio de Janeiro, além dos relatórios do Ministério dos Negócios do Império. Tencionamos investigar sobre a prática dos grupos escolares e suas propostas curriculares no Distrito Federal do Rio de Janeiro, no período que se circunscreve dos primórdios da República até o final da década de 1920, quando se configuram práticas mais orientadas pelo projeto escolanovista que já se gestava para avançar na década de 1930. Consideramos ao final do trabalho a diferença na trajetória do processo de produção da escola primária pública, que no caso do Distrito Federal se desloca da Escola de Primeiras Letras, passa pelas "Escolas do Imperador" e chega aos grupos escolares, mas é rapidamente identificada com outra experiência das escolas-modelo, que serviram de diretriz para a experiência da escolarização em massa no Distrito Federal.

DORIVALDO DAMM: O HISTÓRICO DE UMA ESCOLA RURAL EM LIMEIRA

Edilene Santa Rosa[31]
Prof. Dr. Luiz Bezerra Neto[32]

Este texto tempo por objetivo discutir a criação e implantação da Escola Estadual "Dorivaldo Damm", buscando inserir no contexto sócio-econômico, a criação e manutenção de uma das primeiras escolas primárias da área rural, no município de Limeira, a primeira a implantar as 8 séries do primeiro grau no campo, a qual se assemelha com a realidade vivida pelos moradores do bairro do Pinhal — e bairros vizinhos — e da escola que foi objeto de pesquisa.
Discute-se a questão da precariedade do prédio, a terminalidade antecipada da escolarização no campo, o isolamento das escolas e currículo para o estudante da área rural, bem a proposta educacional, o docente que atuava no campo e sua formação. Também foi objeto deste texto, a implantação de programas educacionais rurais e os recursos para o atendimento da mesma. Para a conclusão desta pesquisa, foi determinante o uso de entrevista, o que configura a pesquisa no campo da História oral. Esta pesquisa foi realizada, por meio, de conversas informais com os moradores. Pois, os mesmos sentiam-se mais a vontade para falar sobre o assunto, dado que quando se propunha gravar as conversas não aceitavam, e na medida do possível foi sendo relacionada com acontecimentos ocorridos no País, no bairro rural, no Município e no Estado.

A EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR NO CONTEXTO DO REGIME MILITAR: SEUS DESDOBRAMENTOS NO OESTE PARANAENSE

Edison Martin
Paulino José Orso

Este artigo tem por objetivo contextualizar a implantação do ensino superior no Oeste Paranaense, ocorrido durante o Regime Militar. Tal implantação acontece em um processo de expansão e interiorização do ensino superior estimulada pelo poder Estatal e encampada por entidades privadas. O estudo descritivo-analítico a partir da bibliografia disponível e de documentos relacionados insere o contexto regional numa dinâmica de expansão regional e nacional do capital. O artigo também se propõe a trazer à tona os conflitos e as relações sócio-políticas envolvidas na disputa pelo ensino superior, além de trazer a luz uma série de fontes primárias, documentos que possibilitaram sua efetivação.

[31] Estudante do curso de pedagogia do Instituto Superior de Ciências Aplicadas, coordenadora da pesquisa.
[32] Professor da Universidade Federal de São Carlos/UFSCar. Iniciou a orientação da pesquisa.

RECONSTRUÇÃO HISTÓRICA DAS INSTITUIÇÕES ESCOLARES NO BRASIL CATALOGAÇÃO DAS FONTES PRIMARIAS E SECUNDARIAS HISTEDBR - GT PR - UEPG

Ediza Aparecida Xavier de Macedo
CNPq/UEPG

O projeto Levantamento e Catalogação das Fontes Primárias e Secundárias: Instituições Escolares nos Campos Gerais-Pr (1904-1950) tem como um dos seus objetivos a organização, a catalogação, digitalização das fontes primária, secundárias e o estudo de fontes da História da Educação, em busca da compreensão do processo de constituição de Instituições Escolares nos Campos Gerais. Com base nesses pressupostos, em estudo adotaram-se como critérios de delimitação os Campos Gerais. A região denominada Campos Gerais do Paraná, abrangida nesse estudo, não tem definição única e permanente, visto que esta tem sido modificada, atendendo a necessidades e conveniências de uma identificação regional no Estado dentro de uma sociedade marcadamente pela dinâmica territorial no contexto social do país.Atualmente, a região dos Campos Gerais, do Paraná compreende os seguintes municípios: Arapoti, Campo do Tenente, Cândido de Abreu, Jaguariaíva, Ortigueira, Piraí do Sul, Porto Amazonas, Reserva, Balsa Nova, Campo Largo, Carambeí, Imbaú, Ivaí, Lapa, Palmeira, Ponta Grossa, Rio Negro, Ventania, Tibagi, Imbituva, São José da Boa Vista, Teixeira Soares, Sengés, Telêmaco Borba. A delimitação do período histórico de 1900 a 1950 se dá no início do período em que os acontecimentos desencadearam a proclamação da República propiciou a criação dos primeiros grupos escolares na região dos Campos Gerais. Delimitando assim instituições escolares a serem catalogadas para minha pesquisa: Grupo Escolar Dr Vicente Machado 1904 Castro, Grupo Escolar Senador Correia Martinez 1920 Ponta Grossa, Escola Normal de Ponta Grossa 1924 Ponta Grossa, Grupo Escolar Regente Feijó 1927 Ponta Grossa, Grupo Escolar Profº. Leandro Manoel da Costa 1928 Pirai do Sul, Grupo Escolar Julio Teodorico 1935 Ponta Grossa, Escolas dos Trabalhadores Rurais 1935 Ponta Grossa, Grupo Escolar Profº. Julio Teodorico 1935 Ponta Grossa. São seus objetivos específicos: Realizar um inventário dos acervos; elencados através de informações obtidas junto a historiadores. Pesquisadores e professores da área educacional, depositários das fontes primárias e secundárias referentes às instituições da educação brasileira localizadas nos municípios dos Campos Gerais; catalogar e digitalizar as fontes primárias e secundárias; selecionar as leis sobre a criação das instituições escolares, os reflexos sobre a sua atuação junto à comunidade e catalogar. Tendo em vista a abrangência do projeto pode-se ressaltar sua importância para a História da Educação brasileira e para preservação da memória das instituições escolares da região dos Campos Gerais - Paraná.Como critério de delimitação do campo de pesquisa, foi adotada a área de atuação da Universidade Estadual de Ponta Grossa, considerando os Campi Avançados e as atividades extensionistas. Nos Campos Gerais-PR. A investigação com fontes primárias e secundárias da educação busca,

também, preservar o acervo de documentos que embasam a história das Instituições Escolares. Este projeto iniciou no ano de 2004 no processo de divulgação das informações existentes e, sobretudo, convidar e incentivar cada uma dessas Instituições Escolares a rever e divulgar sua história. O convite fica estendido a todos aqueles que têm informações, documentos e objetos contribuindo para a preservação da história das Instituições Escolares.

INVENTANDO UMA TRADIÇÃO: A INSTITUIÇÃO ESCOLAR E A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE NACIONAL (SÃO PAULO-1910-1920)

Ednéia Regina Rossi
UEM-PR

Os Anuários de Ensino do Estado de São Paulo, organizado pela Diretoria Geral de Instrução Pública durante as três primeiras décadas do século XX, produziram uma visibilidade da instrução pública paulista. Não há dúvida de que valorizaram determinados aspectos e deixaram sob penumbra outros elementos importantes. Por outro lado, esses relatos representam e materializam um dos momentos fundamentais no processo de racionalização da educação paulista e nos permitem ter acesso às tensões que atravessaram, no campo da prática, a construção do passado e da tradição republicana. Uma leitura inicial desses relatórios dá-nos conta de uma infinidade de reflexões. Mais do que cumprir o que solicitava o regulamento, os inspetores e diretores produziram observações que relataram o estado e o desenvolvimento da instrução pública paulista, sugeriram medidas e reformas a serem feitas. Nesse artigo procuraremos investigar a articulação do ensino e das práticas escolares à criação da tradição cultural da República brasileira durante as duas primeiras décadas do século XX. Sem desconsiderar que a instituição escolar e seus projetos não são tão poderosos e de que nada separaria as intenções dos resultados, observou-se que os saberes veiculados pela escola intencionavam forjar um novo comportamento social e uma nova "propriedade psicológica". Era o caso de habituar os escolares ao espírito de contribuição, de sujeição e de disciplina coletiva, aprendendo todos a defender a lei como expressão de direito, de dever e de justiça e a incorporação das boas maneiras e cortesias que regem a civilidade. Era preciso aprender a olhar, aprender a participar, aprender a querer. Em outras palavras, seria não apenas a incorporação do projeto político, mas a apropriação, tal como se pretendia, de uma forma de agir, de pensar, de sentir, de valores e de crenças. Nos bancos escolares o universo simbólico e de significados, pertencentes a uma tradição cultural, foi disseminado, passando pelo currículo, pela organização de espaços assim como pelas festas e comemorações. Para pensar a escola como espaço de socialização e de disciplinamento das crianças as reflexões de André Chervel (1990) e de Guy Vincent (1994) foram fundamentais a medida em que se entendia que forjar uma tradição significaria atuar em vários campos do sujeito: no seu pensamento, no seu sentimento e na sua ação.

A EDUCAÇÃO INFANTIL NA CIDADE DE SOROCABA: UM RESGATE DA HISTÓRIA NO PERÍODO DE 1950 A 1990

Eliete Jussara Nogueira
Sandra Lembo Fernandes Martinez
Universidade de Sorocaba - UNISO

Historicamente, foi com o advento da República que surgiu a criação do Jardim de Infância. A mudança na estrutura sócio-econômica do país, com o maior desenvolvimento industrial e a conseqüente urbanização, gerou por sua vez modificações na estrutura familiar, pois aumentou a inclusão da mulher no mercado de trabalho, e a necessidade de um atendimento aos filhos pequenos de mães trabalhadoras. Sorocaba inserida no processo de industrialização, também necessita atender o contexto de mães que trabalham, na década de 50 são criadas oficialmente instituições educacionais, denominados Parques Infantis. Ao longo da história da educação infantil em Sorocaba, mudanças de nomenclatura e filosofia no atendimento dessas crianças ocorreram. Atualmente a rede municipal possui 118 CEI (Centro de Educação Infantil) com atendimento parcial e integral da criança. Este estudo buscou identificar alguns dados do percurso histórico da educação infantil da rede municipal de Sorocaba, por meio principalmente de relatos orais. Estes relatos foram transcritos numa primeira tentativa de conhecer a educação infantil em Sorocaba, acreditando na importância desse contexto para a atuação pedagógica do cuidar e do educar a criança nessa etapa do desenvolvimento.

A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO ANARQUISTA E SEU REFLEXO NA SOCIEDADE BRASILEIRA

Fernanda Gonzaga
Orientadora: Angela Maria Souza Martins
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO

Nessa pesquisa busquei aprofundar o conhecimento do movimento anarquista e a trajetória das escolas anarquistas no Brasil, no que diz respeito ao alcance da proposta pedagógica do movimento. Minha indagação consiste em saber qual era a proposta de educação dos anarquistas no Brasil, no início do século XX, e como pretendiam formar seus educandos. Procurei analisar historicamente as propostas político-pedagógicas do movimento anarquista para a educação, compreendendo como o educador, a partir da Educação Libertária, interfere política e pedagogicamente na formação do educando, verificando de que maneira os anarquistas pretendiam formar o educando na educação básica. Com base em

alguns autores como: Maurício Tragtenberg (1990), Sílvio Gallo (1995), Bakunin (2003) e Neiva Kassick (2004), Nicolas Walter (2000), procurei compreender o movimento anarquista no Brasil, nas primeiras décadas do século XX e sua influência na formação do educando do ensino elementar. A pesquisa é de caráter bibliográfico e documental. Encontrei dados importantes sobre a proposta educacional anarquista. Segundo Nicolas Walter (2000), o movimento anarquista há mais de 100 anos vem propondo uma relação educacional baseada nas concepções libertárias. No Brasil, a experiência da educação libertária, aparece por influência de Ferrer y Guardia que criou a Escola Moderna, na Espanha. O anarquismo é uma ideologia política que tem como objetivo principal, uma visão de revolução social e mudanças de valores, no sentido de acabar com a exploração do homem pelo homem, por isso o destaque dado à implantação de uma nova organização que é a autogestão. Segundo Tragtenberg (1990), a escola oprime os opressores e os oprimidos, sendo assim, o saber opera como tradução do poder. Para os anarquistas, a mudança de valores era importante para desencadear a transformação da consciência humana. E essa revolução só se torna possível através da educação. O princípio básico da educação anarquista é a liberdade. Os anarquistas lutam para formar indivíduos livres, conscientes, capazes de uma vida solidária em sociedade. Procuram desenvolver o homem de modo integral, para que ele se descubra como um indivíduo livre e, ao mesmo tempo, se veja como um ser social. Concluo então, que a presente pesquisa, é importante para que possamos refletir enquanto pedagogos, como as diferentes concepções ideológicas atuam no campo educacional, sendo relevante a análise de uma educação conquistada por todos e para todos.

INSTITUIÇÃO ESCOLAR: O JARDIM DE INFÂNCIA DE EMÍLIA ERICHSEN

Gislene Lössnitz Bida[33]
Maria Isabel Moura Nascimento[34]

Esta pesquisa tem como propósito contribuir para a produção do conhecimento na área da História da Educação Brasileira, buscando apreender o movimento de instituição do primeiro Jardim da Infância do Brasil fundado por Emília Erichsen, no século XIX, que corresponde ao período imperial, articulando-o aos processos de desenvolvimento da região. Procurou-se identificar na obra filosófica a maioria dos trabalhos relativos à infância que estão inseridos no âmbito da história das mentalidades ou das diversas áreas da psicologia. Poucos trabalhos adentram à

[33] Mestranda do programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Estadual de Ponta Grossa (Strict -Sensu). Membro do Grupo de Pesquisa do HISTEDBR – Campos Gerais.
[34] Professora do Curso de Pós Graduação em Educação da Universidade Estadual de Ponta Grossa, coordenadora do Grupo de Pesquisa HISTEDBR – Campos Gerais.

contribuição que os filósofos deram para a conceitualização da infância, mesmo porque esses filósofos não escreveram especificamente sobre a infância, ou, quando o fizeram, estavam se dedicando a elucidar as diferenças entre a criança e o adulto, em especial a distância que separa a criança da filosofia. Porém, não podemos deixar de reconhecer que existiu o interesse por parte dos filósofos modernos para com a consolidação do sentimento da infância e, é esse manancial que pretendemos explorar para chegarmos à originalidade dessa concepção que vem contribuir para compreensão desse sentimento de Infância nesta pesquisa, e consequentemente, para a compreensão da instituição no primeiro Jardim da Infância do Brasil. O pesquisador francês Philippe Ariès, em sua obra História Social da Criança e da Família, publicada em 1960, vai apontar que o conceito ou a idéia que se tem da infância foi sendo historicamente construído e que a criança, por muito tempo, não foi vista como um ser em desenvolvimento, com características e necessidades próprias, e sim como um adulto em miniatura. Nesse sentido, a história da infância surge como possibilidade para muitas reflexões sobre a forma como entendemos e nos relacionamos atualmente com a criança. Assim, gostaríamos de discutir a respeito da construção do conceito de infância a partir de duas perspectivas: por um lado, a posição de Philippe Ariès, quando nos afirma que o sentimento da infância teria surgido apenas na Modernidade, e por outro lado, a partir dos apontamentos teóricos de Moysés Kuhlmann Jr. e de Ricardo da Costa quando nos apresentam a presença de uma preocupação com as crianças em períodos anteriores, como a Idade Média e de Jacques Gélis quando nos traz a História da vida Privada.

EDUCAÇÃO INDÍGENA: UM RESGATE DA CULTURA CONFORME A LDBN

Helena Maria Girotto Dorigo[35]
Maria Isabel Moura Nascimento[36]
Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG

Esse projeto surgiu a partir do Grupo de Estudo e Pesquisa em Cultura e Educação Indígena – GEPCEI - da Faculdade de Pato Branco – FADEP, do qual sou integrante. A partir das discussões no grupo sobre a cultura indígena passei a levantar indagações sobre a educação formal nessas comunidades e isso, me despertou uma aguçada curiosidade. Diante da oportunidade de participar do exame de seleção do Programa de Mestrado em Educação na Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG – com a linha de pesquisa em Educação, História e Política Educacionais, me defronto com o desafio e a possibilidade de investigar sobre a educação indígena e a sua organização educacional. A proposta desta

[35] Aluna do curso de Mestrado em Educação na linha de pesquisa História e Política Educacionais da Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG.
[36] Professora Orientadora da Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG.

pesquisa consiste em levantar dados que venham revelar as formas com que a educação indígena nas escolas situadas no Sudoeste do Paraná está se organizando para se adequar a Lei de Diretrizes e Bases – LDB – Lei nº 9394/96 visto que o Art. 79, inciso I objetiva o fortalecimento das práticas sócio-culturais e da língua materna de cada comunidade indígena. O objetivo é avaliar como as populações indígenas vêm se transformando ao longo de sua história, a consciência do que a educação formal representa para essas comunidades e quais as políticas envolventes nesse processo. A pesquisa abrangerá as escolas indígenas do sudoeste do Paraná e terá como fonte de dados, o ambiente natural já que se optou pela pesquisa do tipo estudo de caso em que o pesquisador precisará integrar-se ao ambiente pesquisado, observando e coletando dados através do trabalho intensivo de campo.

A QUESTÃO DA CRIANCA ABANDONADA NA CAPITAL MINEIRA DESDE O INÍCIO DO SÉCULO XX E A ATUAÇÃO DE HELENA ANTIPOFF NA DÉCADA DE 1930: A INFLUÊNICA DO MODELO SUÍÇO

Heulalia Charalo Rafante
Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação
da Universidade Federal de São Carlos
heulaliarafante@yahoo.com.br
Roseli Esquerdo Lopes
Profa. Adjunta do Departamento de
Terapia Ocupacional e do Programa de Pós-Graduação
em Educação da Universidade Federal de São Carlos
relopes@power.ufscar.br

Esse trabalho discute a questão da criança abandonada em Belo Horizonte no início do século XX, destacando ações estatais e privadas relacionadas ao problema, com intuito de problematizar como se deu a inserção de Helena Antipoff (1892 – 1974) no atendimento a essas crianças na década de 1930, demonstrando que a educadora adaptou o modelo suíço à realidade brasileira, criando instituições especializadas no atendimento às crianças que ela chamou de "excepcionais" nos moldes que ela observou naquele país. Assim, o artigo apresenta elementos importantes para compreensão de como a educadora russa organizou as atividades educativas para as crianças institucionalizadas, tendo o trabalho como fio condutor desse processo educativo. Para discutir esse processo de institucionalização das crianças "excepcionais", destacamos as categorias apresentadas por Franco e Franca Basaglia (1977) que, considerando a divisão de classes, engendrada pelo modo de produção capitalista, destacam que a aceitação dessa divisão como fenômeno natural exige regras e instituições que, aparentemente destinadas a resolver as contradições, servem para manter a divisão original, sob a qual se ergue o sistema capitalista. Para esses autores, o processo de institucionalização é um instrumento dos setores dominantes da sociedade para conservar a ordem vigente, no sentido de detectar o

diferente e isolá-lo, buscando esconder o fato de que é a estrutura da organização social que produz a contradição. Esses autores destacaram instituições como os manicômios, os institutos terapêuticos e de controle, de reabilitação e segregação que, criados sob a mistificação da terapia e da reabilitação, são mecanismos de intervenção social e servem para obter a conservação da ordem pública, o ritmo produtivo do modo de produção capitalista e a eficiência da organização social. A partir desse referencial, analisamos o Instituto Pestalozzi e o Pavilhão de Natal, instituições criadas em Belo Horizonte pela Sociedade Pestalozzi de Minas Gerais, em 1934, que atendiam crianças "excepcionais" da capital mineira. A análise dessas instituições, além de nos apresentar o trabalho desenvolvido com essas crianças, nos mostrou como Helena Antipoff, então presidente da Sociedade Pestalozzi, adaptou à realidade brasileira o modelo suíço de atendimento aos "excepcionais". A pesquisa sobre a criança abandonada, em Belo Horizonte no início do século XX, foi feita a partir dos estudos de VEIGA (1994), FARIA FILHO & VEIGA (1999) e FARIA FILHO (2001). Para discutir a inserção de Helena Antipoff nesse contexto, foram utilizados textos escritos pela educadora: são artigos que apresentam resultados de pesquisas, textos referentes às palestras, conferências, seminários proferidos por ela.

HISTORIOGRAFIA DAS AÇÕES SOCIAIS NAS INSTITUIÇÕES ESCOLARES DO ESTADO SÃO PAULO EM PARCERIA COM O TERCEIRO SETOR

Inês Olinda Botelho De Araújo[37]
Ivanise Franco Pereira[38]
Juliano Mota Parente[39]
Neise Marino Cardoso[40]
Magali Aparecida Leite Penteado Chaguri[41]
Co-autora: Sueli Maria Pessagno Caro[42]

Algumas ações na área da Educação Social vêm sendo desenvolvidas em Campinas e, no estado de São Paulo no chamado "Terceiro Setor" e tem se firmado através das instituições sociais que realizam atividades sócio-econômicas,educativas e culturais; visando auxiliar a criança, o adolescente e o adulto trabalhador no processo de desenvolvimento cognitivo e na sua inserção sócio política. Segundo dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) existem hoje 275 mil instituições que

[37] Professora da FUMEC/Campinas/EJA. Mestranda em Educação pela UNISAL. iobote@ig.com.br.
[38] Professora da FATEC/São Paulo. Mestranda em Educação pela UNISAL. ivanisefranco@uol.com.br.
[39] Professor da Anhanguera Educacional. Mestrando em Educação pela UNISAL. julianoparente@hotmail.com.
[40] Professora do IMESSM/Botucatu. Mestranda em Educação pela UNISAL. neisecardoso@zipmail.com.br.
[41] Professora do IMESSM/Botucatu. Mestranda em Educação pela UNISAL. magalichaguri@ig.com.br.
[42] Professora doutora do Curso de mestrado em Educação – UNISAL/Americana e Diretora de pós graduação da UNISAL/Campinas. sueli@unisal.com.br.

desenvolvem alguma atividade educativa e formativa.Dentre estas instituições, um grande número é composto por ONGs (Organizações Não-Governamentais). Paralelamente, os Movimentos Populares,através da Educação Popular e da Educação Comunitária, também reforça esta atuação na área da educação publica, baseados e motivados principalmente pelo ícone da educação social no Brasil: Paulo Freire, que deixou um legado inestimável de valorização e respeito à atuação de educadores para com as camadas mais carentes da população. Com todo esse panorama, é adequado ainda relatar como a educação não-formal consolida a atuação da sociedade civil organizada, que busca por meio de suas atividades, complementar e afirmar a formação integral destes sujeitos de direitos, desenvolvendo-lhes uma consciência crítica e entendimento sobre cidadania e participação sócio política em nosso país, ajudando-os na resistência ao domínio que lhes é imposto. A ação da educação social tem buscado também seu espaço no Brasil e na América Latina, criando novas maneiras de entender a intervenção sócio comunitária como um direito de todos e dever do estado. Os autores desta comunicação fazem parte do Programa de Mestrado do Centro Universitário Salesiano de São Paulo - Americana, na área de concentração: "Educação Sócio-Comunitária" e este trabalho será socializado por um grupo, cada um com uma historiografia de suas novelas de formação e de experiências vivenciadas ao longo do desempenho de suas profissões.Este cenário (imagens) será mostrado, aliado às reflexões propostas pela disciplina mentora do curso: Educação Social. Também nestes relatos conterão as pesquisas e experiências práticas individuais e coletivas que os alunos realizaram ao longo destes dois últimos anos de pesquisa objetivando suas defesas .

IGREJA CATÓLICA EM REGIÃO CONTESTADA: O ASPECTO EDUCACIONAL, O CASO FAFI

Ivanor Luiz Guarnieri
Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel
imguarnieri@uol.com.br

A Igreja Católica, autodefinida como Corpo Místico de Cristo e como Povo de Deus, possui ritos, práticas e ações que interessam ao historiador. Tomando idéias teológicas como justificadoras de atos concretos ela age em diferentes campos como o político, o econômico e o educacional. Esta milenar instituição, embora advogue o Transcendente não consegue fugir às determinações do tempo e espaço onde atua. Numa palavra: é histórica, pois feita por homens situados historicamente. Tendo isso como pressuposto, o presente trabalho analisa a presença e atuação da Igreja na região sudoeste do Paraná e Oeste de Santa Catarina, abrangendo o território contestado pela Argentina e sobre o qual será criada a Prelazia de Palmas em 1933. Dos vários aspectos envolvidos no trabalho da Igreja nesta região, aqui se vai analisar o educacional, em específico a criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e

Letras de Palmas - Pr, FAFI, em 1969, fundada para atender principalmente os moradores da antiga região descrita acima. São descritos alguns procedimentos levados a efeito pelos agentes da Igreja para a concretização e abertura desta instituição de ensino superior, e o ambiente pedagógico do início de seu funcionamento. A fundação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Palmas - Pr, inserida no contexto histórico e social do sudoeste paranaense, e oeste de Santa Catarina em especial na história de Palmas. A pesquisa foi desenvolvida a partir do referencial teórico da chamada Escola de Annales, que tem seu início em 1929, a partir dos estudos de Marc Bloch e Lucien Febvre, tendo em mira novos objetos, novas abordagens e novas perspectivas historiográficas. Tratou-se de observar a implantação da Faculdade de Palmas, considerando os entrelaçamentos dela com o contexto maior da história da Igreja, cuidando para não perder o foco sobre as mudanças trazidas pelo Concílio Vaticano II e acerca das nuanças da Igreja Católica no Brasil.Considerou-se ainda a ocupação do território e características da sociedade onde se instalou a FAFI. Mesmo que às vezes a narrativa se aproxime da história indiciária, procura, todavia, não perder os entrelaçamentos e o conjunto de totalidades sobre os quais os eventos particulares se inscrevem. Embora a FAFI tenha sido construída e instalada entre 1965 e 1969, a periodização abrange um período mais longo, mais detidamente entre a criação da Prelazia em 1936, até o início do primeiro ano letivo da faculdade em 1969, não sem antes apontar a própria origem de Palmas. As fontes foram coletadas nos arquivos da Paróquia do Senhor Bom Jesus, local de gestação da faculdade, na Cúria Diocesana de Palmas, nos arquivos da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Palmas. Os documentos pesquisados foram: livros tombo da paróquia, cartas pastorais de D. Carlos, livros de atas de reuniões, livro-caixa, planos de ensino, recortes de jornais, correspondências e artigos de revistas.

A FORMAÇÃO DA EDUCAÇÃO ESCOLAR PÚBLICA EM SOROCABA – UM BALANÇO PRELIMINAR

Jorge Luis Cammarano González
Wilson Sandano
Universidade de Sorocaba

Este trabalho vincula-se à pesquisa “Fontes para a história da educação escolar de Sorocaba”, circunscrita ao período de 1850 a 1920, que é caracterizado, no âmbito da produção historiográfica correspondente à história de Sorocaba, como período de decadência do tropeirismo e de início da industrialização da cidade.
A natureza do acervo investigado circunscreve-se à documentação textual escrita por professores e inspetores, num universo constituído por ofícios, cartas, memorandos, livros de registros, estatutos, regimentos, relatórios, etc.. A documentação foi obtida por meio de fotocópia dos originais junto ao Arquivo Histórico do Estado de São Paulo.

Diante da riqueza e da complexidade do tema-objeto proposto e com base na caracterização do tratamento teórico metodológico dedicado ao processo de formação de Sorocaba e dos processos de escolarização correspondentes, procuramos por meio de fontes documentais, informações, neste trabalho, que caracterizem a segunda metade do século XIX, concentrando nossa atenção na formação do espaço histórico de Sorocaba; nas práticas produtivas correspondentes a esse período; na constituição das mediações entre cotidiano escolar e história; nas relações entre Estado, política educacional e sistema escolar e nas práticas formativas dos professores e institutores.
O trabalho, que apresenta resultados parciais da pesquisa, investiga o processo de formação do espaço escolar em Sorocaba, no século XIX, tem como problematização norteadora da investigação: "que condições estão presentes no processo de formação da educação escolar pública em Sorocaba, no século XIX?"

ARMANDA ÁLVARO ALBERTO: UMA INTELECTUAL EM AÇÃO NOS ANOS 1930

José Damiro de Moraes
UNICAMP/FE – PPBIG/UNICAMP

Esse trabalho é um recorte da pesquisa de doutorado que, a partir do estudo de fontes primárias encontradas em arquivos de Brasília, São Paulo e Rio de Janeiro, tem como objetivo fazer uma análise da atuação teórica e prática das signatárias do Manifesto dos Pioneiros: Armanda Álvaro Alberto, Cecília Meireles e Noemi da Silveira Rudolfer, colocando essas mulheres signatárias em evidência. Também há a intenção de ampliar as reflexões sobre os impasses teóricos e práticos da educação brasileira em relação ao movimento da Escola Nova. Centramos nossa análise nos anos de 1930 a 1937 que, além de abranger o lançamento do Manifesto (1932), foi um período de grandes debates em torno da organização do Estado e da economia brasileira, produzindo impactos no campo educacional. O desenvolvimento da pesquisa converge para estudo documental que será tratado em uma perspectiva dialética, compreendendo os episódios históricos no contexto econômico-político-social da complexa realidade dos anos 1930. Esses documentos estão relacionados com a produção dessas três mulheres do Manifesto, além de outros elaborados no período, que ajudam a compreender as contradições e os embates sobre a Escola Nova. Ao realizarmos um trabalho sobre mulheres, indica-se que a questão feminina será tratada em consonância com outras possibilidades de análise, sempre numa abordagem que leve em conta a categoria da totalidade. Para a compreensão do fenômeno social no qual essas três mulheres estavam inseridas, procuraremos analisar as especificidades e semelhanças de suas trajetórias, expressas em ações e escritos frente à conjuntura que se impunha. Estando a pesquisa em andamento, o ponto de partida nesse trabalho é a relação entre os movimentos contestatórios dos anos que antecederam o Estado Novo (novembro de 1937) e, dentre as três

signatárias, destacar aqui a presença de Armanda Álvaro Alberto. Pretendemos ressaltar as relações dessa intelectual do Manifesto de 1932 com entidades participantes do movimento que lutou contra o fascismo e o imperialismo – a Aliança Nacional Libertadora (ANL) e a União Feminina do Brasil (UFB), sendo essa uma organização presidida por Armanda. Para isso pesquisamos os arquivos da Delegacia Especial de Segurança Política e Social (DESPS) que se encontram no Arquivo do Estado do Rio de Janeiro e do Programa de Estudos e Documentação Educação e Sociedade da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PROEDES/UFRJ). A análise, ainda que parcial, ilustra a efervescência política desse período e a importância do papel dos intelectuais na cena pública do país, expondo idéias, escrevendo, manifestando-se através de discursos e conferências, engajando-se em atividades de oposição ao governo e à Igreja Católica. Dentre esses, a atuação incessante e abrangente de Armanda Álvaro Alberto, pensando e agindo nas questões dos direitos femininos, na defesa da educação, na postura anticlerical e antifascista.

CERIMONIAIS ESCOLARES EM PIRACICABA NA REPÚBLICA VELHA: ESPAÇO DAS ELITES, FOCO DA IMPRENSA

José Luis Simões
Centro de Educação
Universidade Federal de Pernambuco

Este trabalho é parte de uma pesquisa maior, desenvolvida no período de 2002 a 2005, momento em que investigamos a História da Educação na cidade de Piracicaba a partir da imprensa escrita. O recorte histórico pesquisado compreende toda República Velha, período no qual Piracicaba ocupou importante espaço na esfera política nacional. A partir do levantamento de editoriais e reportagens dos principais órgãos de imprensa que circulavam nessa época (Jornal de Piracicaba e Gazeta de Piracicaba) destacando os acontecimentos no interior das instituições de ensino desse período, empreendemos análise do contexto social e identificamos a escola como espaço de congraçamento das elites da cidade, espaço de convívio dos "eleitos", dos grupos que governavam e se destacavam na urbe. A idéia de que havia grupos estabelecidos e outsiders convivendo na mesma cidade, ou seja, elites de um lado, e, de outro, pobres, negros e vadios, emerge a partir dos estudos da Sociologia Configuracional, cujo principal pensador é Norbert Elias. Nessa perspectiva sociológica, a cidade de Piracicaba perfazia uma configuração peculiar, eivada de grupos humanos que se engalfinhavam em disputas sociais, quer fosse por oportunidades de sobrevivência, ou na busca do reconhecimento e prestígio social. E a escola sobreleva-se como espaço específico para congraçamento dos grupos poderosos, das elites que tinham acesso ao saber científico. O acesso às escolas e a presença nos cerimoniais escolares eram prerrogativas das elites "educadas", que eram bem quistas pelas reportagens jornalísticas, afinal, a imprensa local apegava-

se à idéia de que o progresso e o desenvolvimento da cidade associava-se à educação formal, ao crescimento do comércio e da indústria e a melhoria das condições de infra-estrutura da urbe; no cumprimento dessa missão as elites estavam escaladas. A imprensa local mostrava ainda que os ex-escravos e imigrantes pobres ocupavam espaço no noticiário policial, protagonizando práticas de vadiagem e violências.

A EDUCAÇÃO MILITAR NOS MARCOS DA PRIMEIRA REPÚBLICA EM FACE DOS REORDENAMENTOS INTERNACIONAIS: O QUE PROPUNHAM OS REGULAMENTOS?

José Tarcísio Grunennvaldt
Professor do DEF/UFS - Procad PUC/SP - UFS
jotagrun@uol.com.br

Esta pesquisa investiga como, na história das instituições de ensino superior, a reforma de seus estatutos e normas visou não só à sua atualização e modernização, moldando sujeitos políticos a fim de consolidar as instituições e o regime republicano, como também buscou responder às demandas da ordem internacional. Com efeito, o estudo propõe compreender quais padrões de organização a Escola Militar adotou no processo de formação dos quadros de oficiais do Exército brasileiro, ao longo da Primeira República. Buscou-se o distanciamento das investigações em que o principal interesse estivesse centrado no papel político exercido pelo Exército, com o olhar que privilegiou, sobremaneira, a perspectiva da "intervenção armada" na conjuntura política, atribuindo-lhe a conotação de atuação espetacular. O estudo, no continuum da consolidação republicana, atribui aos oficiais o status de exercerem funções intelectuais, processo que é evidenciado pelas bases de formação desses quadros e pela bagagem cultural requerida para o exercício das funções atribuídas. Trata-se de uma pesquisa empírica, cujo levantamento documental privilegiou diversas fontes, a saber: os Regulamentos que organizaram o ensino militar, editoriais, artigos da revista A Defesa Nacional, livros e artigos de memorialistas. Analisadas as fontes, estas evidenciaram que, na etapa de 1890 a 1913, os Regulamentos prescreviam que o ensino fosse ministrado a partir de planos, cujas bases teóricas precediam os exercícios práticos. Estes ficaram, então, em segundo lugar em relação às bases teóricas, o que trouxe conseqüências na formação do oficial do exército, tornando tênue a fronteira entre a esfera civil e a militar. Na etapa de 1913 a 1923, em um curto espaço de tempo, os planos foram encadeados e propuseram que o ensino fosse teórico-prático ou tão-somente prático e que o conhecimento fosse apreendido do concreto para o abstrato, o que possibilitou a implantação de uma nova ordem intelectual no Exército e a formação de oficiais para o exercício de funções ligadas à atividade militar tout court. Por último, passado o turbilhão que afetara a ordem internacional de beligerância, mas permanecendo problemas de ordem interna envolvendo facções do Exército, as duas Reformas da década de 1920 procuraram produzir quadros de intelectuais, quadros

esses que contemplavam a formação política aliada e reforçavam a já solidificada competência técnica e profissional vigorante dos três Regulamentos anteriores. Na relação pedagógica, o trato do conhecimento, retomando as bases teóricas em que o ensino deveria ser administrado na seqüência do geral, compreendendo a sólida base científica, seguida do estudo profissional militar e sua cultura posterior, completa este estudo. Trata de uma evidência, investigada no decorrer do trabalho, de que o Exército brasileiro formou quadros aptos para o exercício também de funções intelectuais.

DA ASSISTÊNCIA AO ENSINO PROFISSIONALIZANTE: PRIMEIRAS APROXIMAÇÕES COM A PROPOSTA EDUCATIVA DA ESCOLA PROFISSIONAL DOM BOSCO - POÇOS DE CALDAS

Jussara Gallindo
Faculdade de Educação - Unicamp
Capes-CNPq
jugallindomc@yahoo.com.br

As transformações das formas de trabalho implicam em transformações na sociedade e nas formas de se entender e praticar a educação dentro desta. Entendendo a educação em sua forma mais ampla, não unicamente associada ao fenômeno escolar, podemos observar no processo histórico da educação brasileira para as classes populares, percorrendo um caminho que passa pelo acolhimento dos órfãos e desvalidos nas Santas Casas no século XIX, que educava para dar utilidades sociais a estes "enjeitados" e pelo ensino profissionalizante para formar o trabalhador no momento de crescimento industrial no Brasil. Este texto, fruto de uma pesquisa em andamento, pretende analisar o processo histórico da educação brasileira para as classes populares que visou a inclusão destas classes no mundo do trabalho, observando seus avanços e contradições. Como expressão empírica para esta análise, tomamos como referência uma primeira aproximação com a proposta educativa da Escola Profissional Dom Bosco em Poços de Caldas, pois esta instituição iniciou suas atividades educativas na década de 1940, devido à preocupação com crianças em situação de rua, visando um processo educativo que levasse os educandos à inclusão social e formação para o trabalho. Dentro desta análise buscamos algumas primeiras aproximações entre os princípios educativos da instituição, a pedagogia de Dom Bosco e os princípios educativos e a crítica à escola elementar com caráter profissional em Gramsci.

A PRIMEIRA REPÚBLICA E OS GRUPOS ESCOLARES: A CONSTITUIÇÃO DO GRUPO ESCOLAR "JOSÉ GABRIEL DE OLIVEIRA" DE SANTA BÁRBARA D'OESTE, SP[43]

Laura Aparecida Caracanha
Universitário Salesiano – Unisal/Unidade de Americana

Este texto é o resultado da pesquisa de Iniciação Científica desenvolvida durante a graduação do curso de Pedagogia, no Centro Universitário Salesiano, unidade de Americana, no ano de 2005, e relata a constituição do Grupo Escolar José Gabriel de Oliveira, situado na cidade de Santa Bárbara D'Oeste. Esta escola foi fundada em 29 de março de 1913, foi o primeiro grupo escolar implantado no município e um dos primeiros da região. Para fundamentação teórica desta pesquisa, foi feita revisão bibliográfica no período que compreende a Primeira República (1889-1930), contextualizando os setores político, econômico e social. A partir desta abordagem investigou-se a caracterização dos grupos escolares e o papel do Estado perante a educação no início do século XX, e dessa forma poder compreender os motivos que levaram a construção de um grupo escolar no município. Através de análise de documentação de época envolvendo este grupo escolar, foi pesquisado a influencia do poder público na construção do grupo escolar, bem como sobre a formação dos primeiros professores contratados. Pretende-se dar continuidade a esta pesquisa, inserindo este projeto num projeto maior, coordenado pela Profa. Dra. Mara Regina Martins Jacomeli (Unicamp e Unisal) e intitulado: "História das instituições escolares de Americana e região (Santa Bárbara d'Oeste, Americana, Piracicaba e Limeira/SP) – dos grupos escolares às escolas de ensino fundamental", em que será investigado os saberes ensinados no período da fundação deste grupo escolar, quem eram os primeiros alunos, levantar e catalogar todas as fontes primárias e secundárias existentes no município, visto que na pesquisa já realizada, por ser de apenas um ano não foi possível levantar essas informações.

AS MATÉRIAS DE ENSINO E A PRÁTICA: UM MOMENTO DA HISTÓRIA

Liéte Oliveira Accácio
UENF

As disciplinas escolares percorreram, em sua estruturação, caminhos diferenciados em espaços e tempos diversos, com características próprias. O objeto de estudo do trabalho apresentado, resultado de pesquisa realizada pela autora, é o desenvolvimento das Metodologias e da Prática de Ensino nos anos trinta do século

[43] Pesquisa desenvolvida para o Programa de Iniciação Científica do Centro Universitário Salesiano (Unisal) – Unidade de Americana, ano 2005.

XX, na Escola de Professores do Instituto de Educação do Distrito Federal, instituição escolar que forma, em nível superior, professores dos anos iniciais do ensino fundamental, no Rio de Janeiro. Em 1935, essa escola é absorvida pela Universidade do Distrito Federal, no momento da criação dessa universidade. O currículo da Escola de Professores associa teoria e prática, englobando disciplinas de fundamentos, matérias de ensino e aplicação na prática de ensino. As Matérias de Ensino, disciplinas inspiradas nos Teacher's Colleges americanos, compõe-se dos cursos de Cálculo, Leitura e Linguagem, Literatura Infantil, Ciências Naturais e Estudos Sociais. Apresentam-se com conteúdo profissional, trabalhadas com objetivo de formação do magistério do ensino fundamental. Em cada disciplina os alunos investigam seu histórico, examinam a psicologia de sua aprendizagem, objetivo social , inter-relações com outras disciplinas, os processos de avaliação da aprendizagem, seu conteúdo e processos didáticos como meio de ação concreta. A Prática de Ensino desenvolve-se em períodos de observação, participação e direção de classe, num planejamento com aspectos técnicos e críticos, em exercício precursor, experimental, sujeito a correções e aprofundamentos. Assim, o desenvolvimento das Matérias de Ensino, nos anos trinta do século XX, na Escola de Professores busca elaborar um novo conhecimento em que, a partir das inter-relações disciplinares, estudos, pesquisas e debates entre professores e alunos se obtenha uma unidade de orientação na instituição de formação de professores. Utilizo, na pesquisa base do trabalho, como fontes primárias, revistas e boletins publicados por órgãos oficiais, além da legislação e outros documentos oficiais exarados na época.

NORMAL SANTA TERESA: AÇÃO EDUCACIONAL SCALABRINIANA (1955-1958)

Lúcia Helena Moreira de Medeiros Oliveira
Doutoranda/ UNICAMP

Esta comunicação pretende apresentar o colégio Normal Santa Teresa em Ituiutaba, Minas Gerais, instituição educativa vinculada à Província Nossa Senhora Aparecida com sede na cidade de São Paulo. O Colégio atualmente trabalha com a educação básica – educação infantil ao ensino médio – e não mais configura a formação de professores. As reflexões referem-se ao processo de formação de docentes, no período de 1955 a 1970. Em um primeiro momento buscou-se em uma perspectiva historiográfica entender o processo de gênese e desenvolvimento do Colégio. Em um segundo momento, compreender sua ampliação e contribuição para formação das normalistas em Ituiutaba e região, bem como apreender seus elementos fundamentais observando sobretudo, sua infra-estrutura, seus docentes, seus discentes, saberes produzidos e divulgados. E nesse sentido, considerou-se relevante analisar o Colégio Normal Santa Teresa em uma visão multidimensional, interpretando suas implicações e transformações dentro da sociedade local, em

Minas Gerais e Brasil. No decorrer da pesquisa utilizou-se das mais diferenciadas fontes.Os arquivos, mananciais informativos no âmbito das instituições escolares e pastorais da congregação, os documentos oficiais, como relatórios, anuários, atas, livros de matrícula, livro de pontos, ata de fundação, termo de visita e os documentos pedagógicos como os livros didáticos, impressos de planejamento, atas de reuniões pedagógicas, orientações pedagógicas; além do registro dos eventos cívicos e comemorativos por meio da iconografia. Também utilizou-se a "recuperação" da memória, por meio da história oral de antigos professores e alunos. Como foi possível observar, o Colégio Normal Santa Teresa retratou um projeto global, missionário da Igreja, sobretudo, demarcou uma nova era educacional para Ituiutaba, contribuindo para a formação das jovens professoras e evidentemente contribuiu para formação da elite tijucana. Espera-se que as reflexões aqui apresentadas possam contribuir, de alguma maneira, com todos aqueles que se preocupam em buscar as novas interpretações sobre instituições escolares.

MEMÓRIA VIVA: A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DE BEBEDOURO E REGIÃO QUE SE CONSTRÓI NAS ESCOLAS

Lucy Mary Soares Valentim
Profª Ms. de História da Educação nas Faculdades Integradas FAFIBE/Bebedouro[44]
jalumatim@hotmail.com
Luci Mara Bertoni
Profª Ms. Doutoranda na UNESP/ Araraquara e Professora de História da Educação nas Faculdades Integradas FAFIBE – Bebedouro[45]
lumabertoni@hotmail.com
Daniela Souza Baptista dos Santos; Juliana Cristina Lúcio Hernandez; Marcela Regina Câmara
pedagogia@fafibe.br
Instituição: Faculdades Integradas – FAFIBE – Bebedouro[46]

Recontar a história não é, somente, trazer à memória fatos que nos marcaram, é, também, tornar viva nossa experiência e perpetuar a vida de muitos que construíram patrimônios e legados para nossas gerações. Observar o passado para bem se conduzir o presente e evitar “acidentes” tem sido a preocupação daqueles que pretendem manter a memória acesa para iluminar o futuro. Ou seja, além de fazer reviver as belas experiências passadas, o resgate histórico permite re-fazer a experiência primeira. Na educação não pode ser diferente, por isso, os alunos do curso de Pedagogia das Faculdades Integradas FAFIBE de Bebedouro – SP, foram

[44] Profª na FAFIBE. Mestre pela Universidade Federal de São Carlos. Orientadora do Projeto.
[45] Profª na FAFIBE. Mestre, Doutorando pela UNESP, Araraquara. Orientadora do Projeto.
[46] Alunas das disciplinas História da Educação I e II da FAFIBE.

às escolas e investigaram suas histórias. Este trabalho de pesquisa faz uma volta ao passado, na história da educação de Bebedouro e região, que se constrói nas escolas e na memória dos educadores. Nosso objetivo é o de mostrar a importância de se preservar, na memória, a história que se passa na escola. A metodologia utilizada foi a investigação de documentos oficiais, entrevistas com diretores, professores, alunos, funcionários, pais de alunos, ex-alunos e familiares dos patronos. Foi necessário também pesquisar diretorias de ensino, secretarias de educação e bibliotecas. O registro através de fotos antigas e atuais também contribuiu para o enriquecimento do trabalho. Como resultado desta pesquisa, apontamos a divulgação da história da educação que se constrói através da escola e da memória de educadores. Mas, o mais importante para os alunos-pesquisadores, certamente, foi o prazer de reencontrarem-se com a escola como local de construção da sua própria história, reviver e refazer a experiência primeira. Foi possível verificar que a escola é uma fonte rica em informações tanto para a história da educação como para a história da cidade e das pessoas envolvidas no processo educativo. Ela também preserva a memória que atravessa gerações e constrói os referenciais entre o passado e o presente. Também, pudemos constatar que, o que para nós foi deixado como "presente", podemos preservar para que a história continue...

"INSTITUIÇÕES ESCOLARES NOS CAMPOS GERAIS-PR". LEVANTAMENTO E CATALOGAÇÃO DAS FONTES

Lucia Mara de Lima Padilha
Bolsista PIBIC/CNPq/UEPG
Universidade Estadual de Ponta Grossa

O projeto nacional de "História, Sociedade e Educação no Brasil", sediado na Faculdade de Educação da UNICAMP. Foi criado em 1991, sob a Orientação Geral do Prof. Demerval Saviani e sob a coordenação executiva do professor José Claudinei Lombardi. O projeto traz, como um trabalho de base inicial para todos os GTs, o levantamento e catalogação das fontes primárias e secundárias da educação brasileira, pensado na forma de um trabalho abrangente, envolvendo o maior número possível de Estados do país e aberto a todos.... Tem a participação de vários grupos de trabalho, como o da UEPG. No levantamento e catalogação de fontes primárias e secundárias da História da Educação na região dos Campos Gerais - PR procurou-se desenvolver um trabalho, de forma articulada, com o grupo de Estudos e Pesquisa Nacional HISTEDBR-UNICAMP. O Grupo de Estudos e Pesquisa dos Campos Gerais-Pr, da Universidade Estadual de Ponta Grossa, vem desenvolvendo o projeto desde sua organização em 1992, e tem como finalidade estimular e apoiar as pesquisas em história dos Campos Gerais, através da catalogação de fontes documentais para a pesquisa educacional. O processo de levantamento das fontes demandou uma ficha em um banco de dados organizado para atender os documentos nas instituições escolares: como manuscritos, cartilhas, livro Atlas, impresso escolar e fontes iconográficas. Foram levantadas as seguintes instituições

escolares (nome, ano da inauguração e cidade): Grupo Escolar Jesuíno Marcondes, 1938, Palmeira; Grupo Escolar General Osório, 1939, Ponta Grossa; Escola Ferroviária Cel. Tiburcio Cavalcante, 1940, Ponta Grossa; Grupo Escolar de Porto Amazonas, 1940, Porto Amazonas; Grupo Escolar de Iratí, 1942, Iratí; Grupo Escolar Amálio Pinheiro, 1942, Ponta Grossa; Escola José Elias Rocha, 1944, Ponta Grossa; Colégio Estadual "Dr. Alberto Gonçalves", 1947, Palmeira; Colégio Estadual "Jorge Queiroz Netto", 1948, situado na cidade de Piraí do Sul. Esta pesquisa tem por objetivo a catalogação das: instituição escolar, pública e privada, onde as fontes iconográficas das instituições escolares também estão sendo levantadas e passarão a compor o acervo de instituições escolares da região dos Campos Gerais. Após a catalogação das fontes serão disponibilizados os resultados alcançados em um banco de dados digital. Nessa fase, todas as informações levantadas alimentarão uma base de dados nacional que servirá par elaboração de um catálogo nacional das instituições escolares do país. O banco de documentação on-line conta com informação que não é constituída pela presença física dos documentos, mas sim de forma informatizada em uma base de dados, especializado no tema: História da Educação no Paraná. As atividades de documentação on-line serão coordenadas por professores/pesquisadores vinculados ao Grupo de Estudos, História e Sociedade dos Campos Gerais – Paraná. A organização, identificação e catalogação dos registros das Instituições Escolares desse estudo possibilitarão aos pesquisadores em História da Educação um conjunto de informações *on-line*, onde de forma rápida, em qualquer lugar do país o pesquisador possa ter acesso às informações do banco de dados e que tem se constituído em um importante acervo de documentos acerca das Instituições Escolares nos Campos Gerais.

ESCOLA MUNICIPAL DR. VICENTE MACHADO

Maraizza Moura Chacon
José Carlos de Oliveira
Juliana Maria Alves da Silva
Universidade Estadual de Ponta Grossa-UEPG

O grupo escolar Dr. Vicente Machado foi fundado em 29 de novembro de 1904, pelo Presidente do Estado do Paraná, Dr. Vicente Machado, que desde então é seu patrono. Durante 30 anos funcionou em um prédio, na Praça Rocha Pombo, que já foi demolido, no local atualmente é a Prefeitura Municipal da cidade. No dia 16 de julho 1935 foi inaugurado o novo prédio, na Praça Manoel Ribas, onde funciona até os dias atuais.O novo prédio foi construído pelo então governador Sr. Manoel Ribas, numa área central com salas amplas e confortáveis para aquela época, com espaço para a prática esportiva, demonstrando bem a arquitetura dos anos 30, uma construção imponente para uma pequena cidade como Castro, fachada limpa sem grandes adornos. Durante 70 anos o prédio não sofreu grandes transformações, no

ano de 1984 em ocasião da comemoração dos 80 anos da escola, a Emapar, realizou uma ampla reforma no prédio, sem alterar as características originais. Nesses mais de 100 anos de história mudou de nome várias vezes, na fundação denominava-se Grupo Escolar Dr. Vicente Machado, somente em 1977 o grupo passou a denominar-se Escola Dr.Vicente Machado -Ensino de 1º grau, atualmente a escola chama-se Escola Municipal Dr. Vicente Machado - Educação Infantil e Ensino Fundamental. No ano 1952 cedeu o prédio para o Ginásio Estadual Major Vespasiano Carneiro de Mello até o ano de 1963 quando o Ginásio recebeu cede própria. A escola funciona no período diurno em dois turnos. E 1993, o prédio passou a comportar duas escolas, uma municipal e a outra estadual, a Escola Estadual Maria Cristina Rolim Alvarez- Ensino Supletivo - Fase II. A linha pedagógica adotada pela escola é o sociointeracionismo de VYGOTSKI, que prioriza a interação entre os alunos e destes com o educador. 1987 a escola passou a receber crianças com necessidades especiais e a pré-escola em 1999, sua clientela é formada principalmente por filhos de trabalhadores rurais, autônomos, empregadas domésticas, professores, funcionários públicos e particulares, com um nível socioeconômico médio - baixo. Atualmente a escola está localizada numa zona residencial central, na praça Manoel Ribas, 170.

AS REPRESENTAÇÕES DE ESCOLA, ENSINO E ALUNO NAS CARTAS DE JOSÉ DE ANCHIETA (1554-1584)

Marcos Roberto de Faria
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP
Agência Financiadora: CAPES
marcosfaria07@yahoo.com.br

Especificar as representações de escola, ensino e aluno a partir das cartas de José de Anchieta é a preocupação primeira deste texto. Nesse caminho, faz-se um cruzamento das informações obtidas das missivas com as Constituições jesuíticas de 1556 e com os Exercícios espirituais de Loyola. Antes de mais, o presente trabalho considera as relações que se desenvolvem na correspondência e que se dão, fundamentalmente, entre o jesuíta, os colonos, as autoridades e o índio – este, na maioria das vezes, também aluno dos jesuítas, talvez seja o objeto central dessa trama. No entanto, há que ressaltar que este aborígine, ao qual as cartas se referem insistentemente, não tinha voz ativa nesse processo, pelo que estas informam muito mais sobre os modos de pensar e agir dos jesuítas do que sobre o índio. Ou seja, o jesuíta é o agente da educação e é dele a interpretação dos fatos e as informações presentes nas cartas. O trabalho assume, ainda, as Constituições como determinações que constroem práticas e representações específicas de escola, ensino e aluno. Nesse sentido, o recorte temporal que se segue é duplo: especifica-se as representações de escola, ensino e aluno antes e após a chegada das Constituições à América portuguesa. Para tanto, o texto sobre as cartas é apresentado em forma de tópicos de um glossário, através dos quais se podem inferir as representações de

escola, ensino e aluno aí presentes. A partir de tais tópicos, especificam-se as representações a que o trabalho se propõe e se demonstra a função importantíssima da chegada das Constituições à América portuguesa e as mudanças que ocorreram, a partir daí, na organização interna das casas e colégios dos jesuítas. Minha pesquisa caminhou na direção de mostrar que a chegada das Constituições determinou uma mudança relevante na prática no interior das casas jesuíticas da América portuguesa. Pelo que foi analisado, tal hipótese pôde ser verificada. A organização interna das casas e o trato com o nativo mudaram substancialmente, transformações que podem ser acompanhadas – e que são descritas – nas cartas: divisão em classes, modificação no currículo escolar, distribuição das tarefas entre padres e irmãos e questões afins. Se a organização do ensino e o trato com o nativo mudaram, isto se deve ao fato de que o jesuíta mudou. À medida que ensinava, o padre também aprendia e tomava novos caminhos em sua prática. Esta é, portanto, a conclusão a que chega a pesquisa, confirmando as transmutações advindas com as Constituições e as mudanças na prática jesuítica. No caso específico, na prática de José de Anchieta.

NUANCES DO ENSINO ORGANIZADO POR IMIGRANTES ALEMÃES EM SÃO PAULO

Maria Cristina dos Santos Bezerra
FE/UNICAMP

Pretende-se com esse texto apresentar alguns apontamentos acerca da organização das escolas de imigração alemã no estado de São Paulo na segunda metade do século XIX e inicio do século XX. A escola nesse período assumia diferentes funções no seio da comunidade germânica que iam desde a manutenção da língua e da religião até como fator de integração ou diferenciação social. Essas escolas eram de caráter distintos, havendo as primárias (rurais e urbanas), as secundárias – profissionalizantes – e as propedêuticas, para encaminhamento para as universidades. Atendiam também a públicos economicamente diferenciados que podiam pagar por elas, já que o financiamento destas era de dois níveis: as associativas ou comunitárias (laicas ou religiosas) e as privadas.
Procura-se mostrar o caráter dicotômico desse modelo de escola, com um ensino direcionado para ricos e um diferenciado para pobres, sendo que a elite intelectual urbana preparava seus filhos para assumir posição de destaque na sociedade nacional bem como para dar continuidade aos empreendimentos familiares; os camponeses e operários para o trabalho, quer seja ele relacionado a exploração da terra, que será deixada como herança, quer seja para o trabalho nos empregos urbanos, comerciais ou industriais, para os quais o ensino primário foi considerado suficiente; enquanto que a camada média urbana enviava seus filhos às escolas profissionalizantes. Em um período histórico em que a educação brasileira ainda não estava organizada, o sistema educacional alemão apresentava um avanço no

sentido de ter uma educação estruturada que acabava por suprir o vácuo provocado pela ausência do Estado no atendimento escolar da população, tanto a nacional quanto a estrangeira que precisa ser integrada.

REFLEXÕES SOBRE A CONSTRUÇÃO DO EDUCADOR - HISTORIADOR

Profª Drª Maria da Glória Martins Messias
GAPE-DEPED-UNICENTRO

O presente artigo trata de reflexões sobre a constituição do educador-historiador, tendo como ponto de partida a ego-História, algumas contribuições de Vigotsky e algumas idéias de Larrosa sobre a constituição do pensamento ocidental. Em forma de introdução a temática tão instigante, passa de reflexões gerais para o relato de uma experiência singular, onde é apresentada uma proposta de orientação de pesquisa, que já se constitue em projetos de acadêmicas do Curso de Pedagogia da UNICENTRO. O objetivo é divulgar o trabalho, encontrar legitimação, respaldo e interlocutores no meio acadêmico, para que com esses elementos possamos implantar a linha de pesquisa em História da Educação no Curso de Pedagogia.

O ESTADO BRASILEIRO E AS INSTITUIÇÕES ESCOLARES

Maria Isabel Moura Nascimento
Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG

Manoel Nelito Matheus Nascimento
FE/UNICAMP

O presente projeto de pesquisa tem o propósito de através de um recorte regional, buscar compreender o Estado e o movimento de constituição das Instituições Escolares na região dos Campos Gerais-PR, no Estado do Paraná, no período compreendido entre o início da República até a década de cinqüenta do século XX. Embora a pesquisa aborde as instituições escolares regionais deve-se registrar que esta não se desenvolverá de forma isolada, centrada em si mesma, visto que, dessa maneira, não daria conta de se inserir na totalidade da História da Educação Brasileira. A história regional contém singularidades e particularidades, que são específicas do objeto da pesquisa, mas a sua compreensão ampla só se dará mediante o movimento de aproximação e articulação com a organização social mais ampla, isto é, procurando compreender o movimento do real na região objeto do estudo, com as relações contraditórias que mantém com o contexto nacional, bem como, nas suas relações com os países centrais. Desta forma, a análise do papel de criação dos primeiros Grupos Escolares na Região dos Campos Gerais busca

identificar na relação Estado e educação e os grupos sociais que influenciaram na organização das Instituições Escolares. No início do regime republicano os discursos ideológicos das classes dominantes defendiam a criação de escolas para acabar com o analfabetismo do país. Detentores dos principais órgãos de difusão dessas idéias de expressão político-social como jornal, rádio o poder legislativo os intelectuais, políticos liberais, espalharam por todo país a necessidade de escolarizar o maior número possível de brasileiros para que o ideal republicano realmente se realizasse. A classe burguesa acreditava que só através da escolarização se obteria a ascensão social.

A (DES)CONSTRUÇÃO DA HISTÓRIA DE UMA UNIVERSIDADE DO INTERIOR DE MINAS GERAIS CRIADA NA DÉCADA DE 1960: A VISÃO DE ANTIGOS DOCENTES

Maria José de Morais Pereira
Lúcio Aparecido Moreira
Universidade de Itaúna

A Universidade de Itaúna, localizada na região centro oeste de Minas Gerais, está completando quatro décadas de funcionamento, o que justificou um estudo que teve como objetivo o de identificar os aspectos que influenciaram e determinaram o nascimento e desenvolvimento da Instituição, bem como o papel por ela desempenhado ao longo de sua história no contexto social, econômico, político e cultural no cenário brasileiro. Para este estudo utilizamos os aportes teóricos de autores que, nos últimos anos, vêm se dedicando a estudos e pesquisas sobre trajetórias de professores e sobre especificidades e singularidades da profissão docente tais como: Arroyo, Contreras, Cortesão, Esteve, Nóvoa, etc. A utilização da história oral, realizada através de entrevistas abertas, possibilitou a reconstrução das trajetórias dos mais antigos professores ainda em exercício e a relação dessas trajetórias na construção da identidade da Universidade de Itaúna, desvendando uma série de aspectos relacionados à profissão docente, compreendendo sua subjetividade, sua identidade, seus valores, seus saberes e habilidades e, principalmente, estabelecendo os vínculos entre a construção social e cultural do docente, os processos de sua formação e seu posicionamento frente aos processos de criação e implantação da Universidade de Itaúna. O estudo permitiu, além da desconstrução/construção da história da Instituição, encontrar subsídios que poderão enriquecer as discussões em torno do planejamento, oferta de cursos e formação de professores da Universidade de Itaúna.

DIÁRIO DE TRABALHO: RELATOS DE UM INSPETOR DISTRITAL DE ENSINO SOROCABANO EM 1925

Profª Dra Maria Lucia de Amorim Soares
Universidade de Sorocaba – Uniso
maria.soares@uniso.br
Leandro Nunes da Silva
Universidade de Sorocaba – Uniso
leandro-nunes@uol.com.br
Agência Financiadora: CAPES

Este texto busca desvelar alguns aspectos sobre a historiografia da educação escolar sorocabana, tomando como base os registros efetivados por um Inspetor Distrital em seu Diário de Trabalho, no período de Julho de 1925 a Maio de 1926, diários arquivados na Escola Estadual "Antônio Padilha". Chamando para o diálogo essa fonte de pesquisa, procura-se apontar a dimensão da importância que esses diários comportam, na direção de subsidiar pesquisas em arquivos escolares. Os arquivos escolares da escola em questão, dada a significativa documentação que possuem, permitem elucidar aspectos da história da escola em Sorocaba e região, depreendendo-se daí a importância para a história da educação brasileira como um todo. Como resultado pode expressar que os aparatos de estruturação e ordenação da realidade escolar no começo do século XX, fluindo através do discurso administrativo e pedagógico do Inspetor do 41º Distrito de Ensino, do Estado de São Paulo, fazem-se ainda hoje presentes no funcionamento do campo educacional. Ainda: entendendo os dizeres do Inspetor Distrital como narrativas as observações não foram tomadas de forma isolada, mas com a possibilidade de articulação, fato que justifica sua importância para a história da educação via intencionalidades, limites, condição de produção e problematização.

ATIVIDADES EXTENSIONISTAS A PARTIR DOS CPCs: UMA ANÁLISE DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA PARA A ATUALIDADE

Maria Lucimara dos Santos Pereira
Universidade Tuiuti do Paraná

Este trabalho é parte integrante da pesquisa desenvolvida junto ao Programa de Pós-Graduação, Mestrado em Educação da Universidade Tuiuti do Paraná, e apresenta conclusões preliminares. Tem por finalidade tecer considerações a respeito do conceito de Extensão Universitária a partir de sua historicidade, com a finalidade de compreender a origem anterior à sua institucionalização, uma vez que se considera limitada a compreensão deste conceito a partir apenas da sua atual legislação. Em momentos históricos distintos, Ensino e posteriormente Pesquisa, orientaram a formação no ensino superior. A partir das questões abordadas por

estes dois eixos, a extensão surge em conseqüência da credibilidade dos dois primeiros, consolidando assim, a tríplice aliança que fundamenta a universidade. No Brasil, as influências do ensino e pesquisa orientaram a formação superior, e a extensão, embora oculta, manifestava-se através da participação dos estudantes, perante a sociedade. Neste sentido, optou-se pela escolha da década de 1960, e mais especificamente entre 1961 e 1964, onde se situa o foco escolhido de estudo: o CPC (Centro Popular de Cultura). Contando com a participação de artistas, intelectuais e estudantes que tinham por objetivo conscientizar a sociedade através da arte, o CPC da UNE (União Nacional dos Estudantes), é considerado por nós como o embrião da extensão na atualidade, a partir da ótica do Movimento Estudantil, resguardada as especificidades da época.

"CIVILIDADE" PARA OS "DESVALIDOS" – A TENSÃO ESTÁ POSTA - DO DIA - A - DIA DO ASILO ÀS PÁGINAS DOS RELATÓRIOS MINISTERIAIS

Maria Zélia Maia de Souza
Orientadora: Nailda Marinho da Costa Bonato
UNIRIO

Este trabalho foi escrito através da história de muitas vidas. Vidas dos personagens que fizeram parte do cotidiano do Asilo de Meninos Desvalidos – entre os anos de 1875-1894 - vidas que já não existem mais, senão nas linhas das fontes consultadas. Relatórios ministeriais e dissertações de mestrado que trataram do tema, sendo, portanto as fontes utilizadas para esse estudo. Nossos objetivos nessa discussão são: dar visibilidade a conflitos e tensões entre o diretor Rufino Augusto de Almeida e o médico Joaquim Pizzarro; acompanhar as trajetórias de vida dos meninos – João Babtista da Costa e Francisco Braga – suas inserções em espaços além do cotidiano asilar; observar os movimentos dos diferentes personagens que pleitearam matrículas no asilo. Refletimos sobre as questões que permeiam o cotidiano asilar, ou seja, os diferentes sujeitos atuando num mesmo espaço: diretores, médicos, inspetores, professores, asilados e outros, procurando entendê-las numa rede de relações de poderes. Assim sendo, o poder manifesta-se, confunde-se, entremeia-se no corpo social. O cotidiano do Asilo de Meninos Desvalidos gerava tensões entre os indivíduos que ali viveram. Destacamos a tensão entre o diretor Rufino e o médico Joaquim Pizzarro e nas "falas" daquelas e daqueles que "a rogo de não saberem ler nem escrever", submetiam a terceiros a responsabilidade de encaminharem através de cartas, seus pedidos de uma vaga no Asilo. Dentre os sujeitos que assinavam as cartas, encontravam-se médicos, senhores de escravos, advogados, militares com cargos vitalícios, como os de escrivão de Varas de Órfãos, professores, funcionários públicos; enfim, pessoas idôneas e que os responsáveis ou tutores dos "meninos desvalidos" tinham de alguma forma acesso. O que apresento como resultado dessa pesquisa é fruto de investigações que estamos desenvolvendo e aprofundando no

Curso de Mestrado. Observamos a atuação de João Batista da Costa e Francisco Braga em vários seguimentos sociais, culturais e políticos do país. Nesse sentido, se o Asilo teve realmente uma importância na vida de Francisco Braga e de João Batista, não podemos afirmar. Entretanto, foi naquele espaço, com aqueles docentes, que os dois tiveram oportunidade de aquisição dos conhecimentos básicos para as suas futuras profissões. Entretanto, nos vinte anos de funcionamento dessa instituição, dos 4817 alunos que a mesma recebeu, apenas 365 concluíram seus estudos. Esses dados podem ser indícios de que a instituição não cumpriu com a sua proposta de forma satisfatória.

A CRECHE PRIVADA RELIGIOSA NO MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS – SP: ORIGEM, PERCURSO E ORGANIZAÇÃO.

Marisangela de Cássia Zambon
Universidade Federal de São Carlos - UFSCAR
zambon_mari@yahoo.com.br

Este resumo é fruto da pesquisa intitulada: "A Creche Privada Religiosa no Município de São Carlos – SP: Origem, Percurso e Organização", para a escrita da dissertação de Mestrado na área de Fundamentos da Educação, linha de pesquisa: Estado e Políticas Educacionais do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos sob orientação da professora Doutora Sandra Aparecida Riscal. Tem-se como temática a Instituição Creche, como objeto de estudo a Instituição Creche Privada Religiosa no Município de São Carlos – SP e como objetivo: compreender quais foram os fatores que possibilitaram e contribuíram para a sua origem; estabelecer os princípios que nortearam o seu percurso; e delinear a maneira como estava organizada no âmbito administrativo e no âmbito operacional: funcionários, faixa etária, origem da demanda etc. O período pesquisado compreende os anos de 1962 a 1988 e ratifica-se por ser, o primeiro, o ano de inauguração da primeira Creche Privada Religiosa no município e, o último, por ser o ano que é promulgada a Constituição Federal, e com esta a Creche "ganha" status educacional sendo efetivado pela LDBEN 9394/96. As fontes utilizadas foram: livros, periódicos, consultas na internet, teses, dissertações, documentos oficiais (leis, atas, decretos) de âmbito nacional e estadual e municipal. A metodologia utilizada, num primeiro momento, envolveu leitura e análise da literatura, pesquisas nacionais e estaduais (teses, dissertações e periódicos), bem como, de documentos oficiais de âmbito nacional, estadual e municipal. Assim, observou-se: que a literatura não é unânime quanto ao fundador e sua concepção da primeira Creche em território francês; que a primeira creche que se tem notícia no Brasil foi inaugurada no Rio de Janeiro, vinculada à Fábrica de Tecido Corcovado em 1899; que há várias modalidades de Creches segundo a iniciativa privada (comunitárias, domiciliares, vinculadas à empresas e religiosas) e pública (federal, estadual e municipal) sendo financiadas direta ou indiretamente pelo poder público;

nota-se, também, que os estudos sobre a Creche Religiosa são incipientes, em um universo de pesquisas que tende a investigar a Creche segundo sua modalidade; e que particularmente, no Município de São Paulo, houve mudanças na organização e concepção de Creche adotada pelo poder público, sendo que vários fatores responderiam por tais mudanças: aumento da urbanização, forma de participação feminina na população economicamente ativa, queda na qualidade de vida de grande extratos da população, características de movimentos populares, e especialmente, as políticas sociais da administração. Os fatores, citados, referentes àquela realidade particular, são utilizados muitas vezes como categoria de entendimento de outras realidades. Quanto ao Município de São Carlos, somente encontramos duas modalidades de Creche: privada religiosa (2 unidades católicas e 2 unidades espírita) distribuídas em bairros periféricos e pública federal (1 unidade situada na Ufscar), estadual (1 unidade situada na USP) e municipal (13 unidades distribuídas em bairros periféricos). As religiosas foram criadas na década de 60 e década de 80, conveniadas ao poder público municipal e/ou estadual ou órgãos assistenciais privados, antecedendo as de iniciativa pública estadual e municipal.

COLÉGIO JÚLIO TEODORICO, SETENTA ANOS EDUCANDO GERAÇÕES

Maristela Iurk Batista
UEPG

Uma instituição pública seja ela cultural, recreativa, educacional, social ou esportiva congrega a história de gerações que ali passaram e incrementaram filosofias de trabalho, bem como, são consideradas bens culturais pela relevância dos serviços prestados à comunidade.O presente artigo já é resultado de parte de um projeto que está sendo desenvolvido cujos objetivos são: resgatar a trajetória histórica do Colégio Estadual Professor Júlio Teodorico desde a sua fundação até os dias atuais; reconhecer a importância do Colégio no contexto educacional do Município de Ponta Grossa, bem como, levantar dados bibliográficos de ex-alunos, ex-professores, ex-funcionários, ex-diretores do Colégio.Pesquisar a história do Colégio Estadual Prof. Júlio Teodorico e a história de vida das pessoas que por ali passaram parece pertinente e necessário pelo momento histórico que o septuagenário educandário vivencia com a implantação nesse ano letivo de 2005 do Curso Técnico de Turismo e Hospitalidade (Integrado e Subseqüente), ambos, respectivamente com duração de 4 anos e 18 meses.No ano de 1935 o Grupo Escolar Professor Júlio Teodorico iniciou suas atividades com Educação infantil e ensino Fundamental (1ª a 4ª séries). Em 1984 através da Resolução n 095/84 da SEED foi autorizada a implantação do ensino de 1º grau (5ª a 8ª séries) de maneira gradativa no período diurno.O Ensino Médio foi implantado em 1993 através da Resolução 3.777/93 como ensino de 2º Grau Regular com o Curso de Educação Geral – "Preparação Universal" no período noturno.O conhecimento histórico se constrói através das

fontes históricas e ele sempre se modifica e se renova.Para o levantamento histórico do Colégio Estadual Prof. Júlio Teodorico serão utilizadas diversas fontes históricas escritas (documentos oficiais, particulares, jornalísticos) e fontes orais (história oral de vida com representação de pessoas-fontes).As técnicas de análise documental e de conteúdo, aliadas a história oral de vida servirão de fios condutores para a reconstrução da memória histórica do Colégio Estadual Professor Júlio Teodorico.Para Garrido, o uso das fontes orais permite não apenas incorporar indivíduos ou coletividades até agora marginalizadas ou pouco representadas nos documentos arquivísticos, mas também facilita o estudo de atos e situações que a racionalidade de um momento histórico concreto impede que apareçam nos documentos escritos (1988, p. 36).

ESCOLAS PÚBLICAS DE PATO BRANCO: PEDAGOGOS COMO ANTROPÓLOGOS NA RECONSTRUÇÃO HISTÓRICA

Marta Beatriz dos Santos Dall'igna[47]
FADEP
Helena Maria Giroto Dorigo[48]
FADEP
Orientadora: Maria Isabel Moura Nascimento
UEPG

O projeto de reconstrução histórica das escolas de Pato Branco - Paraná tem para com essa pesquisa a finalidade de construção de um banco de dados que contenha fontes primárias das escolas estaduais de ensino, pioneiras do município. Observando a inexistência de registros suficiente, que possam revelar a história dessas escolas, das quais foram selecionadas as quatro mais antigas, Escola Estadual Rocha Pombo, La Salle, Prof. Agostinho Pereira e Castro Alves. A memória dessas escolas encontra-se dispersa entre os professores já aposentados que guardam um acervo particular rico de informações e imagens fotográficas, parte que revela sua identidade e da instituição da qual eles ajudaram criar sua história. A reunião desses dados possibilita os registros que possam se tornar de domínio público, seja por via impressa ou como banco de dados virtual para pesquisas posteriores. A colocação das pedagogas no papel de antropólogas, traz para a pesquisa educacional, não apenas o discurso teórico, mas confirma a posição de Saviani, "[...] compreender o fenômeno da escola pública no Brasil e local, de modo como se articulam formando uma totalidade dinâmica e contraditória, é mister desenvolver uma investigação sistemática que permita, progressivamente, a

[47] Pedagoga, Graduada pela UNICS; Mestre em Educação pela UNICS; Pós-Graduada em Didática e Metodologia do Ensino Superior pelo ESAP e UNIVALE, Mestranda em Educação.
[48] Aluna integrante do GEPCEI - Grupo de Estudo e Pesquisa em Cultura e Educação Indigena da Faculdade de Pato Branco – Fadep.

reconstrução no papel do conhecimento, das características que se manifestam no desenvolvimento histórico desse objeto: a escola pública brasileira ". (SAVIANI, 2005, p. 15). Adotou-se o tipo de Pesquisa Social, sobre a qual Minayo (1994, p.10-12) afirma que "[...] a ciência é apenas uma forma de expressão desta busca, não exclusiva, não conclusiva, não definida", "[...] o labor científico caminha sempre em duas direções: numa, elabora suas teorias, seus métodos, seus princípios e estabelece seus resultados; noutra, inventa, ratifica seu caminho, abandona certas vias e encaminham-se para certas direções privilegiadas, e é aceitando os critérios da historicidade, da colaboração e, sobretudo, imbuem-se da humildade de quem sabe que qualquer conhecimento é aproximado e construído". Metodologicamente essa pesquisa parte do projeto de ensino da disciplina de Políticas Educacionais integrando-se as outras duas disciplinas, História da Educação e Avaliação do curso de Pedagogia da Faculdade de Pato Branco - FADEP. Os instrumentos que auxiliam na catalogação dos dados e imagens, foi realizado na forma de entrevistas com os professores aposentados, (história oral), bem como, a análise documental de livros ata, portarias e decretos lei que datam o início das mesmas, até 1980.

O PRESBITERIANIMO NAS TERRAS MINEIRAS: A GÊNESE PROTESTANTE DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS – UFLA (LAVRAS, 1892-1938)

Michelle Pereira da Silva Rossi[49]
Orientador: Geraldo Inácio Filho
UFU
gifilho@faced.ufu.br

O Nosso trabalho investigativo refere-se à Escola Agrícola de Lavras, criada pela Missão da Igreja Presbiteriana do Sul dos Estados Unidos (PCUS, chamada Missão Leste a partir de 1906), que no Brasil iniciou seu trabalho com os missionários Lane e Morton em 1869 em Campinas, SP; sendo transferida, em 1892, para Lavras, MG; da qual se originou a Universidade Federal de Lavras – UFLA. Objeto esse, até o presente momento, não-trabalhado pela historiografia, em particular, local. Tal presença constituiu-se num elemento diferenciador na História da Educação Brasileira, pois a criação dessa instituição para o desenvolvimento agrícola foi ponto importante, não somente na sociedade lavrense, mas como referencial para o Brasil. Ação que difere de outros empreendimentos educadores desenvolvidos pelas missões protestantes em diversos contextos de evangelização no mundo. Pretende-se buscar a configuração do projeto educacional desenvolvido pela Missão Leste Presbiteriana no Sul de Minas, a qual resultou no estabelecimento de uma Escola Agrícola, constituindo-se a base para a oficialização da Universidade Federal de

[49] Doutoranda em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia - UFU. Mestre em Educação pela UFU. mpsrossi@hotmail.com.

Lavras –UFLA, acontecimentos estes que nos lançam subsídios para entendermos até que ponto esta instituição atendia aos valores de progresso que eram perseguidos pelos republicanos e, em que medida se quadrinavam com os ideais protestantes. Trata-se de um trabalho de pesquisa de História das Instituições Educacionais. Metodologicamente, utilizamos os seguintes procedimentos: levantamento bibliográfico, quanto aos fundamentos históricos do protestantismo desenvolvido na América do Norte sob a influência do puritanismos, e levantamento documental em relação a implantação do processo educativo presbiteriano em Lavras. Na tentativa de localizar tais princípios educacionais, recuamos aos primeiros anos do Brasil República, 1892, quando os missionários presbiterianos se instalaram em Lavras, sendo possível, distinguir dois pontos importantes: a consolidação do projeto educativo em Lavras (1892), e o desenvolvimento da Escola Agrícola (1908). Em relação à nossa data limite, o ano de 1938, quando a Escola Agrícola de Lavras passa a ser denominada Escola Superior de Agricultura de Lavras (E.S.A.L.). As fontes utilizadas para a realização da pesquisa constituíram-se em documentos (Jornais, Cartas, Atas, relatórios, listagem de escolas e outros) encontrados no Museu Bi Moreira Na Universidade Federal de Lavras e no Instituto Presbiteriano Gammon. O projeto educacional presbiterianos foi uma relevância social, que se estendeu significativamente na cidade de Lavras e abrangeu diferentes contextos brasileiros. O vínculo entre educação e evangelização atendeu ao ideário protestante nesta realidade, sendo possível identificar que, a evangelização indireta (via educação), assumida pela missão leste em Lavras, procurou delinear um modelo de escola que atendesse a princípios religiosos e sociais, evidenciando os objetivos que direcionaram o próprio lema da instituição Gammonense "Dedicado a Glória de Deus e ao progresso humano": ensinar era transmitir não somente uma cultura religiosa, mas, a própria cultura americana, em um contexto que a sua influência emergia-se em diferentes realidades internacionais.

PROJETO EDUCATIVO DAS IRMÃS MARCELINAS NO BRASIL E O PENSAMENTO DE MONSENHOR LUIS BIRAGHI (1838 – 1912)

Neise Marino Cardoso
Dra. Mara Regina Martins Jacomeli
Mestrado em Educação Sócio–Comunitária – UNISAL/Americana/São Paulo

Este trabalho integra os debates presentes em nossa pesquisa de Mestrado, desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Educação Sócio-Comunitária do Unisal/Americana/SP. Pretendo no presente trabalho caracterizar as idéias educacionais do período e descrever em linhas gerais o Projeto das Irmãs de Santa Marcelina, explicitado na Obra Social Madre Marina Videmari, espelhando-se nos princípios da pedagogia de Monsenhor Luis Biraghi, fundador das Irmãs Marcelinas. Para tanto, estamos levantando e catalogando as fontes primárias e secundárias, referente ao pensamento do período em análise, bem como do

fundador da congregação das Marcelinas). Esperamos que este trabalho possa contribuir com a história da educação brasileira, em especial com a história educacional da Congregação Marcelina no Brasil e no mundo.

ESCOLA NORMAL NO PIAUÍ: VISÃO HISTÓRICA DE UMA INSTITUIÇÃO ESCOLAR

Norma Patrícya Lopes Soares
UFPI
npaty@uol.com.br
Maria do Amparo Borges Ferro
UFPI
amparoferro@uol.com.br

A formação de professores para o ensino elementar é uma atividade que tem merecido atenção dos pesquisadores em História da Educação no Brasil. O ensino normal piauiense e o brasileiro de um modo geral sofreram descontinuidade no processo, ou seja, suas instituições, a exemplo das Escolas Normais e Liceus, passaram por sucessivas aberturas e fechamentos. Organizar as informações sobre a história da educação brasileira e, em especial, a regional e local, é importante e necessário para estudiosos da formação de professores. Objetivando reconstituir uma história da Escola Normal em Teresina num período que se estende de 1864 a 2003 buscamos fundamentação na Nova História Cultural, especialmente Jacques Le Gof, Roger Chartier e Michel de Certeau; na história das Instituições escolares buscamos fundamentação em Décio Gatti Júnior e em historiadores nacionais como Dermeval Saviani. Assim, trabalhamos com fontes documentais (relatórios, mensagens, discursos, históricos escolares, grades curriculares e regimentos), fontes bibliográficas (livros, revistas, jornais, dentre outras) além de depoimentos de pessoas diretamente ligadas à Escola (diretores, professores, funcionários e alunos). A utilização da história oral justifica-se pelo fato da mesma possibilitar "reconhecer a circulação fluida e as práticas comuns que extrapolam as fronteiras sociais" e os documentos oficiais. No Piauí, a autorização de criação da primeira Escola Normal data de 1864 (período Imperial), porém o seu funcionamento sem mais retrocessos só ocorreu definitivamente a partir de 1910 (período Republicano). Depois de consolidada, a referida Escola atingiu seu apogeu e atualmente encontra-se em fase de adaptação às novas propostas de formação de professores. Durante essas fases, a Escola Normal em Teresina serviu de parâmetro para a criação de congêneres no Estado e apresentou culturas e práticas escolares bem diversas umas das outras, o que nos levou a dividir a sua história em períodos distintos, porém não estanques. Consideramos como período inicial o que vai de 1864 até 1908 e destacamos como cultura e prática escolar o caráter propedêutico do ensino normal que mais se assemelhava ao curso dos Liceus; um outro período deu-se de 1909 a 1946 onde a Escola Normal se consolidou como importante instituição de formação feminina

para o magistério, o que era comprovado pela atuação daquela na Escola Modelo anexa à Escola Normal; no intervalo compreendido entre 1947 e 1972 a Escola viveu seu apogeu e, emocionados, os depoentes afirmam ser aquele espaço o responsável pela melhoria educacional do Estado, pelo compromisso e apego à educação e pela realização profissional dos mesmos; a partir de 1973 a formação de professores perdeu sua especificidade entre os cursos secundaristas e a Escola começou a sofrer as conseqüências das políticas públicas educacionais, chegando atualmente a se adequar à proposta de criação de um curso normal superior. O resgate de sua memória delineou diversos perfis, culturas e práticas, entretanto, este artigo enfatiza a trajetória curricular da instituição acima referida.

AS AÇÕES EDUCATIVAS ILUSTRADAS E AS AULAS RÉGIAS EM MATO GROSSO: CRÍTICA À HISTORIOGRAFIA EDUCACIONAL DA REGIÃO 1759-1822

Olga Maria dos Reis Ferro
Universidade Estaual de Mato Grosso do Sul/UEMS
Universidade para o Desenvolvimento do
Estado e da Região do Pantanal/UNIDERP

Este texto discute as primeiras ações educativas ilustradas e as aulas régias na Capitania de Mato Grosso (1759-1822). O objetivo é recuperar as condições históricas que presidiram o nascimento da escola moderna em Mato Grosso. Trata-se de uma pesquisa em andamento que vem promovendo uma análise documental e uma interlocução crítica com a historiografia regional que aborda as ações educativas ilustradas e as aulas régias na Capitania de Mato Grosso, no período colonial. Quanto ao método que ilumina as discussões apresentadas, centra-se na análise da categoria trabalho, sob a perspectiva da ciência da história, levando em conta, ainda, a necessidade histórica de produção da escola moderna. Pretende-se, portanto, captar as relações que se estabelecem entre o singular – ações educativas e aulas régias isoladas na Capitania de Mato Grosso –, e o universal, as relações de produção, por meio da reconstrução histórica da organização dos processos de trabalho – base técnica produtiva - no interior do período colonial. A pesquisa em andamento aponta que as ações educativas ilustradas significam todo conhecimento veiculado por meio do paradigma de administração colonial, na forma de das técnicas modernas de trabalho e das manifestações culturais e informais realizadas em ocasiões de festejos oficiais na Capitania de Mato Grosso. E por aulas régias entende-se todo conhecimento didaticamente estruturado e veiculado formalmente por meio da relação entre mestre e alunos, em espaços escolares isolados. Resulta destas fontes o conteúdo novidadeiro apresentado neste texto sobre a efetiva participação do presbítero secular Pe. José Manuel de Siqueira na gênese da escola Moderna em Mato Grosso. Não pode deixar de ser destacado, também, que a educação do homem na Capitania de Mato Grosso ocorreu, ao mesmo tempo, sob a

informação de duas pedagogias: uma de natureza informal, as ações educativas ilustradas, e outra de natureza formal, as aulas régias, de: primeiras letras, gramática, filosofia racional e moral, botânica, ensino de engenharia, anatomia e cirurgia, estudos militares, entre outras. Portanto, o conteúdo levantado, até o momento, contradiz "os dizeres" de que a expulsão da Companhia de Jesus da Colônia Luso-Brasileira representou o desmonte da educação.

OS DOCUMENTOS DA ASSOCIAÇÃO DE EX-ALUNOS, FUNCIONÁRIOS E PROFESSORES DO COLÉGIO NOVA FRIBURGO (CNF): RECONSTRUINDO O IDEÁRIO PEDAGÓGICO DE UMA INSTITUIÇÃO ESCOLAR EXPERIMENTAL

Pablo Silva Machado Bispo dos Santos
Doutorando PUC-Rio
psmbsantos@gmail.com

Este trabalho corresponde à análise de documentos sobre o CNF obtidos juntamente ao endereço eletrônico da internet (www.gnfcnf.org.br) mantido pela Associação de ex-alunos, funcionários e professores do Colégio Nova Friburgo (AEX/CNF). Dentre todos os documentos presentes no referido endereço eletrônico, foram selecionados alguns dos que faziam menção explícita ao CNF, e/ou registravam algum momento da história deste Colégio. Cabe destacar que este material faz parte do Centro de Memória do CNF, parte integrante da AEX/CNF cujo responsável é Pedro Paulo Lomba (ex-aluno do CNF). Assim, cabe mencionar que, devido à principal proposta deste trabalho ser a de buscar analisar as idéias filosóficas, pedagógicas, políticas, administrativas e as práticas pedagógicas desenvolvidas no CNF pela via do estudo de sua memória institucional (e assim melhor compreender o CNF a partir destes elementos), e, tendo em vista o referencial teórico adotado (História Cultural e Teoria do Discurso), que supõe a inexistência de idéias sem um discurso que as veicule, e nem tampouco um discurso que não se utilize de algum suporte material para se efetuar (PERELMAN & OLBRECHTS-TYTECA, 2001, DUBY, 1993), isto condiciona a ver no documento impresso um dos locais privilegiados para a apreensão do discurso quando tomado em sua materialidade (CHARTIER, 1991). Deste modo, entende-se que a análise de documentos relativos ao CNF oferece subsídios para a apreensão e para a compreensão da história das referidas idéias, veiculadas pelo discurso dos atores do CNF e tornadas concretas em seus documentos impressos, nos quais procuro analisar algo mais do que o seu caráter "monumental" (LE GOFF, 1985). Assim, busquei identificar no discurso destes atores institucionais o modo como as idéias filosóficas, pedagógicas e políticas do CNF se fazem presentes nos depoimentos analisados. Como resultados principais, destacam-se: a) O CNF como uma instituição com um forte aparato formador (e conformador) do caráter moral dos seus estudantes; b) A pedagogia tradicional em sua versão "herbartiana" subjaz à

metodologia didática e pedagógica do CNF, muito embora este se apresente como uma escola "inovadora" e de "ensino experimental moderno".

INSTITUIÇÕES ESCOLARES DO MUNICIPIO DE CHOPINZINHO (1946-2006) LEVANTAMENTO E CATALOGAÇÃO DAS FONTES PRIMÁRIAS E SEGUNDARIAS

Rafael Riedi
Solange Aparecida Oliveira Collares
Universidade Estadual do Centro-Oeste - UNICENTRO

Esta pesquisa procurou recuperar uma parcela da trajetória das instituições escolares do município de Chopinzinho de (1946-2006). A metodologia esteve subsidiada com pesquisa bibliografia e de campo, auxilio de fontes primárias e secundárias, o levantamento começou a ser feito desde o iniciou com o nascimento do fundador da instituição em 1844 e da Escola Coronel Santiago Dantas em1946 buscando a catalogação de alguns aspectos políticos e econômicos, seguindo com um relato da primeira professora da instituição de 1946 buscando relatar as metodologias utilizadas da pela professora e como eram as condições políticas e econômicas da época. Como toda para catalogação histórica feita buscou-se pesquisar o projeto político pedagógico para relatar as condições que a escola vive no período atual, o seu publico alvo, as condições financeiras, os objetivos que pretende alcançar. A instituição é uma lutadora pela inclusão, isso tem sido um dos fatores para que a mesmo seja uma das mais qualificadas do município.

OS GRUPOS ESCOLARES NO SUL DO ESTADO DE MATO GROSSO COMO PARTE DA POLÍTICA EDUCACIONAL (1910-1950)

Regina Tereza Cestari de Oliveira
Universidade Católica Dom Bosco (UCDB)

Esta pesquisa visa proceder a uma investigação histórica sobre o processo de organização e expansão da educação escolar primária pública no sul do estado de Mato Grosso. Seu objetivo é analisar a organização dos grupos escolares no sul do referido estado, nas primeiras décadas do século XX, como parte da política educacional empreendida no período. Assim, adota como recorte temporal o período de 1910 a 1950 e como recorte espacial o sul desse estado (atual estado de Mato Grosso do Sul, criado, no ano de 1977, com a divisão do estado de Mato Grosso). Partindo do entendimento de que as instituições escolares expressam as relações sociais de determinado contexto histórico, o referencial teórico que orienta

a análise fundamenta-se nas categorias assim constituídas: modernização, correlação de forças políticas e organização escolar pública. O estudo baseia-se em fontes primárias formadas por leis, decretos, regulamentos, mensagens presidenciais à Assembléia Legislativa, relatórios, atas, depoimentos, jornais da época, entre outros. Nesse período, o movimento de transformação da sociedade brasileira provocou mudanças na educação, acentuando, sob influência da ideologia liberal, a necessidade do ensino público com base nos princípios de obrigatoriedade, gratuidade e laicidade. No estado de Mato Grosso, acompanhando a tendência nacional, esses princípios estiveram presentes nas reformas educacionais do período. Assim, o governo de Pedro Celestino Correa da Costa (1908-1911) autorizou em 1910, a reorganização da Instrução Pública, instituindo os grupos escolares, como novo modelo organizacional. Em decorrência, esse grupos foram criados nas cidades mais movimentadas: Cuiabá, Cáceres, Poconé e Rosário Oeste e, de modo específico, no sul do estado, em Campo Grande, Corumbá, Aquidauana, Três Lagoas e Ponta Porã. A posição geográfica da cidade de Campo Grande e, principalmente, a inauguração da rede ferroviária, em 1914, trouxeram grande número de imigrantes e comerciantes nacionais, transformando a cidade no centro comercial da região, desencadeando, assim, um processo de modernização e de aumento populacional dessa região. Nesse cenário, em que a escolarização se destaca como preocupação, foi instalado o primeiro Grupo Escolar de Campo Grande (atual capital do estado de Mato Grosso do Sul), em 13 de junho de 1922, sendo o sétimo de uma lista de onze estabelecimentos criados em Mato Grosso no período de 1910-1927. Seu nome foi alterado para "Joaquim Murtinho", por meio do Decreto nº 669, de 5 de junho de 1924, na primeira gestão de Pedro Celestino Corrêa da Costa. Começou funcionando em uma casa alugada à Avenida Afonso Pena, sendo transferido definitivamente para o seu prédio em 18 de julho de 1926. No decorrer da primeira metade do século XX, foram criados em Campo Grande, mais três Grupos Escolares: "General Malan", "Vespasiano Martins" e "Nicolau Fragelli". Em síntese, a criação dos grupos escolares, como nova forma de organização escolar primária, insere-se no processo de modernização, tanto do ensino como das cidades do sul do estado de Mato Grosso.

COLÉGIO PEDRO II UM COLÉGIO NA HISTÓRIA DO BRASIL

Ricardina Reis Fernandes
Colégio Pedro II

Este trabalho pretende contar a história de uma instituição de ensino, localizada no Rio de Janeiro, tradicionalmente reconhecida como referência na Educação do Brasil. Nosso objetivo é mostrar o contraponto entre a tradição e a modernidade em uma das mais tradicionais instituições de ensino do Brasil. Serão utilizadas fontes do NUDOM (Núcleo de Documentação e Memória), registros escritos de ex-alunos e depoimentos da comunidade escolar nos dias de hoje. Até os anos 70, do século XX,

o Colégio ministrava o ensino ginasial e o clássi-co ou científico. Era uma das poucas instituições de ensino a possuir em sua grade cur-ricular o Latim, Desenho Geométrico, entre outras disciplinas que não eram corriqueiras em colégio públicos ou privados. No início da década de 1980, a instituição apresentava sinais de decadência. Neste momento apenas o atual Ensino Médio era atendido em suas salas de aula. O Diretor-Geral de então, Professor Tito Urbano da Silveira, firmou um convê-nio com a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro estabelecendo a criação de vagas para a 5ª série do Ensino Fundamental a serem preenchidas por alunos oriundos da rede mu-nicipal que satisfizessem a condição de possuírem conceitos A. Houve um revigoramen-te a partir daí e em 1984, o mesmo diretor decidiu por bem criar as primeiras vagas rela-tivas ao Primeiro Segmento do Ensino Fundamental na instituição. As primeiras turmas começaram a freqüentar a unidade de São Cristóvão. Até os anos 1960 o Colégio Pedro II tinha as cinco unidades de ensino, a saber: Engenho Novo, Humaitá, Tijuca e Centro (que eram externatos) e São Cristóvão (inter-nato masculino). Um incêndio arrasou esta última unidade. Em seu lugar, hoje, está o Complexo Escolar de São Cristóvão com as Unidades I, II e III além do edifício sede da Direção Geral (denominado de Almirante Rademaker, em homenagem ao ex-aluno que chegou ao governo de nossa nação de agosto a outubro de 1969 como membro da Junta Militar). Recentemente foram criadas mais duas unidades escolares (em Realengo e Niterói), totalizando 12. Há quase dois séculos, desde sua fundação, o Colégio Pedro II mantém-se na es-fera federal de ensino. Este lugar foi mais recentemente assegurado através do artigo 242 § 2º das Disposições Constitucionais Gerais da Constituição da República Federati-va do Brasil de 1988. Sua força é mais evidente quando ouvimos relatos de ex-alunos sobre sua vida acadêmica na instituição. O Colégio é uma marca indelével na formação de seu alunado. É impressionante como se delineia o perfil desse aluno: Orgulhoso de seu espaço; Ques-tionador; Solidário; Cidadão. O Colégio Pedro II hoje possui cerca de 12.000 alunos matriculados o que signi-fica um público atendido superior a de várias universidades federais em nosso país. Atento aos novos desafios a questão premente no momento é o fomento da inte-gração entre primeiro e segundo segmentos do Ensino Fundamental, através de trocas de experiências entre os docentes. Sobre esse projeto, ainda em processo, comentaremos no decorrer do trabalho.

ENSINO JURÍDICO, EXAME DE ORDEM E LUTA DE CLASSES

Rita de Cássia Fagundes[50]

Nos últimos anos tem aumentado as discussões sobre o Exame de Ordem e sua relação com a qualidade de ensino e aumento considerável de Instituições que

[50] Bacharel em Direito e aluna do Curso de Especialização em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Maringá.

oferecem o curso de direito. Este artigo sintetiza um estudo sobre os cursos de direito no Brasil e a relação com o Exame de Ordem, proposto pela Ordem dos Advogados do Brasil. Através de um breve histórico, apresentamos os pequenos avanços e mudanças ocorridas na grade curricular, fazendo uma co-relação com os índices de reprovação e inconstitucionalidade do Exame. O presente artigo indica que a discussão deve ir além do critério da qualidade de ensino, perpassando pelo contexto histórico, político e econômico.

A IMIGRAÇAO HOLANDESA E A EDUCAÇAO

Sonia V. Ap. Lima Cordeiro
sonialcordeiro@gmail.com

Maria Isabel Moura Nascimento
UEPG - PR

O presente trabalho é parte da pesquisa de mestrado que está em desenvolvimento no Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Estadual de Ponta Grossa. O tema Os Holandeses e seus descendentes e a Educação em Carambeí-Paraná apresenta como objetivo geral analisar o processo de criação e instalação da escola holandesa na região dos Campos Gerais, na Primeira República, buscando articular-se aos objetivos específicos, a saber: Registrar as mudanças e as características, principais desse grupo étnico ao chegar no país e ao se instalar na colônia no Paraná; Analisar a importância da religião na formação da escola. Para alcançar esses objetivos, o estudo será estruturado e organizado tendo o ponto vista teórico-metodológico no materialismo histórico. A pesquisa tem como objeto o resgate do processo histórico de constituição e de institucionalização da escola, na Primeira República, período marcado por um ideário formado por bandeiras liberais que propunham a liberdade de ensino, a gratuidade, a obrigatoriedade, e a laicidade para instrução pública. Do ponto de vista das Instituições Escolares não há escritos que abordam o processo histórico de constituição e institucionalização Escolar dos Holandeses no Brasil. A relevância desta pesquisa justifica-se pela necessidade de compreensão deste processo inicial das Instituições escolares na região. Faz-se também necessário uma contextualização, procurando compreender os diversos motivos que fizeram com que ocorresse a imigração nesse período e, para essa localidade. A metodologia será através de levantamento e catalogação de fontes primárias e secundárias realizadas na Escola, na Casa da Memória da cidade e na de Ponta Grossa, no Arquivo Público do Paraná, no Museu Campos Gerais, nos Arquivos particulares de descendentes de holandeses, em Fontes Documentais: Leis, Decretos, Regulamentos, Portarias, Atas de Reuniões, Projeto Pedagógico da Escola, bem como jornais da época. Sendo este material digitalizado e disponibilizado para colaborar com futuras pesquisas na História da Educação.

SOCIALIZAÇÃO DE SABERES E URBANICIDADE NA CRIAÇÃO DE ESCOLAS NO SUDOESTE BAIANO

Soraya Mendes Rodrigues Adorno
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
sadorna@ibest.com.br

A Associação Cultural Itapetinguense – ACI – nascida a partir da leitura coletiva de jornais entre homens da elite pecuarista do povoado de Itatinga, posteriormente elevado à condição de cidade de Itapetinga, na região do sudoeste da Bahia. O estudo compreende os anos de 1936 a 1954, que marca a criação de projetos voltados à educabilidade dos associados da ACI e de segmentos da comunidade local, especialmente o Ginásio Alfredo Dutra, o primeiro do lugar. Objetivamos mostrar, por meio de tais projetos os saberes socializados, compreendendo os investimentos culturais e educacionais como modernizadores de uma região e instrumentalizadores do processo de emancipação do povoado. Alguns dos projetos estudados são a primeira biblioteca da cidade, a "Biblioteca Dr. Orlando Bahia", a criação do curso de "Ciências, Letras e Artes", do "Ginásio Alfredo Dutra" e da "Escola Normal Juvino Oliveira", sendo que os dois últimos foram as primeiras instituições deste porte no município. Todos estes empreendimentos foram planejados e concretizados com o objetivo claro de viabilizar o florescimento de uma cultura letrada, implicando em mudanças de hábitos, de atitudes e de comportamentos, observando, também, a emancipação política do povoado. A pesquisa ancora-se nos pressupostos da história cultural, a partir dos impactos ocasionados pelo processo de socialização dos impressos via leitura coletiva e a criação da "Biblioteca Dr. Orlando Bahia" e, também, na criação de escolas como um elemento de diferenciação e de autonomia do povoado de Itatinga em relação à sua sede, criando uma identidade própria ao referido povoado. Foram utilizados livros de atas, estatutos da ACI, livros de registros da citada biblioteca e fontes orais. Considerações: A ACI é vista como um veículo difusor de uma cultura de urbanicidade, promotora de ações de educação formal e fomentadora da socialização de saberes.

A ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA – UFU – SUA HISTÓRIA COMO INSTITUIÇÃO EDUCATIVA

Tâmara Márcia de Melo Rezende
Geraldo Inácio Filho
PPGE-UFU

Quando do início de nossas investigações no campo da história e historiografia da educação, especificamente, de instituições escolares, imediatamente nos deparamos com dificuldades já conhecidas dos pesquisadores da área, qual seja, reconstruir o

cenário e o cotidiano de uma instituição, cuja, existência, data de tempos mais remotos e cuja documentação muitas vezes encontra-se danificada, escassa ou inexistente. Isto posto, se nos apresentava o desafio de partir, muitas vezes, de parca documentação, necessitando buscar fontes subsidiárias, não diretamente o arquivo da entidade em estudo, mas indícios de sua história na sociedade que abriga ou abrigava, na imprensa, arquivos públicos, pessoais, história oral. Nosso estudo trata propriamente da investigação da história da Assistência Judiciária UFU, instituição educacional, criada pela Faculdade de Direito, no ano de 1969 com objetivo de propiciar aos alunos formação prática por meio de atendimento a população local sob a supervisão de professores orientadores. Trata-se, portanto, de 35 anos de existência sem registro sistemático de sua história. Partindo desta perspectiva, e encontrando considerável quantidade de documentos acerca deste período, iniciamos nossos trabalhos no sentido de levantar, catalogar e interpretar estes elementos reconstituidores da memória institucional. Para tanto necessário se fez a opção teórico-metodológica a ser adotada. Nessa trilha, pudemos conhecer e nos filiar ao método do paradigma indiciário de Carlo Ginzburg, por atender aos anseios na reconstrução historiográfica da entidade escolar pesquisada, conforme passaremos a demonstrar no decorrer deste estudo.

ESCOLAS DE IMIGRANTES: ESPAÇO DE MANUTENÇÃO DA IDENTIDADE ÉTNICA

Valquiria Elita Renk
Professora da PUCPR

Neste trabalho analisaremos a importância da escolaridade para os imigrantes alemães, no Paraná, no final do século XIX e primeiras décadas do século XX, como um espaço para manter a identidade étnica do grupo. Em Curitiba haviam escolas públicas, mas, os imigrantes desta étnica, fundavam as escolas, conforme a orientação religiosa. Assim, as comunidades étnicas e religiosas construíam a escola, mantinham–na, pagavam os professores e também organizavam o currículo e o material didático, conforme o seu interesse. Nestas escolas, o ensino era ministrado em língua alemã e o currículo semelhante ao adotado na Alemanha. A escola era um espaço, entre outros, como os jornais, as associações de auxílio mútuo, os clubes, que eram fundamentais para manter a identidade étnica do grupo. Portanto, este grupo étnico não esperava a iniciativa do governo para a construção das escolas, a educação escolar era tão importante quanto a igreja em cada comunidade. As fontes de pesquisa foram os jornais Diário da Tarde e Der Kompass (publicado em língua alemã, com influência na região de Curitiba e norte de Santa Catarina), desde 1902 até 1938; Documentos Oficiais como os Relatórios de Governo, Relatório da Interventoria, Legislação Nacional sobre Educação (em especial sobre a nacionalização do Ensino) e Legislação Estadual sobre Educação, desde 1900 até 1938. As fontes nos permitiram fazer a leitura das relações

interétnicas que se processaram em Curitiba ao longo das décadas de 1910 até 1938, as tensões e a emergência da identidade étnica, nos períodos das grandes guerras mundiais, as propostas de nacionalização do ensino, as diferentes leis do ensino e também o cotidiano da escola e a luta pela manutenção do ensino em língua alemã. As Teorias da Etnicidade nos possibilitaram um diálogo teórico entre Educação, Antropologia e História e assim e analisar as relações interétnicas e a importância da língua alemã enquanto elemento de coesão do grupo e manutenção da etnicidade (Deutschtum). Este grupo étnico fundou a Associação dos Professores Teuto Brasileiros, Associações de Auxílio Mútuo, inclusive com plano de Aposentaria, Produção de Material Didático, Seminários de Formação de Professores e Cursos para Qualificação dos Professores, para manter a qualidade do ensino almejada pelo grupo e manter a identidade étnica A escolaridade dos filhos dos imigrantes deste etnia e a constituição de uma rede de escolas alemãs, tornou-se uma iniciativa singular na história da educação do Brasil, pois diferentemente da realidade brasileira, nas comunidades alemã praticamente não haviam analfabetos.

O CURSO FERROVIÁRIO DA ESTRADA DE FERRO SOROCABANA

Vânia Regina Boschetti
Universidade de Sorocaba – Uniso

O trabalho estuda aspectos relacionados à educação profissional em Sorocaba, notadamente no que se refere à formação de ferroviários da Estrada de Ferro Sorocabana. Percorrendo a história da educação brasileira, identifica a mentalidade estigmatizada e estigmatizante da formação de ofícios que, da educação jesuítica da Colônia e por todo o período Imperial, cravaram no ideário social uma diferença de proporções maniqueístas, entre o manual e o intelectual. Por todos esses séculos era de órfãos, mendicantes, prisioneiros e desvalidos, a composição da força de trabalho e de demanda para os poucos cursos de aprendizagem de ofícios e práticas manufatureiras. Somente na República, quando se faz sentir mais intensamente a relação entre as atividades de produção e as necessidades de escolarização, lentamente tal percepção começou a ser modificada. A necessidade de mão de obra especializada para atender às atividades industriais e de prestação de serviços decorrentes da industrialização, permitiu o desenvolvimento de novos conceitos para o ensino profissional. A instalação da Estrada de Ferro Sorocabana, em Sorocaba, no final do século XIX, foi paradigmática em pelo menos duas frentes. Em primeiro lugar, para dar suporte ao desenvolvimento do estado de São Paulo (já em destaque a época) através de linha ferroviário que cortava boa parte do estado, transportando pessoal, mercadorias e progresso. Em segundo lugar, como origem e mantenedora de um processo de educação profissional que foi referência em todo país pela iniciativa, organização e desenvolvimento de técnicas de aprendizagem por métodos racionais de trabalho, como testes psicotécnicos e seriação metódica, considerados os mais modernos e significativos da época. Aspectos inerentes ao

funcionamento do Curso de Ferroviários são contemplados pela pesquisa: organização, seleção de candidatos, currículos e práticas de aprendizagem, estudos comparativos, aplicação da psicotécnica como recurso de projeção de habilidades, competência profissional e conduta. O Curso também, se encontra caracterizado enquanto prática dirigida para o aumento de produtividade, expectativa de avanços profissionais possibilitadas pela instrução, técnica e progresso econômico.

UNIOESTE: DA ESTADUALIZAÇÃO AO RECONHECIMENTO

Vera Lúcia Balbinotti
José Kuiava

Este artigo é resultado de Monografia apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em História da Educação Brasileira, pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, Campus de Cascavel. Tem por objetivo construir e revelar a trajetória histórica dessa universidade, mais precisamente do processo de estadualização até o reconhecimento. Para que esse objetivo fosse alcançado, realizei um resgate histórico da conjuntura, desde o início dos debates sobre a necessidade de uma universidade regional, passando pela estadualização das faculdades isoladas e chegando até o reconhecimento dos quatro campus como uma só universidade de caráter regional. A primeira na história do Paraná a ser organizada na forma multi-campi, inédita, moderna e original para a época, que congregou as faculdades isoladas de Cascavel, Foz do Iguaçu, Toledo e Marechal Cândido Rondon. O estudo demonstrou que foi o movimento estudantil da época, a força inicial que impulsionou a busca pela universidade. Atores sem nome, mas com rostos, com identidades, com ousadia e consciência universitária e política. A Universidade do Oeste nasceu e se consolidou na mobilização dos estudantes que agregaram a esse movimento tanto funcionários como professores e, por fim, vários segmentos da sociedade oestina formando uma integração regional forte e coesa. Este estudo também comprovou que a estadualização e o reconhecimento da UNIOESTE não se deram por atos políticos isolados, mas por via da negociação e empenho por parte dos Diretores-Presidentes, da mobilização dos estudantes e da integração da região. Junto aos fatores anteriormente citados, soma-se o incômodo político que a região, com a sua intensa, justa e incessante reivindicação, provocava nos governos do Estado em suas diferentes épocas. Hoje, a UNIOESTE é reconhecida nacionalmente pela produção científica e pela qualidade que mantém no ensino, na pesquisa e na extensão, e por essa razão não pode ser relegada aos desmandos e vontades de poucos. Há que se manter sua hegemonia científica e sua característica de universidade pública, gratuita e de qualidade.

TRABALHO RELIGIOSO E EDUCAÇÃO: A DISSEMINAÇÃO DO PRESBITERIANISMO NA REGIÃO DO ALTO PARANAÍBA-MG (1884 – 1947)

Viviane Ribeiro
UNIPAC e
Mestre em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia
ribeirovivi@yahoo.com.br
Michelle Pereira da Silva Rossi
Doutoranda em Educação e
Mestre em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia
mpsrossi@hotmail.com

O objetivo deste trabalho é estudar a presença do presbiterianismo no Alto Paranaíba através da disseminação da nova religião e de seus princípios teológicos, éticos e morais através do trabalho desenvolvido pelos missionários norte-americanos da Missão Oeste do Brasil – WBM e verificar qual o papel da educação neste empreendimento religioso. Tal presença constituiu-se num elemento diferenciador na História da Educação Brasileira, em particular, na região do Alto Paranaíba; sendo que a instrução básica foi oferecida pelas Igrejas Presbiterianas antes mesmo do Estado, dos Municípios e da Igreja Católica. A introdução e disseminação do presbiterianismo na região do Alto Paranaíba – MG, com a chegada dos missionários e educadores norte-americanos a partir do final do século XIX e da construção de escolas destinadas à formação de evangelistas e professores, e as pequenas escolas de alfabetização destinadas àqueles que se convertiam à nova religião. Trata-se de um trabalho de pesquisa de História das Instituições Educacionais e fundamenta-se na necessidade de analisar as especificidades locais e regionais sem perder de vista o contexto mais amplo da História da Educação Brasileira. Metodologicamente, utilizamos os seguintes procedimentos: levantamento bibliográfico, quanto aos fundamentos históricos do protestantismo e levantamento documental, sobre a implantação da comunidade presbiteriana no Alto Paranaíba. Compreende o período de 1884, com a vinda do missionário Jonh Boyle para Estrela do Sul, a 1947, data da organização da Igreja Presbiteriana de Patos de Minas, evento que consolidou o trabalho missionário na região do Alto Paranaíba. As fontes utilizadas para a realização da pesquisa constituíram-se em bibliografia, biografias, documentos (Atas, relatórios, listagem de escolas e outros) encontrados no Instituto Bíblico Eduardo Lane em Patrocínio e na Igreja Presbiteriana de Patos de Minas e particulares, especialmente os enviados por Martha Litlle dos Estados Unidos. A Missão Oeste do Brasil caracterizava-se por sua mobilidade, enquanto as outras correntes missionárias fixaram-se em alguns territórios a WBM saiu de Campinas em direção ao Triangulo Mineiro e Alto Paranaíba em busca de novas fronteiras. Depois de consolidado o trabalho na região a WBM seguiu para o estado de Goiás e Mato Grosso. Sendo sua finalidade a evangelização direta (construção de templos, distribuição de Bíblias e propaganda religiosa, visita às famílias interessadas pelo Evangelho), a educação acabou em

segundo plano, foi usada apenas como um instrumento de formação de obreiros para auxiliar na expansão do campo de trabalho religioso. Devido ao descaso com a instrução do povo na época, logo se sentiu a necessidade de ensinar a leitura e a escrita aos novos cristãos. As primeiras iniciativas foram tomadas pelos líderes políticos e espirituais das pequenas congregações, com o desenvolvimento dessas escolas a WBM passou a controlá-las mediante a contratação de uma superviso pedagógica. Também houve tentativas para criar escolas que oferecessem o curso ginasial e superior, mas tal ideário contrariava os princípios da WBM.

ESCRAVISMO, IMIGRAÇÃO, MISSÕES E PROJETO EDUCATIVO BATISTA NO BRASIL DO SÉC. XIX: UM ESTUDO DE CASO

Wagner Duduch
duduch@unicamp.br

O objetivo principal deste trabalho é demonstrar, a partir das publicações internas da igreja batista, que seu discurso sobre o surgimento dos batistas no Brasil silencia, principalmente, quanto às ambições de natureza sócio-econômico-política de seus fiéis colonizadores, privilegiando as afirmações triunfalistas das missões e da fé. A bem da verdade, podemos afirmar que certamente o projeto missionário da igreja batista veio a reboque do projeto de vida das famílias imigrantes americanas e que o estabelecimento da ordem destes fatos históricos altera as determinações que envolvem as análises mais tradicionais. Observamos que o foco principal da análise se debruça desde 1865, com o final da Guerra Civil Americana, até 1889, com a Primeira República no Brasil. Neste mesmo contexto, seu projeto educativo se apresenta inserido em uma linha liberal de atuação, evitando a crítica ou confronto com o Estado, com o governo vigente e com os valores elitistas da sociedade da época, visando em outra vertente garantir através da educação a manutenção de uma determinada visão de mundo e ideologia a seus filhos. Por conseqüência, adentra-se neste tema da instalação de colégios confessionais batistas nas décadas de 1910 e 1920. Neste movimento imigratório americano batista, caracterizado pela colonização, missão e instalação de colégios, há um processo de amalgamento através de seu principal projeto educativo que é a Escola Dominical. Enquanto os colégios cumprem o papel educativo por determinado período na vida dos sujeitos, a Escola Dominical cumpre-o de modo permanente, enquanto perdurar o vínculo dos fiéis, o que evidencia sua importância na transmissão do conhecimento e moralidade orientada pela fé.

AUTORES

A

Acácio Nascimento Figuerêdo *101*
Adair Ângelo Dalarosa..... *101*
Adélia Cristina Tortoreli Morante *102*
Ademir Valdir dos Santos *211*
Adriana Salvaterra Pasquini *39*
Afonso Celso Scocuglia..... *39*
Ailton Bueno Scorsoline..... *41, 103*
Alessandra de Sousa..... *212*
Aline Barbosa de Miranda..... *104*
Aline Nigelski..... *212*
Amélia Kimiko Noma *105, 158*
Ana Carrilho Romero Grunennvaldt *42*
Ana Cristina Pereira Lage *213*
Ana Elizabeth Santos Alves..... *43*
Ana Lucia Tomaz Cardoso..... *106*
Ana Maria Moura Lins *154*
Ana Marilda dos Santos Boeno *214*
Ana Palmira Bittencourt Santos Casimiro *44, 107*
Ana Paula Gomes Mancini..... *215*
Ana Paula Ribeiro de Sousa *162*
Ana Paula Salvador Werri..... *108*
Ana Paula Seco *44*
Anair Altoé..... *109*
Analete Regina Schelbauer *216*
Analice Leonardi..... *109*
André Paulo Castanha..... *46, 132, 157*
André Teles Guedes..... *47*
Andréa Cristina Martelli *110*
Ângela Mara de Barros Lara *47, 111, 112, 147*
Angela Maria Souza Martins..... *48, 233*
Angélica Jesus de Santana *113*
Antonia Roseane Favacho da Silva *217*
Antonio Carlos Ferreira Pinheiro *217, 220*
Antônio Marcos dos Santos Alves..... *182*
Antônio Marques do Vale..... *141*
Aparecida Favoreto *49*
Aparecida Marcianinha Pinto *114, 150, 180, 195*
Aracely Mehl Gonçalves *50*
Ariclê Vechia..... *219*
Ariella Lúcia Sachertt Seki *51*

Armindo Quillici Neto *115*
Áurea Maria Paes Leme Goulart *197*
Azilde L. Andreotti *116*

B

Benedito Gonçalves Eugênio *117*
Berenice Corsetti *118*
Bernardete Germani *119*
Brígida Maria Pimenta Carvalho *119*
Bruna Maria Morais de Paiva *220*

C

Camila Maximiano Miranda *121*
Caren Victorino Regis *221*
Carla A. Barreto *122*
Carla Luciane Blum Vestena *52*
Carla Villamaina Centeno *53*
Carlos Alberto Lucena *139, 145, 148, 164*
Carlos Henrique de Carvalho *123*
Carlos Lucena *124*
Cecilia Neves Lima *222*
Celi Zülke Taffarel *54, 223*
Celina Midori Murasse *55*
César Augusto Castro *224*
Cézar de Alencar Arnaut de Toledo *125*
Charliton José dos Santos Machado *126*
Christina Camilla Antunes de Almeida *225*
Cirlei Francisca Gomes Carneiro *56*
Clarice Linhares *226*
Cláudia Engler Cury *217*
Claudia Maria Petchak Zanlorenzi *226*
Claudio Afonso Peres *127*
Cláudio Lira Santos Júnior *223*
Cleide aparecida de Oliveira Silva *52*
Cleide Aparecida Faria Rodrigues *212*
Cleiza Guilande Perera *227*
Cristiana Moreira Lins de Medeiros *228*
Cristiane Regina Corbari *128*
Cristiane Silva Mélo *57*

D

Daniela Souza Baptista dos Santos *246*
Daniele Suani Santos da Rocha *217*
Dayane Rejane Andrade Maia *58*
Dayse Martins Hora *229*
Décio Gatti Júnior *59, 260*
Dilma Maria Andrade de Oliveira *129*
Dorisvaldo Rodrigues da Silva *130*

E

Edilene Santa Rosa *230*
Edison Cardoso Lins *129*
Edison Martin *230*
Ediza Aparecida Xavier de Macedo *231*
Ednéia Regina Rossi *232*
Elaine Rodrigues *93, 95*
Elenita Conegero Pastor Manchope *110*
Eliana Marques Zanata *131*
Elias Santos de Brito *217*
Eliete Jussara Nogueira *233*
Elis Milena Veiga Moreira de Azevedo *132*
Elisete Dalamaria *227*
Eliseu Santana *132*
Eloísa Godoy Hultmann *60*
Elza Peixoto *61*
Enicéia G. Mendes *131*
Enicéia Gonçalves Mendes *208*
Enio Rodrigues da Rosa *62*
Érica Myeko Ohara Itoda *62*
Evaldo Ferreira Rodrigues *217*

F

Fábio Lopes Alves *63*
Fátima M . Neves *64*
Fernanda Gonzaga *233*
Fernanda Regina Cinque *133*
Fernando Casadei Salles *134*
Fernando Henrique Cavalcante de Oliveira *65*
Flávio Massami Martins Ruckstadter *125*
Franciele Benedetti Formigueiri *227*

Franciele Clara Peloso *109*
Francis Mary Guimarães Nogueira *135*
Francisco Máuri de Carvalho Freitas *65*

G

Gabriela Pontin Novaes *135*
Geraldo Inácio Filho *97*, *258*, *267*
Géssica P. Ramos *136*
Gilcilene de Oliveira Damasceno Barão *66*
Giovanna Marafon *67*
Gislene Lössnitz Bida *234*
Guaraciaba Aparecida Tullio *80*, *137*

H

Hamilcar S. Dantas Junior *54*
Hamilcar Silveira Dantas Junior *138*
Helena Maria Giroto Dorigo *257*
Helena Maria Girotto Dorigo *235*
Heulalia Charalo Rafante *236*

I

Inayá Maria Sampaio *139*
Inês Olinda Botelho De Araújo *237*
Ingrid Aline de Carvalho *140*
Irene da Silva Fonseca dos Santos *141*
Ireni Marilene Zago Figueiredo *142*
Irizelda Martins de Souza e Silva *142*
Isabel Cristina de Jesus Brandão *68*
Isaura Monica Souza Zanardini *143*
Ivanise Franco Pereira *237*
Ivanor Luiz Guarnieri *238*

J

Janaina S. S. Menezes *144*
Jane Maria de Abreu Drewinski *144*
Jane Maria dos Santos *145*
Jani Alves Silva *147*

Janio de Souza Alcantara *148*
Jaqueline Aparecida Oliveira Santander *128*
Jefferson Carriello do Carmo *149*
Jefferson Garbúggio *150*
Jessica de Jesus Souza Suzuki *105*
João Batista Zanardini *151*
João Carlos da Silva *69, 127*
João Jorge Correa *151*
João Luiz Gasparin *77, 102, 153*
Jociane Martins Pedroso *128*
Jorge Luis Cammarano González *239*
José Carlos da Silva *70*
José Carlos de Oliveira *248*
José Damiro de Moraes *240*
José Élio Ventura da Silva *154*
José Luis Simões *241*
José Luiz Sanfelice *225*
José Luiz Zanella *70*
José Tarcísio Grunennvaldt *242*
Josie Agatha Parrilha da Silva *155*
Julia Malanchen *156, 157*
Juliana Cristina Lúcio Hernandez *246*
Juliana Maria Alves da Silva *248*
Juliano Mota Parente *237*
Jussara Cassiano Nascimento *71*
Jussara Gallindo *243*

K

Karl Michael Lorenz *219*
Kátia Oliver de Sá *223*
Katia Osinski Ferreira *71*
Keila de Jesus Moraes Lobato *217*
Kiyomi Hirose *142*

L

Lalo Watanabe Minto *157*
Laura Aparecida Caracanha *244*
Leandro Nunes da Silva *253*
Leda Aparecida Vanelli Nabuco de Gouvêa *158*
Lícia Cristina Araújo da Hora *159*
Lidiane Soares Rodrigues *72*

Liéte Oliveira Accácio *244*
Lígia Martha Coimbra da Costa Coelho *72*
Lígia Regina Klein *176*
Liliam Faria Porto Borges *160*
Liliana Men *64*
Lires de Fátima Rodrigues *227*
Lívia Diana Rocha Magalhães *161*
Lizia Helena Nagel *161*
Lourenço Ocuni Cá *74*
Lucelma Braga *162*
Luci Mara Bertoni *246*
Lúcia Aranha *196*
Lúcia Helena Moreira de Medeiros Oliveira *245*
Lucia Mara de Lima Padilha *247*
Lúcia Maria Carvalho Santos *162*
Luciana Beatriz de Oliveira Bar de Carvalho *163*
Luciane Neuvald *75*
Luciane Z. Maroneze *111*
Luciene Ivone de Lima Iglesias *164*
Luciene Maria de Souza *139*
Lúcio Aparecido Moreira *252*
Lucy Mary Soares Valentim *246*
Lucyelle Cristina Pasqualotto *165*
Luís Antonio Groppo *75*
Luiz Bezerra Neto *230*
Luiz Roberto Gomes *166*
Luzia Siqueira Vasconcelos *167*

M

Magali Aparecida Leite Penteado Chaguri *168, 237*
Magda Maria de Marchi Ferreira *95*
Manoel Isaú *168*
Manoel Nelito Matheus Nascimento *251*
Manuela Pires Weissböck *109*
Mara Regina Martins Jacomeli *129, 168, 212, 244, 259*
Maraizza Moura Chacon *248*
Marcela Regina Câmara *246*
Marcelo N. Melchior *169*
Marcelo Soares Pereira da Silva *170*
Marcelo Ubiali Ferracioli *171*
Márcia Chaves *223*
Márcia Cristina Amaral da Silva *76, 77*
Márcia da Mota Jardim Martini *189*

Márcia Soares de Alvarenga *171*
Marcilene Rosa Leandro Moura *41, 103*
Marcília Rosa Periotto *39, 62, 83, 86, 133*
Marco Antônio de Oliveira Gomes *173*
Marcos Cassin *78*
Marcos Marques de Oliveira *79*
Marcos Pereira Coelho *80*
Marcos Roberto de Faria *249*
Margarita Victoria Rodríguez *174, 181*
Maria Amparo Borges Ferro *204*
Maria Aparecida Cecílio *142*
Maria Aparecida Crissi Knüppel *80*
Maria Aparecida da Silva *175*
Maria Auxiliadora Cavazotti *176*
Maria Cristina Dantas Pina *81*
Maria Cristina dos Santos Bezerra *250*
Maria Cristina Gomes Machado *51, 57, 155*
Maria da Glória Martins Messias *214, 251*
Maria de Fátima Rodrigues Pereira *177*
Maria de Lourdes Pinto de Almeida *178*
Maria do Amparo Borges Ferro *260*
Maria do Perpétuo Socorro Gomes de Souza Avelino de França *217*
Maria Elisabeth Blanck Miguel *119*
Maria Eunice França Volsi *179*
Maria Inalva Galter *49*
Maria Isabel Castro Amazonas *217*
Maria Isabel Moura Nascimento *50, 226, 234, 235, 251, 257, 266*
Maria José de Morais Pereira *252*
Maria Lucia de Amorim Soares *253*
Maria Lucia Frizon Rizzotto *135*
Maria Lúcia Penteado Agostinhak *52*
Maria Lucimara dos Santos Pereira *253*
Maria Madalena Sorato *83*
Maria Salete Bruschi da Silva *180*
Maria Silva *121*
Maria Vieira Silva *104*
Maria Zélia Maia de Souza *254*
Marilda Bonini Vargas *181*
Mário Luiz Neves de Azevedo *182*
Marisangela de Cássia Zambon *255*
Maristela Iurk Batista *256*
Marta Beatriz dos Santos Dall'igna *257*
Martinha Claret Dutra *62*
Meire Terezinha Müller *182*
Michele Cristine da Cruz Costa *84*

Micheli Ortega Escobar *223*
Michelle Pereira da Silva Rossi *258, 271*
Milena Aparecida Almeida Candiá *183*
Milton Cleber Pereira Amador *184*

N

Nailda Marinho da Costa Bonato *185, 221, 254*
Nair Casagrande *223*
Natalie Mitie Shimada *112*
Nathalia Cecília Agostinhak *52*
Neise Marino Cardoso *237, 259*
Neiva Gallina Mazzuco *128*
Nerli Nonato Ribeiro Mori *132, 186*
Noemi Suti *187*
Norma Patrícya Lopes Soares *260*

O

Olga Maria dos Reis Ferro *261*

P

Pablo Silva Machado Bispo dos Santos *262*
Patrícia Vieira Trópia *187*
Paula Edicléia França Bacaro *84*
Paulino José Orso *157, 230*
Paulo César de Souza Ignácio *188*
Paulo Cezar Santos Ventura *140, 187, 189*
Paulo de Tarso Gomes *190*
Paulo Guilhermeti *75*
Peri Mesquida *85*

R

Rafael Riedi *263*
Raquel de Almeida Moraes *191*
Regina Lúcia Mesti *192*
Regina Maria Zanatta *193*
Regina Tereza Cestari de Oliveira *263*
Rejane Aurora Mion *58, 140, 187*

Renata de Almeida Vieira.....*86*
Reulcinéia Isabel Prestes.....*141*
Ricardina Reis Fernandes.....*264*
Ricardo José Orsi de Sanctis.....*41, 103*
Rita de Cássia Fagundes.....*265*
Rita de Cássia Ribeiro Barbosa.....*193*
Rita Filomena Andrade Januário Bettini.....*87*
Roberto Antonio Deitos.....*194*
Roberto Carlos Simões Galvão.....*195*
Robson Luiz de França.....*119, 139*
Roger Carlos Ferreira Alves Santos.....*196*
Rosa Lydia Teixeira Corrêa.....*60*
Rosângela Chrystina fontes de Lima.....*220*
Rosângela Veiga Júlio Ferreira.....*88*
Roseane Soares de Almeida.....*223*
Roseli dos Santos.....*128*
Roseli Esquerdo Lopes.....*236*
Rosimeire Simão.....*89*

S

Samira Saad Pulchério Lancillotti.....*90*
Samuel Luis Velazquez Castellanos.....*224*
Sandra Lembo Fernandes Martinez.....*233*
Sandra Salete de Camargo-Silva.....*197*
Sauloéber Tarsio de Souza.....*198*
Sérgio Eduardo M. Castanho.....*173*
Sérgio Eduardo Montes Castanho.....*182*
Silvana Aparecida Bretãs.....*199*
Silvana Maura Batista de Carvalho.....*91, 92*
Simone B. Ivashita.....*93*
Solange Aparecida de Oliveira Collares.....*75, 109*
Solange Aparecida e Oliveira Collares.....*227*
Solange Aparecida Oliveira Collares.....*263*
Solange Aparecida Zotti.....*184, 200*
Solange Lacks.....*223*
Sônia Aparecida Siquelli Monaco.....*115*
Sônia Maria Fonseca.....*94*
Sonia Maria Vieira Negrão.....*95*
Sonia V. Ap. Lima Cordeiro.....*266*
Soraya Mendes Rodrigues Adorno.....*267*
Sueli Maria Pessagno Caro.....*237*
Suzane da Rocha Vieira.....*201*

T

Taís Delaneze *202*
Tâmara Márcia de Melo Rezende *267*
Tania Mara Tavares da Silva *96*
Teise de Oliveira Guaranha Garcia *203*
Teresa Jussara Luporini *97*
Teresa Kazuko Teruya *84*
Teresinha de Jesus Araújo Magalhães Nogueira *204*
Theresa Maria Freitas Adrião *203*

V

Valquiria Elita Renk *268*
Vanderlei Amboni *205*
Vanessa Campos Mariano Ruckstadter *125*
Vanessa Kern de Abreu *97*
Vania Cristina Pauluk de Jesus *205*
Vânia de Fátima Martino *135*
Vânia Regina Boschetti *269*
Vera Lúcia Balbinotti *270*
Vera Lúcia Gomes Jardim *206*
Vera Lucia Martiniak *207*
Vera Lúcia Messias Fialho Capellini *208*
Vera Lucia Ruiz Rodrigues da Silva *130*
Viviane Ribeiro *271*

W

Wagner Duduch *272*
Warley da Costa *98*
Wilson Sandano *239*